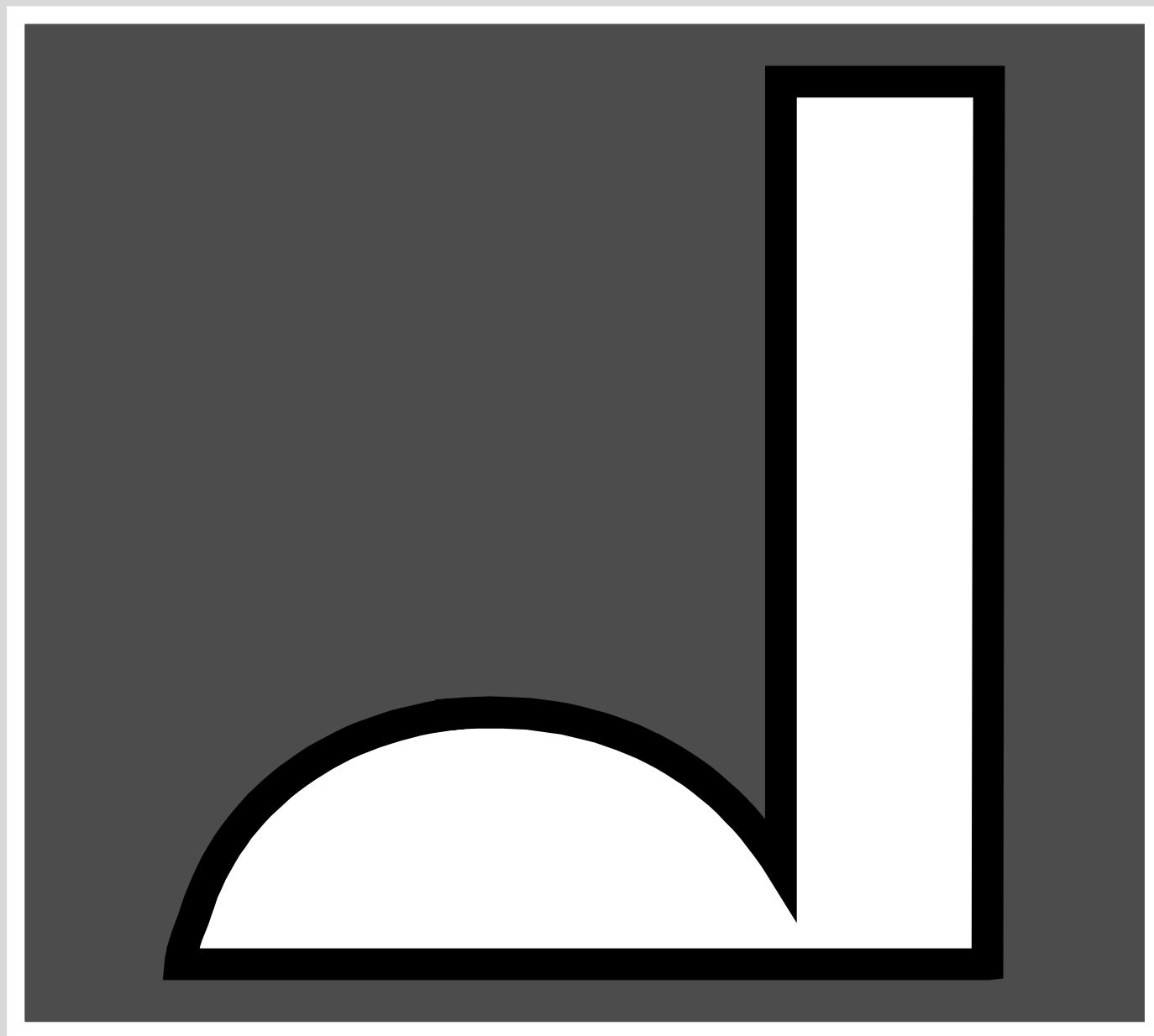




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 13 – SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i>	3º Secretário <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL) Líder <i>Tião Viana</i> Vice-Líderes <i>Antonio Cartos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i> LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Aloizio Mercadante</i> Vice-Líder <i>João Capiberibe</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 20 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 12 Líder <i>Arthur Virgílio</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i> LIDERANÇA DO PDT - 4 Líder <i>Jefferson Péres</i> Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Álvaro Dias (1)</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vice-Líder <i>Patricia Saboya Gomes</i>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<i>Agaciê da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 72, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena. 02613

Nº 73, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências..... 02617

Nºs 74 e 75, de 2003, das Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação. 02621

Nºs 76 e 77, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, de autoria do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros (tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 232, de 2002)..... 02632

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 27, de 2003, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 41, de 2003, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, em atendimento ao Requerimento nº 259, de 1998, do Senador José Eduardo Dutra (Anexado ao processado do referido Requerimento e do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997). O Projeto de Decreto Legislativo volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, posteriormente, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Requerimento vai ao Arquivo. 02649

1.2.3 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 43/2002, de 7 de novembro de 2002, comunicando a aprovação, em reunião realizada em 25 de junho de 2002, de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas, e decidiu pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001, que altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros. 02650

Nº 60/2002, de 26 de novembro de 2002, comunicando a rejeição, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, que altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação) 02650

Nº 61/2002, de 26 de novembro de 2002, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, que modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação..... 02650

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 179/2002, de 11 de dezembro de 2002, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena. 02650

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 261, de 1999, 25, de 2000, 53, de 2001, e 15, de 2002 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001), cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 02650

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 56, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02650

Nº 57, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02651

Nº 58, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02651

Nºs 59 e 60, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02651

Nº 61, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02652

Nº 62, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02652

Nº 63, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02652

Nº 64, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado

da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02652

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. 02653

1.2.8 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Nº 1/2003, de 10 de janeiro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2002, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Anexoado ao processado do referido Requerimento). À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02654

1.2.9 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 4/2003, de 25 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002–Complementar (nº 347/2002–Complementar, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 114, de 16 de dezembro de 2002. 02654

Nº 5/2003, de 25 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001 (nº 5.302/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga, sancionado e transformado na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002. 02654

Nº 6/2003, de 25 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2001 (nº 5.565/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina “Barragem Padre Cícero” a Barragem do Castanhão, no Estado do Ceará, sancionado e transformado na Lei nº 10.596, de 11 de dezembro de 2002. 02654

Nº 7/2003, de 25 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1997 (nº 3.902/1997, naquela Casa), de

autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A. como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul. 02655

Nº 8/2003, de 25 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 1999 (nº 4.216/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios. 02655

1.2.10 – Ofício

Nº 12/2003, de 8 do corrente, do Presidente da Associação Interparlamentar (Grupo Brasileiro), comunicando a eleição, para o período 2003-2007, de sua nova Comissão Executiva. À publicação. 02655

1.2.11 – Leitura de Mensagens do Presidente da República

Nº 58, de 2003 (nº 56/2003, na origem), de 26 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor *José Maurício de Figueiredo Bustani*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02655

Nº 59, de 2003 (nº 57/2003, na origem), de 26 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha da Senhora *Celina Maria Assumpção do Valle Pereira*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02678

1.2.12 – Comunicações da Presidência ...

Recebimento do Aviso nº 18, de 2003, de 27 de janeiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2002, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Anexado ao processado do Aviso nº 20, de 2002). À Comissão de Assuntos Econômicos. 02686

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire, que acrescenta o inciso XXVI ao art. 21 da Constituição Federal e os arts. 84 e 85 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a proibição do porte de armas por civis e a estatização da produção de armamentos. 02686

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2002 (nº 4.514/2001, na Casa de origem), que altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que dispõem sobre a distribuição a Estados e Municípios da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, acrescentando-se um parágrafo. *(Será feita a devida Comunicação à Câmara dos Deputados)*. 02686

Posse no Gabinete da Presidência, durante o recesso, dos Senadores Sibá Machado e Eurípedes Camargo, pelas representações dos Estados do Acre e do Distrito Federal, respectivamente. *(Encaminhamento à publicação dos respectivos diplomas e declarações de nome parlamentar e filiação partidária)*. 02686

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR ALMEIDA LIMA – Necessidade do aumento da capacidade de refino de petróleo no País. Vantagens comparativas do Estado de Sergipe para implantação de refinaria petrolífera. . 02690

SENADOR AELTON FREITAS – Homenagem ao vice-Presidente da República, a quem sucede no Senado Federal. Retrospectiva de sua atuação política, com destaque à gestão de S. Exª frente à prefeitura de Iturama/MG. Importância da agroindústria, setor que deverá ser fortemente impulsionado pelo atual Governo. 02693

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Apelo ao Governador Ivo Cassol para que reveja a demissão de milhares de servidores públicos no Estado de Rondônia, no ano de 2000, durante a administração José Bianco. 02695

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Precariedade das rodovias federais brasileiras, destacando a ameaça de interdição, a partir de amanhã, da BR Belém-Brasília por caminhoneiros. 02696

1.2.14 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 3, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para facultar também às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações, am-

pliando igualmente as pessoas a quem se dirigem os requerimentos. Altera ainda o inciso V, do § 2º do art. 58 para esclarecer sobre o poder das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre a convocação de autoridades e cidadãos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 02697

Nº 4, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta parágrafo único ao artigo 47 da Constituição Federal para garantir o acesso democrático ao conteúdo das matérias legislativas determinando a disponibilidade, pela Internet, de proposições e pareceres em apreciação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e suas respectivas comissões. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02699

1.2.15 – Leitura de requerimento

Nº 65, de 2003, de autoria do Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que seja enviada representação do Senado Federal à reunião de parlamentares de todo o mundo em Bagdá, nos dias 4 a 7 de março do corrente ano. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 02701

1.2.16 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado 44, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 02701

Projeto de Lei do Senado 45, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa..... 02705

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ... 02707

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2003, de autoria do Senador Olivir Gabardo, que dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 02710

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2003, de autoria do Senador Olivir Gabardo, que altera o art. 9º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 02711

Projeto de Resolução nº 5, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências..... 02713

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2003, lido anteriormente..... 02715

1.2.18 – Leitura de requerimento

Nº 66, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 02715

1.2.19 – Ofício

Nº 35/2003, de 26 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de indicação do Deputado João Paulo Gomes da Silva, PL/MG, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. *(Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados)* 02715

1.2.20 – Leitura de pareceres

Nº 78, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 565, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que atribui valor jurídico a gravações de documentos em disco ótico e dá outras providências. **(Requerimento nº 67, de 2003, de sobrestamento do projeto até que a Câmara dos Deputados se pronuncie sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996)** 02716

Nº 79, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 2, de 2003, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, que conclama o Governo Brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque. 02717

Nº 80, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 42, de 2003, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, que conclama o Governo Brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque..... 02717

Nº 81, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº

369, de 2002 (nº 1.132/2002, na origem), que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor *Teori Albino Zavascki*, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jacy Garcia Vieira. 02718

1.2.21 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária dos Requerimentos nºs 2 e 42, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 02720

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Requerimento nº 67, de 2003, constante do Parecer nº 78, de 2003-CCJ, lido anteriormente. 02720

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ... 02721

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que institui a competência territorial no registro de atos relativos à pessoa jurídica de direito privado. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02721

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02721

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o artigo 14 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02721

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que acrescenta tipo penal à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, Lei de Segurança Nacional. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02721

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o art. 108 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do estrangeiro) e o art. 115 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos). Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02721

1.2.22 – Ofícios

Nºs 41 a 49, 52, 53, 55 a 57, 60, 61, 63 a 67/2003, de 26 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 42, 44 a 46, 52, 53, 39, 51, 97, 91, 100, 101, 94 e 95, de 2002, 103 e 104, de 2003, 57, de 2002, 106, de 2003, 59, de 2002, 107, de 2003 e 61, de 2002, respectivamente. 02721

1.2.23 – Ofício do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 721/2003, de 27 do corrente, colocando-se à disposição para, em data considerada oportuna por esta Casa, prestar os esclarecimentos necessários sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e, em cópia, à Comissão de Assuntos Econômicos. 02726

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências. **Apreciação adiada.** 02727

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 70, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Fi-

lho), que aprova a Programação Monetária para o 1º (trimestre do ano de 2003). À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. **Apreciação sobrestada.** 02727

Item 3

Mensagem nº 286, de 2002 (nº 797/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor João Gualberto Marques Porto Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura. Escolha de Chefe de Missão Diplomática. **Apreciação sobrestada.** 02727

Item 4

Mensagem nº 288, de 2002 (nº 820/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia. Escolha de Chefe de Missão Diplomática. **Apreciação sobrestada.** 02727

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2001 (nº 954/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Brasileira de Radiodifusão Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais. **Apreciação sobrestada.** 02727

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2002 (nº 1.342/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iranduba, Estado do Amazonas. **Apreciação sobrestada.** 02727

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora

na cidade de Maringá (PR). **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá -GO. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2002 (nº 1.630/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2002 (nº 1.650/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Sintonia Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2002 (nº 1.497/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Expansão Cultural para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2002 (nº 1.175/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. **Apreciação sobrestada.** 02728

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2002 (nº 1.313/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Educativa e Cultural de Viçosa – Fratevi para executar serviço de radiodifusão de

sons e imagens na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. Apreciação sobrestada.	02728	Partido dos Trabalhadores pela rejeição das propostas liberais apresentadas pelo PFL durante o Governo FHC, no que tange às reformas estruturais. Elogios à capacidade de negociação política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	02735
Item 16			
Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2002 (nº 1.392/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Preve para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. Apreciação sobrestada.	02729	SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> – Convite aos parlamentares para a sessão solene a realizar-se no próximo dia 12, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Registro da candidatura de 31 mulheres ao Prêmio Bertha Lutz. Destaque ao potencial agro-pecuário do Estado do Mato Grosso, apelando para a melhoria das rodovias que escoam a produção. Importância da definição de uma política agrícola em prol dos pequenos e médios produtores.	02738
Item 17			
Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2002 (nº 1.921/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Apreciação sobrestada.	02729	SENADOR <i>OLIVIR GABARDO</i> – Justificativas para apresentação de dois projetos de lei, um que altera a legislação sobre confrontação de limites entre Estados litorâneos onde haja potencial para a exploração de petróleo e outro que permite a plantação de soja transgênica em todo o território nacional.	02739
Item 18			
Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2002 (nº 1.563/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Assistência e Educação – FAESA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo. Apreciação sobrestada.	02729	SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Preocupação com as afirmações do Prefeito César Maia, que em entrevista concedida a uma rádio carioca teria proposto mais rigor nas operações da polícia contra o crime organizado, inclusive propugnando a morte de bandidos.....	02742
Item 19			
Projeto de Resolução nº 60, de 1999, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Resolução nº 78, de 1998, que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”. Declarado prejudicado. Ao Arquivo.	02729	SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Pronunciamento inaugural na Casa, rememorando a história de seu Estado. Defesa da instalação de uma refinaria de petróleo no Piauí, dependente apenas de decisão política do Governo Lula.	02744
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia			
SENADOR <i>HÉLIO COSTA</i> , como Líder – Necessidade de imediata revisão dos termos da multa aplicada ao Estado de Minas Gerais referente a sua dívida pública e da própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Discussão do pacto federativo.	02729	SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Urgência na conclusão do gasoduto Urucu-Porto Velho, entre o Brasil e a Bolívia, e das linhas de transmissão para melhoria do abastecimento de energia elétrica na região Norte.	02746
SENADORA <i>ANA JÚLIA CAREPA</i> , como Líder – Esclarecimentos sobre seu pronunciamento na sessão de ontem. Defesa da revisão da legislação que regula a compensação financeira sobre exploração mineral. Importância de um aprofundamento do exame do processo de privatização e da atuação das agências reguladoras. Protesto contra a ausência de um representante da Região Norte no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.	02732	SENADOR <i>MAGNO MALTA</i> – Elogios à atuação dos Procuradores no Estado do Espírito Santo no combate ao crime organizado. Solicitação de assinaturas a requerimento de autoria de S. Ex ^a destinado à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as ações do narcotráfico.	02748
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação			
SENADOR <i>EFRAIM MORAIS</i> , como Líder – Pronunciamento de estréia no Senado Federal, destacando sua trajetória política. Críticas ao		SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Louvor à iniciativa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso na incorporação de tecnologias de educa-	
		SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Contribuição da Consultoria Legislativa do Senado na discussão das reformas constitucionais. Realização, no último dia 13, do Seminário “Previdência do Setor Público: os números, os problemas e as alternativas”.....	02754

ção à distância como forma de apoiar o desenvolvimento de Estados e Municípios e treinar professores. 02755

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Preocupação com a anunciada guerra contra o Iraque e, principalmente, com a desarmonia na Comunidade Européia, ONU e economia brasileira..... 02756

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Arthur Virgílio, proferidos nas sessões de 18-2-2003 e 24-2-2003, respectivamente. 02758

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

3ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, realizada em 20 de novembro de 2002..... 02768

6ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2002..... 02794

4 – ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR (GRUPO BRASILEIRO)

Ata da Reunião Plenária do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, realizada em 4 de fevereiro de 2003, para eleição do Conselho e da Comissão Executiva (2003-2007)..... 02842

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária em 27 de fevereiro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Romeu Tuma, das Sras. Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa, dos Srs. Rodolpho Tourinho e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Messtrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – José Jorge – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Ney Suassuna – Olivir Gabardo – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Sr^a. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 72, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena.

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do ilustre Senador Romeu Tuma, que “Altera o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena”.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, de aumentar, para até quatro anos, o limite de pena para aplicação do benefício da suspensão condicional da pena, hoje estabelecido em dois anos. ainda, o § 1º do art. 77 do Código Penal – CP, que define a suspensão condicional da pena, introduzindo a expressão “salvo se o crime praticado for doloso”, após o texto em vigor, e acrescenta, na alínea b) do § 2º do art. 78, como condição de gozo do benefício, a proibição de mudança de domicílio sem autorização da autoridade judicial.

Por fim, sugere a alteração da Lei de Execução Penal (art. 156) – LEP, para adequá-la ao aumento

proposto para o limite de pena, para a concessão de sua suspensão condicional.

II – Análise

A proposta não contraria disposições constitucionais ou infraconstitucionais.

Quanto ao seu mérito, consideramo-la de grande relevância, porque, além de concordarmos com os doutos argumentos do autor, nos permitimos ainda, como colaboração, estendermos mais um pouco sobre aquele argumento que aborda o problema de nossos estabelecimentos prisionais.

De fato, o Sistema Penitenciário Brasileiro vive momento de caos. As péssimas condições de sua estrutura não permitem a realização de uma medida básica de recuperação dos apenados para o convívio social, conforme previsto na Lei de Execução Penal: a separação dos condenados, conforme a gravidade do crime cometido e de acordo com seu perfil criminológico. É isso que tem transformado nossos presídios em escolas de crime. A convivência forçada de presos comuns com condenados perigosos, num ambiente violento onde o ócio é a condição comum, vai aos poucos empurrando os primeiros, até como forma de sobrevivência, para a violência e para o crime. Por isso, opinamos que, sempre que pudermos manter fora das prisões o réu primário que, a julgar pelo crime praticado e por sua índole, possamos deduzir sobre a possibilidade de sua permanência no convívio social –, devemos fazê-lo.

Não obstante, julgamos que a proposição apresenta vícios que merecem ser corrigidos.

Ela introduz, no texto do § 1º do art. 77 do CP, a expressão que abaixo, aparece em negrito:

“Art. 77.

.....

§ 1º A condenação anterior à pena de multa não impede a concessão do benefício, salvo se o crime praticado for doloso. (NR)

.....”

Aí, surge a dúvida: o crime praticado, a que se refere o dispositivo, é o que deu origem à pena de multa, ou o que está em julgamento para concessão do benefício? Qual a intenção do proponente? Pretende tornar inaplicável o benefício, se a prática de um dos dois crimes (o anterior ou o atual) foi dolosa?

Mas, então, ele quer mudar a regra em vigor adotando uma mais rigorosa, pois a atual permite a concessão “desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso”. No entanto, ele não propõe essa alteração no corpo do projeto.

Se entendermos que o autor quis frisar, nesse dispositivo, a proibição de concessão do benefício em caso de reincidência em crime doloso, isso é expletivo porque já está disposto no **caput** do artigo.

Pelo exposto, sugerimos a retirada do acréscimo proposto.

Constatamos, ainda, que as observações NR (nova redação) foram incorretamente colocadas no texto do Projeto.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, observada a seguinte emenda.

Emenda Nº 1 – CCJ

(Do Relator)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 261, de 1999, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 77 e 78 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 77. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 (quatro) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

.....(NR)

‘Art. 78.

§ 2º

b) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, ou de mudar de domicílio, sem autorização do juiz;

..... ‘(NR)

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2002.
– **Bernardo Cabral**, Presidente – **Amir Lando**;
Relator – **João Alberto Souza** – **Bello Parga** –
Sebastião Rocha – **Olivir Gabardo** – **Casildo Maldaner** – **Ricardo Santos** – **José Eduardo Dutra** – **Wellington Roberto** – **Luiz Otávio** –
Antônio Carlos Júnior – **José Fogaça**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

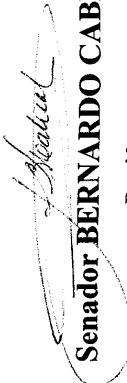
PROPOSIÇÃO, PLS Nº 261, DE 1999

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE					1 - MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2 - CASILDO MALDANER	/			
IRIS REZENDE					3 - WELLINGTON ROBERTO	/			
LUIZ OTAVIO	/				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA	/			
PEDRO SIMON					5 - CARLOS BEZERRA				
AMIR LANDO	/				6 - FERNANDO RIBEIRO				
ROBERTO REQUIÃO					7 - NEY SUASSUNA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1 - JORGE BORNHAUSEN				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	/				2 - MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3 - WALDECK ORNELAS				
BELIO PARGA	/				4 - JOSÉ AGRIPINO				
MARIA DO CARMO ALVES					5 - JOSÉ JORGE				
ROMEU TUMA					6 - LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB)					1 - JOSÉ SERRA (PSDB)				
OLIVIR GABARDO (PSDB)	/				2 - ARTUR DA TAVOLA (PSDB)				
LUIZ PONTES (PSDB)					3 - BENÍCIO SAMPAIO (PPB)				
FREITAS NETO (PSDB)					4 - RICARDO SANTOS (PSDB)	/			
ROMERO IJCA (PSDB)					5 - GERALDO MELO (PSDB)				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES (PDT)					1 - EDUARDO DUPLICY (PT)				
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	/				2 - MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3 - SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	/			
OSMAR DIAS (PDT)					4 - JOSÉ FOGAÇA (PPS)	/			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE					1 - PAULO HARTUNG				

TOTAL: 43 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 112 / 2002


 Senador BERNARDO CABRAL

Presidente

 O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)
 U:\CCJ\2002\Votação nominal.doc (atualizado em 05/12/2002)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1 - CCJ
PROPOSIÇÃO, PLS Nº 261, DE 1999.

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE					1 - MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2 - CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3 - WELLINGTON ROBERTO				
LUIZ OTÁVIO					4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
PEDRO SIMON					5 - CARLOS BEZERRA				
AMIR LANDO					6 - FERNANDO RIBEIRO				
ROBERTO REQUIÃO					7 - NEY SUASSUNA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1 - JORGE BORNHAUSEN				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					2 - MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3 - WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4 - JOSÉ AGRIPINO				
MARIA DO CARMO ALVES					5 - JOSÉ JORGE				
ROMEU TUMA					6 - LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIO ALCANTARA (PSDB)					1 - JOSÉ SERRA (PSDB)				
OLIVIR GABARDO (PSDB)					2 - ARTUR DA TÁVOLA (PSDB)				
LUIZ PONTES (PSDB)					3 - BENÍCIO SAMPAIO (PPB)				
FREITAS NETO (PSDB)					4 - RICARDO SANTOS (PSDB)				
ROMERO JUCÁ (PSDB)					5 - GERALDO MELO (PSDB)				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1 - EDUARDO SUPLICY (PT)				
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)					2 - MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3 - SEBASTIÃO ROCHA (PDT)				
OSMAR DIAS (PDT)					4 - JOSÉ FOGAÇA (PPS)				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE					1 - PAULO HARTUNG				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 12 / 2002


Senador BERNARDO CABRAL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)
U:\CCJ\2002\Votação nominal.doc (atualizado em 05/12/2002)

TEXTO FINAL

Do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

“Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 77 e 78 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 77. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 (quatro) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

.....(NR)’

‘Art. 78.....

§ 2º.....

b) proibição de se ausentar-se da comarca onde reside, ou de mudar de domicílio, sem autorização do juiz;

.....’ (NR)

Art. 2º O art. 156 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 156. O juiz poderá suspender, pelo período de dois a quatro anos, a execução da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, na forma prevista nos arts. 77 a 82 do Código Penal.’

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2002. –
Bernardo Cabral, Presidente.

Ofício nº 179/02 – Presidência/CCJ

Brasília, 11 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nes-

ta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 73, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Determina esse projeto de lei que nos financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros incidente não poderá ultrapassar 10% (dez) ao ano.

Prevê, ademais, que as entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, que celebraram contratos de financiamento com juros superiores ao previsto no art. 1º deste projeto de lei, ficam obrigadas a recalcular o saldo devedor dos contratos habitacionais vigentes.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Como já referido, o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, pretende alterar a redação do artigo 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, determinando uma redução de patamar do limite máximo da taxa efetiva de juros nos financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, dos atuais 12% aa (doze por cento ao ano) para 10% aa (dez por cento ao ano).

Sabe-se, por outro lado, que o Sistema Financeiro da Habitação opera com duas fontes de captação de recursos:

i) os recursos captados das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

ii) os recursos captados em depósitos de caderneta de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

Desconsiderando-se as atualizações monetárias, realizadas por intermédio da Taxa Referencial – TR, ou por outros índices, inclusive de preços, atualmente admissíveis, os recursos captados para as operações realizadas no âmbito desse sistema são remunerados a taxas de juros efetivas de 3,12% aa, para os recursos oriundos do FGTS, e 6,17% aa, para os recursos oriundos dos depósitos em cadernetas de poupança do SBPE.

Relativamente aos recursos oriundos do FGTS, cabe informar que o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de maneira mais adequada e apropriada em termos administrativos, e em decorrência da flexibilidade exigida na administração desses recursos do trabalhador, já dispõe sobre a remuneração dos financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação com recursos do FGTS. Sua Resolução nº 289, de 30 de junho de 1998, determina que nas operações de crédito entre o Agente Operador e os Agentes Financeiros, relativas a financiamento a pessoas físicas, será observada a taxa nominal de juros de 6,0% ao ano.

Por outro lado, no que concerne aos recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, cumpre informar que a Resolução nº 2.706, de 30 de março de 2000, do Conselho Monetário Nacional – CMN, determina o direcionamento e a distribuição dos recursos captados em depósitos de caderneta de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, de forma que seja garantida e assegurada taxas de **spreads** atrativas para o bom desempenho desse segmento financeiro.

Nessa direção e com esse objetivo é que são previstas aplicações majoritárias em operações de financiamento imobiliário, mas também é permitida que parcela desses recursos, ainda que minoritária, seja destinada a operações a taxas de mercado, de faixa livre, fora, portanto, do SFH, e em encaixe obrigatório no Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, cabe salientar que, inicialmente, a proposição em exame levaria à diminuição imediata do **spread** entre a taxa de aplicação a financiamentos habitacionais e a taxa de captação de recursos disponíveis para financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Com efeito, haveria um aumento do custo de oportunidade de operar com

captação de recursos em depósitos de caderneta de poupança para aplicação em financiamentos habitacionais no âmbito do SFH. Como é amplamente conhecido, o mercado financeiro brasileiro dispõe de uma ampla gama de produtos financeiros, com taxas efetivas de retorno de aplicações mais elevadas e com menores taxas de risco de inadimplência.

Dessa forma, a redução legal do **spread** entre a taxa de aplicação e a taxa de captação deverá fazer com que os Agentes Financeiros da Habitação que operam com captação de recursos em depósitos de caderneta de poupança tenham uma diminuição de incentivo para captar esses recursos de poupança.

Mais ainda, os próprios agentes financeiros que operam com captação de recursos em depósitos de caderneta de poupança têm contratos firmados com seus clientes e obrigações administrativas com o Banco Central do Brasil, não podendo, portanto, retirar ou mesmo encerrar suas operações de captação de poupança de forma imediata. Todavia, a diminuição do **spread**, no médio e longo prazos, faria com que essas entidades diminuíssem suas operações de captação de poupança à medida que forem sendo liquidadas as suas obrigações, podendo vir a encerrar as suas operações com recursos de depósitos de caderneta de poupança.

Em particular, terão maiores incentivos a diminuir as suas operações de captação de poupança os bancos de varejo que não puderem operar em grandes escalas de captação de poupança. Assim sendo, no médio e longo prazos, a determinação legal da diminuição do patamar máximo da remuneração das aplicações no âmbito do SFH, de 12% aa para 10% aa, deverá levar a uma diminuição do estoque de recursos captados pelo SBPE. Por outro lado, instituições financeiras que hoje não operam com captação de recursos de depósitos de caderneta de poupança terão, também, imediatamente diminuído o incentivo para se integrarem ao SBPE em caso de aprovação do PLS em questão.

A provável escassez de oferta de recursos disponíveis para financiamentos habitacionais no âmbito do SFH, decorrente da redução do **spread**, tenderá, sem dúvida, a provocar um desequilíbrio no Sistema Financeiro da Habitação. Ter-se-ia, assim, uma situação em que uma quantidade proporcionalmente menor de famílias iria ser beneficiada com financiamentos no âmbito do SFH. Pior ainda, essa proporção menor de famílias seria duplamente beneficiada, aumentando a já expressiva concentração dos recursos financeiros desse sistema: acesso a recursos mais escassos e remunerados a taxa efetivamente menor do que a existente atualmente. Paradoxalmente, essa situação iria contribuir para aumentar o déficit habitacional.

onal da sociedade brasileira, o que obviamente contraria os propósitos do projeto em questão.

III – Voto

A determinação legal proposta de diminuição do patamar máximo da taxa efetiva de remuneração das aplicações em financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, no médio e no longo prazos, deverá levar a uma diminuição do estoque de recursos captados em depósitos de caderneta de poupança pelas entidades integrantes do Sistema

Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Mais ainda, acreditamos que essa diminuição do estoque de recursos em depósitos de caderneta de poupança levará a uma escassez geral de oferta de recursos para financiamentos habitacionais no âmbito do SFH e, dado o ainda significativo, embora decrescente, crescimento vegetativo da população brasileira, esse desequilíbrio irá contribuir para, paradoxalmente, aumentar o déficit habitacional da sociedade brasileira.

Somos, assim, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2000	
ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/02/03, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):	
PRESIDENTE: <i>Luiz Pastore</i>	
RELATOR: <i>Luiz Pastore</i>	
PMDB	
LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
CASILDO MALDANER	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
VEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JONAS PINHEIRO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA <i>Bello Parga</i>	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antonio Carlos Junior</i>	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO <i>Paulo Souto</i>	5-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY <i>Lindberg Cury</i>	7-JORGE BORNHAUSEN
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCÁ	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS <i>Ricardo Santos</i>	5-BENÍCIO SAMPAIO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOÍSA HELENA <i>Heloise Helena (cont.)</i>	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES <i>Jefferson Peres</i>
PSB	
ROBERTO SATURNINO (1) <i>Roberto Saturnino</i>	1-ADEMIR ANDRADE
PTB	
FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS Nº 25 DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE		X			PEDRO SIMON		X		
CARLOS BEZERRA					IRIS REZENDE				
CASILDO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO		X			SERGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
FERNANDO RIBEIRO		X			GERSON CAMATA				
ALBERTO SILVA					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					AMIR LANDO				
VALMIR AMARAL					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
JONAS PINHEIRO					JOSÉ JORGE				
BELLO PARGA		X			MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR		X			BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO		X			ROMEU TUMA		X		
WALDECK ORNELAS					GERALDO ALTHOFF				
LINDBERG CURY		X			JORGE BORNHAUSEN				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCANTARA					GERALDO MELO				
LÚDIO COELHO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ROMERO JUCÁ		X			LUÍZ PONTES				
RICARDO SANTOS		X			BENÍCIO SAMPAIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT					JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT				
HELOISA HELENA - PT	X			X	JOSÉ ALENCAR - PL				
LAURO CAMPOS - PDT					ROBERTO FREIRE - PPS				
JOSÉ FOGAÇA - PPS					JEFFERSON PERES - PDT		X		
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO (1)		X			ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 15 SIM 1 NÃO 13 PREJ -- AUTOR -- ABS 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 18/11/02

OF. CAE nº 60/2002

Brasília, 26 de novembro de 2002

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, que "Altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação)", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**LEGISLAÇÃO CITA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL MESA**

LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993

Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devidos nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 25. Nos financiamentos concedidos aos adquirentes da casa própria, celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano, observado o disposto no parágrafo único do artigo 2º.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Compete ao Banco Central do Brasil estabelecer a taxa de juros, até o limite estabelecido no **caput** deste artigo, em função da renda do mutuário, no caso dos financiamentos realizados com recursos oriundos de caderneta de poupança.

§ 3º Compete ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço fixar a taxa de juros, até o limite estabelecido no **caput** deste artigo, em função da renda do mutuário, para operações realizadas com recursos deste Fundo.

PARECERES NOS 74 E 75, DE 2003

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que modifica o art. 15, § 1º, inciso II

da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação.

PARECER Nº 74, DE 2003
(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 53, de 2001, altera duas leis que dispõem sobre o salário-educação, contribuição social destinada a ser fonte adicional de financiamento do ensino fundamental, nos termos do art. 212, § 5º, da Constituição Federal.

A primeira lei, a de nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, trata, em seu art. 15, da alíquota da contribuição social, de sua arrecadação. da distribuição das quotas entre a União e os estados e, finalmente, do regime de transição para os alunos que se beneficiavam da aplicação realizada pelas empresas, possibilidade vedada após a edição da Emenda à Constituição nº 14, de 1996.

A mudança efetuada nessa lei diz respeito à distribuição de quotas entre os entes federados. A quota federal, de um terço, é mantida. No entanto, o projeto cria a quota municipal e estadual, que se beneficiará dos dois terços restantes da arrecadação.

A segunda lei alterada, a de nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, dispõe sobre a incidência e isenções da contribuição social, trata de sua arrecadação e gerenciamento e, finalmente, estipula, em linhas gerais, a forma de destinação da quota estadual.

A alteração efetuada pelo projeto determina que a quota estadual e municipal será redistribuída entre o estado e seus municípios, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental de suas respectivas redes escolares, apurado pelo censo educacional efetuado pelo Ministério da Educação.

Após a audiência desta Comissão, o PLS nº 53/2001, será enviado à Comissão de Assuntos Econômicos, cuja decisão será terminativa.

II – Análise

Como aponta a justificação do projeto em exame, a legislação atual não contempla uma quota municipal do salário-educação. Existe apenas a quota federal e outra estadual. Esta, é verdade, deve ser repartida pelo estado com os seus municípios, mas segundo critérios mal definidos na legislação federal.

O art. 2º da Lei nº 9.766/98, efetua uma distribuição desigual dos recursos destinados à quota estadual. O poder público estadual pode reter até metade desses recursos e destinar o restante para distribuição proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Tudo isso conforme estipular a legislação estadual.

Ora, a Constituição Federal estabelece uma divisão de responsabilidades entre estados e municípios na oferta do ensino fundamental. Nenhuma das duas instâncias, a estadual e a municipal, tem precedência sobre a outra. Portanto, seria de se esperar que a distribuição de recursos vinculados ao ensino fundamental obedecesse à configuração dos encargos assumidos no âmbito de cada estado. Isso, porém, não ocorre, já que, na distribuição dos recursos do salário-educação, a legislação federal assumiu **a priori** que os estados devem ser privilegiados.

O processo de municipalização do ensino obrigatório nasceu da idéia, bastante razoável, de que o poder público municipal está mais próximo da população e que teria condições de responder com maior rapidez e adequação às demandas da comunidade. Já na década de setenta, logo após a edição da Lei nº 5.672, de 1971, que dispunha sobre o então chamado ensino de 1º e 2º graus, operou-se, no interior de vários estados, principalmente da região Nordeste, um processo de municipalização do ensino obrigatório. Contudo, enquanto os encargos eram repassados, os recursos para atendê-los continuavam concentrados com a União e com os governos estaduais. As transferências atendiam a critérios discutíveis, não raras vezes de cunho político-partidário. Essa situação agravou o quadro de disparidades de investimentos no ensino. Muitas vezes, o valor que uma escola estadual dispunha para cada aluno era bem superior ao que possuía uma escola municipal vizinha.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) possibilitou a correção dessas mazelas. E bem verdade que alguns estados já haviam adotado iniciativas de equalização nesse campo. Todavia elas ocorriam sem a garantia de continuidade e não eram tão precisas e impessoais quanto o Fundef.

Na realidade, o Fundef, ao determinar que os recursos que o compõem sejam distribuídos entre os estados e os municípios conforme as matrículas em suas respectivas redes escolares, renovou a possibilidade de colaboração das duas instâncias governamentais, no que concerne à divisão de responsabili-

dades na oferta do ensino fundamental, como prevê o art. 211, § 4º da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu art. 10, II. Dessa forma, a idéia de municipalização do ensino fundamental também ganhou força. Agora, porém, apoiada em bases firmes. Isso pode ser comprovado pelo crescimento, nos últimos anos, das matrículas nas escolas municipais, em comparação ao ocorrido nos estabelecimentos estaduais.

Essa evolução precisa ser incentivada. A repartição equitativa dos recursos do salário-educação deve ser concebida nesse sentido. Nem o Poder Público estadual nem o municipal devem ser privilegiados no recebimento desses recursos. O que interessa são os alunos. Onde eles estiverem, devem ser alocados os investimentos que lhes garantam um ensino digno.

A Lei nº 9.424/96, conforme texto aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, já atentava para essa realidade, ao prever que setenta por cento dos recursos da quota estadual deveriam ser repartidos, conforme o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais. Lamentavelmente, o Presidente da República vetou o respectivo parágrafo, e o Congresso Nacional ainda não deliberou sobre essa decisão.

O projeto em exame resgata a idéia original da Lei nº 9.424/96 e a aperfeiçoa, pois julga, acertadamente, que o estudante deve ser a base de todas as medidas referentes às divisões de recursos do ensino fundamental.

III - Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2001. – **Moreira Mendes**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Freitas Neto** – **Casildo Maldaner** – **Waldeck Ornélas** – **Arlindo Porto** – **José Coelho** – **Gerson Camata** – **Ramez Tebet** – **Nabor Júnior** – **Romeu Tuma** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **Ricardo Santos** – **Emilia Fernandes** – **Alvaro Dias**.

EMENDA Nº 1 - CE

(ao PLS nº 53, de 2001)

Suprima-se a seguinte expressão do § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 1996:

“observada a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal.”

FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REALIZADA NO DIA 22-5-01.

Descabe, portanto, a pretensão do projeto de determinar quais os índices e critérios de ocupação de uso do solo que deverão prevalecer nas mencionadas áreas urbanas.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, a despeito de reconhecer o mérito da iniciativa, voto pela rejeição do PLS nº 165, de 1999, por considerar que a proposição padece de insanáveis vícios de injurisdicção e inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, gostaria de destacar que, sobre a matéria, também na Comissão de Infra-Estrutura o Relator, Senador Paulo Hartung, aponta as mesmas razões para a rejeição do referido projeto, em que pese a boa intenção do autor com relação a preocupações com a nossa Capital Federal.

Portanto, voto pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Cumprimento os Senadores Eduardo Siqueira Campos, pelo relatório, e Paulo Hartung.

Sr. Presidente, lembro aos membros da Comissão de Assuntos Sociais que teremos uma audiência pública referente a urbanização, a competência e ao alcance que cada prefeitura em relação às cidades. Aliás, esse é um tema apaixonante, que nos traz uma série de propostas.

Portanto, convidaria os colegas desta comissão para que comparecessem à reunião da Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista a importância da matéria junto aos municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores a votação é normal, o processado é terminativo. Procederei à chamada nominal.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi rejeitado.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, que modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24

de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o salário educação.

O autor é o Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio para relatá-lo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, que modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e do art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o salário educação. O Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001 altera duas leis que dispõem sobre o salário educação.

Vamos procurar resumir, Sr. Presidente, procurando ser mais sucintos:

A mudança efetuada na Lei nº 9.424 de 1996, diz respeito à distribuição de cotas entre os entes federados. A cota Federal de um terço é mantida. No entanto, o projeto cria a cota municipal e estadual, que se beneficiará dos dois terços restantes da arrecadação para compor o salário educação.

O SR. ROMEU TUMA – Dá licença um pouquinho, Sr. Presidente. Gostaria apenas de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – A vírgula no FNDE e em cotas da seguinte forma... Quer dizer, fica...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Em cotas da seguinte forma. Só suprime “observada a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal”.

O SR. ROMEU TUMA – Só suprime “observada a arrecadação realizada em cada estado e no Distrito Federal”.

O SR. WALDECK ORNELAS – O critério deixa de ser a arrecadação e passa a ser o número de alunos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Relator, Senador Carlos Patrocínio, para proferir parecer sobre a emenda apresentada.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, parece-me que a emenda apresentada pelo eminente Senador Waldeck Ornélas vem exatamente ao encontro daquilo que norteou o eminente Senador Alvaro Dias na apresentação desse projeto, ou seja, uma melhor distribuição dos recursos do Fundef, do salário educação para os alunos, para o aluno na escola.

Tendo em vista que o eminente autor da emenda pretende criar um fundo destinado à educação e tendo em vista que a arrecadação do salário educa-

ção perante as empresas, nos estados menores, praticamente inexistente ou é muito pequena, tem fundamento e pertinência a emenda do eminente Senador Waldeck Ornélas.

Portanto, meu parecer é favorável ao acolhimento dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão a emenda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, vou ser bem rápido, apenas apoiando a emenda. A emenda do Senador Waldeck Ornélas tem profundo sentido social, merecendo o acolhimento que o Relator lhe deu. Devemos tentar, e efetivamente o Senador Waldeck Ornélas tem assim procedido, estabelecer um pouco de justiça na distribuição das taxas e tributos cobrados no País.

Há algo que sempre costumo dizer. Brasília, por exemplo, é a cidade que tem maior renda per capita do Brasil, é a cidade que tem mais automóveis no Brasil e é a cidade que mais consome energia elétrica e água **per capita** no Brasil. Entretanto, um município pequeno no interior do Espírito Santo, de Rondônia, do Tocantins, ou de Minas paga os professores e a segurança da população altamente favorecida de Brasília.

Deveria ser o contrário: a cidade que tem menos consome menos energia elétrica. A cidade que tem uma renda **per capita** menor, a cidade que tem menos automóveis, a cidade que consome menos água **per capita** deveria ser subsidiada e ajudada em seu desenvolvimento pelas cidades com melhores condições sociais. No Brasil, ocorre o inverso. A emenda ajuda a corrigir essa terrível injustiça que praticamos contra os brasileiros menos favorecidos.

Portanto, voto pela emenda, e todos devemos pensar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão a emenda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – A minha intervenção também é para apoiar o parecer do Relator, Senador Carlos Patrocínio, e louvar a iniciativa do Senador Álvaro Dias. Quanto mais pudermos descentralizar, criando alternativas para estados e municípios também participarem do processo de gestão, quantificando os beneficiados, é louvável. Em função disso, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator com a emenda apresentada pelo Senador Waldeck Ornélas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O último item da pauta é um aditamento ao Requerimento nº 6, de 2001.

Em aditamento ao Requerimento nº 6, de maio de 2001, aprovado por essa Comissão, em reunião ordinária de 8 do mês em curso, solicito seja acrescida à lista de convidados para audiência pública sobre os projetos PLS nº 61/2000, que dispõe sobre a instituição de programa de avaliação seriada anual para acesso às instituições de ensino superior públicas e dá outras providências, e o PLC nº 100/2000, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, o nome do Presidente do Sindicato da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES, professor Roberto Leyer.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, para um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Trata-se, Sr. Presidente, de um requerimento, nos termos do art. 116 do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei do Senado nº 202 seja encaminhado para análise da Comissão de Educação, tendo em vista que se encerrou o prazo para a Subcomissão de Rádio e TV deliberar sobre a matéria.

É o requerimento que encaminho a V. Ex^a, pedindo que o submeta à apreciação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião da Comissão de Educação do Senado Federal.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 20 minutos.)

PARECER Nº 75, DE 2003

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Senador Alvaro Dias, tem por objetivo introduzir na legislação pertinente a obrigatoriedade de repasse automático aos municípios de parcela de recursos da contribuição social do salário-educação. Para tanto, o projeto altera as Leis nº 9.424, de 1996, e nº 9.766, de 1998, estabelecendo que a parcela de dois terços da arrecadação passará a constituir a Quota Estadual e Municipal e será repassada, automaticamente, em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação.

Antes do envio a esta Comissão, a iniciativa foi apreciada pela Comissão de Educação (CE), que aprovou parecer favorável à matéria, elaborado pelo Senador Carlos Patrocínio. Também foi acolhida pela CE a Emenda nº 1, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que tem por objetivo eliminar a observância da arrecadação de cada estado na repartição dos recursos do salário-educação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão. Todavia, durante a discussão da matéria, o Senador Romero Jucá apresentou voto em separado com projeto substitutivo, que prevê alteração da Lei nº 9.766, de 1998, de modo a que cinquenta por cento da quota estadual do salário-educação sejam automaticamente redistribuídos entre estados e municípios, conforme o número de alunos matriculados em suas redes de ensino fundamental.

A seguir, o Senador Waldeck Ornelas apresentou a Emenda nº 2-CAE, que mantém o critério da distribuição de toda a atual quota estadual, entre estados e municípios, segundo a proporcionalidade de matrículas, mas prevê a redução gradual do cri-

tério da arrecadação feita em cada estado. Assim, no terceiro ano de vigência da mudança legislativa, quarenta por cento do valor da quota seriam distribuídos proporcionalmente à arrecadação e os demais sessenta por cento obedeceriam ao critério do número de alunos matriculados no âmbito de cada estado.

II – Análise

Entre outros argumentos, lê-se no judicioso parecer do Senador Carlos Patrocínio, aprovado pela CE:

Como aponta a justificação do projeto em exame, a legislação atual não contempla uma quota municipal do salário-educação. Existe apenas a quota federal e outra estadual. Esta, é verdade, deve ser repartida pelo estado com os seus municípios, mas segundo critérios mal definidos na legislação federal.

(...)

A repartição eqüitativa dos recursos do salário-educação deve ser concebida nesse sentido. Nem o poder público estadual nem o municipal devem ser privilegiados no recebimento desses recursos. O que interessa são os alunos. Onde eles estiverem devem ser alocados os investimentos que lhes garantam um ensino digno.

(...)

O projeto em exame resgata a idéia original da Lei nº 9.424/96 e a aperfeiçoa, pois julga, acertadamente, que o estudante deve ser a base de todas as medidas referentes às divisões de recursos do ensino fundamental.

Aprovada a proposição quanto ao mérito educacional, compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos analisar suas consequências no âmbito orçamentário e das finanças públicas. O projeto, que não determina novos encargos, restringe-se a formalizar critério de rateio dos recursos da quota estadual do salário-educação. Nesse sentido, não há como concluir senão favoravelmente à proposição.

Já a Emenda nº 1-CE tem o mérito de flexibilizar a distribuição dos recursos do salário-educação, permitindo uma divisão mais justa do ponto de vista social. Entretanto, a retirada completa da referência à arrecadação de cada estado constitui medida delicada,

pois traria sérios problemas para o equilíbrio orçamentário estadual, uma vez que diversas ações vêm sendo desenvolvidas pelos estados com os recursos do salário-educação.

A redução gradual do critério da arrecadação, como sugere a Emenda nº 2-CAE, também não se mostra adequada, pois persistiria o efeito das perdas significativas e do conseqüente desequilíbrio orçamentário para alguns estados.

Convém notar que o caráter redistributivo e supletivo do salário-educação deve ser exercido, essencialmente, pela quota federal, que é usada no desenvolvimento de importantes programas como o do livro didático, o da merenda e o do transporte escolar, e mesmo o da transferência de recursos financeiros diretamente a escolas estaduais e municipais.

Além disso, por meio de recursos orçamentários próprios e de empréstimos do Banco Mundial, o Ministério da Educação, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, criou o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), programa que tem por fim desenvolver diversas ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O princípio redistributivo também constitui um dos efeitos mais marcantes do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Apenas entre 1998 e 2000, o Fundef gerou redistribuições de recursos de R\$45 bilhões. Merece registro a substancial melhoria alcançada pelos valores por aluno/ano ocorridas nas redes municipais, particularmente nas regiões de menor desenvolvimento. Assim, em 1999, por exemplo, nas regiões Norte e Nordeste, o valor despendido por aluno/ano, no conjunto dos seus municípios, obteve um ganho financeiro de 84% e 111%, respectivamente.

Ademais, desde a efetiva implementação nacional do Fundef, em 1998, a União já alocou recursos próprios da ordem de mais de R\$2 bilhões, em benefício dos estados nos quais não se atingiu o valor nacional por aluno estipulado a cada ano.

Ainda assim, sugiro, por meio de subemenda, a adoção de medida que flexibilize, parcialmente, o critério de divisão dos recursos do salário-educação segundo os valores arrecadados em cada estado. Fica garantido, de qualquer modo, o tratamento isonômico entre cada estado e seus municípios na repartição da

contribuição social, como propõe a iniciativa original do Senador Alvaro Dias.

Por fim, convém acolher a sugestão da Emenda nº 2-CAE de diferir a vigência do projeto ao primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, na forma da Subemenda, e apresentando a Emenda nº 2-CAE. **Subemenda à Emenda nº 1 – CE**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.....

§ 1º O montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), observada, em 90% (noventa por cento) de seu valor, a arrecadação realizada em cada estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

.....

II – Quota Estadual e Municipal, correspondente a dois terços do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental.

..... (NR)

Emenda nº 2– CAE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Roberto Saturnino**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2001**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/11/02, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR:

PMDB

LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
CASILDO MALDANER	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO

PFL

FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JONAS PINHEIRO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO GOELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCA	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOÍSA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES

PSB

ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
-----------------------	------------------

PTB

FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO
------------------	-----------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS Nº 53, de 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE	X				PEDRO SIMON	X			
CARLOS BEZERRA	X				IRIS REZENDE				
CASILDO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO	X				SERGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
FERNANDO RIBEIRO	X				GERSON CAMATA				
ALBERTO SILVA					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					AMIR LANDO				
VALMIR AMARAL					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
JONAS PINHEIRO					JOSÉ JORGE				
BELLO PARGA	X				MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				ROMEU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS					GERALDO ALTHOFF				
LINDBERG CURY	X				JORGE BORNHAUSEN				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCÂNTARA					GERALDO MELO				
LÚDIO COELHO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ROMERO JUCA	X				LUIZ PONTES				
RICARDO SANTOS					BENÍCIO SAMPAIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT	X				JOSÉ EDUARDO DUÍRA - PT				
HELOISA HELENA - PT	X				JOSÉ ALENCAR - PL				
LAURO CAMPOS - PDT					ROBERTO FREIRE - PPS				
JOSÉ FOGAÇA - PPS					JEFFERSON PERES - PDT	X			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO (1)	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 15 PREJ - AUT - ABS - SALA DAS REUNIÕES, EM 21/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 18/11/02

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Submetida à Emenda nº 01 - CE

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE	X				PEDRO SIMON	X			
CARLOS BEZERRA	X				IRIS REZENDE				
CASILDO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO	X				SERGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
FERNANDO RIBEIRO	X				GERSON CAMATA				
ALBERTO SILVA					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					AMIR LANDO				
VALMIR AMARAL					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL					SUPLENTE - PFL				
FRANCELINO PEREIRA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO					JOSÉ JORGE				
BELLO PARGA	X				MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				RÔMEU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS					GERALDO ALTHOFF				
LINDBERG CURY	X				JORGE BORNHAUSEN				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCÂNTARA					GERALDO MELO				
LÚDIO COELHO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ROMERO JUCA	X				LUIZ PONTES				
RICARDO SANTOS					BENÍCIO SAMPAIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT	X				JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT				
HELOISA HELENA - PT	X				JOSÉ ALENCAR - PL				
LAURO CAMPOS - PDT					ROBERTO FREIRE - PPS				
JOSÉ FOGAÇA - PPS					JEFFERSON PERES - PDT	X			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO (1)	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 15 SIM 15 NÃO - PREJ - AUTOR - ABS - SALA DAS REUNIÕES, EM 29/11/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 18/11/02

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Emenda nº 02 - CAE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE	X				PEDRO SIMON	X			
CARLOS BEZERRA	X				IRIS REZENDE				
CASILDO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO	X				SERGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
FERNANDO RIBEIRO	X				GERSON CAMATA				
ALBERTO SILVA					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					AMIR LANDO				
VALMIR AMARAL					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
JONAS PINHEIRO					JOSÉ JORGE				
BELLO PARGA	X				MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				ROMEU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS					GERALDO ALTHOFF				
LINDBERG CURY	X				JORGE BORNHAUSEN				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCÂNTARA					GERALDO MELO				
LÚCIO COELHO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ROMERO IUCA	X				LUIZ PONTES				
RICARDO SANTOS					BENÍCIO SAMPAIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY - PT	X				JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT				
HELOISA HELENA - PT	X				JOSÉ ALENCAR - PL				
LAURO CAMPOS - PDT					ROBERTO FREIRE - PPS	X			
JOSÉ FOGAÇA - PPS					JEFFERSON PERES - PDT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO (1)	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 15 SIM 15 NÃO - PREJ - AUTOR - ABS - SALA DAS REUNIÕES, EM 28/11/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 18/11/02

TEXTO FINAL

OF. CAE nº 61/2002

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2001

Brasília, 26 de novembro de 2002

Modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15

§ 1º O montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), observada, em 90% (noventa por cento) de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

.....
II – Quota Estadual e Municipal, correspondente a dois terços do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental.

.....(NR)”

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A quota estadual e municipal do Salário-Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, será integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exa. que esta Comissão aprovou, em reunião realizada na presente data, o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, que “modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação”.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

.....
Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 13-9-96:

“§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”
.....

LEI Nº 5.672, DE 2 DE JULHO DE 1971

Modifica o parágrafo 2º do artigo 10 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966 (Normas de Direito Agrário), e o parágrafo 2º do artigo 11 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial, e dá outras providências.
.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

PARECERES Nºs 76 E 77, DE 2003
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas”; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que “altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros” (tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 232, de 2002).

PARECER Nº 76, DE 2003

Relator: Senador **Carlos Bezerra**

I – Relatório

É submetido à deliberação terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, de autoria do eminente Senador Renan Calheiros, que, “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas”, juntamente com o anexo PLS nº 178/01, de autoria do também eminente Senador Antero Paes de Barros.

O projeto tem dois artigos. O 1º dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre isenção do IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de

deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências”.

O dispositivo que se pretende alterar está assim redigido:

“Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez (redação dada pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996).”

A redação proposta tem a seguinte dicção:

“Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º poderá ser reaplicado na aquisição de novo veículo, a álcool ou gasolina, sempre que sua utilização tenha sido, no mínimo, de três anos.”

O art. 2º da proposição contém cláusula de vigência imediata da lei decorrente.

O autor declara que seu objetivo “é sanar uma grave injustiça e estabelecer um correto mecanismo que possibilite aos motoristas de táxi continuarem exercendo as suas profissões, consideradas de relevante interesse público”. Para tanto, é necessário “dar eficácia econômica e social ao acertado incentivo concedido a essa categoria, de isenção do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados aos serviços de transporte de passageiros”. Com efeito, ao limitar temporalmente a validade do benefício, o poder público acarretou “sérios prejuízos econômico-sociais ao País e aos motoristas de táxi”.

Segundo o proponente, “é inconcebível inviabilizar o trabalho de um pai de família, que exerce a profissão de motorista de táxi há várias décadas, pelo simples fato de que a legislação não permite que ele possa renovar ou substituir o seu instrumento de trabalho, tantas vezes quanto necessárias”. Defende, assim, “o intervalo de três anos entre uma compra e outra”, argumentando que a renovação da frota é fator de segurança dos usuários, dos transeuntes e dos próprios motoristas, e atende às disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

É o relatório.

II – Análise

II.1 – Constitucionalidade

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade. Com efeito, a União é competente para legislar, concorrentemente, sobre direito tributário e, com exclusividade, sobre o IPI, a teor dos arts. 24, I, e 153, IV, da Magna Carta. E, nos termos do art. 48, I,

cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário. O art. 61, **caput**, faculta a Senador a propositura de lei sobre a matéria. Também é atendido in casu o disposto no art. 150, § 6º, da Constituição, segundo o qual isenção de imposto só pode ser concedida mediante lei específica, que regule exclusivamente a matéria.

Ademais, a proposição não fere nenhum dos princípios do Direito Constitucional Tributário. A concessão de isenção do IPI a uma categoria de adquirentes de veículos, no caso, taxistas, poderia ensejar a arguição de desrespeito ao princípio da isonomia tributária (art. 150, II), uma vez que os demais adquirentes dos mesmos veículos estariam excluídos da fruição do benefício.

Convém, a este propósito, registrar a lição do maior tratadista brasileiro sobre o tema da isenção tributária:

“O ordenamento constitucional tributário do País, **excetuados os casos com os quais se pretende substituir a justiça tributária, por uma justiça social (isenções extrafiscais)**, exige que os contribuintes, em idênticas circunstâncias características de capacidade contributiva, se submetam a idêntico regime tributário. No moderno Estado de direito, a igualdade e a generalidade são princípios básicos de tributação, com os quais colidem as isenções de pessoas ou grupos sociais estabelecidos pura e simplesmente intuitu personae, isto é, sem nenhuma consideração de justiça fiscal ou de ordem social ou econômica”. (José Souto Maior Borges, in Teoria Geral da Isenção Tributária. 3ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, 2001. p. 46) (grifos nossos).

O grande tributarista pátrio, em sua obra clássica, aduz:

“Em princípio, a isenção tributária, à semelhança do imposto, é utilizável para fins de intervencionismo econômico e social. Podem ser concedidas isenções da sujeição ao poder tributário com fundamento em razões sociais. O ordenamento tributário prescinde, nesses casos, dos seus fins estritamente fiscais para assegurar o bem-estar geral. Passa a exercer, tal exoneração tributária, função regulatória, extrafiscal e inter-

vencionista, de setores da vida social” (ob. citi., p. 70).

Ora, são razões de ordem social, econômica e de interesse público que têm motivado o Legislador a isentar, por décadas, os taxistas e os portadores de deficiência física.

II.2 – Juridicidade

É necessário examinar a compatibilidade da proposição com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que assim dispõe:

Seção II

Da Renúncia de Receita

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, **atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e apelo menos uma das seguintes condições:***

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

*II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

O art. 12 da LRF, inserido na seção relativa à previsão e arrecadação da receita pública, prescreve:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

A Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2002 (LDO)”, assim preceitua:

Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de noventa dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

Como se vê, nem a LDO nem a LRF impedem, por si sós, a aprovação de projeto de lei que vise à concessão ou ampliação de benefício ou incentivo fiscal e, em decorrência, gere renúncia de receita.

A interpretação conjugada dos dois diplomas legais em referência poderia, contudo, levar à conclusão de que a proposição cogitada – de iniciativa parlamentar – deveria estar acompanhada de:

1) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; e

2) medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos

dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, ressalvada a elevação de alíquota, delegada ao Poder Executivo, nos termos do § 1º do art. 153 da Constituição, relativa aos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados, e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

3) ou, como alternativa a medidas de compensação, a demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

A LRF impôs, assim, condicionantes à iniciativa parlamentar em matéria de renúncia fiscal, cujo propósito, certamente, foi o de dificultar a concessão de benefícios fiscais.

O projeto, que ora se examina, não cria benefício fiscal novo. A isenção para taxistas e portadores de deficiência física existe há mais de vinte anos por força de sucessivas prorrogações. A longa série de leis teve início em 1982, com o Decreto-Lei nº 1.944, ao qual se sucederam, mais recentemente, as Leis nºs 8.199, de 1991; 8.843, de 1994; 8.989, de 1995; 9.144, de 1995; 9.317, de 1996, e 10.182, de 2001, além de inúmeras medidas provisórias. Mesmo as alterações consubstanciadas no projeto não constituem inovações. Com efeito, a permissão para aquisição de veículo a gasolina e diesel, longe de ser uma novidade, era, ao contrário, a regra, só recentemente alterada. A permissão para o beneficiário usufruir a isenção uma vez a cada três anos, ainda que não admitida literalmente, já ocorria de forma indireta, por força da edição de sucessivos diplomas legais, cada qual ensejando o gozo do benefício uma ou duas vezes consecutivas.

Assim sendo, a adoção de prazo indeterminado, sugerida por nós no Substitutivo, que adiante apresentaremos, não deve ser entendida como ampliação do benefício, uma vez que a manutenção do incentivo já se tornou uma realidade gerada pelas prorrogações ininterruptas. A descontinuação do benefício é que pareceria a todos uma novidade.

Inexistindo nova concessão ou ampliação de isenção, não há, a rigor, aumento na renúncia de receita, tal qual definida no art. 14, **caput** e § 1º, da LRF. A renúncia não precisa ser recalculada em função do projeto nem do Substitutivo, pois ela já é considerada, rotineiramente, na estimativa de receita da lei orçamentária anual. Como tem ocorrido desde 1989, a Secretaria da Receita Federal elabora o Demonstrativo dos Benefícios Tributários (DBT), em conformidade com o disposto no:

a) § 6º do art. 165 da Constituição, que estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia;

b) inciso II do art. 5º da LRF, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual será acompanhado de documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Segundo o DBT, a perda na arrecadação de IPI derivada da isenção na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros (táxi) alcançaria os seguintes valores: R\$52.974.503,00 em 2001 e R\$18.981.351,00 em 2002, apresentando, no atual exercício financeiro, um decréscimo considerável.

O Poder Executivo está instrumentado para estimar a renúncia de receita, pois essa é uma de suas funções rotineiras. Ademais, está obrigado a fazê-lo, anualmente, por exigência expressa da Constituição, da LRF e das LDO anuais. É certo que continuará desempenhando esse papel, a contento.

II.3 – Técnica Legislativa

O Substitutivo está lavrado em boa técnica legislativa. Atende às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona

II.4 – Mérito

Por meio de sucessivos diplomas legais, o Legislador Federal já consolidou o seu entendimento e reiterou a sua vontade política de aliviar os taxistas do ônus tributário que recai sobre o seu único instrumento de trabalho: o automóvel de passageiros, sujeito ao IPI, cujas alíquotas variam de 25%, 20% a 10%. Os Estados da Federação têm procedido da mesma forma, por meio de convênios que vêm renovando a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Na maior parte das vezes, é o Presidente da República que, atalhando os longos caminhos do Legislativo, edita medidas provisórias concessivas do benefício.

A contínua renovação da isenção demonstra que, na avaliação do Poder Público, o custo-benefício da renúncia fiscal tem favorecido a sociedade. Dispondo de veículos novos e mais baratos, os taxistas oferecem um serviço mais seguro e confortável para os usuários. Outro aspecto importante é que as tarifas ficam mais competitivas diante da maior concorrência propiciada pelo acesso mais fácil ao automóvel por parte dos profissionais.

Tornou-se evidente que o benefício deve ser permanente, até mesmo por razões de “economia legislativa”. O Congresso tem uma pauta congestionada de projetos para votar e não se justifica que despenda tanto tempo para renovar, a cada dois ou três anos, o benefício fiscal de que se trata.

É também injustificável que o profissional só possa fruir da isenção duas vezes. Essa sistemática implica que, decorridos três anos da primeira aquisição, ele só possa adquirir mais um veículo, perfazendo dois, no total. Ora, se o táxi é o seu instrumento de trabalho, dele necessitará o taxista durante toda a sua vida profissional. E, não sendo uma atividade particularmente lucrativa, terá dificuldade em comprar, a cada três anos, um automóvel novo, cujo preço final venha a embutir de 35% a 40% de impostos. A limitação a dois veículos só faz sentido quando o benefício é limitado no tempo, como ocorre atualmente. No momento em que a isenção passa a ser permanente, é lógico que o beneficiário possa gozá-la por mais de duas vezes.

É, mais uma vez, procedente sugerir a extensão do desgravamento tributário a veículos movidos a gasolina e diesel. Condição a retirada do gravame à exigência de que o veículo seja movido a combustível de origem renovável tornou-se descabido, pelos motivos já assinalados nas Leis nºs 9.660, de 1988, e 10.182, de 2001, conforme ressalta em sua proposta o Senador Antero Paes de Barros, reportando-se às dificuldades do fornecimento regular do produto, notadamente em algumas regiões do País, conforme fundamentos da exclusão da referida obrigatoriedade, a saber:

a) os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis;

b) os veículos destinados aos portadores de deficiência física;

c) os veículos destinados aos integrantes de missões diplomáticas, de repartições

consulares de carreira e de delegações especiais acreditadas junto ao Governo brasileiro, bem assim aos funcionários, peritos, técnicos ou consultores de representações de organismos internacionais ou regionais de caráter permanente, dos quais o Brasil seja membro, ou amparados, por acordos internacionais, celebrados pelo Brasil.

O mérito do projeto é, pois, indiscutível. Seu texto pode, contudo, ser aperfeiçoado. As modificações inseridas na Lei nº 8.989, de 1995, de forma explícita, e as procedidas, de forma implícita, tornaram seu texto pouco transparente e, até mesmo, confuso. A própria ementa original não condiz com o seu atual conteúdo. A mera substituição, no próprio texto, do art. 2º que se pretende alterar, revela-se inadequada, pois o dispositivo, na realidade, tem repercussões sobre o art. 1º citado, o qual deve, pois, ser adaptado.

Entendemos que a reprodução integral em novo texto é a melhor maneira de atender, simultaneamente, aos seguintes objetivos:

1º) escoimar as imprecisões e dar transparência e clareza à norma isentiva;

2º) observar o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente quanto aos preceitos de redação legislativa contidos nos seus arts. 5º, 7º, 9º e 11, II;

3º) introduzir as alterações pretendidas pelo Autor, a saber:

a) vigência do benefício por prazo indeterminado;

b) admissão de outros combustíveis, além dos de origem renovável;

c) gozo do benefício em caráter continuado e não apenas por duas vezes, a cada três anos.

III – Voto

Como conclusão, o nosso parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, e prejudicialidade do PLS 178, de 2001, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAE

(Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2002

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização

no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a qualquer combustível, quando adquiridos por:

I – motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

Parágrafo único. A exigência para aquisição de automóvel de quatro portas e de até 127 I-IP de potência bruta (SAE), não se aplica aos portadores de deficiência física de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo.

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º poderá ser usufruído mais de uma vez, desde que decorridos, no mínimo, três anos da aquisição anterior.

Art. 3º A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 6º A alienação do veículo, adquirido nos termos desta lei ou da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de

1995, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais, acarretará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º No caso de falecimento ou incapacitação do motorista profissional alcançado pelos incisos I e II

do art. 1º, sem que tenha efetivamente adquirido veículo profissional, o direito será transferido ao cônjuge, ou ao herdeiro designado por esse ou pelo juízo, desde que seja motorista profissional habilitado e destine o veículo ao serviço de táxi.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e respectivas alterações nela efetuadas pelo art. 29 da Lei nº 9.137 de 5 de dezembro de 1996, e pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2000.

PL 178, PROJ. DE LEI N° 178 DE 2002

EM, 15 DE JULHO DE 2002

PRESIDENTE <i>Luiz Fialho</i> LUÍZ FIALHO	
SENADOR RELATOR <i>Carlos Bezerra</i> CARLOS BEZERRA	
PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
FRANCISCO ESCÓRCIO <i>xi</i>	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2- IRIS REZENDE
CASILDO MALDANER	3 - MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4- SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS <i>Renan</i> AUTOR PL 15 DE 2002
FERNANDO RIBEIRO <i>FR</i>	6- GERSON CAMATA
GILVAM BORGES <i>GB</i>	7- ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA <i>NS</i>	8- AMIR LANDO
WELLINGTON ROBERTO <i>WR</i>	9 - MARLUCE PINTO <i>MP</i>
PFL	
TITULARES	SUPLENTE
FRANCELINO PEREIRA <i>FP</i>	1- LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPINO <i>JA</i>	2- MARIA DO CARMO ALVES
JONAS PINHEIRO <i>JP</i>	3- MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JUNIOR <i>ACJ</i>	4- BERNADO CABRAL
PAULO SOUTO <i>PS</i>	5-ROMEY TUMA <i>RT</i>
WALDECK ORNELAS	6- ADIR GENTIL
LINDBERG CURY	7 - JOSÉ JORGE

1016-15 NÚMERO 1215 N° 15 DE 2003
 EM, 15 DE JULHO DE 2003

BLOCO PSDB – PPB

TITULARES	SUPLENTE
FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTRA	2- GERALDO MELO
LUDIO COELHO	3- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCA	4 – REGINALDO DUARTE
RICARDO SANTOS	5- ARI STADLER

BLOCO DE OPOSIÇÃO PT – PDT – PPS

TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO SUPPLY	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOISA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4- JEFFERSON PERES

PSB

TITULARES	SUPLENTE
ROBERTO SATURNINO	1-ADEMIR ANDRADE

PTB

TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 15 DE 2002 (Substituição)

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCISCO ESCORCIO	X				PEDRO SIMON				
CARLOS BEZERRA	X				IRIS REZENDE				
CASILDO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO					SERGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS			X	
FERNANDO RIBEIRO	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA	X				AMIR LANDO				
WELLINGTON ROBERTO					MARLUCE PINTO	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
JOSÉ AGRIPINO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
JONAS PINHEIRO	X				MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				ROMÉU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS					ADIR GENTIL				
LINDBERG CURY					JOSÉ JORGE				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCÂNTARA					GERALDO MELO				
LÚDIO COELHO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ROMERO JUCÁ	X				REGINALDO DUARTE	X			
RICARDO SANTOS					ARI STADLER				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY					JOSÉ EDUARDO DUTRA				
HELOÍSA HELENA	X				JOSÉ ALENCAR				
LAURO CAMPOS					ROBERTO FREIRE				
JOSÉ FOGAÇA					JEFFERSON PERES				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO					ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 13 SIM 12 NÃO 1 AUT 1 ABS 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 06 / 02

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

PARECER Nº 77, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Subemendas nºs 1 e 2-CAE, apresentadas perante a comissão, em turno suplementar, à Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Bezerra**

Relator **ad hoc**: Senador **Geraldo Melo**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão, o projeto em epígrafe foi aprovado, em 25 de junho de 2002, nos termos de substitutivo. Durante o turno suplementar de discussão da Emenda CAE/Substitutiva, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do nobre Senador Edison Lobão, com fulcro no § 2º do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Emenda nº 1 acrescenta dispositivo ao art. 1º, estendendo a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos automotores, dotados de pelo menos quatro portas, com lotação mínima de sete e máxima de dezesseis pessoas acomodadas em assento, quando adquiridos por motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte público alternativo de passageiros e que destinem o veículo à utilização no referido serviço.

A Emenda nº 2, de redação, adapta as remissões feitas no parágrafo único do art. 1º e no art. 7º do substitutivo à nova redação dada ao caput do art. 1º pela Emenda nº1.

II – Análise das Emendas

A Emenda nº 1 está muito bem fundamentada pelo seu ilustre Autor. Os ônibus que operam no Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC) estão desonerados do IPI, por força da alíquota O (zero). Os táxis que prestam o Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros (SPTIP) são, desde muito tempo, beneficiados com a isenção temporária do IPI,

que se tornará definitiva caso o projeto sob exame seja aprovado e sancionado.

Entretanto, os veículos utilizados no Serviço de Transporte Público Alternativo (STPA) – “vans”, combis e similares – são tributados com alíquotas relativamente altas. À medida que o STPA vem se consolidando como um segmento indispensável no transporte público urbano das grandes e médias cidades brasileiras, não mais se justifica que continue a ter um tratamento tributário discriminatório, vis-à-vis ao STPC e ao SPTIP. Afinal, o benefício fiscal proposto pela emenda, a exemplo do concedido aos veículos utilizados no STPC e no SPTIP, visa a favorecer não o proprietário, mas a população em geral, usuária do serviço de transporte público.

O fato de a emenda estar desacompanhada de estimativa de renúncia de receita fiscal, exigida pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal nos casos de ampliação de benefício de natureza tributária, não a invalida. Com efeito, a perda de receita e as medidas de compensação correspondentes (aumento de tributação ou cancelamento de despesas em valor equivalente) serão mais bem avaliadas no momento da votação final do projeto pelo Congresso Nacional.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação das Emendas nº 1 e 2 ao PLS nº 15 (Substitutivo), de 2002.

Sala da Comissão, – **Carlos Bezerras**, Relator.

Subemenda nº 1 – CAE

à Emenda nº 1 – CAE (substitutivo)

Dê-se ao **caput** do art. 1º do PLS nº 15 (Substitutivo), de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):

I – os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, mo-

vidos a qualquer combustível, quando adquiridos por:

a) motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

b) motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

c) cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

d) pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

II – os veículos automotores, dotados de pelo menos quatro portas, com lotação mínima de sete e máxima de dezesseis pessoas acomodadas em assento, quando adquiridos por motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte público alternativo de passageiros e que destinem o veículo à utilização no referido serviço.

Justificação

A emenda estende ao Serviço de Transporte Público Alternativo (STPA), o tratamento tributário previsto no presente projeto para o Serviço de Transporte Individual de Passageiros (táxi).

O STPA vem se incorporando, de forma crescente, ao Sistema de Transporte Público Coletivo, mormente nas regiões metropolitanas, capitais, gran-

des e médias cidades do País. O STPA tem caráter complementar ao serviço convencional de transporte coletivo; normalmente suas linhas não concorrem nem coincidem com as linhas do serviço convencional, devendo a complementaridade suprir o transporte convencional, onde este se mostre inadequado ao tratamento da demanda, em termos econômico-financeiros, geográficos, temporais ou por segmentos diferenciados.

Os veículos utilizados são as “vans”, as combis e similares, que tanto têm contribuído para desafogar o trânsito e aumentar a segurança e o conforto dos passageiros. A demanda crescente do mercado vem ensejando sua fabricação pelas montadoras instaladas no País, em substituição a importações. Enquanto os ônibus, usados no transporte coletivo de passageiros, e os táxis, usados no transporte individual, se encontram desonerados de IPI, os veículos empregados no transporte público alternativo são onerados com alíquotas elevadas desse imposto.

A emenda que ora submeto à apreciação dos meus pares visa tão-somente fazer prevalecer o princípio constitucional tributário da isonomia: **ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio** (onde há a mesma razão da lei, aí deve-se aplicar a mesma disposição legal).

Sala da Comissão, – **Edison Lobão**.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 AO PLS Nº 15 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Subemenda nº 2 – CAE à
Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo)

Art. 1º, parágrafo único

Substitua-se a expressão “inciso IV” por “alínea **d** do inciso I”.

Art. 7º

Substitua-se a expressão “pelos incisos I e II”, por “pelas alíneas **a** e **b** do inciso I”.

Justificação

A presente emenda objetiva adaptar as remissões feitas no parágrafo único do art. 1º e no art. 7º do PLS à nova redação dada ao caput do art. 1º pela Emenda nº de nossa autoria.

Sala da Comissão, – **Edison Lobão**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2002

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE / / , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :

RELATOR : AD HOC : SENADOR GERALDO MELO

PMDB

LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
NABOR JÚNIOR	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO

PFL

FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPINO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCA	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOÍSA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES

PSB

ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
-----------------------	------------------

PTB

FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO
------------------	-----------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL Subemendas 1 e 2 à Emenda nº 01 – CAE Substitutiva (PLS 15/02)

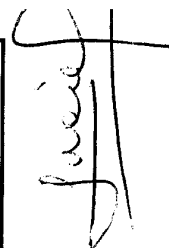
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ PASTORE	X				PEDRO SIMON				
CARLOS BEZERRA					IRIS REZENDE				
NABOR JUNIOR					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO	X				SÉRGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
FERNANDO RIBEIRO					GERSON CAMATA				
ALBERTO SILVA	X				ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					AMIR LANDO				
VALMIR AMARAL					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
JOSÉ AGRIPINO	X				JOSÉ JORGE				
BELLO PARGA					MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				ROMEU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS	X				GERALDO ALTHOFF				
LINDBERG CURY					JORGE BORNHAUSEN				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X				JOSÉ SERRA				
LÚCIO ALCÂNTARA					GERALDO MELO	X			
LÚDIO COELHO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X			
ROMERO JUCÁ	X				LUIZ PONTES				
RICARDO SANTOS					BENÍCIO SAMPAIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT					JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT				
HELOISA HELENA - PT					JOSÉ ALENCAR - PL				
LAURO CAMPOS - PDT					ROBERTO FREIRE - PPS				
JOSÉ FOGAÇA - PPS					JEFFERSON PERES - PDT	X			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO (1)	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 15 SIM 15 NÃO - PREJ - AUTOR - ABS - SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / II / 2002

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 04/11/02



**TEXTO FINAL OFERECIDO PELA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2002

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):

I – Os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a qualquer combustível, quando adquiridos por:

a) motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

b) motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

c) cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

d) pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

II – Os veículos automotores, dotados de pelo menos quatro portas, com lotação mínima de sete e máxima de dezesseis pessoas acomodadas em assento, quando adquiridos por motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte público alternativo de

passageiros e que destinem o veículo à utilização no referido serviço.

Parágrafo único. A exigência para aquisição de automóvel de quatro portas e de até 127 HP de potência bruta (SAE) não se aplica aos portadores de deficiência física de que trata a alínea d do inciso I do caput deste artigo.

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º poderá ser usufruído mais de uma vez, desde que decorridos, no mínimo, três anos da aquisição anterior.

Art. 3º A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 6º A alienação do veículo, adquirido nos termos desta lei ou da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais, acarretará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º No caso de falecimento ou incapacitação do motorista profissional alcançado pelas alíneas a e b do inciso I do art. 1º, sem que tenha efetivamente adquirido veículo profissional, o direito será transferido ao cônjuge, ou ao herdeiro designado por esse ou pelo juízo, desde que seja motorista profissional habilitado e destine o veículo ao serviço de táxi.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e respectivas alterações nela efetuadas pelo art. 29 da Lei nº 9.137, de 5 de dezembro de 1996, e pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2000.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2002

Exmº. Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos dos artigos 258 **usque** 260 do Regimento Interno, que os Projetos de Lei nºs 178 de 2001 e 15 de 2002, de autoria dos Senadores Antero Paes de Barros e Renan Calheiros, respectivamente, “que alteram o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Especializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros”; sejam apensados para tramitação em conjunto em razão de regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2002. – **Antero Paes de Barros.**

OF./CAE/37/02

Brasília, 25 de junho de 2002

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou a Emenda nº 1 CE – CAE (substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas”, e que a referida emenda será submetida à turno suplementar de discussão na próxima reunião desta Comissão.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF./CAE/102

Brasília, 7 de novembro de 2002.

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V.Exª que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, que “Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), para taxistas” nos termos da Emenda nº 1 – CAE (substitutivo) e decidiu pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros, em reunião realizada em 25 de junho de 2002.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão d Assuntos Econômicos.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Seção VIII

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposição Geral

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Seção II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

(*) 6º

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima e numeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, g.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I – importação de produtos estrangeiros;
- II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III – renda e proventos de qualquer natureza;
- IV – produtos industrializados;
- V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI – propriedade territorial rural;
- VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

Seção II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

- I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;
- II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;
- III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;
- IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada

básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

Parágrafo único. (incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001) (VETADO)

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

g) indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões “anterior”, “seguinte” ou equivalentes; (Alínea incluída pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Seção III

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Seção II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

**Altera a Lei Complementar nº 95, de
26 de fevereiro de 1998.**

LEI Nº 8.199, DE 28 DE JUNHO DE 1991

**Concede isenção do Imposto sobre
Produtos Industrializados – IPI na aquisi-
ção de automóveis para utilização no
transporte autônomo de passageiros,
bem como por pessoas portadoras de
deficiência física e aos destinados ao
transporte escolar, e dá outras providên-
cias.**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional (decreta e eu promulgo, nos seguintes termos do artigo 66 da Constituição Federal, a seguinte parte vetada da Lei nº 8.199, de 28 de junho de 1991:

“IV – pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.”

Fernando Collor – Presidente da República.

LEI Nº 8.843, DE 10 DE JANEIRO DE 1994

Revigora a Lei nº 8.199, de 1991.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É revigorada até 31 de dezembro de 1994 a Lei nº 8.199, de 28 de junho de 1991.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO**
– **Fernando Henrique Cardoso.**

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995.

**Dispõe sobre isenção do Imposto
sobre Produtos Industrializados (IPI) na
aquisição de automóveis para utilização
no transporte autônomo de passageiros,
bem como por pessoas portadoras de**

**deficiência física e aos destinados ao
transporte escolar, e dá outras providên-
cias.**

Art. 2º O benefício de trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez. (Redação dada pela Lei nº 9.317, de 5-12-1996) (Vide Medida Provisória nº 75, de 24-10-2002)

LEI Nº 9.144, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1995

**Prorroga a vigência da Lei nº 8.989,
de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe
sobre isenção do Imposto sobre Produ-
tos Industrializados -IPI na aquisição de
automóveis para utilização no transporte
autônomo de passageiros, bem como por
pessoas portadoras de deficiência física,
e dá outras providências.**

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

**Dispõe sobre o regime tributário
das microempresas e das empresas de
pequeno porte, institui o Sistema Integra-
do de Pagamento de Impostos e Contri-
buições das Microempresas e das
Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
e dá outras providências.**

Seção III

Do Conselho Deliberativo do Sebrae

Art. 29. O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

Art. 2º O benefício de trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez.”

.....

LEI Nº 9.660, DE 16 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.182, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º É restaurada a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que, com as alterações determinadas pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar até 31 de dezembro de 2003.

§ 1º No período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1999, a vigência da Lei nº 8.989, de 1995, observará as prescrições contidas no art. 2º da Lei nº 9 660, de 16 de junho de 1998.

§ 2º E mantida a isenção fiscal aos portadores de deficiência física na forma do art. 1º inciso IV da Lei nº 8.989, de 1995, para aquisição de veículos movidos a qualquer combustível.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, alterado pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável, quando adquiridos por:

.....

Parágrafo único. A exigência para aquisição de automóvel de quatro portas e de até 127 HP de potência bruta (SAE) não se aplica aos deficientes físicos de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo”. (NR)

.....

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências

.....

CAPÍTULO VII

Das Disposições sobre Alteração na Legislação Tributária

Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de noventa dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

.....

DECRETO-LEI Nº 1.944,
DE 15 DE JUNHO DE 1982

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool.

.....

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 27, de 2003, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 41, de 2003, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, em atendimento ao Requerimento nº 259, de 1998, do Senador José Eduardo Dutra.

As informações foram anexadas ao processado do referido Requerimento e do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O Projeto de Decreto Legislativo volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania e, posteriormente, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

OF/CAE/43/02

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2002, que “Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para taxistas” nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) e decidiu pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros, em reunião realizada em 25 de junho de 2002.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. CAE Nº 60/2002

Brasília, 26 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex^a que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2000, que “Altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação)”, em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. CAE Nº 61/2002

Brasília, 26 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex^a que esta Comissão aprovou, em reunião realizada na presente data, o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2001, que “Modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº

9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 20 da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação”.

Atenciosamente, – **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 179/02–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de dezembro de 2002

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 261, de 1999; 25, de 2000; 53, de 2001, e 15, de 2002** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2001), cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2003

Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, sobre medidas de prevenção e combate ao vírus HPV.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, quanto às medidas em execução e em projeto para o enfrentamento do vírus HPV no País, esclarecendo o número de pessoas atendidas, locais de atendimento, bem como se

há planos para vacinação contra o vírus, transmitido pelo sexo e que pode causar câncer.

Justificação

As informações ora solicitadas têm o objetivo de esclarecer as medidas que estão sendo aplicadas pelo sistema de saúde brasileiro, com vistas ao enfrentamento do vírus HPV, bem como dados estatísticos a respeito.

Sala das sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2003

Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, sobre renúncia fiscal.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, Requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Previdência Social, indicando todas as entidades beneficiadas por renúncia fiscal concedida pela Previdência.

Justificação

As informações aqui requeridas destinam-se a análises sobre a dimensão alcançada no País pela renúncia fiscal conferida pela Previdência a entidades filantrópicas e a outras associações, clubes etc. A solicitação enquadra-se na competência do Congresso Nacional, de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2003

Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre reforma agrária na faixa de fronteira.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre a existência de projetos para implantação de reforma agrária na faixa de fronteira, esclarecendo:

1 – Planos objetivos para o biênio 2003/2004;

2 – Locais e dados relativos ao efetivo início desses projetos.

Justificação

As informações ora solicitadas têm o objetivo de esclarecer quais os planos pretendidos para esses assentamentos e, assim, permitir ao Congresso Nacional adequado desempenho da fiscalização, controle e acompanhamento das ações programadas.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2003

Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, sobre o número de beneficiários do Programa Fome Zero.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, esclarecendo o número de cidadãos brasileiros carentes visualizados pelo chamado Programa Fome Zero.

Justificação

As informações ora solicitadas têm o objetivo de esclarecer as previsões oficiais sobre o total de pessoas carentes visualizadas pelo chamado Programa Fome Zero e, assim, permitir ao Congresso Nacional adequado desempenho da fiscalização, controle e acompanhamento das ações programadas.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2003

Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, sobre exigências fiscais pelo Programa Fome Zero.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, sobre a veracidade de denúncias veiculadas pelo Senador Eduardo Suplicy, segundo as quais seriam exigidas notas fiscais dos beneficiários do chamado Programa Fome

Zero, para comprovação dos gastos com a aquisição de gêneros alimentícios.

Justificação

As informações ora solicitadas têm o objetivo de esclarecer se procedem as denúncias de que os beneficiários do chamado Programa Fome Zero estariam sendo obrigados a apresentar notas fiscais que comprovem a compra de alimentos com o dinheiro recebido.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 215, I, a e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito requerer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre as condições de financiamento, cronograma de desembolso, contrapartida aos valores financiados, condições de pagamento, juros, prazos, carência e compensações do empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, à Companhia Ford, instalada no Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Marcelo Crivella.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, combinado com o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e com os arts. 215 a 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa pedido de fornecimento de cópia do Projeto de Ampliação do Aeroporto de Vitória, acompanhada das informações e estudos técnicos realizados.

Justificação

O presente requerimento fundamenta-se no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de a Mesa do Senado Federal encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado, combinado com o inciso X do art. 49 da mesma Constituição, que declara ser da competência exclusiva do Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo. O requerimento objetiva, priorita-

riamente, a obtenção de documentos e informações que me permitam dar adequado andamento à atividade parlamentar de fiscalização e controle dos investimentos da União no Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Magno Malta.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2003

Solicita informações ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre nomeações para órgãos da estrutura interna da pasta.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre as razões da demora na escolha e nomeação de dirigentes de Secretarias, especialmente as de Comércio Exterior e de Desenvolvimento da Produção.

Justificação

A Secretaria de Comércio Exterior e a de Desenvolvimento da Produção são dois órgãos essenciais para o bom funcionamento e o êxito das missões da competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Não obstante, seus titulares ainda não foram designados, segundo afirmações do próprio titular da pasta. Dentro das atribuições do Congresso Nacional, como órgão fiscalizador, as informações ora solicitadas são plenamente justificadas.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2003

Solicita Informações ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, quanto a redução do ICMS incidente sobre produtos da cesta básica.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, sobre pretendida redução do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que incide sobre os alimentos componentes da cesta básica, esclarecendo se há

planos imediatos para esse fim e, em caso positivo, como será feita a redução do imposto.

Justificação

A solicitação ora formulada deve-se a anúncios de estudos destinados a reduzir o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. São informações úteis para o exercício da prerrogativa fiscalizadora e de controle, assegurada ao Congresso Nacional pela Constituição Federal.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2003. –
Artur Virgílio, Líder do PSDB.

(Á mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas.

§ 1º O programa referido no **caput** destina-se a fomentar projetos desportivos que beneficiem crianças e adolescentes moradores das comunidades situadas em áreas com alto índice de violência.

§ 2º O programa deverá operar dentro das modalidades dos programas desportivos financiados pelo Governo Federal e parcerias.

Art. 2º Cabe ao Poder Executivo estabelecer critérios de seleção das comunidades beneficiadas, normas e meios de apoio técnico, gerencial e creditício do programa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o objetivo de promover a inclusão social da criança e do adolescente, esta proposta dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo de instituir programa de prática de desportos a fim de evitar que o jo-

vem se inicie no tráfico de drogas, na violência das gangues e na marginalidade.

Atualmente, a desagregação familiar e, muitas vezes, as dificuldades financeiras podem tornar a criança e o adolescente desmotivado. Ademais, percebe-se que o ócio do adolescente da periferia não é bom companheiro e parece ser um convite à marginalidade.

Sabe-se que um dos anseios da alma do ser humano é ser reconhecido. Vê-se que tem **status** na favela aquele adolescente que serve ao tráfico de drogas. De fato, o que ele busca é o reconhecimento. Ao praticar esportes, é dada à criança e ao adolescente a expectativa de melhorar a qualidade de sua vida e a de seus familiares e, sobretudo, a oportunidade de ser reconhecido. De fato, a ele é oferecida a oportunidade da mudança de paradigma.

Nas famílias carentes, são muito freqüentes frustrações, ressentimentos, problemas de organização social, ruptura de equilíbrio, valores em conflito, que são traços característicos do estado de anomia. E a ausência das condições necessárias para o homem se realizar e alcançar a felicidade. É a questão do “ser é ser reconhecido”. Esse estado de anomia causa também sensação de desprestígio, baixa auto-estima, desmotivação, falta de perspectiva, atritos, desestímulo, menor dedicação e diminuição da criatividade. Assim sendo, o adolescente anômico pode tornar-se violento ou viciar-se em drogas.

Para conter esse quadro adverso, a magia do sonho revela-se como um instrumento poderoso para extrair a força infinita da alma do adolescente. Desse modo, o ideal de tornar-se um grande atleta ou de melhorar o seu desempenho desportivo pode despertar nele a força vital necessária para a concretização do seu sonho.

Merece destaque, dentre outros exemplos bem-sucedidos, a Fundação Gol de Letra (mantida pelos jogadores Raí e Leonardo), que desenvolve programas como o Virando o Jogo, e beneficia crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Rivaldo, Ronaldo, Romário e outros atletas também patrocinam projetos e instituições com essa finalidade.

Um outro exemplo, o Programa Abrindo Espaços, que prevê a abertura das escolas públicas aos alunos nos fins de semana, tanto no Estado do Rio de Janeiro como em Pernambuco, reduziu os índices de violência em até 60%, segundo a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para alcançar redução tão significativa, a estratégia foi a seleção das escolas localizadas em áreas de maior violência. Foram oferecidos a jovens carentes, sem opção de lazer, cursos de teatro, futebol, capoeira, dança, artes e aulas de reforço. Os custos são baixos. Cada jovem atendido custa entre R\$1,00 e R\$2,00 por mês. No Rio, o custo é de R\$2,00, porque as escolas oferecem merenda. Em Pernambuco, como não há merenda, os custos caem para R\$1,00.

Imbuídos desse espírito, entendemos ser urgente a adoção de medidas legislativas que possam contribuir para retirar as crianças e os adolescentes desse estado de anomia.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei, porquanto a prática desportiva é um meio eficaz para resgatar a auto-estima da criança e do adolescente.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Magno Malta.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº 1, de 10 de janeiro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2002, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As informações foram anexadas ao processado do referido Requerimento, que vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que serão lidos pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

PS-GSE/4/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei Complementar nº 347, de 2002 (nº 128/02 – Complementar no Senado Federal), o qual “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei Complementar nº 114, de 16 de dezembro de 2002.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como o texto da Lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE/5/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.302, de 2001 (nº 105/01 no Senado Federal), o qual “Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como o texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE/6/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.565, de 2001 (nº 187/01 no Senado Federal), o qual “Denomina ‘Barragem Padre Cícero’ a Barragem do Castanhão, no Estado do Ceará.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 10.596, de 11 de dezembro de 2002.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa unia via dos autógrafos do referido projeto, bem como o texto da Lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

OS–GSE/7/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.902/97, do Senado Federal (PLS nº 31/97, na origem), que “Autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul”.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

PS-GSE/8/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o artigo 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados determinou o arquivamento do Projeto de Lei nº 4.216/01, do Senado Federal (PLS nº 460/99, na origem), que “Altera o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios”.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 12/2003

Brasília, 8 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Grupo Brasileiro da Associação Interparlamen-

tar de Turismo elegeu, para o período 2003-2007, sua nova Comissão Executiva, ficando assim constituída:

Presidente	Senador EFRAIM MORAIS
1º Vice-Presidente	Deputado ROBSON TUMA
2º Vice-Presidente	Deputado JONIVAL LUCAS
1º Secretário	Senador HERÁCLITO FORTES
2º Secretário	Deputado PAULO LIMA
Tesoureiro	Deputado ALEXANDRE SANTOS
Membros Permanentes do Conselho	Senador EDISON LOBÃO Deputado ATILA LINS Deputado RICARDO IZAR
Suplente dos Membros Permanentes	Deputado PAULO DELGADO

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Efraim Morais**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Mensagens do Senhor Presidente da República que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 58, DE 2003 (Nº56/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Os méritos do Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 63/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe,

da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSE MAURICIO DE FIGUEIREDO BUSTANI

Nascido em 5 de junho de 1945 em Porto Velho, Brasil.
Bacharel em Direito - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1967.

CPF.: 380.406.387-04
ID.: 2145/MRE

Terceiro Secretário, 1967.
Segundo Secretário, merecimento, 1969.
Primeiro Secretário, merecimento, 1976.
Conselheiro, merecimento, 1979.
Ministro de Segunda Classe, 1983.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 20 de dezembro de 1995.

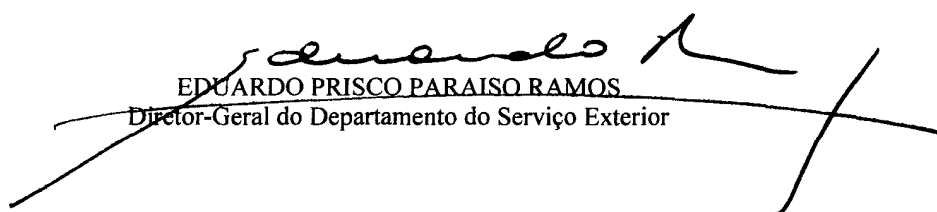
Assistente do Secretário-Geral Adjunto para Organismos Internacionais, 1967-1970.
Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1975-1977.
Chefe do Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, 1992-1993.
Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, 1993-1997.

Embaixada em Moscou, 1970-1973.
Embaixada em Viena, 1973-1975.
Missão junto à ONU, 1977-1984.
Embaixada em Montevidéu, 1984-1986.
Consulado-Geral em Montreal, 1987-1992.

Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos/ONU - 1968, 1969 (membro da Delegação).
Representante-Suplente junto à UNIDO - Viena, 1973-1975.
Comitê Preparatório - Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar - Genebra, 1973-75 (Delegado).
Conferência de Nairobi sobre Direito do Mar - 1974 (Delegado).
Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar - Caracas, 1974; Genebra, 1975; Nova York, 1976, 1977; Genebra, 1978; Nova York, 1978, 1979, 1980; Genebra, 1980; Nova York, 1981; Genebra, 1981; Nova York, 1982; Jamaica, 1983 (Delegado).
Conferência das Nações Unidas sobre Representação dos Estados em suas Relações Internacionais - Viena, 1975 (Delegado).
Assembleia-Geral das Nações Unidas - XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XLVIII, XLIX, L, LI Sessões - Nova York (Delegado).
Comitê Preparatório da I Sessão Especial da AGNU sobre Desarmamento - Nova York, 1978 (Delegado).
I Sessão Especial da AGNU sobre Desarmamento - Nova York, 1978 (Delegado).
Comissão de Desarmamento das Nações Unidas - Nova York, 1979, 1980, 1981, 1982 (Delegado).
Comitê Especial sobre a Carta das Nações Unidas - 1978 (Delegado).
Assembleia-Geral Especial da ONU sobre o Afeganistão - Nova York, 1980 (Delegado).
VIII Sessão de Emergência da ONU sobre a Namíbia - Nova York, 1981 (Delegado).
Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio: I, II, III Sessões - Montreal, 1989, 1990 (Chefe da Delegação); IV Sessão e Reunião das Partes - Nairobi, 1991 (Chefe da Delegação).

Junta de Governadores da AIEA - Viena, 1993 (Delegado).
IV Comissão Mista Brasil-UNIDO - Viena, 1993 (Sub-Chefe da Delegação).
Comitê Preparatório da Organização Internacional para a Proibição das Armas Químicas - Haia, 1996, 1997.

Eleito Diretor-Geral da OPAQ por aclamação em 13 de maio de 1997, para mandato de quatro anos.
Re-eleito por aclamação, um ano antes do término de seu mandato, por iniciativa dos Governos dos Estados Unidos da América e da Federação Russa, para mandato de cinco anos, em maio de 2000.
Mandato interrompido em resultado de manobra política dos Estados Unidos no dia 22 de abril de 2002.



EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO UNIDO

Informações gerais

Dados básicos

Nome oficial:	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Língua:	Inglês
População:	59,8 milhões
Área:	244 mil km ²
Capital:	Londres
Cidades principais:	Londres (8 milhões), Birmingham (1 milhão), Leeds (700 mil), Glasgow (700 mil)
PIB:	US\$ 1,4 trilhão
PIB per capita:	US\$ 23,7 mil
Chefe de Estado:	Rainha Elizabeth II
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Tony Blair
Ministro do Exterior:	Jack Straw
Embaixador em Brasília:	Roger Bone

Fontes: DE-IMRE e The Economist

Sistema Político e de Governo

Sistema Político

O Reino Unido é uma democracia parlamentar que tem como Chefe de Estado um monarca constitucional, a Rainha Elizabeth II. Ao contrário de outras democracias parlamentares, o país não possui Constituição escrita que estabeleça os direitos e obrigações de governantes e governados. O Reino Unido é governado de acordo com leis aprovadas no

Parlamento, com decisões tomadas nas altas cortes judiciais e com a tradição, o que equivale a uma combinação de leis e convenções. Convenções são normas e práticas que não são legalmente impostas, consideradas vitais para o funcionamento do Governo.

Monarquia

A monarquia pode ser considerada a instituição principal para a manutenção da estabilidade política britânica. Sua continuidade foi interrompida uma úni-

ca vez (durante o governo republicano do período de 1649 a 1660) em mais de mil anos. A Rainha não apenas é Chefe de Estado, mas também personifica importante símbolo da unidade nacional. Seu título oficial é: "Elizabeth II, Rainha, Chefe da Commonwealth, Defensora da Fé, pela Graça de Deus, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e de seus outros Reinos e Territórios". Pela lei, a Rainha é o Chefe do Executivo, parte integrante do Legislativo, Chefe do Judiciário, Comandante-Chefe de todas as Forças Armadas da Coroa e 'Supremo Governante' da Igreja Anglicana. Como resultado de um longo processo de evolução, durante o qual o Poder absoluto da Monarquia foi progressivamente reduzido, a Coroa é imparcial em questões políticas e atos da alçada de seus ministros.

Parlamento

O Parlamento compreende a Câmara dos Comuns, a Câmara dos Lordes e a Rainha em suas funções constitucionais. A Câmara dos Comuns é formada por 659 membros do Parlamento (MP), cada qual representando uma circunscrição eleitoral (constituency). A Câmara dos Lordes, cuja composição encontra-se em período de transição até a finalização de reforma a ser implementada pelo Governo, conta no momento com um total de 661 membros, dos quais 543 são vitalícios e 92 hereditários, além de dois arcebispos e dos 24 mais antigos bispos da Igreja Anglicana.

O centro do poder parlamentar é a Câmara dos Comuns. Ela impõe limites ao poder dos Lordes, de acordo com o princípio de que a Câmara dos Lordes deve complementar, e não confrontar, a atuação dos Comuns. Uma vez aprovado em ambas as Câmaras, o projeto de legislação recebe a Sanção Real (Royal Assent) e torna-se lei.

O Parlamento possui ainda mecanismos de controle do Executivo. Um grande número de comissões parlamentares interroga ministros e autoridades do Governo antes da elaboração de relatórios sobre questões de interesse público. O chamado Question Time na Câmara dos Comuns oferece aos MP a oportunidade de formular perguntas aos ministros, havendo, em inúmeras ocasiões, oportunidade para a discussão de questões específicas.

A Câmara dos Comuns pode forçar a renúncia do Governo, caso aprobe moção de desconfiança. O Governo também renunciará na hipótese de rejeição pela Câmara dos Comuns de proposta vital para a condução das políticas de Governo. As sessões de

ambas as Câmaras do Parlamento são transmitidas por televisão e rádio.

Eleições

Eleições gerais para a escolha de MP são realizadas pelo menos a cada 5 anos. O voto é secreto, não-obrigatório e facultado a maiores de 18 anos. O sistema utilizado é o de maioria simples (**first-past-the post system**), sendo, portanto, eleito o candidato que tiver mais votos dentro de seu distrito eleitoral.

As últimas eleições gerais realizaram-se em sete de junho de 2001.

Partidos Políticos

O sistema partidário é elemento essencial no funcionamento das instituições políticas no Reino Unido. Ainda que os partidos não sejam registrados ou formalmente reconhecidos por lei, na prática a maioria dos candidatos nas eleições, e quase todos os eleitos, pertencem aos quadros dos principais partidos. Desde 1945, oito eleições gerais foram vencidas pelo Partido Conservador e oito pelo Partido Trabalhista. Os Liberais Democratas e alguns partidos menores também são representados no Parlamento. Os partidos políticos possuem organizações locais fora do Parlamento e são também representados nos governos locais.

Governo

O Partido que, em eleições gerais, conquista o maior número de assentos ou o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Comuns irá constituir o Governo. De acordo com a tradição, o líder do partido majoritário será nomeado Primeiro-Ministro pelo Soberano. Por recomendação do Primeiro-Ministro, o Soberano nomeia também aproximadamente 100 outras pessoas para preencher postos na área executiva (ministerial appointments). Os ocupantes dos cargos executivos são de modo genérico designados 'Ministros'. O termo compreende não só aqueles que recebem título de Ministro, mas também os Secretários de Estado, o Presidente da Junta de Comércio, os chamados 'Junior Ministers' e os Subsecretários Parlamentares, entre outros.

O Primeiro-Ministro, de acordo com a prática atual, deve ser necessariamente membro da Câmara dos Comuns. Essa convenção foi fixada em 1923 pelo Rei George V. Os demais cargos de Ministro são preenchidos por membros da Câmara dos Comuns ou da Câmara dos Lordes, de modo praticamente exclusivo. Por não serem os Lordes eleitos democraticamente, a

tendência hoje é indicar número cada vez maior de membros dos Comuns para os postos no Executivo. Da perspectiva britânica, é fundamental que os ministros, que respondem pela implementação de políticas sob sua responsabilidade perante o Parlamento, sejam capazes de fazê-lo em condição de igualdade com os demais parlamentares (**as equals**). Pessoas de reconhecida competência em alguma área específica, mas que não tenham assento em uma das duas Câmaras estão pois excluídas de ocupar cargos ministeriais. Se é do interesse do Partido no Governo contar com seus préstimos, podem ser aproveitadas em algum cargo de assessoria, mas não cargo ministerial. Foi assim fixado na prática política britânica que a vinculação partidária no Parlamento tem precedência sobre a competência técnica no que tange ao preenchimento dos postos ministeriais.

Dos ocupantes dos postos ministeriais, aproximadamente 20 irão formar o Gabinete. O Gabinete é composto pelo Primeiro-Ministro, que também o preside (**primus inter pares**), e, de modo geral, pelos ocupantes das posições ministeriais mais elevadas, correspondentes aos cargos de Ministro de Estado no Brasil. A exata composição do Gabinete pode variar de acordo com circunstâncias políticas.

O segundo maior partido forma a oposição oficial, com seu próprio líder e o chamado **Shadow Cabinet**. A Oposição tem o dever de confrontar criticamente as políticas adotadas pelo Governo e de apresentar um programa alternativo.

Há também autoridades locais eleitas, que têm poderes e obrigações a elas confiados pelo Parlamento em áreas como oferta de moradias populares, educação, serviços sociais, policiamento e corpo de bombeiros. Atualmente, as despesas dos governos locais são cobertas pelo Governo central e pelo Council tax, espécie de imposto predial.

Governo Local

A Inglaterra e o País de Gales, excluindo a Grande Londres ("Greater London"), são divididos em 34 regiões ("counties") não-metropolitanas, as quais, por seu turno, são subdivididas num total de 237 distritos ("districts"). As regiões e os distritos elegem seus respectivos conselhos, os quais têm funções distintas, de acordo com a abrangência das questões tratadas.

Existem ainda 6 áreas metropolitanas, divididas em 36 regiões, que não são subdivididas em distritos. A Grande Londres constitui ainda um caso à parte, tendo uma estrutura peculiar: é dividida em 32 áreas ("boroughs"), e cada uma delas elege um conselho

para tratar dos assuntos locais. Em maio de 2000, foi instalada uma prefeitura da Grande Londres, com um prefeito eleito diretamente. As fronteiras entre regiões e entre distritos são revisadas por autoridades competentes na Inglaterra, Escócia e País de Gales.

Na Inglaterra, as regiões são responsáveis por planejamento estratégico, organização do sistema de transporte, estradas, regulamentação de regras de tráfego, educação (embora as escolas possam optar por não se submeterem ao controle local), proteção ao consumidor, destruição de lixo, policiamento, serviço de bombeiro, bibliotecas e alguns serviços sociais.

Os distritos se encarregam de temas como manutenção do meio ambiente, moradia e coleta de lixo. Tanto os distritos quanto as administrações regionais têm poderes para tratar de questões relativas a parques, museus e galerias de arte. Nas áreas metropolitanas e na Grande Londres, onde não há divisão em distritos, todos os assuntos ficam sob a responsabilidade da região – e do "borough" no caso de Londres –, exceto policiamento, serviço de bombeiro e transportes públicos e, em alguns casos, também coleta e destruição de lixo. Esses temas são de competência de órgãos abrangentes capazes de coordenar atividade em toda uma metrópole. O transporte público em Londres, por exemplo, fica a cargo do "London Transport". A eleição de um Prefeito para a Grande Londres criou uma estrutura administrativa própria com alto grau de autonomia.

Em função da natureza dos temas de competência das autoridades locais, o principal canal de comunicação entre essas autoridades e o governo central é o Ministério para o Transporte, Governo Local e Regiões ("Department for Transport, Local Government and the Regions"). Outros ministérios – como o do Interior ("Home Office"), Educação e Treinamento ("Department for Education and Skills") – também têm vários assuntos que dizem respeito diretamente às autoridades locais. De modo geral, os ministérios têm poder para fixar normas gerais que visem a garantir uniformidade no tratamento de questões de relevância para a saúde pública e para a proteção dos direitos básicos dos indivíduos.

Sistema legal

Apesar de o Reino Unido ser um Estado unitário, a Inglaterra e o País de Gales, a Escócia e a Irlanda do Norte têm legislações, organização judiciária e práticas distintas. Há, no entanto, extensa legislação mais moderna que se aplica igualmente em todo o Reino Unido. De modo geral, nos três sistemas legais, as leis são divididas em civil e criminal,

cada uma com procedimentos, cortes e penas específicas.

Na Inglaterra e no País de Gales, vige um sistema legal que se assenta em três fontes: a Common Law – baseada no costume e na jurisprudência, nunca tendo sido precisamente definida ou codificada; a Equity Law – formada de um corpo de regras e princípios históricos aplicados pelas cortes; e a lei da Comunidade Européia – derivada da condição do Reino Unido de membro da União Européia e aplicável em todo o país.

O Chefe do Poder Judiciário na Inglaterra e no País de Gales é o Lord Chancellor. Suas responsabilidades incluem, além da atividade judicante, a administração das cortes mais altas e vários tribunais na Inglaterra e País de Gales. Ele também recomenda à Coroa nomes para os cargos judiciais, além daqueles recomendados pelo Primeiro Ministro para os cargos mais altos, e indica magistrados, que são via de regra escolhidos entre advogados. Como membro do Gabinete, o Lord Chancellor é designado pelo Primeiro-Ministro, o que confere importante conotação política ao cargo. Ao mesmo tempo ele preside a Câmara dos Lordes, inclusive com direito a presidir os “Law Lords”, a mais alta instância judiciária do país.

O papel único do Lord Chancellor na vida política britânica, com poderes nas três áreas de governo – Executivo, Judiciário e Legislativo – tem sido motivo de debate. Discute-se a modernização do Judiciário, com a designação de uma pessoa apolítica para presidi-lo.

Na Inglaterra e no País de Gales, os crimes penais menos graves são julgados, em primeira instância, por magistrados leigos e não-pagos. São os chamados ‘justices of peace’ (JP). Ofensas mais sérias ficam na alçada das chamadas ‘Crown Courts’, presididas por um juiz e com corpo de jurados escolhidos aleatoriamente. Os juizes das ‘Crown Courts’ pertencem à ‘High Court’. As decisões dos magistrados são apeláveis para as ‘Crown Courts’ ou ‘High Courts’, dependendo do caso. As apelações das ‘Crown Courts’ sobem para a ‘Court of Appeal’ (‘Criminal Division’). A Câmara dos Lordes é a última instância de recurso para todos os casos.

Na Justiça Civil, os casos são julgados inicialmente por um juiz singular, nas ‘county courts’. Acima está a ‘High Court’, que também pode julgar em primeira instância, dependendo do caso. Apelações da ‘High Court’ são ouvidas na ‘Court of Appeal’ (‘Civil Division’) e, podem subir para a Câmara dos Lordes.

O Secretário do Interior (‘Home Secretary’) tem responsabilidade geral por todo o sistema legal na

Inglaterra e no País de Gales e por aconselhar a Rainha no exercício de sua prerrogativa de conceder perdão a uma pessoa condenada ou cancelar total ou parcialmente o cumprimento de uma sentença. O Secretário do Interior pode também reenviar um caso à ‘Court of Appeal’ quando há nova evidência.

Tribunais (‘Tribunals’) são no sistema britânico corpos judiciais especializados. Via de regra, são criados por estatutos que prevêem suas funções e procedimentos. Tribunais Industriais, por exemplo, desempenham papel central na solução de controvérsias trabalhistas. Os tribunais são em geral presididos por uma pessoa com qualificação jurídica, sendo os demais julgadores leigos. Os tribunais são menos formais do que as cortes, têm custos mais baixos, suas decisões podem ser tomadas por maioria. Muitos dos tribunais têm suas decisões passíveis de apelação para as cortes.

Conjuntura política no Reino Unido

Em junho de 2001, após ter assegurado nas urnas manutenção de esmagadora maioria de mais de 160 parlamentares, Blair iniciou seu segundo mandato ciente de que tinha pela frente o grande desafio de mostrar realizações em matéria de reforma do setor público britânico, em particular nas áreas de educação, saúde e segurança. Era opinião generalizada que, na determinação de uma travessia mais ou menos tranqüila em direção a um possível terceiro mandato, seria elemento decisivo a capacidade do Governo de cumprir promessas no sentido de oferecer melhorias nas áreas com impacto direto no cotidiano da população.

A reforma e modernização do setor público mantém-se na ordem do dia, tal como evidenciado na última Conferência dos Trabalhistas, em Blackpool, que teve como **slogan** a expressão ‘Schools and Hospitals First’. No entanto, essa prioridade passou a ser dividida com outras decorrentes da nova realidade pós-11 de setembro. A crise desencadeada pelos atentados terroristas nos EUA e a intervenção no Afeganistão, ao lado da deterioração das perspectivas de paz israelita-palestina, levaram o governo britânico a atribuir maior peso às considerações de política externa em detrimento do “front” doméstico. A luta anti-terror foi elevada entre as novas prioridades do governo, envolvendo vários departamentos, inclusive o Tesouro na tentativa de identificar e neutralizar fontes de financiamento da Al-Qaeda. Blair contou, inicialmente, com amplo respaldo, não obstante algumas críticas localizadas de excessivo protagonismo e alinhamento a Washington. A introdução da variável iraquia-

na alterou esse cenário. Blair passou a ter de administrar não apenas uma agenda diplomática mais complexa, mas também pressões advindas de segmentos internos que questionam, senão repudiam, sua política de 'aliança' com os Estados Unidos na investida anti-Saddam.

Numa avaliação do cenário político local, destaca-se necessariamente a contínua simpatia desfrutada pelos trabalhistas perante o eleitorado britânico, sendo de se prever que, salvo acidentes de percurso, o "Labour" tem tudo para permanecer por vários anos no poder. A oposição conservadora, a despeito dos esforços da liderança, continua enfrentando sérias dificuldades. No início de outubro, o agrupamento "tory" foi, pela primeira vez, alcançado pelos liberais-democratas nas pesquisas de opinião (24% das preferências do eleitorado). Os trabalhistas mantiveram posição confortável, com 43% das intenções de voto.

O atual líder dos conservadores, Ian Duncan-Smith, escolhido em 2001 após a fragorosa derrota de seu partido nas eleições gerais, está longe de entusiasmar seus seguidores, tendo sido muito criticado por sua postura excessivamente discreta e pouco combativa. A verdade é que o **New Labour** efetivamente ocupou os espaços e tomou os temas que, em outras épocas, costumavam identificar a agenda conservadora. Entre os **tories**, não são poucos os que consideram Tony Blair o melhor líder que poderiam ter.

O avanço da direita no Continente, no entanto, foi interpretado pelos trabalhistas como um sinal de alerta. Sem que haja ainda motivo para maiores preocupações, conforme atestam as últimas pesquisas de opinião, o Governo reconhece o imperativo de manter-se vigilante e proceder a correções de rumo, ainda que isto implique estar sujeito a críticas, entre elas a de gravitação em direção a teses normalmente associadas ao pensamento conservador. Ideólogos do novo trabalhismo reuniram-se em junho último para discutir os rumos da 'Terceira Via' à luz do alerta vindo das urnas européias. A percepção predominante no encontro foi bem resumida nas palavras do Subsecretário do Foreign Office, Denis MacShane: onde as lideranças de esquerda julgaram mais confortável ceder às demandas dos 'old comrades, they have disconnected from the needs of new generations, new material forces, new cultural aspirations, and new non-white, non-male, non-unionised Europe'.

Notam-se, entretanto, sinais de inquietação crescente entre os assim chamados 'antigos camaradas'. O projeto de parceria com o setor privado nos

serviços públicos (PFI) e a ação armada no Iraque são dois exemplos de dissensão no partido, cuja dimensão ainda terá de ser avaliada. O Governo deixou de ter controle em alguns sindicatos e a tendência é de aumento de greves. A maior fonte de perturbação hoje se localiza, portanto, nas próprias fileiras do trabalho, ainda que, num horizonte de mais longo prazo, Blair não possa perder de vista a atração que propostas alternativas, mais à direita do espectro político, possam vir a exercer sobre a população.

A política de parceria com o setor privado para melhoria dos serviços públicos sofreu sério revés na última conferência dos trabalhistas. Uma maioria de quase 70% dos delegados aprovou resolução em favor de uma revisão da chamada 'Private Finance Initiative-PFI'. Essa política, que foi iniciada pelos conservadores em 1992, foi ampliada pelo Governo Blair, passando a figurar como um dos alicerces do projeto trabalhista de reforma do setor público. Enfrenta vigorosa reação da base sindical (91.8% dos representantes dos sindicatos na Conferência de Blackpool votaram por sua revisão), entre elas a de que equivale a uma 'privatização disfarçada' dos serviços públicos.

Em linhas gerais, a política de PFI prevê contratos do Governo com consórcios privados para projeto, construção, ampliação, financiamento e operação de hospitais, escolas ou conjuntos habitacionais. Em contrapartida, os consórcios passam a ser remunerados com recursos públicos ao longo do período do contrato, sendo o valor da remuneração determinado, entre outros fatores, pelo padrão de desempenho na prestação dos serviços. A remuneração pode ser reduzida caso não sejam atingidas metas definidas pelas autoridades governamentais. Ao final do contrato, que na maioria dos casos tem validade de 25 a 30 anos, o controle sobre o empreendimento pode voltar aos órgãos públicos.

O Governo alega que a PFI tem a vantagem de diluir despesas ao longo do período, atenuando assim as pressões por recursos para investimentos. Os críticos afirmam que o sistema é oneroso e acaba oferecendo aos consórcios vantagens e garantias que são normalmente características da iniciativa privada. Afinal, alegam não estar claro que as empresas privadas administrem melhor os serviços públicos e dão como exemplo a operação de salvamento que teve derrota montada pelo Governo, em 2001, para impedir a falência da Railtrack, empresa administradora das linhas ferroviárias, privatizada quando os tories estavam no poder.

Blair e o Chanceler do Erário, Gordon Brown, não indicam disposição de ceder. Na conferência de

Blackpool, o Primeiro-Ministro fez, em seguida à aprovação da resolução contra a PFI (que não tem caráter mandatório) defesa vigorosa dessa política. Sustentou o fim do Estado como provedor monolítico dos serviços públicos. Após lembrar que os trabalhadores são o único governo ocidental que está elevando gastos com saúde e educação como porcentagem da renda nacional, assinalou que, para a população, não interessa quem construa novos hospitais e escolas e forneça os serviços. O importante é que o 'cidadão-consumidor' seja adequadamente atendido nas suas expectativas. Acenou estar disposto a dialogar sobre a problemática questão da diferenciação das condições de trabalho entre servidores públicos incorporados aos novos empreendimentos e os novos contratados pelos consórcios ('two tier workforce'). No entanto, deixou claro que o PFI seguirá adiante.

Mais recentemente, especialmente em seu pronunciamento de fim de ano, Blair vem preparando o espírito dos eleitores para o possível estancamento do crescimento econômico no Reino Unido, com o Primeiro-Ministro discorrendo sobre o atrelamento da economia britânica à dos EUA, do Japão e, principalmente, do resto da Europa e sobre a recessão no

G-8. Apesar de ressegurar que o Reino Unido "está bem posicionado" para enfrentar as dificuldades, a verdade é que a economia britânica está desequilibrada, com o setor industrial em queda, o déficit comercial crescendo, o índice de poupança caindo e a carga tributária aumentando para financiar o endividamento interno, num processo que a oposição julga estar penalizando excessivamente a classe média. Blair não podia eludir a questão da adesão à União Monetária Européia, mas não disse nada novo além de repetir que em junho o governo publicará sua avaliação das condições econômicas para a adoção do Euro e, caso positiva, procederá ao referendo, em data ainda sem previsão. Analistas comentam que como a Suécia fará o referendo em setembro e a Dinamarca acenou com a realização de referendo em 2004 ou 2005, Tony Blair sente a pressão para liderar os britânicos em direção ao que qualificou de "a mais importante decisão desta geração".

Conjuntura econômica

Dados recém-divulgados indicam que o consumo interno, hoje o principal motor da economia do Reino Unido, começa a arrefecer. Segundo o British Retail Consortium (BRC), o crescimento das vendas em dezembro de 2002 alcançou 4,1%, comparado ao mesmo mês do ano anterior, a menor taxa desde de março de 2000. Analistas acreditam que este resulta-

do, assim como os obtidos nos meses de outubro e novembro, apontaria para uma desaceleração da demanda interna, fato também confirmado por sondagens feitas por outras instituições, como a Confederation of British Industry (CBI).

Os dados sobre o consumo obtiveram relativo destaque na imprensa especializada do Reino Unido. Como se sabe, é graças à forte demanda interna que o país permanece relativamente imune ao desaquecimento mundial, no que se convencionou chamar de uma **two speed economy**, onde o setor de serviços, em expansão, garante o crescimento e compensa a contração experimentada pela indústria, com o declínio da demanda externa. Os novos números indicariam que este quadro se estaria alterando e que o Reino Unido, cujo crescimento, em 2001, foi o maior entre os membros do G-7 e, em 2002, deverá ter superado os 1,7%, estaria, agora, sofrendo, de forma mais aguda, os efeitos do cenário internacional.

A principal razão para o desaquecimento seria, na visão de analistas, a queda na confiança de consumidores, diante da perspectiva de fim da rápida expansão que marcou o mercado imobiliário britânico nos últimos anos. O constante aumento nos preços das moradias, que, somente em 2002, atingiu 25,3%, tem sido o principal fator a encorajar o consumo, na medida em que permite, às famílias, obter empréstimos cada vez maiores, se valendo do seu imóvel como garantia. Instituições financeiras estimam que os empréstimos destinados ao consumo alcançaram, no ano passado, 42 bilhões libras, representando, no último trimestre, 8,25% da renda disponível, patamar superior ao obtido durante a bolha imobiliária dos anos 80, e o maior entre as grandes economias mundiais. A desaceleração das vendas refletiria uma maior cautela dos consumidores, em face da possibilidade de queda na renda, por conta da depreciação no valor de seu imóvel. Após beneficiar-se do boom imobiliário, que compensou os efeitos negativos de três anos consecutivos de quedas nos mercados acionários, o consumidor britânico estaria, finalmente, adequando-se a tempos mais difíceis.

Além da cautela de consumidores, estaria também afetando as perspectivas da economia britânica o desaquecimento em curso no setor de serviços financeiros. Segundo pesquisa divulgada na semana passada pela CBI, os serviços financeiros sofreram, nos últimos três meses de 2002, sua maior queda de atividade em dez anos. A mesma pesquisa estima em 20.000 as demissões na City, em 2003, que se somariam a outras tantas, em 2002. Explicariam o declínio financeiro não apenas as quedas recordes nas bolsas de valores nos últimos anos, mas também o fim do

processo de fusões e aquisições entre grandes empresas, cujo ápice foi em 2000, no qual a City desempenhou papel preponderante. Áreas correlatas, como consultoria, informática e assessoria legal, também estariam sendo atingidas, o que contribuiria para um desaquecimento da economia da região de Londres como um todo, hoje responsável por 17,5% do PIB britânico.

Apesar de ser motivo de inquietação, o quadro acima descrito não chega a alarmar analistas, que continuam acreditando que a economia britânica se encontra distante de uma estagnação. Apenas confirmaria que o Reino Unido começa a sentir os efeitos do desaquecimento mundial, fato, de resto, já reconhecido pelo próprio Chanceler do Erário, ao apresentar o Pre-Budget, em novembro de 2002, quando previu um crescimento menor e um déficit orçamentário maior para 2003. O arrefecimento da demanda parece ser mais um ajuste do que o início de um processo recessivo. Na questão dos valores dos imóveis, que teriam alcançado níveis insustentáveis, a avaliação predominante é de que sofrerão uma correção gradual e, não, abrupta. Analistas ressaltam, ainda, que, mesmo se o quadro externo se agravar, com o início de um conflito no Iraque, por exemplo, o Reino Unido estará bem posicionado para enfrentar eventuais efeitos recessivos, pois conta com ampla margem de manobra em sua política macroeconômica. Vale lembrar que os juros permanecem inalterados no patamar de 4%, há 14 meses.

Política externa

Em termos gerais, o governo trabalhista tem adotado uma abordagem de cunho internacionalista para a sua política externa. Para assegurar ao país voz e influência nos rumos da política mundial, Tony Blair tem assinalado o papel de articulação (*pivotal role*) que o Reino Unido poderia desempenhar por se situar no cruzamento de diversas alianças e coalizões internacionais, tais como G-8, União Européia, Otan, Commonwealth e Nações Unidas, nesta última como um dos P-5 no Conselho de Segurança.

Não mais o centro de um Império, o RU precisaria manter reforçada sua capacidade de atuação como parceiro dinâmico, aberto ao mundo e líder no plano das idéias. Ao invés do isolacionismo, uma política de construção de alianças e firme engajamento internacional seria a chave para a defesa dos interesses britânicos na arena global, visto que, movido por responsabilidades históricas, o RU possuiria forte vocação para estar na linha de frente de iniciativas liga-

das à manutenção da paz e da segurança internacionais.

A equação fundamental para o RU passa atualmente por seu posicionamento entre os EUA e a Europa. Blair sustenta que o RU só terá verdadeira influência em Bruxelas se atuar como membro ativo da UE, o que incluiria em algum momento adesão ao Euro após um referendo sobre a moeda única. Por vezes, é sugerida também a tese de que Londres deve servir como “ponte” entre a Europa e os EUA. A cooperação transatlântica, acredita-se, pode continuar a ser aprofundada sem que o país se veja obrigado a optar por um ou outro. Uma “relação especial” com os EUA seria capaz de dar maior peso à contribuição britânica na UE e, inversamente, a opinião do RU teria maior impacto em Washington se lastreada por densas relações no seio da UE.

O Governo trabalhista também preconiza que o RU deveria atuar como “uma força para o bem no mundo”, segundo determinados princípios e valores (paz, democracia, prosperidade econômica, direitos humanos, proteção ao meio ambiente, assistência humanitária, entre outros). Ilustrando esse aspecto, Blair singularizou a África como uma prioridade em seu segundo mandato e passou a defender o engajamento dos países ricos na ajuda ao desenvolvimento, no combate à pobreza e na prevenção de conflitos no continente africano, incluindo o apoio do G-8 ao Nepal.

Em sua mensagem de ano novo, contudo, o Primeiro-Ministro Tony Blair surpreendeu os eleitores com tom pessimista, prevendo que o Reino Unido enfrentará “uma série de difíceis problemas e perigos”, de gravidade sem precedente. Blair definiu o mundo atual como sendo dominado pelos sentimentos de “insegurança” e medo e fez a lista dos “perigos” segundo a ótica britânica: o terrorismo, as armas de destruição de massa controladas pelo Iraque e a Coreia do Norte, a recessão econômica e seu efeito sobre os empregos e as aposentadorias, o colapso do sistema de acolhida de refugiados, a criminalidade.

Três temas principais dominam as atenções da diplomacia britânica no momento: terrorismo internacional, questão do Iraque e conflito palestino-israelense

Terrorismo Internacional

Após o 11 de setembro, Tony Blair colocou o RU na linha de frente das manifestações de apoio e solidariedade aos Estados Unidos, inaugurando desde então uma política “ombro a ombro” com Washington. Blair procurou assumir um papel desta-

cado de liderança na chamada “guerra contra o terror” e se engajou pessoalmente em intensa atividade diplomática, visitando inúmeros países no espaço de alguns meses.

O Primeiro-Ministro não vê o terrorismo como um problema isolado ou passível de ser tratado apenas no campo da ação repressiva ou militar. A natureza interdependente dos problemas atuais teria por efeito associar o terror a outros conflitos internacionais, daí os esforços britânicos, por exemplo, em promover a paz no conflito palestino-israelense e diminuir as tensões Índia-Paquistão em torno da Caxemira.

Seria insustentável, ainda na visão de Blair, a ilusão de que o Ocidente pode viver confortavelmente e, ao mesmo tempo, ignorar o resto do mundo. Segundo ele, o mundo, como comunidade, teria o “dever moral” de agir em situações de flagrante injustiça e violência. Os “Estados falidos”, que perderam o controle sobre seus territórios, seriam um perigoso fator de desestabilização e um refúgio para organizações terroristas. A eliminação de futuras ameaças contra os países ocidentais passaria, portanto, pela promoção da estabilidade em regiões explosivas, como Ásia Central e Meridional e Oriente Médio.

O RU contribuiu material e militarmente nas operações dos EUA no Afeganistão, com o apoio de parcela majoritária da população britânica. Na esfera multilateral, o RU assumiu a Presidência do Comitê Antiterrorismo criado pela Resolução nº 1.373 (2001) do Conselho de Segurança e exerceu liderança no combate ao financiamento de atividades terroristas. Segundo o Secretário do Exterior, Jack Straw, a ação militar contra o Talibã e a Al-Qaeda foi levada a cabo com base no direito de autodefesa previsto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Em junho de 2002, o RU transferiu para a Turquia o comando da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) e iniciou a redução de sua presença militar no Afeganistão.

No plano interno, o RU adotou medidas para coibir a lavagem de dinheiro e aumentar o controle sobre ativos financeiros. Foi adotada legislação (“Antiterrorism, Crime and Security Act”) que confere poderes excepcionais ao Estado. O RU foi, ainda, o único país da UE a tomar a medida extrema de derrogar o artigo 5 (direito à liberdade e segurança) da Convenção Europeia de Direitos Humanos e o artigo 9 do Pacto Internacional das Nações Unidas de Direitos Civis e Políticos.

Com o paradeiro incerto de Osama Bin Laden, Londres trabalha hoje com a suposição de que a Al-Qaeda ainda possui uma capacidade relativa de

atuação e constitui uma ameaça latente ao RU. O recente atentado em Bali reforçou essa percepção. Blair insiste em que é necessário manter a vigilância, combater energeticamente o terrorismo e, ao mesmo tempo, resolver o problema do Iraque. Agir em uma direção não excluiria a necessidade de continuar a dar atenção à outra. Para o Primeiro-Ministro, o RU deverá lutar “em duas frentes” se necessário.

Questão do Iraque

O apoio aos Estados Unidos na luta antiterror, inicialmente com amplo respaldo da sociedade, passou a constituir um dos temas mais sensíveis da agenda doméstica a partir do momento em que se introduziu a variável iraquiana. O Primeiro-Ministro enfrenta resistência ponderável no próprio partido.

Blair pretendia ver aprovada em Blackpool proposta de moção que não condicionasse eventual ofensiva bélica à aprovação das Nações Unidas. O texto que prevaleceu, embora já seja objeto de interpretações divergentes, estabelece que a ação militar seria aceitável ‘no contexto do direito internacional e sob autoridade das Nações Unidas’. Embora a resolução não seja mandatória, Blair está, neste momento, atrelado à ONU por força da retórica que vem usando para justificar apoio aos EUA na investida contra Saddam Hussein. Na sequência da tragédia em Bali, pesquisa de opinião revelou aumento significativo (de 32% para 42%) dos que aprovam uma ação militar contra o Iraque. No entanto, e aí está o ‘calcanhar de Aquiles’, 85% dos entrevistados indicaram ser um novo mandato da ONU pré-condição ao comprometimento de tropas britânicas.

Uma solução para o impasse iraquiano que contasse com respaldo do Conselho de Segurança seria, ao que parece, desfecho politicamente ideal para Blair. Afinal, uma vez feita, em termos inequívocos, a opção pela aliança com os EUA, resta ao Primeiro-Ministro demonstrar, à sociedade britânica (e ao mundo), que está de fato em condições de exercer influência efetiva sobre Washington. Segundo Blair, a meta é promover o desarmamento definitivo do Iraque, ainda que não negue que acolheria com satisfação uma mudança de regime em Bagdá (‘como consequência do próprio desarmamento’). Entretanto, persistem dúvidas sobre, por exemplo, até que ponto o apoio integral a Washington não deva estar subordinado a objetivos próprios da agenda diplomática britânica. Acima de tudo, há indagações sobre qual será a atitude que tomará o líder trabalhista na hipótese de decisão norte-americana de agir sem aval do Conselho de Segurança. O que parece certo é que o percurso nesse ter-

reno será acidentado e, possivelmente, desgastante para a coesão do Partido Trabalhista.

Externamente, porém, o RU se mostra como aliado resoluto dos EUA na questão do Iraque. Blair afirma que é preciso fazer o que for necessário para eliminar a “ameaça” representada por Saddam Hussein “antes que seja tarde”.

O Governo britânico é a favor de uma nova resolução do Conselho de Segurança com termos “fortes”, autorizando uma ação armada contra o Iraque em caso de não-cumprimento de obrigações iraquianas perante as Nações Unidas.

Embora o Primeiro-Ministro tenha dito que preferiria uma “mudança de regime” em Bagdá, o Governo britânico prossegue em sua política de protelar qualquer decisão a respeito enquanto o quadro ainda estiver indefinido. A posição britânica repousa em quatro pontos essenciais:

- a) Saddam é uma figura indesejável;
- b) é preciso agir contra a ameaça das armas de destruição em massa;
- c) a volta dos inspetores idealmente faria parte do processo de contenção (mas realisticamente com poucas chances de ter efeito conclusivo); e
- d) o uso da força será permitido se todas as alternativas falharem.

Downing Street divulgou, em setembro de 2002, dossiê de 50 páginas em que acusou o Iraque de “continuar a produzir armas químicas e biológicas” e de “continuar em seus esforços” para desenvolver armas nucleares (com urânio obtido na África), em conexão com um programa de mísseis balísticos a partir de novas versões do Scud: al-Samoud, Ababil-100, al-Hussein e outros mísseis “planejados ou potenciais” com raio de até 1.200km de alcance. Essas atividades estariam sendo financiadas pelo desvio de fundos do programa “Oil for Food” das Nações Unidas. O dossiê, porém, não apresentou informações novas e tampouco fez qualquer menção sobre eventual ligação entre Saddam e grupos terroristas internacionais como a Al-Qaeda.

Ao reforçar em encontros com Bush a vertente da aliança transatlântica, Blair procura passar a imagem de que o RU exerce uma influência benéfica nas formulações de Washington, sobretudo no que toca à necessidade de as Nações Unidas serem parte do “road map” norte-americano, evitando-se tanto quanto possível o caminho do unilateralismo. Os críticos

apontam, no entanto, que o alinhamento ostensivo aos EUA estaria reduzindo o RU a um papel “submisso” à superpotência.

Existem, de qualquer modo, diferenças de enfoque e política entre o Governo trabalhista e a Administração republicana nos EUA. Straw tem defendido, por exemplo, que qualquer medida que envolva o uso da força deve ser feita sempre ao amparo da Carta das Nações Unidas. Isso não significa, todavia, que o RU deixaria necessariamente de colaborar com os EUA (apoio político, assistência logística e material, tropas, etc.) se efetivamente a opção pela via militar unilateral se materializasse.

As mensagens mais recentes da cúpula do Governo britânico sobre o Iraque denotam uma possível divisão de opiniões e a hesitação do Primeiro Ministro Tony Blair em posicionar-se de maneira inequívoca sobre a participação do Reino Unido no eventual conflito, devido ao risco para seu futuro político ante uma opinião pública interna majoritariamente contrária. De um lado, o Secretário de Estado do FCO, Jack Straw, continua acenando com a possibilidade de solução diplomática e fez a curiosa avaliação de que a hipótese de guerra seria de 40%, embora ressalvando que “a situação muda diariamente”. De outro, o Secretário da Defesa, Geoff Hoon, qualificou o comentário de Straw de “unhelpful” e anunciou em 7-1-03 ao Parlamento a maior convocação de reservistas desde 1991 (Guerra do Golfo) e o envio de destacamento naval a bordo das belonaves “Ark Royal” e “Ocean”. Hoon sublinhou que a guerra não é “inevitável” mas que é “provável” que os preparativos se intensifiquem e novas forças sejam convocadas, nem que seja para demonstrar a Saddam Hussein que a ameaça britânica é real (“Britain means business”).

Nesse ponto Straw tem concordado com Hoon: “Sempre quisemos resolver pacificamente o problema da flagrante violação da lei internacional pelo Iraque, mas também sempre soubemos que nesse caso a diplomacia precisa estar apoiada na ameaça do uso da força”. No debate de 7-1-03 na Câmara dos Comuns, a impressão era de que se todos os partidos estão convencidos da necessidade de pressionar Saddam Hussein militarmente, está longe de haver unanimidade, inclusive nos “backbenchers” trabalhistas, de que o Reino Unido deva participar de uma invasão do Iraque se não surgirem evidências claras da existência de armas de destruição em massa.

O discurso do Primeiro Ministro Tony Blair numa conferência de chefes de missões diplomáticas britânicas, organizada no FCO também no dia 7-1-03, rebateu crítica de subserviência aos EUA. Blair reafir-

mou que a aliança bilateral é uma opção de valores e de identidade histórica e cultural. O Reino Unido partilha a preocupação dos EUA com as armas de destruição em massa nas mãos de Saddam Hussein, com o terrorismo e a possibilidade de mistura ("crossover") dos dois elementos. Os EUA não devem enfrentar sozinhos esses problemas - o papel dos aliados é apoiá-los. Pela primeira vez, porém, Blair falou na contrapartida esperada e no "uso para o bem" da aliança RU-EUA. O Reino Unido deseja que os EUA prestem ouvidos à comunidade internacional e cooperem nos temas de interesse desta: o processo de paz no Oriente Médio, as mudanças do clima, a erradicação da pobreza global, a NEPAD e a ajuda à África, o fortalecimento da ONU. Exemplo de como essa troca pode ser mutuamente benéfica, segundo Blair, é o fato de que o Reino Unido persuadiu a administração norte-americana a obter mandato do CSNU para o problema do Iraque.

Blair criticou a esterilidade do "anti-americanismo" e as "teorias conspiratórias" sobre as intenções dos EUA em relação ao Iraque (alusão ao interesse no petróleo). O problema, segundo editorial do "The Guardian", é que os EUA podem ser uma força para o bem, mas Blair não conseguiu convencer o público britânico de que a administração Bush merece confiança para liderar uma guerra e "é a maneira como essa administração age nessa questão que cria desconfiança em Whitehall, em Westminster e no país". Blair não esclareceu se o RU considera indispensável uma segunda resolução do CS para decidir sobre o uso da força contra o Iraque. Remeteu a declaração escrita de Jack Straw submetida ao Parlamento na mesma data (7-1-03), em que o FCO recapitula as prioridades da política externa britânica para o Iraque. O papel de Straw tampouco esclarece este ponto. A reação de Londres à recente descoberta de ogivas em bom estado pelos inspetores das Nações Unidas foi cautelosa.

Conflito Palestino-Israelense

O RU tem assumido uma postura ativa no Oriente Médio, contando para tanto com o engajamento pessoal de Blair, que realizou duas viagens à região depois do 11 de setembro. O Governo britânico vem enfatizando que a solução política para o Oriente Médio é urgente, caso contrário não haverá segurança internacional. É forte a percepção no RU de que o êxito da campanha contra o terrorismo passa, no médio e longo prazos, por maior sintonia com a opinião pública muçulmana e uma abordagem mais construtiva

dos países ocidentais em relação às reivindicações dos palestinos.

A exemplo de outros países, o RU tem repetidamente condenado a escalada de violência em Israel e nos Territórios Ocupados, exortando as partes a buscarem uma solução negociada para o conflito, incluindo a implementação das recomendações do Relatório Mitchell e o cumprimento das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança. Para o Governo britânico, Israel tem direito à segurança, mas o único modo eficaz de alcançá-la seria pela via pacífica, como parte de um processo político que implemente o princípio de "terra pela paz", coloque a termo as ocupações israelenses e permita o surgimento de um Estado palestino "viável, democrático e pacífico", comprometido com a idéia de co-existência com Israel.

O Secretário do Exterior tem visitado com frequência vários países árabes para trocar impressões. Em périplo recente pelo Oriente Médio, que incluiu visitas à Jordânia, ao Egito, ao Kuwait e ao Irã, Jack Straw tentou mostrar a seus interlocutores que, apesar de advogar ações duras contra o Iraque, o RU considera igualmente essencial buscar soluções para o conflito palestino-israelense, uma das principais causas de ressentimento contra o Ocidente no mundo árabe.

Durante a Conferência de Blackpool, Blair lembrou novamente a necessidade premente de equacionar a questão palestina. Blair também defendeu a realização ainda este ano de uma conferência de paz internacional para o Oriente Médio, proposta que, conforme noticiado, foi rejeitada por Bush, para constrangimento da diplomacia britânica.

Euro

Se, por um lado, Tony Blair vem reafirmando seu interesse em levar o RU a aderir ao Euro tão logo preenchidos os cinco testes, por outro, o Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, vem se manifestando no sentido de que o pacto de estabilidade e crescimento, esteio da moeda, seria "estúpido, como todas as decisões que são rígidas".

O Chanceler do Erário, Gordon Brown, nunca escondeu sua visão de que o pacto, na forma como foi negociado, é excessivamente rígido. Brown defende a implementação na zona Euro de sistema semelhante ao britânico, segundo o qual as metas de déficit público são avaliadas ao longo de um ciclo econômico, o que permite que um déficit em um período de desaquecimento da economia seja compensado por um superávit em uma fase de maior crescimento. O obje-

tivo é alcançar a meta do ciclo como um todo e não de um ano específico.

Analistas estimam que as desavenças públicas entre os membros da UME sobre o pacto poderão afetar a credibilidade do Euro e ter, no curto prazo, reflexo negativo sobre as possibilidades de ingresso do RU. A tarefa do Governo Blair (em linhas gerais, favorável à adesão) de convencer o público britânico (em sua maioria contrário - 57% x 34%, segundo pesquisas recentes) já vinha sendo dificultada pela relutância dos Governos da UME em aprofundar as reformas de modernização e consolidação do mercado único (em especial a flexibilização das regras laborais e a reforma tributária), bem como pela estagnação econômica prevalecente na região, sobretudo, na Alemanha.

No médio prazo, no entanto, o atual debate sobre o pacto poderá favorecer a adesão, pois pode levar a sua revisão nos moldes defendidos pelos britânicos. Permaneceria, no entanto, outra dificuldade, a saber, a taxa de juros **one size fits** ali aplicada pelo Banco Central Europeu (BCE), que as autoridades econômicas britânicas consideram inadequada para países com realidades econômicas distintas como os membros da UME. A esse respeito, vale lembrar que, persistem dúvidas no Reino Unido sobre o nível de convergência entre sua economia e a da UME, apesar de a diferença entre as taxas de juros aplicadas pelo Banco da Inglaterra e o BCE já ter diminuído muito nos últimos anos.

Segundo analistas, a possibilidade de que a UME venha a adotar, em uma possível revisão do pacto de estabilidade e crescimento, um modelo semelhante ao britânico tem crescido não somente pelos méritos do modelo, reconhecidos mesmo por alguns comissários europeus, como Pascal Lamy, mas também pelo fato de que isto facilitaria um futuro ingresso do RU. Não se pode esquecer que Gordon Brown já afirmou, em diversas ocasiões, que não cogita elevar impostos ou reduzir gastos públicos simplesmente para atingir metas que considera inflexíveis.

Em face desse quadro, considera-se, hoje, improvável a manutenção do cronograma estabelecido por Tony Blair, segundo o qual um referendo sobre a adesão seria convocado até 2003. Talvez já preparando o terreno para tanto, o Chanceler do Erário tem indicado que, caso os testes econômicos não venham a apontar para a adesão, não estaria excluída a possibilidade de um ingresso em momento posterior, quando as condições econômicas permitirem. A preocupação seria fundamentar a decisão de não realizar o referendo em critérios econômicos, evitando que seja in-

terpretada por um viés político, de oposição a uma maior integração com a Europa.

Por mais que o Governo Blair procure provar o contrário, entretanto, parece claro para analistas que a decisão sobre o ingresso no Euro ultrapassa o âmbito puramente econômico e vincula-se à posição que o Reino Unido venha a tomar sobre um aprofundamento, ou não, de sua integração com as economias européias e à perda de soberania e identidade nacional resultante. O atual Governo, e, sobretudo, Tony Blair já teriam tomado sua decisão, não somente pela postura pró-européia que os caracteriza, mas também pela percepção de inexorabilidade da entrada do Reino Unido na zona do Euro, em face de o país lá concentrar a maior parte de sua atividade econômica internacional e realizar cerca de 55% de seu comércio.

Em suma, transparece na política da administração Blair atitude, em geral, pró-euro, matizada, entretanto, pela cautela econômica e pela expectativa quanto ao surgimento de um momento propício para submeter à consulta popular a postulação de entrada na UME.

RELAÇÕES BRASIL-REINO UNIDO

Avaliação geral do relacionamento

O relacionamento bilateral Brasil-Reino Unido atingiu, nos últimos anos, patamar de excelência refletido nos contatos de alto nível e na intensificação e diversificação das iniciativas de diálogo político e cooperação nos campos econômico, cultural e científico e tecnológico. A recente visita a Oxford foi a sexta visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, ao Reino Unido. O Primeiro-Ministro Tony Blair, por sua vez, foi o primeiro Chefe de Governo britânico a realizar visita de cunho bilateral ao Brasil, de 30 de julho a 10 de agosto de 2001.

As visitas presidenciais ao RU constituíram marcos fundamentais do relacionamento. Em dezembro de 1997, a visita de Estado do então Presidente Fernando Henrique Cardoso conferiu dimensão e perspectivas inéditas ao diálogo com o Governo britânico, ao relacionamento com a Família Real e à intensificação dos vínculos nos mais diversos campos: econômico-comercial, financeiro, político, cultural, acadêmico, científico e tecnológico. Foi assinado então o Plano de Ação Conjunta, que instituiu a Parceria Brasileiro-Britânica, passando o Brasil a ser incluído entre os dez mercados estratégicos preferenciais do RU para exportação de bens e serviços e para investimentos.

O redimensionamento das relações bilaterais teve impacto também na intensificação dos contatos de alto nível.

Essa intensa troca de visitas é indicativa da mudança qualitativa no diálogo político bilateral, baseada no relacionamento estabelecido entre o ex-Presidente da República e o Chefe do Governo britânico nas visitas presidenciais e em encontros realizados à margem de reuniões internacionais em especial no âmbito das reuniões sobre Governança Progressista (Florença, 1999; Berlim, 2000; e Estocolmo, 22 e 23 de fevereiro de 2002). A sucessão de visitas ministeriais nos dois sentidos, bem como a série de visitas de governadores de estados brasileiros a Londres, além de outras autoridades, enriquecem frequentemente a agenda do relacionamento. A divulgação do trabalho desenvolvido pela Comunidade Solidária contribuiu para fortalecer os vínculos com instituições britânicas atuantes na área social, incluindo institutos dedicados à elaboração de propostas de políticas públicas e várias ONG.

Do lado britânico, o expressivo número de visitas ao Brasil demonstra o continuado interesse em fortalecer as relações com o País. Merecem destaque especial em 2002 às visitas do Príncipe de Gales (março) e, no contexto dos preparativos para a Conferência Rio+10, do Vice-Primeiro-Ministro, John Prescott (maio e junho). Outras altas autoridades britânicas também estiveram no Brasil neste ano: a Ministra responsável por Comércio Internacional no FCO e no DTI, Baronesa Symons (março); o Ministro da Energia do Departamento de Comércio e Indústria (DTI), Brian Wilson, para participar de conferência internacional sobre o petróleo no Rio de Janeiro (setembro); e, ambos do FCO, Graham Fry, Subsecretário Adjunto, e Nicola Brewer, Diretora de Assuntos Globais. Em dezembro passado, esteve no Brasil, em visita prospectiva, o novo Subsecretário Parlamentar do FCO com responsabilidade para América Latina, Bill Rammell. Da mesma forma, o Reino Unido enviou Lord Williams of Mostyn, Líder na Câmara dos Lordes e membro do Cabinet Office, como representante oficial do Reino Unido às cerimônias de Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O redimensionamento das relações bilaterais tem-se refletido em amplo espectro de vertentes: implantação de mecanismos regulares de consulta de alto nível tanto na área política ("High Level Talks", "Policy Planning", conversações sobre direitos humanos) quanto na área econômica (intercâmbio de opiniões sobre a agenda do G-7 e temas de política financeira e de política comercial e de integração),

aproximação na área parlamentar (com a formação do Brazilian All-Party Parliamentary Group, no Parlamento britânico, e regular troca de visitas) e inédita intensificação na cooperação militar (contratos assinados pela Marinha brasileira para a aquisição de 4 fragatas e 7 navios para apoio a serviços de sinalização náutica; criação da empresa South America Ordnance, com capital brasileiro e inglês, que contribuirá para a recuperação do parque industrial militar no Brasil, abertura de mercado e transferência de tecnologia; assinatura de Memorando de Entendimento na área de defesa, por ocasião da visita do então Ministro Geraldo Quintão ao Reino Unido, em 2000).

Há que se mencionar, ainda, o programa de intercâmbio de diplomatas brasileiros e britânicos. Desde 1996, o Instituto Rio Branco recebe diplomatas britânicos para cursar o Programa de Formação e Aperfeiçoamento (PROFA). Em 2000, como forma de reciprocidade a vaga oferecida pelo Governo brasileiro, o Foreign & Commonwealth Office recebeu pela primeira vez diplomata brasileiro para estágio de dois meses na área política do Serviço Exterior britânico. O programa vem se mostrando muito bem-sucedido, tendo se iniciado em janeiro de 2003 novo estágio de diplomata brasileiro no FCO.

Ainda a dar mostras da excelência do relacionamento bilateral, esteve a representação dos interesses do Reino Unido em Belgrado, que o Brasil, atendendo a solicitação britânica, assumiu primeiramente por alguns dias em outubro de 1998 e, posteriormente, com o agravamento da crise no Kosovo, retomou de março de 1999 até outubro de 2000, quando Londres e Belgrado restabeleceram relações diplomáticas.

Atualização do Plano de Ação Conjunta

Por ocasião da visita de Blair ao Brasil, o Plano de Ação Conjunta foi revisto, atualizado e reforçado como instrumento balizador das relações bilaterais. O documento assinado por ocasião da visita de Estado de 1997 havia conferido prioridade a oito áreas específicas, a saber: comércio e investimentos; questões globais e de finanças internacionais; educação; ciência, tecnologia e cooperação técnica, inclusive proteção ambiental; direitos humanos; luta contra o crime internacional, lavagem de dinheiro, terrorismo, drogas e corrupção; defesa nacional e participação em operações de paz. Duas novas áreas foram incorporadas em 2001: gestão pública e erradicação da pobreza.

Resumem-se, a seguir, as principais áreas de atuação do Plano de Ação Conjunta:

1) Comércio e Investimentos

Os dois países sublinham as boas relações entre suas respectivas organizações governamentais de promoção de comércio exterior, bem como a importante contribuição de seus setores privados, salientando, nesse setor, a criação do Fórum Empresarial Bilateral. Os dois países comprometem-se a fortalecer a cooperação entre seus setores público e privado por meio de um programa coordenado de missões, mesas-redondas, intercâmbios e outras atividades destinadas a setores prioritários. Salientam a necessidade de uma maior ênfase na avaliação de oportunidades recíprocas de investimento em infra-estrutura.

2) Temas Internacionais e Financeiros

Promover mecanismos eficazes para o intercâmbio de percepções sobre os principais cenários e temas internacionais de natureza política e financeira, especialmente nos quadros da Organização Mundial do Comércio, do G8 e do G20, e trabalhar em conjunto na cena internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável. Maximizar a utilização do Mecanismo Anual de Conversações de Alto Nível Brasil/Reino Unido e as Reuniões de Consultas Econômicas Bilaterais, assim como incentivar visitas recíprocas em nível ministerial e de funcionários de alto escalão dos dois Governos.

3) Educação

Incentivar amplo acesso aos respectivos sistemas educacionais no Brasil e no Reino Unido por meio de bolsas de estudo, programas de educação a distância e outras iniciativas; promover o intercâmbio de experiências entre especialistas e técnicos no campo da educação; incentivar o estudo do idioma inglês no Brasil e do idioma português no Reino Unido, buscando atrair o setor privado em ambos os países para projetos nessa área.

4) Ciência e Tecnologia

Promoção e cooperação em Ciência e Tecnologia por meio de contatos regulares entre autoridades, especialistas e técnicos dos dois países. Para tanto, serão definidas áreas prioritárias de atuação conjunta por meio de consultas entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e o United Kingdom Office of Science and Technology.

5) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Buscar uma maior coordenação e atuação conjunta em fóruns internacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Buscar uma maior coordenação na promoção do desenvolvimento sustentável segundo os compromissos acordados na Conferência do Rio de 1992, na Conferência de Nova York de 1997 e na Conferência Rio + 10, realizada em Johannesburg, em 2002. Manter consultas regulares sobre as negociações internacionais relativas ao Protocolo de Kyoto e atuar de forma concertada no contexto da Iniciativa de Energia Limpa.

6) Direitos Humanos

Os dois países se comprometem a trabalhar bilateralmente e em fóruns internacionais para a proteção e promoção dos direitos humanos. Ambos os países vêem com satisfação a crescente cooperação nessa área, inclusive em projetos específicos, como o de treinamento policial, e por meio do diálogo anual sobre direitos humanos.

7) Combate ao Tráfico de Drogas, ao Terrorismo e Temas Correlatos

Intensificar a cooperação e os objetivos comuns de combate às questões globais decorrentes do tráfico de drogas, do crime organizado transnacional, da lavagem de dinheiro, do seqüestro, do terrorismo internacional e da corrupção.

8) Defesa e Manutenção da Paz

Dar seguimento ao diálogo e ao intercâmbio de informações em questões de interesse mútuo relativas à defesa e incentivar a cooperação no campo das iniciativas internacionais para a manutenção da paz.

9) Questões Sociais e Eliminação da Pobreza

Buscar a eliminação da pobreza e alcançar metas internacionais de desenvolvimento. Os dois países continuarão a incentivar projetos conjuntos de combate à pobreza e à desigualdade e de promoção da inclusão social. Estabelecer oportunidades econômicas e serviços públicos eficientes para as camadas mais carentes da população.

10) Gestão Pública

Os dois países deverão compartilhar experiências e trabalhar em conjunto com o objetivo de modernizar as práticas governamentais com vistas ao

provimento de serviços públicos mais eficazes e transparentes, incluindo um melhor uso das tecnologias de comunicação e da informação.

Comércio e Investimentos

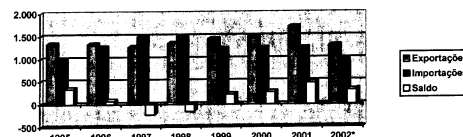
O Brasil é o maior parceiro comercial do Reino Unido na América Latina. As exportações britânicas para o mercado brasileiro representam mais de um terço do total exportado para toda a região. Em níveis globais, o Brasil é o 32^o destino das exportações britânicas (dados de 2000). Por sua vez, o Reino Unido foi o décimo destino das exportações brasileiras em 2001, correspondentes a US\$1,7 bilhão, e o décimo em termos de importações, com US\$1,2 bilhão. O Reino Unido é uma das poucas potências industriais com as quais o Brasil mantém superávit na balança comercial.

A pauta de exportações brasileiras para o mercado britânico é relativamente diversificada, incluindo aviões (o principal item em anos recentes), calçados, pasta química de madeira, madeira compensada, preparação e conservas de carne bovina, farelo de soja, soja, carne bovina, motores e partes, e papel e cartão. Aviões, motores e calçados representaram, até julho de 2002, 23,5% do total exportado. Já as importações provenientes do Reino Unido são, em geral, bens de produção e bens de capital, tais como aparelhos elétricos para telefonia, turborreatores, partes e peças para veículos, motores de pistão, aparelhos transmissores, e instrumentos e aparelhos de medição, mas incluem também proporção importante de produtos farmacêuticos e da indústria química (compostos de funções nitrogenadas e compostos heterocíclicos), além de gás propano liquefeito.

Dada a complementaridade tecnológica entre as indústrias britânica e brasileira, a parceria empresarial afigura-se fator de ampliação do comércio e dos investimentos entre os dois países, como se observa na cooperação entre a Embraer e a Rolls Royce. As Câmaras de Comércio regionais britânicas, bem como a constituição do Conselho Empresarial Brasil-Reino Unido, têm contribuído para aproximar pequenas e médias empresas dos dois países, sobretudo por meio da organização de missões empresariais ao Brasil.

Comércio Brasil-Reino Unido (em US\$ milhões FOB)
(Fonte: MDIC)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002*
Exportações	1.325	1.323	1.258	1.339	1.437	1.498	1.704	1.592
Importações	988	1.249	1.488	1.498	1.221	1.232	1.235	1.216
Saldo	337	74	-230	-159	216	265	469	376



* jan. a novembro

Entre os países da América Latina, o Brasil é o país que mais recebeu investimentos britânicos e o que mais tem investido no Reino Unido. Contudo, em 2000, segundo dados oficiais do Bacen, os investimentos diretos britânicos no Brasil constituíam apenas 2,6% do estoque registrado, somando US\$3,9 bilhões (comparado com 4,2% e US\$1,8 bilhão, em fins de 1995). A perda de dinamismo relativo daquele fluxo resultou em que o estoque de IDE britânico no total brasileiro caísse da sétima posição, em 1995, para a décima, em fins de 2000, depois dos EUA, Espanha, Países Baixos, Ilhas Cayman, França, Portugal, Alemanha, Japão e Suíça.

Mesmo assim, representa valores expressivos em números absolutos. Cite-se, por exemplo, iniciativas como a do HSBC (investimento de US\$1 bilhão) e da British Gás (adquiriu a Comgás por US\$1,65 bilhão), as aquisições do banco de investimentos Graphus pelo Flemings (recentemente adquirido pelo Chase, norte-americano), do Bamerindus pelo HSBC e do Multiplic pelo Lloyds TBs. A notar também a participação indireta do Royal Bank of Scotland na compra do Banespa pelo Santander, de quem é sócio.

Igualmente importante é a participação de empresas britânicas no processo de concessão de áreas de exploração de petróleo, entre as quais cabe citar a BP, Shell, Amerada Hess (através da subsidiária no Reino Unido) e Enterprise Oil. O interesse das companhias britânicas do setor de petróleo ficou evidenciado na Feira Oil & Gas Expo, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2002, juntamente com o XVII Congresso Mundial do Petróleo.

Em julho de 2002, a Corus – oitava maior empresa siderúrgica do mundo – anunciou estar em tratativas com a CSN com vistas à fusão. A notícia causou polêmica no mercado britânico, tendo alguns analistas ponderado que a volatilidade maior da economia brasileira poderia aumentar o risco da Corus. Seus dirigentes, contudo, têm enfatizado os be-

nefícios estratégicos (como acesso ao minério de ferro brasileiro) e econômicos (maior rentabilidade da CSN) do projeto. Em 13 de novembro de 2002, contudo, foi anunciado o cancelamento da fusão. O anúncio ocasionou uma pronunciada queda do preço das ações da Corus (de 36.75 para 27 centavos), ao contrário do ocorrido com as ações da brasileira, que subiram na Bovespa. Em comunicado à imprensa, a companhia anglo-holandesa atribuiu a decisão a "ongoing uncertainties in the global business environment and the financial markets", sem mencionar outros riscos. Reconheceu ademais que continua perdendo dinheiro, em níveis superiores aos previstos, sem que haja uma perspectiva de reversão dessa situação no curto prazo. A soma desses fatores explicaria a forte baixa da cotação dos papéis da Corus, cuja dívida foi reduzida a nível de junk bonds no dia seguinte ao cancelamento do projeto de fusão (14 de novembro). Especula-se que, em realidade, foi a deterioração da situação da Corus que inviabilizou a possibilidade de que viesse a assumir a dívida da CSN, conforme estipulava o projeto inicial, levando ao presidente desta última a propor o cancelamento da fusão.

É de certo modo curioso e contraditório que, descartada a possibilidade de associação com a CSN, vários analistas passem a comentar que o desfazimento do negócio está contribuindo para a verdadeira derrocada da gestão Tony Pedder (CEO da Corus), a ponto de pôr em questão a própria sobrevivência do grupo. Pedder identificava, em julho último, a fusão com a CSN e a venda dos negócios em alumínio como uma saída estratégica, que ajudasse a superar os problemas de rentabilidade de sua empresa. Imaginava, assim, poder reestruturar a Corus para concentrar-se na produção de aço-carbono, além de ter acesso a preços mais baratos ao ferro da mina de propriedade da CSN. Quando do anúncio da possível fusão, como se sabe, os analistas financeiros londrinos haviam reagido negativamente, avaliando que a associação com empresa localizada em país emergente, com uma economia instável e passando por um período de incerteza eleitoral, aumentaria demasiadamente o risco do empreendimento como um todo. Os mesmos analistas agora comentam que o rompimento do acordo terá consequências negativas para a recuperação financeira da Corus.

As declarações da CSN, veiculadas na imprensa local, no sentido de que a iniciativa de suspender a fusão partira da firma brasileira devido ao fraco

desempenho da Corus, acabaram por chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas pelo grupo binacional, ora rechaçado justamente pela firma (de mercado emergente) que, até poucos dias atrás, era apresentada como a solução dos seus problemas.

Quanto ao turismo, o Reino Unido constitui mercado emissor cada vez mais relevante para o Brasil. O número de viajantes britânicos para o Brasil vem crescendo, tendo chegado a 143,8 mil em 2000 segundo a Embratur. Cabe ressaltar que a indústria britânica do turismo conta com importantes investimentos no Brasil. Estão presentes os grupos Crowne Plaza, Hilton Group, Holiday Inn, Inter-Continental, Le Méridian, Orient Express e Super Clubs.

No sentido inverso, cerca de 40 empresas brasileiras, entre as quais o Banco do Brasil, Banco Mercantil, Unibanco, Odebrecht, Petrobrás e Varig encontram-se estabelecidas no Reino Unido e têm efetuado importantes investimentos. O número de representações de bancos brasileiros na **City** tem, porém, diminuído, fato, em parte, explicado pela compra de suas matrizes no Brasil por instituições financeiras estrangeiras.

A visita do Primeiro-Ministro Tony Blair, em 2001, apresentou também uma forte vertente econômica, tendo em vista o grande interesse do Governo britânico em ampliar e intensificar a parceria com o Brasil em segmentos importantes de negócios. Receberam destaque as áreas de energia (especialmente prospecção e exploração de petróleo, comercialização e distribuição de gás natural), química e farmacêutica, aeronáutica, financeira e bancária e de tecnologias da informação. Nesse sentido, o Primeiro-Ministro se fez acompanhar por dez empresários de forte representatividade no estamento de negócios britânico, entre os quais os presidentes da Rolls Royce, BAe Systems, Rothschild e Enterprise Oil, que mantiveram contatos em São Paulo com o empresariado brasileiro.

Durante a visita de Blair, assim como nas visitas da Baronesa Symons e do Príncipe de Gales (março/2002), o lado britânico reiterou seu interesse na venda de caças à FAB em proposta apresentada pelo consórcio formado pela BAE Systems e a sueca SAAB.

Há que se considerar, ainda, a posição de Londres como importante centro de formação de opinião econômica internacional, o que tem levado autoridades brasileiras a realizar visitas periódicas ao

Reino Unido, com vistas a fornecer informações e esclarecimentos sobre o desempenho da economia brasileira. No mês de junho de 2002, visitou a capital britânica o então Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Na ocasião, proferiu palestra na City, organizada pelo 'Deutsche Bank' e manteve encontro fechado com 12 grandes investidores, detentores de títulos brasileiros. O ex-Ministro da Fazenda realizou visita a Londres, em setembro último, quando fez apresentação a investidores no Banco da Inglaterra e manteve encontro com altos funcionários dos principais bancos com investimentos no Brasil. O então Ministro Pedro Malan reuniu-se, ainda, com o Chanceler do Erário, Gordon Brown, e o Governador do Banco da Inglaterra, Sir Eddie George.

Esses encontros entre autoridades econômicas de ambos os países, bem como as reuniões de consulta sobre temas econômicos, realizadas anualmente, têm permitido um aprofundamento do diálogo econômico, sobretudo com o Foreign & Commonwealth Office e o Tesouro. Frequentes encontros em nível técnico entre representantes do Ministério da Fazenda e do BNDES e seus contrapartes britânicos também comprovam a fluidez alcançada pelas relações bilaterais no campo econômico-financeiro.

Também nesse contexto, merecem registro as visitas a Londres, em 2002, do então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Embaixador Sérgio Amaral e do ex-Presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho, em março, e do então Ministro Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, em fevereiro. As autoridades brasileiras puderam apresentar quadro atualizado sobre a evolução da economia brasileira, bem como chamar atenção da comunidade empresarial britânica para as oportunidades de investimento no Brasil, com destaque para o setor de energia.

Apesar da preocupação revelada com o momento que atravessa a economia brasileira, sobressai entre as autoridades econômicas do Reino Unido (Tesouro e Banco da Inglaterra) uma avaliação positiva sobre a política econômica seguida pelo País, na qual destacam a situação fiscal equilibrada e um regime de controle inflacionário eficaz. Apreciação semelhante tem sido colhida na City e no meio empresarial.

Consoante esta avaliação positiva, o Reino Unido tem manifestado, tanto em encontros bilaterais, como nos foros multilaterais, seu apoio ao País. Para as autoridades econômicas britânicas, países como o Brasil, que apresentam regimes econômicos

consistentes, mas vêm sendo afetadas por choques externos, merecem continuar contando com a assistência dos governos credores e das instituições financeiras internacionais.

O agravamento da crise na Argentina e, mais recentemente, as turbulências experimentadas pelo Brasil, levaram o Reino Unido a aprofundar as discussões acerca do estabelecimento de uma nova sistemática para o tratamento de países em dificuldades financeiras. O tema tem sido objeto de crescente atenção do Chanceler do Erário, que, na condição de presidente do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) do FMI, estabeleceu prazo até abril próximo para que o Fundo apresente uma proposta que venha a substituir o atual procedimento **ad hoc** de tratamento das crises.

Entre as sugestões discutidas, estão a inclusão de cláusulas de ação de coletiva (CAC) nos títulos soberanos e o estabelecimento do SDRM ('Sovereign Debt Restructuring Mechanism'), mecanismo que prevê a suspensão de pagamentos e restrição de movimentos de capitais pelos países em dificuldades financeiras, enquanto se encontram em processo de "default", de forma a possibilitar uma reestruturação ordenada de suas dívidas. O Reino Unido tem favorecido enfoques "de mercado" para a solução dos problemas de endividamento de países emergentes, como, a seu ver, seriam as iniciativas acima. Ao contrário, propostas de alto teor intervencionista, como a da aplicação da "taxa Tobin", não têm despertado maior interesse das autoridades econômicas britânicas.

Vale lembrar, no entanto, que as propostas de inclusão nos títulos soberanos de CAC e/ou do estabelecimento de um SDRM, mencionadas acima, vêm sendo encaradas com ceticismo pelo Governo brasileiro, que teme que sua implementação venha a provocar elevação dos **spreads** e retração nos investimentos destinados aos mercados emergentes.

Ciência e tecnologia

O adensamento da cooperação bilateral científico-tecnológica entre o Brasil e o Reino Unido inclui-se entre os objetivos prioritários explicitados no Plano de Ação Conjunta de dezembro de 1997. A importância da cooperação nesta área foi reafirmada quando da última reunião do mecanismo de "high level talks", realizada em Brasília em dezembro de 2001.

Os encontros anuais entre o Department for International Development e a Agência Brasileira de Cooperação, as visitas dos Ministros de Ciência e

Tecnologia ao RU, apontam áreas de convergência entre os interesses brasileiros e britânicos no que concerne a cooperação científica e tecnológica.

Quando da visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1997, em paralelo ao Plano de Ação Conjunta, foi concluído o “Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Federativa do Brasil”. Os programas de cooperação bilateral na área de ciência e tecnologia ora em curso concentram-se em sua grande maioria nos seguintes temas: meio ambiente, em particular proteção e educação ambiental, saúde, governance e reforma do estado.

A cooperação técnica bilateral, conduzida pelo Department for International Development pelo lado britânico e a Agência Brasileira de Cooperação pelo lado brasileiro, encontra-se em fase de revisão como resultado da preparação de um novo Strategic Paper on Brazil. Após processo de consulta, o novo Paper, publicado em outubro de 2001, servirá de balizamento para a cooperação técnica bilateral nos próximos quatro anos.

À luz dos “high levei talks”, os temas prioritários para ampliar a cooperação bilateral científico-tecnológica entre o Brasil e o Reino Unido são: tecnologias de informação e comunicação; e-government; estudos de prospecção (concentrados no Reino Unido no Programa Foresight); transferência de tecnologia e colaboração entre academia e indústria (Link collaborative research).

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Reino Unido é dos principais parceiros do Brasil em matéria de cooperação ambiental e grande parte dos projetos bilaterais de cooperação técnica são nessa área, que ocupa posição de destaque na agenda externa britânica.

Quanto à execução de programas, o foco principal da cooperação ambiental bilateral é o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7; por meio do DFID (Department for International Development), o Reino Unido é o terceiro maior contribuinte para o PPG-7 e Fundo para as Florestas Tropicais, tendo alocado 30% do total das contribuições (US\$27,52 milhões). Em subprograma do PPG-7, iniciado em 1995, o DFID fornece assistência técnica às Secretarias do Meio Ambiente do Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins, e capacitação (“capacity building”) a nove go-

vernamentos estaduais da região amazônica, a governos municipais e organizações da sociedade civil, com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais e à implementação de modelos de manejo ambiental integrado.

O DFID tem buscado direcionar a cooperação com o Brasil sobretudo para a vertente da erradicação da pobreza, aumentando os recursos destinados ao apoio a programas de políticas sociais públicas (saúde, educação) dos estados abrangidos pelo PPG-7. No biênio 2000-2001 o DFID vem explorando possibilidades de trabalho conjunto com outras instituições britânicas (Environment Agency) no âmbito do PPG-7.

O Royal Botanic Gardens Kew é, desde 1968, a principal instituição britânica de cooperação com entidades brasileiras em pesquisa e treinamento em botânica. O programa Kew-Brasil tem como fulcro o desenvolvimento da pesquisa em biodiversidade e ramifica-se em **a)** pesquisa básica; **b)** conservação e desenvolvimento sustentável e **c)** capacitação e informação pública. O Programa Plantas do Nordeste (PNE), que inclui subprogramas de manejo sustentável, é gerenciado pela Associação Plantas do Nordeste (APNE) e executado em parcerias com instituições brasileiras e estrangeiras, dentre as quais o RBG Kew e o British Council. A APNE e o RBG Kew iniciaram em abril 2001 um projeto de 4 anos (financiado pela ONG britânica Clothworkers’ Foundation) para o manejo sustentado da vegetação lenhosa da caatinga, com ênfase na produção de lenha para uso doméstico. O RBG Kew cooperou também em iniciativas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável no Nordeste (julho 2001) e com a implantação do Centro de Documentação sobre recursos vegetais da Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas da UFPE (doação de 2 toneladas de livros e material bibliográfico). O projeto “Banco de Sementes do Milênio”, que o RBG Kew inclui na rubrica “conservação e desenvolvimento sustentável” não obteve ainda aprovação das autoridades competentes brasileiras (incluindo MCT) porque a instituição britânica não aceitou conformar-se a preceitos legais e às posições de princípio sustentadas pelo Brasil.

Direitos Humanos

A cooperação Brasil-Reino Unido em matéria de direitos humanos tem dois marcos de referência: a Declaração Conjunta sobre Direitos Humanos (3-12-1997) e o Plano de Ação Conjunta Brasil-Rei-

no Unido (3-12-97 e atualização de 30-7-01). Estes documentos prevêem que a cooperação seja realizada por meio de: diálogo e intercâmbio de pontos de vista em bases regulares, busca de entendimentos em foros multilaterais, projetos concretos para a promoção e proteção dos direitos humanos, assistência recíproca, e facilitação de contatos com ONG. No passado recente, a evolução na implementação do Plano de Ação Conjunta em matéria de direitos humanos foi a seguinte:

Concertação de posições em foros intencionais:

As duas partes têm reiterado o interesse mútuo na troca de informações e pontos de vista entre as delegações na Comissão de Direitos Humanos – CDH e na III Comissão das Nações Unidas. Ressalte-se que o grau de convergência de posições do Brasil e do Reino Unido a respeito da agenda internacional de direitos humanos não se traduz necessariamente em coincidência de votos de resoluções politicamente sensíveis, tais como as de situações de países específicos – é natural que haja diferenças de percepções, e o Reino Unido vota em concertação com o grupo europeu.

Na cooperação em foros internacionais merecem ser destacados os acordos de apoio recíproco a candidaturas (Brasil ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial – CERD x Reino Unido à Comissão Internacional Humanitária de Investigação; Brasil à Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos x Reino Unido ao CERD).

Os princípios da política externa britânica para direitos humanos que constituem pontos de convergência com as posições do Brasil são: os direitos econômicos, sociais e culturais devem ser promovidos com a mesma ênfase que os direitos civis e políticos; a promoção dos direitos humanos é indissociável da promoção do desenvolvimento econômico; o direito ao desenvolvimento é um direito humano universalmente reconhecido (embora o Reino Unido não o considere um direito coletivo); a globalização em bases sustentáveis e equitativas e o combate à pobreza fazem parte dos esforços para a garantia de todos os direitos humanos; são necessárias “novas parcerias entre países ricos e pobres e suas sociedades civis”.

Acordo sobre Transferência de Presos:

Foram trocados durante a última reunião do Mecanismo de Conversações de Alto Nível os instrumentos de ratificação do Acordo sobre Transfe-

rência de Presos, assinado em 1998 e aprovado pelo Congresso Nacional em janeiro de 2000, o que possibilitará sua entrada em vigor.

Projetos de cooperação para a promoção e proteção dos direitos humanos:

Por meio do Fundo para Projetos de Direitos Humanos (Human Rights Project Fund) do FCO, desde 1998 o Reino Unido iniciou ou completou 13 projetos de parceria com entidades governamentais e/ou com ONG no Brasil; estão em curso 6 destes projetos: educação a distância em direitos humanos, seminário sobre administração penitenciária, Balcão da Cidadania, tradução para o português do “Manual contra a Tortura” do FCO, treinamento de funcionários de penitenciárias e campanha de combate à violência doméstica e exploração sexual de crianças.

A modernização e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho da polícia e treinamento de policiais para o respeito dos direitos humanos têm sido o eixo principal dos entendimentos bilaterais de cooperação para a promoção e proteção dos direitos humanos. O tema é considerado prioritário tanto pelo Brasil quanto pelo Reino Unido, por suas implicações em problemas como a tortura e a situação carcerária. As iniciativas implementadas até agora consistem em seminários/cursos/consultoria em treinamento de policiais para o respeito dos direitos humanos. Em seguida aos High Level Talks de outubro 2000, o SG encaminhou carta ao então Ministro John Battle reiterando o interesse do Brasil na continuidade da cooperação nessa área e propondo a estruturação de um programa.

O Departamento da Polícia Federal enviou delegação ao Reino Unido (novembro 2000) e entregou aos interlocutores britânicos documento sintetizando as demandas de cooperação técnica. Uma das primeiras iniciativas a serem implementadas seria a cooperação para o fortalecimento institucional da Academia Nacional de Polícia (projeto gerido pela ABC) e sua possível transformação em Centro Regional de Referência para a América Latina. A instituição britânica fornecedora de assessoria seria o Bramshill Police Training College, que propôs elaborar projeto. A evolução do assunto depende de resposta da parte brasileira quanto ao financiamento dos custos com o envio da missão do Bramshill College ao Brasil.

Diálogo com ONG:

O governo trabalhista deu destaque ao papel das ONG na formulação e execução da política ex-

terna para direitos humanos, convidando-as para uma parceria com o FCO, estruturada em programa de intercâmbio e assessoria ("secondments"). A Embaixada em Londres mantém diálogo com as principais ONG e divulga informações e esclarecimentos sobre a evolução das questões de direitos humanos no Brasil. Os interlocutores mais frequentes têm sido a Anistia Internacional e a Survival Internacional. A Anistia enviou pesquisadores sobre a questão da tortura ao Brasil (outubro 2001), os quais foram recebidos pelos então Ministro de Estado e Secretário Nacional de Direitos Humanos. Importa observar que desde 1998 o FCO tem uma Iniciativa Anti-Tortura em nível mundial – uma das estratégias é o apoio à militância das ONG. Por sua vez, o Brasil lançou em 30-10-01 uma campanha nacional de combate à tortura. O Relator Especial sobre a Tortura da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Sir Nigel Rodley (britânico), fez visita ao País a convite do Governo brasileiro (agosto-setembro 2000) e elaborou relatório com recomendações que foram incorporadas ao programa brasileiro de combate à tortura.

Combate ao Tráfico de Drogas, Terrorismo e Temas Correlatos

O Reino Unido tem atribuído especial importância ao combate ao crime organizado em suas mais diversas formas. Entre as prioridades definidas para o segundo mandato de Tony Blair, incluem-se: reforma do sistema judicial, modernização e ampliação da força policial, simplificação de procedimentos para extradição e confisco dos bens dos traficantes de drogas, medidas mais severas de combate à corrupção. Os acontecimentos de 11 de setembro aceleraram o processo, em particular em áreas vistas como essenciais no contexto mais amplo da estratégia de combate à ameaça terrorista.

Já foram adotadas várias iniciativas de combate à lavagem do dinheiro pelo Chanceler do Erário, que tem também defendido a regulamentação de medidas no plano externo (UE; Grupo de Ação Financeira – GAFI da OCDE; G-7; Nações Unidas). A possibilidade de estar Londres ocupando posição de destaque na intermediação de recursos usados para financiar o terrorismo internacional reforçou as posições dos segmentos favoráveis à adoção de maior rigor no controle das atividades bancárias. A nova legislação anti-terrorismo ("Anti-Terrorism, Crime and Security Bill") recentemente apresentada ao Parlamento inclui uma série de dispositivos de interesse das autoridades econômico-financeiras, tais

como a troca de informações, hoje inacessíveis, entre diferentes órgãos do Governo, inclusive registros policiais.

O projeto de lei deverá provocar grandes discussões. Entre os dispositivos mais criticados destaca-se a detenção sem julgamento, e por tempo indeterminado, de estrangeiros sob suspeita de envolvimento com o terrorismo que não possam ser deportados por alegarem correr risco de tortura ou morte. O projeto de lei reflete clara disposição em atacar, em diversas frentes, a questão da "excessiva" hospitalidade britânica a redes de terrorismo internacional, seja no mercado financeiro, seja pela acolhida de indivíduos que, inseridos nessas redes, estariam abusando dos procedimentos de imigração e asilo.

O projeto também contempla dispositivo anti-corrupção, pelo qual executivos que se envolvam em atos de corrupção de funcionários e políticos em terceiros países estarão sujeitos a processo judicial no Reino Unido, com a possibilidade de prisão. Com essa iniciativa, o governo britânico dá cumprimento a obrigação prevista em Convenção da OCDE, a qual foi assinada pelo Reino Unido em 1997. Segundo comentaristas, a demora britânica em implementar internamente a Convenção vinha gerando certa irritação em Washington, que vê suas empresas em desvantagem nos grandes contratos internacionais vencidos por outras companhias graças ao pagamento de suborno.

No cenário pós-11 de setembro, adquire maior relevância a questão do combate às drogas, em função de vinculações entre o tráfico e o financiamento do terrorismo internacional: 90% da heroína consumida no Reino Unido tem origem no Afeganistão. O Governo tem manifestado a intenção de concentrar esforços no combate a drogas pesadas (crack, cocaína e heroína), intensificar medidas de controle e testes em usuários e traficantes, além de prever elevação de 70% dos recursos destinados a tratamento até 2004. O Secretário do Interior anunciou que estará propondo mudança na legislação sobre **cannabis**, cujo uso deixaria de constituir delito passível de detenção.

Sob esse aspecto das relações bilaterais, identifica-se terreno fértil para possível intensificação da cooperação. Por ocasião da Visita de Estado, em dezembro de 1997, foi assinado memorando de entendimento sobre cooperação entre as administrações alfandegárias. Encontros mantidos entre autoridades dos dois países ofereceram oportunidades para troca de informações sobre estratégias e políti-

cas de combate e controle do tráfico de drogas, **law enforcement**, modernização dos métodos de combate ao crime organizado, entre outros temas correlatos.

Defesa e Manutenção da Paz

As autoridades brasileiras e britânicas devem dar seguimento ao diálogo e ao intercâmbio de informações em questões de interesse mútuo relativas à defesa e incentivar a cooperação no campo das iniciativas internacionais para a manutenção da paz.

Questões Sociais e Eliminação da Pobreza

Brasil e Reino Unido devem buscar a eliminação da pobreza e alcançar metas internacionais de desenvolvimento. Os dois países continuarão a incentivar projetos conjuntos de combate à pobreza e à desigualdade e de promoção da inclusão social. Devem, igualmente, estabelecer oportunidades econômicas e serviços públicos eficientes para as camadas mais carentes da população.

Gestão Pública

O tema “Gestão Pública” foi introduzido na versão atualizada do Plano de Ação Conjunta à luz do interesse manifestado por autoridades governamentais brasileiras e britânicas em promover a troca de experiências e a cooperação bilateral na modernização de práticas governamentais. O assunto inseriu-se na agenda bilateral em setembro de 2000, quando da visita da ex-Ministra Chefe do Gabinete, Mo Mowlam, ao Brasil. Em reunião com o ex-Ministro Pedro Parente, foram discutidas questões relacionadas à tecnologia de informação, “e-government” e políticas públicas de conexão com o usuário (cidadão).

Quando da reunião de High Level Talks em Londres (out/2000) foi reiterado interesse das partes em dar seguimento às conversações com vistas à cooperação bilateral. Em março de 2001, atendendo a convite britânico, o então Ministro Pedro Parente deu seguimento às discussões sobre “governo eletrônico” e modernização dos serviços públicos com a ex-Ministra Mo Mowlam, entre outros interlocutores do “Cabinet Office”. Acertou-se, em princípio, a organização de visita ao Brasil do Diretor do projeto “Knowledge Network” e do Diretor do Grupo de Modernização dos Serviços Públicos do “Cabinet Office”, a qual ainda não ocorreu.

Recorde-se, por oportuno, que a Ministra Mowlam deixou o Governo após as eleições de 7-6-01

último, tendo John Prescott, Vice-Primeiro-Ministro, assumido sua função.

Fórum Brasil-Reino Unido

No contexto dos novos canais de diálogo que reforçam a grande convergência de interesses entre os dois países na condução de políticas públicas, há que se mencionar a proposta de criação do Diálogo Brasileiro-Britânico (Brazil-UK Standing Conference), projeto que visa a aprofundar o contato entre instituições do governo e da sociedade, entre políticos e pesquisadores, tanto no Reino Unido quanto no Brasil, interessados em vertebrar o debate sobre os novos caminhos da socialdemocracia, além de inventariar casos concretos e trocar experiências entre políticas públicas que se inscrevem nestas perspectivas.

Durante a última reunião do Mecanismo de Conversações de Alto Nível entre os então Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Osmar Chohfi, e Minister of State do Foreign and Commonwealth Office, Dennis MacShane, ambas as partes concordaram quanto à importância de se criar o referido fórum permanente, cujo papel seria o de promover o diálogo entre as sociedades civis do Brasil e do Reino Unido.

Segundo a proposta, o fórum teria reuniões alternadas no Brasil e no Reino Unido e contaria com a co-presidência de dois intelectuais de grande prestígio (um brasileiro e um britânico). Com duração de três dias, seriam realizados **workshops** sobre temas específicos (globalização, questões sociais, cultura, governança etc.) ao fim dos quais seria produzido um documento com as principais conclusões do encontro.

O primeiro encontro seria realizado no Brasil, na segunda metade do ano de 2003 e contaria com, aproximadamente, oitenta participantes entre acadêmicos, jornalistas, empresários, membros do Governo, políticos, artistas, sindicalistas e membros de ONG. Para a concretização do evento, os lados brasileiro e britânico esperam poder contar com fundos públicos e privados.

No que se refere aos temas a serem discutidos, os lados brasileiro e britânico vêm trabalhando com dois cenários. No primeiro, seriam escolhidos quatro tópicos da atualidade a serem discutidos entre os participantes. No segundo, seria escolhido um tema amplo que seria debatido em subgrupos sob suas diferentes perspectivas.

Para dar impulso ao projeto, no entanto, é importante que ambas as partes definam, com a brevidade possível, os nomes das personalidades que virão a co-presidir o fórum.

Cooperação Acadêmica Brasil-Reino Unido

A cooperação acadêmica anglo-brasileira se beneficia atualmente do excelente diálogo político existente entre o Brasil e o Reino Unido, circunstância que atua favoravelmente como um catalisador para o fortalecimento das relações bilaterais. O Reino Unido é um dos países que, neste momento, reúnem as condições históricas, políticas, econômicas e culturais necessárias e desejáveis para o aprofundamento de uma parceria estratégica, forte, criativa e mutuamente benéfica no campo da cooperação intelectual e educacional.

De modo geral, os estudos brasileiros encontram-se em franco desenvolvimento na Europa e nos EUA, sendo cada vez maior o número de professores, pesquisadores, profissionais e estudantes de pós-graduação que se dedicam ao Brasil como área de especialização acadêmica. O Governo brasileiro tem procurado estimular os estudos sobre o Brasil no exterior, consciente de que é importante garantir uma contínua atualização do conhecimento existente sobre o País nos centros de ensino e pesquisa ao redor do mundo.

No Reino Unido, esse interesse é crescente, a exemplo das atividades mantidas por instituições britânicas como a Universidade de Oxford, o Royal Institute of International Affairs (Chatham House), o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres, a London School of Economics and Political Science (LSE) e o King's College, para citar apenas algumas. A ampliação da cooperação acadêmica bilateral assinala o amadurecimento de uma consciência sobre a importância que o Brasil vai adquirindo no mundo, como resultado da consolidação de suas instituições democráticas, do peso de sua economia, do papel exercido pelo País no plano internacional e do próprio dinamismo de sua sociedade, entre outros fatores.

Esse interesse contribui para aproximar ainda mais as comunidades acadêmicas nos dois países, além de promover o estreitamento dos laços institucionais e o contato direto entre universidades, "think tanks", centros de pesquisas e institutos independentes envolvidos na reflexão e no debate dos assuntos que interessam igualmente ao Brasil e ao Reino Unido.

Cooperação com a Universidade de Oxford

Oxford é a mais antiga Universidade do Reino Unido e dos países de língua inglesa. Suas origens datam do século XII e desde então Oxford tem formado membros da elite britânica e de vários países. No total, 25 Primeiros-Ministros britânicos estudaram em Oxford, incluindo Tony Blair.

A Universidade de Oxford é internacionalmente reconhecida como um centro de excelência em ensino e pesquisa nas mais diversas áreas. Entre ex-alunos e professores, 36 ganhadores do Prêmio Nobel estiveram ligados à Universidade. De seu corpo docente atual, 78 professores pertencem à Sociedade Real e 112 à Academia Britânica.

A Universidade tem mais de 16.500 estudantes e quase um quarto destes são estrangeiros, representando mais de 130 nacionalidades. Estavam matriculados em 2001 cerca de 125 estudantes da América do Sul, inclusive do Brasil, majoritariamente cursando pós-graduação.

Memorando de Entendimento Oxford-MEC

Em março de 2000, o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, visitou Oxford, onde manteve encontro com o Vice-Chancellor da Universidade, Sir Colin Lucas, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento entre o MEC e a Universidade de Oxford. Este instrumento fornece a moldura apropriada para iniciativas e programas de cooperação entre as duas instituições.

O Memorando definiu cinco pontos específicos de atuação:

- a) troca de informações;
- b) desenvolvimento de programas de intercâmbio acadêmico;
- c) atividades de pesquisa conjunta;
- d) organização de seminários internacionais conjuntos; e
- e) outros programas especiais acadêmicos e de pesquisa.

O ex-Ministro Paulo Renato Souza destacou então que o Memorando funcionaria como um acordo-quadro a ser complementado por outros protocolos a serem negociados entre a Universidade de Oxford e departamentos e/ou agências governamentais ligadas ao MEC (Capes, entre outras). Entre os pontos propostos pelo Memorando, o aumento do intercâmbio de estudantes e a promoção de pesquisas conjuntas receberiam atenção prioritária do MEC.

Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford

A Universidade de Oxford mantém laços tradicionais com a América Latina e com o Brasil, em particular. Nomes expressivos da cultura nacional passaram por Oxford, como Gilberto Freyre.

Os estudos sobre o Brasil sempre estiveram presentes nas atividades dos **Colleges** da Universidade e em seus institutos especializados. Mais recentemente, com a criação do Centro de Estudos Brasileiros, Oxford tem contribuído para o ressurgimento do interesse no Reino Unido pelo estudo do Brasil, de sua história, economia, cultura e sociedade.

Inaugurado oficialmente em 3 de dezembro de 1997 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de sua visita de Estado ao Reino Unido naquele ano, o Centro de Estudos Brasileiros tem desenvolvido intenso programa acadêmico e número expressivo de atividades ligadas ao Brasil, especialmente no que se refere à organização de conferências e seminários e ao intercâmbio com instituições universitárias brasileiras.

Dirigido com dinamismo pelo Professor Leslie Bethell, o CEB-Oxford está completando cinco anos de atividades. Funcionando inicialmente em instalações provisórias na zona central de Oxford, o Centro passou a contar, desde outubro de 2000, com sede própria localizada na Woodstock Road, em casa especialmente cedida para esse fim pela Universidade, com o apoio do Vice-Chancellor.

Embora mantenha estreita cooperação com o Latin American Center e o St Antony's College (dedicado a assuntos internacionais e estudos regionais), o CEB-Oxford é um centro inteiramente independente, mantido por um rol de patrocinadores no Brasil e no Reino Unido, resultado de uma parceria entre a Universidade de Oxford, o Governo brasileiro, empresas privadas e instituições de ambos os países.

São os seguintes os patrocinadores que integraram o pacote inicial que garantiu recursos para os primeiros cinco anos de funcionamento do CEB-Oxford: Organizações Globo, Banco Safra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (São Paulo), Grupo Votorantim, Banco Santos, Petrobras, Ameralda Hess, Robert Fleming & Co., BP Amoco Brasil, GlaxoSmithKline Brasil, Shell Brasil e Pinheiro Neto Advogados.

Além dos funcionários administrativos, diversos Research Fellows e Sênior Research Associates estão ligados ao CEB-Oxford, que também recebe a cada período letivo vários pesquisadores visitantes, a maior parte do Brasil. Desde 1999, o Centro recebe anualmente um diplomata brasileiro como Pesquisador Visitante Associado do Itamaraty.

Periodicamente importantes conferências têm lugar em Oxford, organizadas pelo CEB, com a presença de um elenco seletivo e diversificado de acadêmicos, intelectuais, autoridades de alto nível e especialistas do Brasil, Reino Unido e outros países, representando diferentes correntes políticas e de opinião. A III Conferência Anual das Organizações Globo, por exemplo, realizada em maio de 2001 sob o título "Preparando o Brasil para o Século XXI", contou com a participação dos então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, e Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, entre outras personalidades.

O estímulo ao debate franco e pluralista tem contribuído para uma reflexão abrangente sobre temas de relevância para o Brasil, consolidando o papel do CEB-Oxford como um dos mais ativos centros de estudos brasileiros existentes hoje.

(À Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 59, DE 2003

(Nº 57/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

Os méritos da Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA

Nascida em Santa Maria/RS, 16 de abril de 1939. Filha de Olavo Nunes de Assumpção e Maria Hedy Barão de Assumpção. Licenciatura em Língua e Literatura Francesa, Universidade d'Aix-Marseille, França. Licenciatura em Letras Neolatinas, PUC/RJ. Curso de Prática Consular, IRBr. CAE, IRBr.

CPF.: 046.565.807-59

ID.: 2709/MRE

Terceira Secretária, concurso, 22 de janeiro de 1969.

Segunda Secretária, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Primeira Secretária, merecimento, 23 de dezembro de 1977.

Conselheira, merecimento, 23 de junho de 1981.

Ministra de Segunda Classe, 30 de junho de 1989.

Ministra de Primeira Classe, 23 de dezembro de 1997.

Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1969/70.

Assistente do Chefe da Divisão de Comunicações, 1971/72.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1974.

Em Licença, 1975/76.

Assessora do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1976/77.

Assessora do Ministro de Estado, 1977/79.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1979/81.

Assessora do Gabinete do Ministro de Estado, 1981/82.

Chefe, substituto, da Secretaria de Assuntos Legislativos, do Gabinete do Ministro de Estado, 1981/82.

Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1982/83.

Chefe da Divisão da Europa-I, 1989/90.

Chefe, substituto, do Departamento da Europa, 1989/90.

Chefe do Departamento do Serviço Exterior, 1990/91.

Chefe do Gabinete do Subsecretário do Serviço Exterior, 1996/1997.

Diretora- Geral do Departamento de Organismos Internacionais, 1997/2000.

Buenos Aires, Terceira Secretária, 1972/73.

Washington, Conselheira, 1984/87.

Ottawa, Conselheira, 1987/89.

Paris, Ministra-Conselheira, 1991/96.

Genebra, Embaixadora-Alterna, 2000/2003.

Conferência Interamericana Especializada sobre Educação Integral da Mulher, Buenos Aires, 1972 (delegado).

VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1974 (membro).

Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em visita oficial ao Senegal, 1974 (membro).

Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em visita oficial a Portugal, 1974 (membro).
Comissão Permanente do Conselho de Nomeações, 1974 (membro).
Grupo de Trabalho sobre Reformulação do RISE (Portaria nº 457, de 24/10/77) (membro).
Grupo de Trabalho encarregado da posse do Presidente-eleito Tancredo Neves, 1984.
XIV Reunião do Grupo "ad hoc", de Comércio sobre Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias, da Comissão Especial de Consulta e Negociação da OEA, Lima, 1979 (delegado).
V Sessão Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1979 (delegado).
Reunião Ministerial do Grupo dos "77", Nova York, 1980 (delegado).
XV Reunião do Grupo "ad hoc" de Comércio sobre Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias, da Comissão Especial de Consulta e Negociação da OEA, Santiago, 1980 (delegado).
VI Sessão Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caraballeda, 1980 (delegado).
Reunião de Consulta e Coordenação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, Montevidéu, 1979 (delegado).
XVI Comissão Mista Brasil-RFA de Cooperação Econômica, Bonn, 1989 (subchefe da delegação).
II Comissão Mista de Cooperação Econômica Industrial e Tecnológica Brasil-Suécia, Brasília, 1989 (subchefe da delegação).
Comissão da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear-ABACC- (representante).
Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Brasília, 1997 (delegada).
52a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1997 (delegada).
Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas, Haia, 1997 (subchefe da delegação).
II Conferência Regional sobre Medidas de Promoção da Confiança e da Segurança, El Salvador, 1998 (chefe da delegação).
XXVIII Período de Sessões Ordinárias da Assembléia Geral da OEA, Caracas, 1998 (delegada).
I Reunião da Força Tarefa para a Ásia Meridional, Londres, 1998 (chefe da delegação).
53a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1998 (representante alterna).
II Reunião da Força Tarefa para a Ásia Meridional, Londres, 1999 (chefe da delegação).
Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Buenos Aires, 1999 (chefe da delegação).
54a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1999 (representante alterna).
I Comissão da 55a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 2000 (delegada).
279a. Sessão do Conselho de Administração da OIT, Genebra, 2000 (delegada).
51a. Sessão do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-ACNUR- Genebra, 2000 (subchefe da delegação).
281a. Sessão do Conselho de Administração da OIT, Genebra, 2001 (delegada).
57a. Sessão da Comissão dos Direitos Humanos, Genebra, 2001 (delegada).
Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Biológicas e Tóxicas e sobre sua Destruição, Genebra 2001 (chefe da delegação).
I Sessão da Comissão Preparatória da Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear-TNP-Nova York, 2002 (subchefe da delegação).
58a. Sessão da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, 2002 (delegada).

I Comissão da 57a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 2002 (subchefe da delegação).

55a. Assembléia Mundial da Saúde, Genebra, 2002 (subchefe da delegação).

283a. Sessão do Conselho de Administração da OIT, Genebra, 2002 (chefe da delegação).

54a. Sessão da Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, 2002 (chefe da delegação).

IV Conferência dos Estados Partes da Convenção para a Pribição da Proodução, Uso, Transferência e Estocagem de Minas Antipessoal, Genebra, 2002 (chefe da delegação).

285a. Sessão da Junta Executiva da OIT, Genebra, 2002 (chefe da delegação).

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Ordem Nacional do Leão, Cavaleiro, Senegal.

Ordem Mexicana da Águia Azteca, México.

Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal.

Ordem de Cristo, Portugal.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUIÇA

Janeiro de 2003

Avaliação das Relações Bilaterais

A excelência das relações entre Brasil e Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira. Para o Brasil, a importância desse relacionamento _ cuja origem remonta à imigração iniciada há mais de 180 anos _ decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais e de seu expressivo estoque de investimentos no País, que se encontra entre os dez maiores.

Para a Suíça, o Brasil representa o mais relevante interlocutor na América Latina, ocupando a posição de principal parceiro comercial suíço na região e de principal destinatário de seus investimentos. Cerca de 60% dos investimentos suíços na América Latina estão concentrados no Brasil. Entre os principais investidores suíços no País destacam-se os grupos Nestlé, Novartis e Schindler. Em 2001, a Nestlé do Brasil apresentou um lucro líquido de cerca de US\$ 200 milhões, enquanto a Schindler (elevadores) obteve a maior ren-

tabilidade (patrimônio/lucro líquido) com um índice de 45%, quase onze pontos percentuais acima do segundo colocado.

No plano político, os contatos de alto nível têm possibilitado uma troca de impressões ampla e objetiva sobre os principais aspectos da agenda bilateral, bem como sobre os grandes temas da atualidade internacional. O recente ingresso da Suíça na ONU, em 10 de setembro de 2002, deverá contribuir para o aproveitamento de todo o potencial de cooperação existente entre Brasil e Suíça nos principais foros políticos multilaterais.

Em 1997, o então Conselheiro Federal Flavio Cotti realizou a primeira visita de um titular da diplomacia suíça ao Brasil. No ano seguinte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Berna, Zurique e Davos, tendo mantido importantes contatos políticos e empresariais naquelas cidades. Em julho de 1999 realizou-se a visita do Ministro da Economia, Indústria, Trabalho e Agricultura, Pascal Couchepin, que chefiou importante missão empresarial e reafirmou o interesse da Suíça pelas oportunidades que se abrem no mercado brasileiro.

O Conselheiro Federal Moritz Leuenberger, então Vice-Presidente e Ministro do Meio Ambiente, esteve no Brasil em junho do ano passado, para ina-

ugurar o evento “Suíça 2000 – 1º Festival de Negócios, Cultura e Turismo”, realizado em São Paulo e Brasília. Essa importante iniciativa teve o mérito de promover _ no ano do V Centenário do descobrimento – a cultura suíça no Brasil e incentivar contatos empresariais de ambos os lados.

Em maio de 2001, veio ao Brasil o Secretário de Estado (Ministro) do Comércio Exterior, David Syz, acompanhado de uma delegação de cerca de 16 empresários, com o objetivo principal de manter contatos com autoridades do Governo Federal e da comunidade empresarial suíço-brasileira e dar continuidade aos resultados alcançados pela missão do Conselheiro Federal Pascal Couchepin, que esteve no Brasil em 1999.

Em março próximo, deverá realizar visita oficial ao Brasil a atual Chanceler da Suíça, Conselheira Federal Micheline Calmy-Rey.

Relações econômicas

O Brasil é o principal mercado da Suíça na América Latina em termos de intercâmbio comercial e de investimentos. Fora da Europa, e logo atrás dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil é o mais importante País de destino dos investimentos suíços. A maioria das grandes empresas multinacionais suíças dos setores farmacêutico, químico, alimentício e de máquinas estão instaladas no Brasil desde o início do século com unidades de produção próprias. As filiais dessas empresas no Brasil empregam cerca de 80 mil pessoas.

Investimentos

A Suíça, que sempre esteve entre os cinco maiores investidores europeus no Brasil, tem perdido espaço para países como França, Portugal e Espanha em função de sua inexpressiva participação no processo de privatizações. Com a venda de empresas dos setores elétrico (geradoras de energia), de água, de saneamento e de gás, o Governo brasileiro espera que os investidores suíços possam manter o patamar da tradicional presença suíça na economia brasileira.

Cerca de 250 empresas suíças estão estabelecidas no Brasil, sendo as seguintes as mais importantes por setor:

indústria alimentícia: Nestlé, Sandoz e Su-chard; **indústria química:** Novartis, Roche e Givaudan Firmenich; **máquinas:** Asea Brown Boveri (ABB), Suízer e Schindler; **construção e diversos:** Holderbank F. Glaris e Bally; **serviços:** Union des Banques Suisses (UBS), Société de Banques Suisses (SBS) e

Crédit Suisse e as seguradoras Basler, Winterthur e Zurich.

O pioneirismo nos investimentos suíços no Brasil cabe à firma suíça Bally, que absorveu, em 1880, o Curtume Carioca. Em 1921, a Nestlé começou a operar no Brasil (hoje seu terceiro mercado mundial) e a ela seguiram-se a Roche (1931), Ciba (1934), Sandoz (1937), Geigy (1938) e SBS (1938).

Estoque total de investimentos (em US\$ milhões)		
Ate 1995	Ate 1998	Ate 2001
2.800	3.300	5.000

Estimativa com base em dados do Banco Central e das Câmaras Biliaterais de Comércio

Comércio Bilateral

O comércio bilateral – tradicionalmente deficitário para o Brasil – tem-se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e itens semimanufaturados (pedras preciosas, metais, café, fumo e alumínio) e por exportações suíças de produtos de tecnologia sofisticada e de alto valor agregado, tais como maquinário de precisão, relógios e compostos químicos.

A venda de aviões da Embraer para a Swiss (antiga Crossair) _ em negócio estimado em USD 5 bilhões _ deverá contribuir para alterar essa tendência. Em virtude deste fato, verificou-se em 2000 um significativo aumento das exportações brasileiras, que passaram de pouco mais de USD 200 milhões em 1999 para mais de USD 500 milhões. Segundo a SECEX, as exportações de aviões e componentes alcançaram a cifra de USD 187 milhões em 2000. Cerca de 125 aviões dos modelos ERJ-170, ERJ-190-200, ERJ-135 e ERJ-145 deverão ser vendidos ao longo dos próximos anos.

Comércio bilateral (em USD milhões FOB)							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Exportações	417	267	205	207	510	412	445
Importações	677	882	908	773	829	1.003	887
Saldo	-260	-615	-703	-566	-319	-591	-442

Fonte: MDIC

Cooperação Judiciária

Seria conveniente a implementação de mecanismos de cooperação judicial mais ágeis que os previstos pelo tratado de extradição de 1932. Os campos de maior interesse para o Brasil seriam o da lavagem de dinheiro decorrentes do narcotráfico e da corrupção. Sobre este tema, merece destaque a cooperação da Justiça suíça quanto à devolução de dinheiro

pertencente à previdência social, que haviam sido remetidos para bancos nesse país pelo ex-juiz de direito Nestor do Nascimento. A execução da sentença suíça, porém, foi demorada, evidenciando as vantagens de um acordo bilateral para a prevenção dos crimes relacionados com a lavagem do dinheiro oriundo do narcotráfico e da corrupção.

Com relação à imigração de cidadãos brasileiros para a Suíça, vale recordar as severas leis suíças sobre a matéria. É sabido que há um grande número de cidadãs brasileiras casadas com cidadãos suíços, que, ao terminar a relação conjugal, ficam à mercê das leis de imigração. Muito embora a Suíça tenha tradição de solidariedade e assistência humanitárias, os casos de maus-tratos a cidadãos brasileiros pelas autoridades de imigração se avolumam. Recentemente surgiu o caso de uma firma suíça que atua na contratação de mão-de-obra agrícola brasileira a preços vis. Foram denunciados os maus-tratos, a que são submetidos os cidadãos brasileiros, inclusive com a apreensão de passaportes e descontos abusivos sobre os salários.

Informações Gerais sobre a Confederação Suíça

1. DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Confederação Helvética
Línguas oficiais:	Alemão (64%), francês (19%), italiano (8%), romanche (0,6%)
População:	8,0 milhões (est.2002)
Área:	41.285 km ²
Capital:	Berna
Cidades principais:	Zurique, Basileia, Genebra, Berna, Lausanne
PIB:	US\$ 370 bilhões (est.2002)
Crescimento do PIB:	1,3% (2001), 0,8% (est. 2002)
PIB per capita:	US\$ 46.000 (est.2002)
Inflação:	1% (2001)

Fontes: DE-INPE e The Economist

2. Sistema de Governo

A Suíça é uma confederação dividida em 23 cantões e três semi-cantões autônomos (Aargau, Ausser-Rhoden, Basel-Landschaft, Basel-Stadt, Bem, Fribourg, Geneve, Glarus, Graubunden, Inner-Rhoden, Jura, Luzern, Neuchatel, Nidwalden, Obwalden, Sankt Gallen, Schaffhausen, Schwyz, Solothurn, Thurgau, Ticino, Uri, Valais, Vaud, Zug, Zurich). Sua atual Constituição data de 29 de maio de 1874. Tem direito a voto todos os cidadãos suíços com mais de 18 anos.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho Federal, composto de sete membros (Conselheiros Federais), eleitos por quatro anos pela Assembléia Federal, e também titulares dos Departamentos Federais (que equivalem a Ministérios), a saber: Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros; do Interior, da Justiça e Polícia; Militar Federal; de Finanças; da

Economia Pública; dos Transportes; Comunicações e Energia. Anualmente, a Assembléia elege um dentre os sete Conselheiros para a Presidência e Vice-Presidência da Confederação.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Federal, composta de duas Câmaras: o Conselho dos Estados (Câmara Alta, equivalente ao Senado e formado por 46 membros, com mandatos de um a quatro anos) e o Conselho Nacional (Câmara Baixa, equivalente à Câmara dos Deputados e composta de 200 membros eleitos por quatro anos).

A instância superior do Poder Judiciário é exercida pelo Tribunal Federal, com sede em Lausanne, composto de 30 juízes eleitos pela Assembléia Federal, com mandato de seis anos; pelo tribunal Federal de Seguros, com sede em Lucerna, composto por nove juízes eleitos pela Assembléia Federal, também com mandatos de seis anos; e pela Corte Administrativa Federal.

Na estrutura partidária verifica-se que, dos quatro mais importantes partidos do país, três (Radical-Democrático, Democrata Cristão e União Democrática do Centro) são de centro-direita, enquanto o quarto é o socialista. Na composição do Conselho Federal, os radicais, os democratas cristãos e os socialistas têm tradicionalmente recebido duas cadeiras cada, ficando a cadeira restante para a União Democrática do Centro.

3. Conjuntura Política

A Suíça tem experimentado, ao longo das últimas décadas, significativa estabilidade política, resultante, basicamente, das características do sistema político do país (democracia direta e consenso). Desde meados da década de 80, porém, tornaram-se freqüentes as preocupações por questões de ordem econômico-social (imigração estrangeira, refugiados políticos, desemprego e insegurança, integração européia). Tais questões resultam, muitas vezes, em reações xenófobas, contestações, neutralidade e absenteísmo político, evidenciando uma relativa perda de confiança no modelo político vigente.

Tem-se acentuado o desnível de qualidade de vida dos cantões latinos em relação aos cantões germânicos, fator que influencia sensivelmente as votações populares. Em 1992, o referendo sobre a presença da Suíça no Espaço Econômico Europeu colocou em campos opostos, primeiramente, os cantões de língua francesa aos de língua alemã e, em segundo lugar, os centros urbanos às regiões rurais.

A questão da participação da Suíça no processo de integração européia tem sido, aliás, um dos princi-

país temas de política interna do país. O resultado do referendo acima mencionado refletiu os conflitos internos da sociedade suíça, assim como a dificuldade em se adaptar os tradicionais mecanismos de democracia direta e o lento processo consensual à integração na estrutura da União Européia.

4. Política Externa

A política externa suíça tem como principal fundamento, desde o século XVII, a neutralidade. Esse princípio foi aceito, durante a Guerra Fria, pelos dois blocos rivais, e teve, junto com a neutralidade austríaca, efeito estabilizador sobre o equilíbrio estratégico no continente europeu até o fim do conflito Leste-Oeste. No plano econômico, o país é absolutamente dependente do exterior para, de um lado, vender os seus bens e serviços e, de outro, dispor de fornecedores e beneficiar-se do acesso às reservas de matérias-primas parcial ou totalmente inexistentes em seu território.

Como país altamente dependente do exterior, a neutralidade, para a Suíça, além de ser motivada pela prudência em vista da sua vulnerabilidade econômica, consubstanciou-se em uma fórmula universalista: o país mantém relações oficiais com todos os estados, independentemente do seu sistema político-econômico, em uma estratégia de ação externa que reconhece estados, e não governos. A política externa suíça tem por objetivo demonstrar ao mundo as vantagens da aceitação internacional do princípio da neutralidade, por meio do exercício de uma ação de solidariedade e disponibilidade para uma atuação na condição de Estado imparcial. Foi esse princípio de solidariedade e disponibilidade que permitiu a aprovação popular para duas importantes manifestações recentes da política exterior: o oferecimento de contingente de 250 homens para auxiliar na supervisão das eleições na Bósnia-Herzegovina, sob a égide da OSCE; e a autorização para a força multinacional de paz da OTAN utilizar o território suíço como via de trânsito em direção àquele país.

A neutralidade era a principal razão para a recusa da Suíça em pertencer às Nações Unidas, muito embora o país participasse de diversos órgãos especializados e comissões da Organização, como OMS, FAO, UNESCO e UNIDO, e apoiasse as operações de paz da ONU, fornecendo contribuição financeira e material para o êxito das mesmas. A Suíça aderiu ao FMI e ao Banco Mundial em 1992, é membro do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e teve participação ativa na Rodada Uruguai do GATT, já haven-

do formalizado a ratificação dos acordos de adesão à OMC.

O final da Guerra Fria e o aprofundamento da integração na Europa Ocidental têm colocado, contudo, a neutralidade suíça à prova. Assim, o Governo procura levar a efeito uma política externa que busque compensar a imagem que projeta de *interested bystander*, e cuja meta principal é a de buscar apoio tácito ou explícito da comunidade internacional à aceitação da importância e, até mesmo, da utilidade dessa neutralidade. A população suíça, em sua maioria de perfil conservador e arredo a mudanças, começa a reavaliar a necessidade de inserção externa do país em face da nova realidade mundial.

4a. Admissão da Suíça como Estado Membro da ONU

No último dia 10 de setembro, a Suíça ingressou formalmente na Organização das Nações Unidas, encerrando, assim, um longo processo durante o qual a população evoluiu de uma posição contrária à presença da Confederação na ONU para o plebiscito de 3 de março último, que indicou estar a maioria dos suíços e dos cantões em favor da presença do país como membro de pleno direito da Organização.

O ingresso da Suíça na ONU deverá conferir nova dimensão ao país no cenário internacional, passando a Suíça agora a ter voto e voz no concerto das nações, abandonando assim a atitude de mero « observador ».

A adesão formal da Suíça se processa em um momento particularmente crítico da conjuntura internacional, dados os pronunciamentos cada vez mais frequentes do Presidente George W. Bush e de membros de seu Gabinete quanto à possibilidade de intervenção armada no Iraque. A Suíça deverá ser chamada a manifestar sua posição quanto ao tema na ONU, não obstante sua declarada condição de neutralidade, reafirmada pelo Presidente Villiger em seu discurso inaugural perante a Assembléia Geral deste ano.

4b. Relações entre a União Européia e a Suíça

A importância do relacionamento entre a Suíça e a União Européia encontra-se demonstrada pelo fato de que cerca de dois terços das exportações suíças destinam-se aos 15 estados membros da UE, enquanto aproximadamente 75% das importações suíças são provenientes desses países. A Suíça é o segundo principal parceiro comercial da União Européia, logo após os Estados Unidos.

Embora o Governo suíço reconheça a necessidade de integração com a União Européia, a aproximação com Bruxelas tem encontrado grandes obstáculos no sentimento isolacionista de grande parte da população, reforçado não só pela defesa de interesses internos, como também pelo medo de eventuais instabilidades decorrentes do avanço do processo de integração europeia.

Nesse contexto, a Suíça optou por um engajamento político mais tênue, que se traduziu numa progressiva vinculação à União Européia por meio da cooperação pela AELC (Associação Européia de Livre Comércio) e da assinatura de acordos econômicos, de cooperação científica e tecnológica e da participação em diversos programas comunitários como Eureka, Esprit e a Agência Espacial Européia.

Com o estreitamento dos laços da União Européia e a ampliação do número de Estados-Membros, a Suíça redobrou os esforços, dentro da Aelc, para ampliar a cooperação entre as duas organizações. O processo culminou com a proposta de criação do Espaço Econômico Europeu (EEE), que estabeleceria uma zona de livre comércio com a reunião dos Estados integrantes das duas organizações. Em dezembro de 1992, porém, a adesão da Suíça à UE e a sua participação no EEE foram rejeitadas em referendo popular.

Nos últimos anos, seu relacionamento com a Europa dos 15 vem-se fazendo cada vez mais complexo, obrigando o Governo a entrar em negociações na busca de algum acordo que lhe permita vincular-se ao comércio, aos transportes e à livre circulação das pessoas no âmbito comunitário. Nesse sentido, assinou-se acordo de livre comércio nos moldes do que a UE firmou com os países da Europa Oriental.

Quanto aos outros temas, ainda não foi possível alcançar um entendimento conclusivo, pois as posições de ambas as partes envolvem questões de princípio que continuam a demandar um longo processo de negociação. Recentemente, encerraram-se novas e frustrantes negociações com a Comissão Européia para resolver a questão dos transportes rodoviários através do território suíço (com o ingresso da Áustria na União Européia em 1995, a Suíça ficou totalmente cercada por integrantes da UE).

A Suíça vem dando importância crescente ao acompanhamento dos esquemas regionais de integração na América Latina, a partir do surgimento do Mercosul. Berna espera que os avanços das relações entre o Mercosul e a União Européia não signifiquem

relegar a plano secundário a Aelc (ou seja, o que dela resta, que fundamentalmente é a própria Suíça).

Com efeito, o Governo suíço teme ficar isolado por falta de um braço institucional que o apóie em suas demandas em direção à integração sul-americana, principalmente ante a possibilidade de estabelecimento de uma zona de livre comércio EU–Mercosul. Existe um mecanismo de diálogo entre o Mercosul e a Suíça.

5. Segredo Bancário e Sistema Financeiro Suíço

Na última conferência anual dos embaixadores suíços, realizada em agosto de 2002, o Ministro Deiss afirmou ser a defesa do espaço econômico suíço a primeira prioridade de política externa daquele país, em particular no que se refere à economia financeira. O fato de o Governo suíço não estar disposto a negociar questões relativas ao segredo bancário poderá colocar alguns obstáculos à negociação de futuros acordos bilaterais entre a Suíça e a UE. Nesse contexto, o Ministro Deiss reiterou a responsabilidade do Departamento dos Negócios Estrangeiros e dos diplomatas suíços encarregados das relações bilaterais, numa óbvia referência à segunda rodada de negociações ora em curso com a União Européia, que está pressionando a Suíça para que adote legislação compatível com a sua no que se refere aos depósitos de seus cidadãos em contas estrangeiras.

A prioridade atribuída pelo chefe da diplomacia suíça a esse assunto deve ser vista na perspectiva geral da política financeira suíça e da grande importância atribuída no setor econômico e financeiro à questão do segredo bancário, considerado pela maioria dos agentes como a base de sustentação de todo o sistema bancário suíço desde sua adoção em 1934, embora certas correntes discutam o aspecto ético da instituição, colocado em maior evidência, por exemplo, no caso dos depósitos das vítimas do Holocausto.

Os atentados de 11 de setembro e o consequente foco dirigido sobre o financiamento do terrorismo internacional juntam-se às pressões externas sobre a manutenção do segredo bancário para fomentar as discussões e favorecer iniciativas nesse campo. No momento em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros torna prioritária a ação de seu ministério no que diz respeito à política financeira internacional, a Comissão Federal dos Bancos apresenta novo projeto de decreto-lei (“ordonnance”) sobre a lavagem de dinheiro. Segundo comunicado da CFB, o projeto visa reforçar certos pontos da atual lei sobre lavagem de dinheiro, em vigor desde 1998.

O que parece certo, portanto, é que o segredo bancário, pedra angular do desenvolvimento das finanças helvéticas há décadas, está atualmente sofrendo os maiores ataques de sua história, não só por causa do crime e do terrorismo, mas também devido às pressões do G7 e da UE, que querem obter maior transparência dos paraísos fiscais e de países com forte respeito ao segredo bancário como a Suíça.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu, do Ministro de Estado da Fazenda, o **Aviso nº 18, de 2003**, de 27 de janeiro último, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de dezembro de 2002, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas Unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 20, de 2002, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

– **Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2002**, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire, que *acrescenta o inciso XXVI ao art. 21 da Constituição Federal e os arts. 84 e 85 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a proibição do porte de armas por civis e a estatização da produção de armamentos; e*

– **Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2002** (nº 4.514/2001, na Casa de origem), que *altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que dispõem sobre a distribuição a Estados e Municípios da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, acrescentando-se um parágrafo.*

Com relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2002, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o recesso, tomaram posse no Gabinete desta Presidência, os Senadores Sibá Machado e Eurípedes Camargo, pelas representações dos Estados do Acre e do Distrito Federal, respectivamente.

Os referidos Senadores apresentaram, naquela ocasião, os respectivos diplomas e declarações de nome parlamentar e filiação partidária, que vão à publicação, e demais documentos exigidos por lei.

São os seguintes os documentos apresentados:

TERMO DE POSSE

Às 12:20 horas do dia 4 de fevereiro de 2003, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, compareceram perante o Senhor Presidente, Senador José Sarney, nos termos do parágrafo quarto do artigo quarto do Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Sebastião Machado Oliveira, Primeiro Suplente, convocado em virtude do afastamento da titular, Senadora Marina Silva, para assumir o cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente. O Suplente convocado apresentou o diploma e documentos previstos em lei. O Senhor Presidente, Senador José Sarney, solicitou ao empossando que, de pé, prestasse o seguinte compromisso:

“Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Prestado o compromisso, o Senhor Presidente, Senador José Sarney, declarou empossado no mandato de Senador da República o Senhor Sebastião Machado Oliveira, pela Representação do Estado do Acre, passando Sua Excelência a participar dos trabalhos da Casa. O Senador Sebastião Machado Oliveira apresentou comunicação de nome parlamentar de “Sibá Machado” e filiação partidária ao Partido dos Trabalhadores. O Senhor Presidente, Senador José Sarney, deu as boas-vindas ao Senador Sibá Machado, desejando-lhe uma feliz convivência entre seus Pares e sucesso no exercício de seu mandato. Em seguida, foi lido pelo Secretário-Geral da Mesa, Senhor Raimundo Carreiro Silva, o presente Termo, que vai assinado pelo Senhor Presidente e pelos empossados.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal – Senador **Sibá Machado**.

Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Diploma

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede diploma de 1º Suplente de Senador a

Sebastião Machado Oliveira

eleito pela Coligação Frente Popular do Acre - FPA (PT/PL/PSDC/PMN/PV/PC do B/PT do B), juntamente com a candidata eleita a Senadora, Maria Osmarina Marina Silva de Souza, que obteve 157.588 votos preferenciais, do total de 487.985 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Rio Branco, dezanove de dezembro de dois mil e dois.



Desembargadora **Mirabele de Souza Lopes Borges**
Presidente

Dados Complementares
(Resolução TSE nº 21.290, de 7.11.2002)

Eleição para o cargo de Senador no Acre

Eleitores Aptos a Votar	369.786
Total de Votos Apurados	580.862
Votos em Brancos	16.929
Votos Nulos	75.948
Abstenções	9.355

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Acre, em substituição à Senadora Marina Silva, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Nome Parlamentar: **Sibá Machado.**

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2003.

TERMO DE POSSE

Às onze horas do dia cinco de fevereiro de 2003, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, compareceu perante o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, nos termos do parágrafo quarto do artigo quarto do Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Eurípedes Pedro de Camargo, Primeiro Suplente, convocado em virtude do afastamento do titular, Senador Cristovam Buarque, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Educação. O Suplente convocado apresentou o diploma e documentos previstos em lei. O Senhor Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, solicitou ao empossando que, de pé, prestasse o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Prestado o compromisso, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, declarou empossado no mandato de

Senador da República o Senhor Eurípedes Pedro de Camargo, pela Representação do Distrito Federal, passando Sua Excelência a participar dos trabalhos da Casa. O Senador Eurípedes Pedro de Camargo apresentou comunicação de nome parlamentar de "Eurípedes Camargo" e filiação partidária ao Partido dos Trabalhadores. O Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, deu as boas-vindas ao Senador Eurípedes Camargo, desejando-lhe uma feliz convivência entre seus Pares e sucesso no exercício de seu mandato e registrou que pela primeira vez um Presidente do Senado, negro, dava posse a um Senador, também negro, o que demonstra rompimento da barreira do preconceito em nosso País. Ressaltou, mais ainda, a atitude do Presidente José Sarney de, antes de sua viagem ao exterior, ter-lhe comunicado que este Senador passaria a exercer a Presidência do Senado na sua plenitude. Em seguida, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, franqueou a palavra ao empossado, que agradeceu as boas-vindas e enfatizou que trabalhará todos os dias de seu mandato como se fosse o último para que o resultado desse trabalho pelo Brasil, por Brasília e por Ceilândia, colabore com as mudanças por que passa o País. Em seguida, foi lido pelo Secretário-Geral da Mesa, Senhor Raimundo Carreiro Silva, o presente Termo, que vai assinado pelo Senhor Presidente e pelo empossado, encerrando esta solenidade às onze horas e trinta minutos.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 2003. – Senador **Paulo Paim**, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência do Senado Federal – Senador **Eurípedes Camargo**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

Diploma

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 245 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 06 de outubro de 2002, expede o diploma de 1º Suplente de Senador a

Jurípedes Pedro de Camargo,

eleito pela Coligação Frente Brasília Esperança (PTPC do B/PCB/PNM), juntamente com o candidato eleito a Senador, Consistam Ricardo Cavalcanti Buarque, que obteve 680.715 votos preferenciais, do total de 2.268.502 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Brasília, 19 de dezembro de 2002.

Deputado LÉCIO RESENDE DA SILVA

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

**COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Distrito Federal, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido dos Trabalhadores – PT

Nome Parlamentar: **Eurípedes Camargo**

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2003. –
Eurípedes Pedrade Camargo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Senadora. V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª será atendida para o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Almeida Lima, por 20 minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil vivenciou, no ano passado, a conhecida crise energética, popularmente divulgada como “apagão”. Naquele instante, ficou devidamente comprovada a incapacidade de planejamento e de realização de ações pelo Governo, resultando em um grande vexame nacional.

Tal acontecimento vem assegurar que o planejamento é uma função do Estado e do Governo indispensável para a vida nacional; afinal de contas, a população não pode ficar sujeita a crises previsíveis e que poderiam ser evitadas por uma ação eficaz do Governo.

Parece-nos, neste instante, diante dos níveis pluviométricos em todo o País, que este problema temporariamente está equacionado. No entanto, uma outra questão energética se apresenta aos brasileiros no momento. E é preciso que o Governo Federal se antecipe em decisões executivas de ação para evitar-mos um problema maior, uma crise de ordem econômica e, por que não falar, de ordem estratégica. Tra-

ta-se exatamente da incapacidade que o País apresenta hoje e numa projeção para o ano de 2005 de processar, de refinar o petróleo produzido em solo brasileiro. Embora no mundo exista hoje um excesso de oferta na capacidade instalada em refinarias, constata-se um déficit da ordem de dez milhões de barris/dia de petróleo. Internamente, verificamos exatamente o contrário. O Brasil produz algo em torno de um milhão e seiscentos mil barris de petróleo/dia e há uma projeção para o ano 2005 da ordem de dois milhões de barris/dia, o que nos coloca no caminho da auto-suficiência. O Brasil, a passos largos, agigantados, encaminha-se para a auto-suficiência diante do aumento progressivo da produção, cujo crescimento progressivo é estimado em aproximadamente 11%, nos últimos cinco anos, sendo que no último ano o aumento da produção nacional atingiu 12%.

E isso se torna evidente quando comparado à produção das maiores empresas mundiais do setor petrolífero, cujo crescimento chega a apenas 1%. Portanto, o Brasil se encaminha para a auto-suficiência. Porém, se não tivermos capacidade de refinar essa produção, em 2005, pelas projeções realizadas, estaremos com um déficit de aproximadamente 400 a 500 mil barris de petróleo-dia, sem refino. Esse assunto tem sido preocupação de órgãos e entidades da Administração Federal, a exemplo da SAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda –, que apresenta, por essa projeção, a perspectiva de um déficit na balança comercial do setor de US\$4 bilhões, em 2005, diante da necessidade de importação de derivados no montante de US\$5 bilhões, dos quais se subtrairão US\$1 bilhão pela exportação do óleo cru.

Trata-se, realmente, de uma questão em que o Governo Federal, pelos seus órgãos, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, pela Agência Nacional de Petróleo, pela própria Petrobras, pelo Ministério de Minas e Energia, precisa, além de estabelecer esses estudos, promover, tomar decisões eficazes, no sentido de estabelecer para o País a capacidade de refino, para que não tenhamos que ampliar a importação de derivados de petróleo.

Hoje, temos uma dependência da ordem de 15% do consumo nacional, e não devemos ampliá-la. Quinze por cento é um percentual do ano passado, mas já há dados, a partir de janeiro, da ordem de quase 20%, 19,5%. Não podemos aumentar essa dependência externa, mas, se não forem promovidos investimentos no setor de refinarias no País, esse percentual poderá atingir níveis insuportáveis para a econo-

mia brasileira, da ordem de 30%, deixando-nos numa situação estratégica e econômica mais vexatória do que a que nos encontramos hoje.

Portanto, essa é a primeira questão, o primeiro item deste pronunciamento, para alertar esta Casa quanto à importância de participarmos desta discussão a fim de mostrarmos ao Governo Federal a necessidade de investimento no setor.

Sabemos que a Constituição Federal foi flexibilizada quanto ao monopólio do petróleo, permitindo a participação de capital privado externo em toda a cadeia produtiva, da prospecção à distribuição, passando pela produção, pelo transporte e pelo refino. Mas, no item refino, não temos visto, pelas leituras que fizemos, nenhum interesse do setor privado de capital externo em participar de sociedades, inclusive mesmo com a Petrobras, para a instalação de refinarias. No momento em que há uma oferta excedente no exterior, eles consideram um risco estabelecer um investimento dessa ordem no Brasil.

Portanto, é preciso que o Governo Federal entenda e estabeleça o planejamento estratégico necessário para não chegarmos a crises idênticas, como a do apagão, vivenciada por este País no ano passado.

Tenho informações de que a Petrobras, há aproximadamente três anos, vem tentando um parceiro da iniciativa privada para se associar ao empreendimento da Refinaria Duque de Caxias, a Reduque, no Rio de Janeiro, e, até o presente momento, não conseguiu.

Portanto, a nosso ver, que fique bem clara a necessidade de investimentos por parte do Governo Federal, com recursos públicos da própria Petrobras, em instalação de refinarias, a fim de que se estabeleça um equilíbrio entre a demanda, a necessidade do consumo interno e o refino, pois é dessa forma que se comportam os países produtores e, sobretudo, os países mais consumidores do mundo.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resolvida essa questão, teremos que equacionar uma outra, que é exatamente a definição, que será política, porque se trata de uma decisão de governo e de recursos públicos evidentemente que, no sentido mais amplo da expressão, atendidas e guardadas as questões de ordem técnica necessárias para a definição da implantação de uma unidade de refino no País. E aqui chamo a atenção, como nordestino, como sergipano, para o que está expresso no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Reduzir as desigualdades regionais!

E o art. 165 complementa, quando estabelece no seu **caput**:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

(...)

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(...)

§ 7º Os orçamentos previstos no §5º, I e II, deste artigo [que acabei de ler] compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.

Hoje, já estamos presenciando em todo o País, Estados, de forma legítima – compreendo –, pleiteando, em seus respectivos territórios, a instalação de uma refinaria de petróleo.

Temos visto manifestações populares, a exemplo das recentemente ocorridas no Estado do Rio de Janeiro. Estados da Região Nordeste pleiteiam igual investimento, a exemplo de Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, pelo conhecimento que tenho.

Chamo a atenção para a necessidade de estabelecermos um tratamento justo e equilibrado entre todos os entes da Federação, composta pelo Distrito Federal, Municípios e Estados. Que se cumpra também o que dispõe a Constituição Federal, promovendo-se todas as ações e todos os meios para a diminuição, senão a eliminação, das desigualdades regionais.

Hoje, temos no Brasil doze refinarias: são dez da Petrobrás e duas do setor privado, sem considerar a que processa xisto no Paraná, e uma de lubrificantes no Ceará. No entanto, vejam Sr^{as} e Srs. Senadores, dentre aquelas que diretamente fazem o refino do óleo cru, do petróleo, dez encontram-se instaladas nas Regiões Sul e Sudeste do País; apenas duas estão nas Regiões Norte e Nordeste. E o Centro-Oeste não possui nenhuma refinaria. São Paulo possui quatro refinarias; Rio de Janeiro, duas; Minas Gerais, uma; o Paraná, uma refinaria, além da que processa o xisto; e o Rio Grande do Sul, duas. O Norte e o Nordeste brasileiro possuem apenas duas: Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe – BA, e a Reman, em Manaus – AM.

Dá-se percebe logo o desequilíbrio, mas o Sul e o Sudeste poderão, neste plenário ou em outros fóruns, afirmar que as refinarias devem ser construídas exatamente onde há maior consumo e não na base da sua produção. Assim, é preciso que essa argumentação seja contestada, diante dos dados que possuímos. O Sul e Sudeste, pela quantidade de refinarias a que me referi, hoje possuem uma capacidade instalada de refino da ordem de 1.650.000 barris de petróleo por dia, enquanto o Norte e o Nordeste, 310.000 barris, o que corresponde a apenas 20% da capacidade instalada do Sul e Sudeste brasileiro.

Precisamos mostrar um outro dado, que é exatamente o da demanda, o de consumo de derivados nessas regiões. O Sul e o Sudeste possuem uma demanda da ordem de 854.000.000 de barris por dia de derivados de petróleo, e o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 402.000 barris por dia de petróleo, conforme dado anterior a que já me referi. Percebemos, então, que o consumo das três regiões não-desenvolvidas, não-equiparadas ao Sul e Sudeste, está em torno de 50%, quando a sua capacidade instalada de refino é da ordem de apenas 20%.

Portanto, na relação capacidade instalada de refino e consumo, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem um déficit da ordem de 500 mil barris/dia em capacidade instalada de refino.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é preciso que esta Casa e o Governo Federal, em primeiro lugar, estabeleçam as condições e as ações necessárias para a implantação de refinarias neste País.

Neste instante, desta tribuna, venho fazer a defesa dos interesses do Estado de Sergipe, não apenas por se encontrar na Região Nordeste, mas pela grande necessidade desses investimentos.

E aí, no mesmo compasso do discurso do Governo Federal, quando diz que o Programa Fome Zero não distribuirá apenas o alimento, que sejam criadas as condições necessárias para que o povo possa sobreviver sem a necessidade desse tipo de programa governamental. Aliás, esse programa poderá ser considerado um sucesso a partir do instante em que for necessária a sua desativação, quando as regiões que possuem os maiores bolsões de pobreza neste País tiverem condições de sobrevivência a partir do trabalho digno decorrente de uma relação de emprego baseada nos princípios legais.

O Estado de Sergipe, além de se encontrar nesta região, é o quarto ou quinto maior produtor de petróleo do País, disputando essa posição com o Estado do Espírito Santo. Rio Grande do Norte é o segundo, e os outros quatro Estados – Amazonas, Bahia, Sergipe e Espírito Santo – têm uma produção média diária...

(A Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, faz soar a campainha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Irei concluir, Sr^a Presidente. Permita-me, para a conclusão, pelo menos mais dois minutos.

Esses Estados têm uma média de produção da ordem de 40 a 50 mil barris de petróleo/dia. E Sergipe, além da produção, possui as condições necessárias para a implantação dessa refinaria, diante da existência de um porto com as características de porto graneleiro no Município de Barra dos Coqueiros, naquele Estado, com uma área de retroporto em condições de receber esse investimento e da realização das obras físicas, cuja produção do petróleo, não só a produção marítima como a produção terrestre, encontra-se a uma distância não superior a 50 quilômetros, o que representará uma economia considerável, pois um dos critérios estabelecidos pela multinacional Shell é o de construir refinarias na base da produção, para eliminar o custo do transporte da matéria-prima, diminuindo em aproximadamente US\$ 3.00 o barril.

Portanto, a Região Nordeste, o nosso Estado, possui, do ponto de vista político, social e econômico, as condições necessárias para oferecer à Federação brasileira o seu território para a implantação dessa refinaria.

Ao concluir, Sr^a Presidente, ressalto que o pleito de Sergipe não é excludente de nenhum outro pleito de Estado irmão do Nordeste, exatamente pelo fato de que, se teremos um superávit da ordem de 400 a 500 mil barris de petróleo/dia em 2005, que uma refinaria não se constrói da noite para o dia – levaremos

de três a quatro anos para a definição e instalação – e como a capacidade de produção de refino das refinarias instaladas neste País é da ordem de 200 a 315 mil barris/dia, teremos necessidade não apenas de uma refinaria, mas de duas ou três. Entendo que, para se estabelecer o equilíbrio das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com as Regiões Sul e Sudeste, há necessidade da instalação dessas refinarias no Nordeste brasileiro. E Sergipe se candidata para esse investimento.

O nosso Governador João Alves Filho encontra-se, inclusive, estabelecendo estudos de viabilidade técnica e econômica para apresentar à ANP e à Petrobras, assim como ao Ministério de Minas e Energia.

Por fim, agradeço a atenção de V. Ex^{as}. e comunico que, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, da qual tenho a felicidade de participar, apresentaremos requerimentos convidando a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para estabelecer o diálogo com esta Casa e apresentar os seus planos e projetos para esse setor. É necessário que esse planejamento seja concluído e as ações iniciadas.

Muito obrigado pela atenção de todos.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a será o segundo a fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aelton Freitas, por 20 minutos.

Na ocasião, solicito às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que não ultrapassem o tempo estabelecido para seus pronunciamentos a fim de não prejudicar os demais Senadores inscritos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estão presen-

tes a Vereadora da minha cidade, Cidinha Longo, e o Prefeito de Canápolis, Dr. Último Bittencourt, companheiros do Triângulo Mineiro.

Foi com muita honra que assumi no dia 1º de janeiro a cadeira de Senador da República como representante do Estado de Minas Gerais, juntamente com os Senadores, muito respeitados e que muito fazem pelo nosso Estado, o ex-Governador Eduardo Azeredo e Hélio Costa.

Minha responsabilidade torna-se ainda maior na medida em que venho suceder um dos mais ilustres homens públicos, o atual Vice-Presidente da República, Senador José Alencar, a quem presto meus sentimentos de estima e gratidão.

Nesta Casa o ilustre Senador José Alencar prestou ao País inestimável contribuição, agregando à sua ação parlamentar a sua competência política em favor do processo de redemocratização brasileira.

Junto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estejam certos meus Colegas Senadores, José Alencar em muito contribuirá para a construção de uma nova etapa da vida nacional, pois grande parte dos Senadores aqui presentes foram testemunhas da determinação e firmeza com que Sua Excelência assumiu posições de obstinada defesa dos interesses do nosso Estado.

Com uma superfície um pouco maior que a França, Minas Gerais se destaca entre os Estados brasileiros como o mais extenso conjunto de terras elevadas do País, rico em recursos naturais e paisagísticos. Minas Gerais é, hoje, um dos Estados mais desenvolvidos do Brasil, com sólida base industrial e agricultura variada e produtiva.

A agricultura gera, anualmente, negócios na ordem de aproximadamente US\$8,7 bilhões para Minas Gerais, o que representa nada menos de 12% do Produto Interno Bruto do Estado. Considerando a agroindústria, a fatia chega a 35% do PIB estadual.

Quero dizer aos mineiros em geral e, em especial, aos meus conterrâneos do Triângulo Mineiro que, no exercício da elevada função de Senador da República, não os decepcionarei. Embora novo no cenário nacional, minha vida pessoal e minhas lutas na vida política são conhecidas dos meus conterrâneos e dos mineiros da minha região. Desde cedo, me dediquei à atividade política, certo de ser este o caminho mais curto e o meio mais eficaz de agir em prol da coletividade.

Eleito Prefeito de Iturama, aos 29 anos, passei pela aprovação de ter que me socorrer da Justiça para tomar posse no cargo, uma vez que os represen-

tantes das velhas oligarquias e do autoritarismo insistiam em desconhecer a legitimidade das urnas.

Sobrevivi a essas adversidades.

Dediquei-me a fazer da administração municipal uma alavanca de progresso do povo ituramense e de promoção social dos segmentos mais carentes do meu Município.

Tive a satisfação, Sr. Presidente, de, ao término do meu mandato, deixar a cidade de Iturama com 100% de água tratada; 100% de esgotos tratados; 100% de moradias com energia elétrica; 98% das vias públicas asfaltadas – e nunca fizemos sequer um palmo de asfalto sem antes fazermos as obras de água pluvial –; e, ainda no Governo de Eduardo Azeredo, 100% das crianças na escola, com transporte escolar para todos os alunos da zona rural.

Ao longo daqueles quatro anos, levei os serviços de assistência social aos cantões mais humildes; realizamos 139 obras de infra-estrutura e, em vista da minha formação de engenheiro agrônomo, pude beneficiar um grande número de lavradores que praticamente não dispunham de quaisquer recursos.

Em 1999, a convite do então Governador Itamar Franco, assumi a Presidência da Emater de Minas Gerais. Desenvolvi trabalhos que, tenho certeza, poderão demarcar os pontos principais da minha atuação parlamentar.

O setor agrícola, seguramente, será uma das minhas prioridades nesta Casa.

Desnecessário falar, Sr^{as} e Srs. Senadores, da importância do setor agrícola para a nossa economia e, principalmente, para o combate à fome. O Presidente Lula elegeu essa tarefa como a primordial do seu Governo. Pelas prioridades que foram anunciadas na campanha eleitoral e pelas providências que estão sendo efetivadas, o setor agrícola deve ser fortemente impulsionado. E, de todas as atividades econômicas, a agroindústria é a que tem o melhor perfil para, simultaneamente, dinamizar as exportações, equilibrar a balança comercial, gerar emprego e renda e produzir alimentos para matar a fome.

Essa condição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi destacada em recente publicação do Ministério das Relações Exteriores pelo engenheiro agrônomo José Maria da Silveira, Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp. Após chamar a atenção para a participação do setor agroindustrial no PIB, em torno de 12% hoje, ele destaca a importância desse segmento para o abastecimento interno e para o incremento das exportações. A participação da agroindústria nas vendas externas está em torno de

40%, mas já foi até de 70%, na década de 70, como lembra o especialista.

O desenvolvimento da moderna biotecnologia, aliado à disponibilidade de variados recursos naturais, tem sido um fator decisivo para o bom desempenho do setor agroindustrial.

Nesse ponto, Sr. Presidente, não poderia deixar de mencionar o louvável trabalho realizado pela Embrapa, entre outros órgãos de pesquisa, bem como as ações de extensão e bem-estar social, como as da Emater-MG, que permitem transformar o conhecimento em produção. De nada servirá, Sr^{as} e Srs. Senadores, incrementar a atividade agroindustrial se perdermos de vista o desenvolvimento sustentável.

Precisamos recuperar o tempo perdido não apenas na última, mas nas últimas décadas, combatendo o uso indiscriminado dos recursos naturais e pautando a produção agrícola e todo o setor produtivo pelo conceito de sustentabilidade ambiental e social.

O desenvolvimento sustentável da agroindústria brasileira, articulada com as ações de preservação ambiental é apenas um dos caminhos a serem trilhados pelo Brasil para buscar o seu lugar no contexto das nações desenvolvidas.

O compromisso do Governo brasileiro, como os propósitos da classe política e da sociedade em geral, é voltado não apenas para o crescimento econômico, mas também para o pleno desenvolvimento. O verdadeiro sentido do progresso é o crescimento com a repartição das oportunidades, com o amparo aos desvalidos e com o combate à exclusão social.

É condição essencial, para que possamos conduzir o Brasil à plenitude democrática, que brasileiros e brasileiras possam conviver em um País em que a prosperidade atinja, de modo mais igualitário, a maioria da população.

Acredito que o Senado, dentro do seu quadro de atribuições institucionais, é o espaço privilegiado para o encaminhamento de temas dessa amplitude e para a busca de alternativas junto às autoridades econômicas de nosso País.

O simples anúncio de minhas diretrizes de atuação não faria sentido se não viesse acompanhado de uma forte crença: a convicção que tenho, e acredito que temos todos nós, de que este País tem um imenso futuro pela frente, com seus riquíssimos recursos naturais.

O crescimento e a prosperidade almejados dentro desse contexto devem contribuir para a abertura de oportunidades para um contingente cada vez mai-

or de brasileiros ainda não contemplados com os benefícios do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Quero saudar a presença de V. Ex^a, no Senado Federal, como representante de Minas Gerais. Pude acompanhar, Sr^{as} e Srs. Senadores, o trabalho de Aelton Freitas como Prefeito da cidade progressista de Iturama, no Triângulo Mineiro, no período em que governava o nosso Estado. Agora, estamos aqui juntos. Somos os três Senadores que atuarão na defesa de Minas Gerais. E apesar das divergências partidárias que podemos vir a ter, tenho certeza de que em todos aqueles projetos de interesse do nosso Estado – e mais do que isso, de interesse do Brasil – estaremos sempre prontos a discutir e a dar a nossa colaboração. Por outro lado, Senador Aelton Freitas, como foi bem colocado por V. Ex^a, é uma responsabilidade muito grande substituir o nosso Vice-Presidente José Alencar, um homem de bem, um mineiro que hoje presta os serviços ao Brasil. Mas V. Ex^a terá sempre o nosso apoio. Tenho certeza de que poderá exercer, com muita dignidade, o seu cargo como Senador de Minas Gerais. Os meus votos de muito sucesso.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Gostaria de reafirmar o compromisso dos Senadores de Minas Gerais com a defesa do nosso Estado e saudar V. Ex^a, representante do Triângulo Mineiro, uma das regiões mais produtivas do Estado de Minas Gerais, que tem um povo que trabalha, que produz e que faz da nossa Minas Gerais o Estado extraordinário que é. Também quero dar o meu apoio a V. Ex^a, que está substituindo José Alencar, eleito Senador por Minas Gerais, hoje nosso Vice-Presidente da República, e que deixou uma marca extraordinária nesta Casa pela sua respeitabilidade, pela sua coerência, pela sua firmeza de caráter, pelo seu trabalho e, sobretudo, pela importância da sua presença na chapa que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva. Foi a presença de um mineiro capaz, competente, nobre e querido como José Alencar que

permitiu, sem dúvida, o extraordinário sucesso nas urnas da chapa Lula/Zé Alencar.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, meus conterrâneos Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa. Muito obrigado, Sr^a Presidente e a todos os companheiros Senadores. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Na prorrogação da Hora do Expediente, será assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, à Senadora Fátima Cleide e, em seguida, ao Senador João Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, quero registrar o meu orgulho por ter V. Ex^a presidindo a sessão, neste momento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero utilizar este espaço para fazer um comunicado muito importante para mim e para milhares de pessoas do meu Estado. E ousou afirmar que é o desejo da esmagadora maioria do povo de Rondônia. Faço um apelo para que o Governador Ivo Cassol se deixe sensibilizar e reveja o ato que jogou na rua milhares de servidores públicos em meu Estado, no ano de 2000.

Foi um ato inconseqüente e irresponsável do ex-Governador José Bianco que causou o vertiginoso aumento da violência no Estado, desagregação familiar, degradação dos serviços públicos de saúde e educação, além de prejuízos para o comércio e muito, muito sofrimento.

A desculpa de que foi para se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal é uma inverdade já constatada pelo relatório paralelo feito pela Assembléia Legislativa, em uma CPI, no ano de 2002. A economia dessa medida foi mínima e o custo social enorme.

O atual Governador, durante sua campanha, garantiu que não recorreria da decisão favorável aos servidores demitidos, o que foi motivo de muita esperança para todos. Garantiu, ainda, que faria o possível para resolver essa questão, que já entrou para a história da minha região como um dos mais lamentáveis

processos de injustiça praticados contra as pessoas que tiveram como crime, apenas, dedicar sua vida e trabalho ao Estado de Rondônia.

Peço ao Governador que reflita, que resgate o discurso de campanha e devolva a dignidade para milhares de pessoas, que aguardam esse momento nos quatro cantos do meu Estado.

É possível fazer um acordo. O próprio STF, através da Primeira Turma, já decidiu que o Poder Público pode fazer acordo com os servidores. Em Minas Gerais, aconteceu caso semelhante e, após três anos, a Administração decidiu chamar os demitidos ao invés de indenizá-los.

Precisamos de uma decisão política, precisamos de coragem para resolver essa lamentável situação.

É bom lembrar que, em dezembro de 2002, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de uma das ações, determinou que o Estado retornasse para a folha de pagamento 1.200 servidores da saúde, até o pagamento das indenizações, tendo o Estado atendido a determinação judicial. Surpreendentemente e de forma unilateral, o atual Governo retirou os servidores da folha neste mês, algo lamentável e, ao nosso ver, ilegal, haja vista que a decisão do Tribunal não foi revogada e, conseqüentemente, foi desrespeitada.

Todos sabemos da necessidade que existe na saúde e na educação de nosso Estado, inclusive com o interesse do Governador em fazer milhares de contratos emergenciais, para suprir as dificuldades atuais e, neste caso, precisa falar mais alto a voz da Justiça em favor desses profissionais.

Sr^a Presidente, minha luta ao lado dos demitidos possui capítulos dramáticos que foram das lágrimas, sempre fartas e dolorosas, até o enfrentamento com a polícia, quando, sem dó, o antigo Governo mandou bater naqueles que lutavam por salário, emprego e dignidade.

Penso que o atual Governo não quer fazer esse quadro se arrastar em função de questões jurídicas menores, desvinculadas dos valores humanos que estão em jogo. É hora de devolver a cidadania para todos que a perderam no ano de 2000, com um ato que, no mínimo, encontra graves divergências contra a sua legalidade. Todos esperamos pela palavra do Governador Ivo Cassol.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, trago a esta Casa um assunto que é do conhecimento do Brasil inteiro, sobretudo nos últimos dias. Refiro-me ao péssimo estado das rodovias brasileiras, principalmente das federais, que causa especial preocupação ao meu Estado, o Tocantins, devido à ameaça de interdição da rodovia Belém-Brasília, a BR-153, a nossa “espinha dorsal”, que liga o Norte do País a Brasília, principalmente os Estados do Pará e Maranhão à parte mais desenvolvida do Brasil.

Hoje, um prefeito do norte do meu Estado telefonou-me para dizer que há fortes indícios de que, amanhã, os caminhoneiros irão interditar a rodovia Belém-Brasília, devido às péssimas condições de tráfego em que se encontra. São caminhoneiros que andam por este Brasil afora, tentando ganhar o pão de cada dia.

Sr^a. Presidente, toda essa situação deixa-me muito preocupado. Alguém poderá dizer que não foi o Governo Lula que a criou, mas “quem casa com a viúva deve assumir os filhos”.

Toda a nossa Bancada – eu, os Senadores Eduardo Siqueira Campos e Leomar Quintanilha, além dos oito Deputados Federais, porque no Tocantins elegemos oito –, aliada do Governador Marcelo Miranda, esteve com o Ministro Anderson Adauto para conversar sobre essa questão.

É verdade que existe financiamento externo, oriundo dos Crema (contratos de restauração e manutenção das rodovias federais), e que as obras já foram licitadas, mas enquanto não se resolve o problema, pelo menos que se providencie uma operação emergencial de tapa buracos. Nós já cobramos isso do Governo anterior e estamos cobrando, agora, do Governo Lula.

É muito grave a situação da Belém-Brasília, que já esteve fechada, há mais ou menos dois anos, devido às chuvas. Agora, novamente, estamos enfrentando esse problema.

Portanto, amanhã, em pleno período de carnaval, poderá ocorrer uma greve dos caminhoneiros. Se isso ocorrer, o Norte do Brasil, sobretudo os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão terão problemas de abastecimento de alguns alimentos.

Dessa forma, fica aqui meu registro, minha indignação com a situação em que se encontra a rodovia Belém-Brasília, a BR-153.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Íris de Araújo.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2003**

Altera a redação do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para facultar também às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações, ampliando igualmente as pessoas a quem se dirigem os requerimentos. Altera ainda o inciso V, do 2º do art. 58 para esclarecer sobre o poder das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre convocação de autoridades e cidadãos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 50 e o seu § 2º da Constituição Federal passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgão federais para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada:

§ 2º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão, por suas mesas, e as comissões das duas Casas, por deliberação da maioria de seus membros encaminhar pedidos escritos de informações qualquer administrador público, inclusive de fundação e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 2º O Inciso V do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 58.

§ 2º As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

V – Convocar a comparecerem perante seus corpos, sob as penas da lei, todos os funcionários dos poderes públicos, inclusive das fundações por eles instituídas ou mantidas para prestarem informações necessárias ao cumprimento das funções constitucionais do Congresso Nacional.

a) A convocação a que se refere este inciso pode ser feita aos particulares, ressalvado a todos, direitos e garantias individuais estabelecidos nesta Constituição.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta visa instrumentalizar melhor as diversas comissões das duas Casas do Congresso Nacional na consecução dos seus objetivos e tirar dúvida sobre a obrigatoriedade do comparecimento de autoridades e cidadãos quando solicitado o seu depoimento.

O Brasil é um país enorme com uma malha de instituições pública federais complexa e igualmente gigantesca cuja fiscalização é função do Congresso Nacional. Este compõe-se de duas Casas Legislativas que, por sua vez, compõem-se de comissões temáticas. As comissões têm previsão constitucional e sua criação visa a divisão, especialização e racionalização dos trabalhos ou funções parlamentares, substituindo por vezes a casa a que pertencem. Esta permissão constitucional é ampla e válida mesmo na precípua função de legislar (art. 58, § 2º inciso I da CF). Neste contexto, pretendemos demonstrar que as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem e devem atuar como mini casas legislativas a fim de facilitar o trabalho parlamentar, pois, ao fim, todos não podem estar de olho em tudo.

Em primeiro lugar deve-se denotar a incongruência jurídica contida no art. 58 da CF que permite as comissões a convocação de ministros, inciso I, e no seu inciso V, fala em solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. **Data vênia**, quem pode o mais pode o menos. Não há lógica no entendimento que pretende a permissão de convocação do Ministro e veda o mesmo procedimento para um subalterno.

Além da incongruência devemos apontar a falta de praticidade e uma tal interpretação. Tanto o é, que por muitas vezes o Ministro convocado solicita a sua

substituição pelo funcionário que detém a informação, ou o traz consigo para participar da reunião. Por outro lado, acho que a prerrogativa escolha do depoente deve ser do órgão fiscalizador.

Atento a problemática da obrigatoriedade do depoimento solicita nos termos do inciso V, do art. 58, da CF, foi requerido estudo à Consultoria Legislativa do Senado para o seu esclarecimento. Foi elaborado minucioso estudo lavra do Dr. Jadilney Pinto de Figueiredo que entre suas conclusões informa:

"1ª) as Comissões Permanentes, no exercício de suas competências específicas, têm os mesmos poderes convocatórios, sob as penas da lei, em relação ao cidadão comum, que as comissões parlamentares de inquérito, bem assim os mesmos limites, quais sejam, a vida privada, com os direitos e as garantias individuais que lhe são assegurados pela Constituição;

2ª) não há, pois, necessidade para dotá-las de poderes que elas já têm, havendo, no entanto, Conveniência que isso seja explicitado, para que se evitem dúvidas, controvérsias e dissídios doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria, tomando-se as necessárias cautelas, também explícitas, no resguardo da vida privada e dos direitos e garantias individuais constitucionalmente assegurados, inexistindo qualquer obstáculo jurídico-constitucional para elaboração/apresentação de PEC com esse objetivo";

Daí que, a presente PEC procura esclarecer sobre a obrigatoriedade do comparecimento perante os Corpos Legislativos e suas comissões, dos cidadãos, e principalmente dos que exercem quaisquer funções públicas, a elas convocados, atribuindo-lhes instrumentos claros para a consecução de tais atividades.

De outra forma, queremos estender às comissões parlamentares a possibilidade de requererem as informações escritas já conferidas as Mesas das duas Casas Legislativas facilitando a operacionalização daqueles órgãos.

Não pretendemos transformar as comissões parlamentares em inquisidoras gerais da república. Seus poderes são limitados à sua função constitucional e sopesados, como todo direito coletivo, com os direitos individuais consagrados na Constituição. Mas o não comparecimento a um chamamento de uma comissão do Congresso Nacional, não pode ser uma opção do convocado. Bem assim, a recusa da verda-

de, quando o mais há que ser invocada nos termos da lei, como por exemplo, para a preservação da intimidade quando não houver pertinência lógica com a coisa pública e no caso do depoimento auto-incriminatório. Mas a convocação e o pedido de informações são decorrência necessária e conseqüente dos poderes e funções atribuídos ao Congresso, só podem e devem ser exercidos como tal e portanto atendidos coercitivamente na proporção adequada.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. —
Osmar Dias, Senador.

NOME	Assinaturas
1. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
2. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
3. <i>[Assinatura]</i>	SENADOR EDSON LOBÃO
4. HELOISA HELENA	<i>[Assinatura]</i>
5. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
6. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
7. JAPORIAS	<i>[Assinatura]</i>
8. OLIVIA CASTRO	<i>[Assinatura]</i>
9. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
10. <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
RODRIGO TOURINHO	<i>[Assinatura]</i>
Guilherme Lamounier	<i>[Assinatura]</i>
Flávio Bruns	<i>[Assinatura]</i>
Alfonso Freitas	<i>[Assinatura]</i>
PERNANDO BEZERRA	<i>[Assinatura]</i>
Valéria Amaral	<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>

ERAM MORAIS	<i>[Assinatura]</i>
Luiz Mercadante	<i>[Assinatura]</i>
Ideli Salvatti	<i>[Assinatura]</i>
ALBERTO SILVA	<i>[Assinatura]</i>
VALDIR ZAUPP	<i>[Assinatura]</i>
Augusto Boileau	<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>

[Assinatura]

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....

Art. 50. (*) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994

.....

Seção VII
Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 4, DE 2003

Acrescenta parágrafo único ao artigo 47 da Constituição Federal para garantir o acesso democrático ao conteúdo das matérias legislativas, determinando a disponibilidade, pela internet, de proposições e pareceres em apreciação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e suas respectivas comissões.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescenta parágrafo único e inciso I ao art. 47 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 47.

Parágrafo único. Fica garantido o acesso democrático e remoto ao conteúdo e ao andamento das matérias legislativas desobrigadas de sigilo.

I – É obrigatória a divulgação de proposições e pareceres sujeitos à deliberação,

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Íris de Araújo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviada representação do Senado Federal à reunião de parlamentares de todo o mundo em Bagdá, nos dias 4 a 7 de março do corrente ano.

Justificação

O Parlamento russo tomou a iniciativa de convocar em Bagdá uma reunião de parlamentares de todo o mundo para discutir formas de evitar o início de uma guerra dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha contra o Iraque. Essa proposta faz parte da resolução aprovada pela Duma Russa (Câmara dos Deputados) segundo a qual um ataque dos EUA ao Iraque, sem o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), “seria uma grave violação às normas e aos princípios universalmente reconhecidos do direito internacional”. Daí a importância que o Parlamento brasileiro envie uma representação para tão relevante evento.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Íris de Araújo.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2003

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

.....
p) a preservação ambiental;

q) a proteção do ordenamento urbanístico e territorial;

.....”(NR)

“Art. 27-A Nos casos de parcelamento ilegal de terras para fins urbanos, a iniciativa da desapropriação caberá ao poder público municipal, fixada a justa indenização com base nos seguintes critérios:

I – não serão consideradas como loteadas ou loteáveis as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no Registro de Imóveis como parcelamentos urbanos ou para fins urbanos;

II – serão deduzidos integralmente da indenização devida todos os valores necessários, conforme o caso, à reparação dos danos urbanísticos e ambientais, bem como aos procedimentos de desconstituição ou regularização do parcelamento, nos termos do que fixar, para tanto, ato administrativo da respectiva prefeitura ou do Distrito Federal;

III – as benfeitorias realizadas para a constituição do parcelamento ilegal não serão indenizáveis.

§ 1º Os valores fixados no ato administrativo de que trata este artigo decorrerão de laudos técnicos elaborados em conjunto por, pelo menos, dois profissionais legalmente habilitados, integrantes dos quadros efetivos da administração pública.

§ 2º Caso as importâncias a serem deduzidas da indenização excedam o valor da gleba, passará o expropriado a ser devedor, perante o poder público, da diferença apurada.”

Art. 2º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigor com as seguintes modificações:

“Art. 18.

.....
§ 4º O título de propriedade será dispensado quando se tratar de parcelamento popular ou de parcelamento ilegal em processo de regularização por iniciativa do po-

der público, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e imissão provisória na posse, desde que o registro seja requerido pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, ou suas entidades delegadas autorizadas por lei a implantar projetos de habitação ou a promover empreendimentos imobiliários.

.....” (NR)

“Art. 42. Nas desapropriações, não se considerarão como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no Registro de Imóveis como loteamentos urbanos ou para fins urbanos.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos mais graves problemas com que se deparam as administrações municipais, o parcelamento ilegal de terras para fins urbanos tem causado danos não apenas à preservação ambiental e ao ordenamento urbanístico, mas também aos adquirentes dos falsos lotes vendidos ilicitamente. Trata-se de crime contra a administração pública punível, nos termos da Lei nº 6.766, de 1979, com pena de reclusão de até cinco anos. Nem mesmo a Capital da República, onde apenas um terço das terras pertencem a proprietários particulares, escapou dessa insídia. No Distrito Federal, a exemplo do que ocorre em todas as grandes cidades brasileiras, contam-se às centenas os loteamentos ilegais que incidem em áreas de propriedade privada.

No entanto, mesmo nos escassos casos que resultam na efetiva condenação dos que praticam essa atividade criminosa, o problema remanesce no âmbito da gestão pública. Ainda que responsabilizados civil e penalmente, os promotores dos loteamentos clandestinos mantém a propriedade da gleba parcelada ilegalmente, restando às prefeituras, ou ao Distrito Federal, os ônus da reconstituição ambiental ou da regularização urbanística, de difícil transferência aos que lhes deram causa.

Para sanar suficientemente os imensos danos causados nesses casos, quase sempre conviria ao poder público desapropriar as terras em que ocorrem os loteamentos ilegais para, dispondo do bem, nele promover o uso adequado ao interesse público, seja ao implementar programas habitacionais, seja ao res-

taurar as características ambientais que tenham sido degradadas. Lamentavelmente, contudo, quando opta pela via da desapropriação, aparentemente adequada, o poder público é comumente instado a pagar indenizações que, ao invés de punir e desestimular a prática desse crime, constituem verdadeiro prêmio ao criminoso.

São valores fixados judicialmente, com base em interpretações patrimonialistas do preceito de “justa indenização”, previsto no art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, que a rigor conflitam com o princípio da “função social da propriedade”, inscrito em vários dispositivos constitucionais, em especial no art. 170, III, como um dos fundamentos da própria ordem econômica. Em livro recentemente publicado, “Os Parcelamentos Ilegais do Solo e a Desapropriação como Sanção: O Caso dos ‘Condomínios Irregulares’ no Distrito Federal”, a Dr^a Alessandra Elias de Queiroga, promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – com amparo em consagrados doutrinadores, como Hely Lopes Meirelles, José Afonso da Silva, Eros Roberto Grau, Adilson Dallari, entre outros –, aborda brilhantemente a questão. Ao comentar a finalidade essencial da desapropriação, a autora assim se expressa:

“Não se olvida, portanto, de que este instrumento de intervenção do Estado na propriedade tem como um dos objetivos garantir a função social do bem, aproveitá-lo em benefício da coletividade, realizando melhorias ou sua distribuição, ou, ainda, mantendo-o intacto para a correta preservação de seus recursos naturais, paisagísticos, culturais ou históricos.”

Adiante observa, já agora especificamente em relação às terras utilizadas para a prática do crime de parcelamento ilegal, que

“A utilização da propriedade de maneira a lesar a coletividade deve dar ensejo, sim, à sua desapropriação. Aliás, esta desapropriação não deve ser apenas uma possibilidade, mas um dever do Poder Público, o qual tem de zelar pelos princípios constitucionais, dentre os quais se destaca o da função social da propriedade, do respeito ao meio ambiente e a ordem urbanística. Mas é na fixação do **quantum** indenizatório que se poderá reestabelecer o equilíbrio social quebrado quando o particular se utiliza de sua propriedade para a prática de ato ilícito.”

É esse, portanto, o objetivo do presente projeto de lei: conferir conteúdo prático ao conceito de justa indenização” nos casos de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo para fins urbanos. Para tanto, a lei proposta: **(a)** inclui expressamente, no rol dos casos considerados de “utilidade pública”, a preservação ambiental e a proteção do ordenamento urbanístico e territorial; **(b)** reserva a iniciativa das desapropriações dessa natureza ao poder municipal, em consonância com o art. 182 da Lei Maior; **(c)** veda a prática, contraditória mas freqüente, de considerarem-se loteadas ou loteáveis, para efeito de indenização, as terras utilizadas criminosamente para tal; **(d)** determina a subtração da verba indenizatória dos dispêndios em que o poder público deve incorrer para mitigar o dano causado.

Ademais, o projeto amplia a prerrogativa já inscrita no art. 18, § 4º da Lei nº 6.766, de 1979, no sentido de dispensar o título de propriedade para efeito de registro também nos casos em que o parcelamento ilegal encontrar-se em processo de regularização por iniciativa do poder público. Trata-se de instrumento indispensável para permitir que a regularização de interesse público possa acontecer, inclusive nas muitas situações em que os promotores do parcelamento ilegal evadem-se, deixando manietados os adquirentes dos lotes irregulares e o próprio poder público. Nesses casos, o direito do proprietário da gleba à justa indenização, definida nos termos da presente proposição, não pode constituir óbice à promoção do interesse público e do bem comum.

Ao estabelecer os parâmetros para a fixação da indenização devida nos casos de desapropriação de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo, o projeto que ora apresentamos constituirá eficaz desestímulo à continuidade dessa prática. Contribuirá, assim, para reduzir o retalhamento indiscriminado do território, o espraiamento excessivo de nossas cidades e os graves danos ambientais que têm sido impostos à nossa população urbana. Oferecerá, enfim, a todos os municípios e ao Distrito Federal, meios para enfrentar os problemas já constituídos e evitar a sua reprodução.

Estamos certos, pelas mencionadas razões, de que a proposição merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional, atentos aos dramas que enfrentam as municipalidades em nosso País.

Cumpra, por fim, consignar, que a presente proposição constitui iniciativa original do Senador Cristovam Buarque.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Eurípedes Camargo.

LEGILAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.365,
DE 21 DE JUNHO DE 1941

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;
- c) o socorro público em caso de calamidade;
- d) a salubridade pública;
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;
- g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;
- i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o loteamento de terrenos edificados ou não para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética;
- j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;
- k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados e conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico;
- m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;
- n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;
- o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;
- p) os demais casos previstos por leis especiais.

Art. 27. O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fis-

cais; ao preço de aquisição e interesse que deles auferir o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24-8-2001).

Parágrafo único. Se a propriedade estiver sujeita ao imposto predial, o **quantum** da indenização não será inferior a 10, nem superior a 20 vezes o valor locativo, deduzida previamente a importância do imposto, e tendo por base esse mesmo imposto, lançada no ano anterior ao decreto de desapropriação.

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta lei.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta lei às peculiaridades regionais e locais.

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 2º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal.

Parágrafo único. Não será permitido o parcelamento do solo:

Art. 18. Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:

I – título de propriedade do imóvel;

II – histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vintes anos), acompanhados dos respectivos comprovantes;

III – certidões negativas:

a) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel;

b) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública.

IV – certidões:

a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

b) de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ônus reais relativos ao imóvel;

d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V – cópia do ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação pela Prefeitura da execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de um cronograma, com a duração máxima de 2 (dois) anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das obras;

VI – exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constarão obrigatoriamente as indicações previstas no art. 26 desta lei;

VII – declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.

§ 1º Os períodos referidos nos incisos III, alínea b e IV, alíneas e, e d, tomarão por base a data do pedido de registro do loteamento, devendo todas elas serem extraídas em nome daqueles que, nos mencionados períodos, tenham sido titulares de direitos reais sobre o imóvel.

§ 2º A existência de protestos, de ações pessoais ou de ações penais, exceto as referentes a crime contra o patrimônio e contra a administração, não impedirá o registro do loteamento se o requerente com-

provar que esses protestos ou ações não poderão prejudicar os adquirentes dos lotes. Se o Oficial do Registro de Imóveis julgar insuficiente a comprovação feita, suscitará a dúvida perante o juiz competente.

§ 3º A declaração a que se refere o inciso VII deste artigo não dispensará o consentimento do declarante para os atos de alienação ou promessa de alienação de lotes, ou de direitos a eles relativos, que venham a ser praticados pelo seu cônjuge.

Art. 42 Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou comprometidos, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Art. 170.* A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente;
- VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII – busca do pleno emprego;
- IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em Lei.

CAPÍTULO II Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2003

Insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

Art. 1º O art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte § 7º:

Art. 87.

§ 7º Aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior,

será assegurado o ingresso nos cursos de graduação de formação de professores da educação básica, nos termos do regulamento desta Lei, que estabelecerá os critérios para a fixação do número de vagas, bem como os processos seletivos que deverão ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), consistiu em favorecer a habilitação, em nível superior, dos professores da educação básica, ainda que admitisse a formação mínima de nível médio para os docentes da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental. Assim, a LDB determinou que, ao final da *Década da Educação*, prevista em seu art. 87, somente serão admitidos no magistério da educação básica professores com nível superior ou que forem formados por treinamento em serviço.

Apesar dessas diretrizes, ajuda é significativo o contingente, e de professores leigos sem a formação mínima para o exercício profissional. Conforme o Censo Escolar de 2002, havia 272 mil funções docentes exercidas por leigos (13% do total), no ensino fundamental e no médio. Os resultados do Censo mostraram a persistência de outros problemas relacionados à docência leiga. Um deles diz respeito às dificuldades da zona rural. O campo concentrava 25% das 272 mil funções docentes exercidas por leigos, embora possuísse apenas 15% do total de funções docentes. Se fossem consideradas apenas as mais de 25 mil funções docentes exercidas por profissionais com escolaridade de ensino fundamental, completo ou não, a contribuição da zona rural passava a ser de 73%.

O desequilíbrio entre as grandes regiões também foi demonstrado pelo Censo. A região Nordeste continha 56% de todas as funções docentes que correspondiam à escolaridade de ensino fundamental. Embora as regiões Norte e Nordeste possuíssem 37% das funções docentes de todo o País, concentravam quase 63% dos profissionais leigos do ensino fundamental e do médio.

Além do desafio de qualificar os docentes leigos, será preciso também grande esforço para habilitar, em nível superior, o contingente de professores que possuem a formação mínima para o exercício

profissional, de forma a cumprir a referida inovação desejada pela LDB. Ainda segundo o Censo Escolar de 2002, das quase 810 mil funções docentes da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, 541 mil eram constituídas por professores com titulação de nível médio. A esse contingente, deve-se somar as 247 mil funções docentes (75% do total) exercidas por leigos e portadores de escolaridade de nível médio que atuam na educação infantil.

Também na titulação de nível superior, as desigualdades regionais transpareciam: enquanto na região Sudeste 75% das funções docentes do ensino fundamental e do médio tinham formação de nível superior, nas regiões Norte e Nordeste essa cifra caía para 40% e 41%, respectivamente.

Ora, as metas de extinguir a docência leiga e de ampliar a habilitação em nível superior dos professores da educação básica somente serão alcançadas se um grande esforço for feito pelo Poder Público, com o apoio das instituições de ensino superior e da sociedade em geral. Com esse propósito, a presente iniciativa fixa uma nova diretriz para a educação brasileira: a de assegurar, aos docentes da rede pública que ainda não tenham habilitação em nível superior, o acesso aos cursos de graduação de formação de professores da educação básica. Assim, todo professor da rede pública terá acesso às universidades, públicas ou privadas, de modo a obter a qualificação requerida pela lei. Os critérios para a fixação do número de vagas, os termos de convênios que poderão ser firmados com instituições privadas, bem como os processos seletivos que deverão ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento, deverão ser fixados por meio de norma regulamentadora.

Em razão de sua relevância para ampliar a escolaridade dos professores da educação básica, promovendo melhorias na qualidade do ensino oferecido a milhões de estudantes, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Por fim, cumpre registrar que a proposição que ora apresentamos constitui iniciativa original do Senador Cristovam Buarque.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Eurípedes Camargo.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;

IV – integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

(Às Comissões de Constituição, justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2003

Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores expressos em reais a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002, serão atualizados monetariamente mediante a aplicação do índice de 1,4235.

Art. 2º As tabelas de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, a que se referem o art. 3º e o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, bem como as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 daquela lei, serão atualizadas em 10 de janeiro de cada ano, tomando-se por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e partindo-se dos valores estabelecidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, após a correção estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, atualizou a tabela progressiva do Imposto de Renda da pessoa física em 17,5%.

O percentual aplicado constituiu importante correção da referida tabela que se encontrava congelada desde 1996. No entanto, a inflação verificada no período compreendido entre 1996 e 2002, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi de 67,73%. Dessa forma entendemos que a correção, apesar do avanço, continuou onerando os assalariados.

Nesse sentido o presente projeto de lei tem o propósito de reajustar a tabela do Imposto de Renda da pessoa física pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor.

Ao mesmo tempo pretende-se estabelecer uma sistemática de correção anual da tabela para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo Imposto de Renda, em termos reais, sem que tenha havido modificação legal daquela incidência.

O intuito deste dispositivo é garantir a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda da pessoa física e das respectivas deduções pessoais, a partir da tabela corrigida nos termos do art. 1º deste projeto de lei, e evitar futuros congelamentos daquelas tabelas, com a conseqüente elevação do ônus tributário das pessoas físicas que pagam Imposto de Renda.

Além disso, o projeto contempla uma vertente política que poderá ensejar calorosos debates nesta Casa. Na condição de membro da base do Governo anterior, por várias vezes fiz defesas contundentes sobre a necessidade de manutenção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas com o propósito de manter um nível mais elevado de arrecadação que pudesse garantir o equilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, a estabilidade da moeda.

No entanto, o Deputado Ricardo Berzoini – atual Ministro da Previdência – não poupou críticas à sistemática adotada e apresentou projetos contemplando índices de correção da tabela na mesma magnitude da que apresento neste projeto. Esse fato pode ser conferido por meio dos Projetos de Lei nºs 2.541/00 e 6.795/02, apresentados pelo hoje Ministro da Previdência Social, Deputado Ricardo Berzoini, na Câmara dos Deputados.

Vieram as eleições de 2002 e venceu o discurso do PT. Submeto-me à vontade popular e, nessa mesma direção, entendendo ter chegado a hora de adotar o caminho que o próprio outrora Deputado, hoje Ministro, Ricardo Berzoini apontava.

Espero que o Ministro tenha o mesmo posicionamento do seu passado recente e mantenha a sua coerência. Caso contrário, estaremos diante da constatação de que o atual Governo é a continuação do anterior, pois está fazendo exatamente o mesmo que condenava nos fundamentos da política do governo do PSDB, contrariando o que defendeu na campanha eleitoral e que lhe rendeu cinquenta milhões de votos.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Antero Paes de Barros.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.451, DE 10 DE MAIO DE 2002

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00	• 15	• 158,70
De 1.058,01		• 423,08
até 2.115,00	27,5	
Acima de 2.115,00		

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	• 15	• 1.904,40
De 12.696,01	• 27,5	• 5.076,90
até 25.380,00		
Acima de 25.380,00		

Art 2º Os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º

.....

III – a quantia de R\$106,00 (cento e seis reais) por dependente;

VI – a quantia de R\$1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

.....“(NR) .

“Art. 8º

II – das deduções relativas:

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais);

c) à quantia de R\$1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente;

.....“(NR)

“Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.

.....”NR

.....
”(NR)

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A partir de 10 de janeiro de 1996 o imposto de renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta lei.

Art. 2º Os valores expressos em UFIR na legislação do imposto de renda das pessoas físicas ficam convertidos em Reais, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

CAPÍTULO II

Da Incidência Mensal do Imposto

Art. 3º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º 8º e 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 900,00	-	-
acima de 900,00 até 1.800,00	15	135
acima de 1.800,00	25	315

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 4º Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas:

I – a soma dos valores referidos no art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990;

II – as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão ou acordo judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

III – a quantia de R\$90,00 (noventa reais) por dependente;

IV – as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V – as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

VI – a quantia de R\$900,00 (novecentos reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa a rendimentos do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea e do inciso II do art. 8º desta lei.

CAPÍTULO III

Da Declaração de Rendimentos

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

c) à quantia de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) por dependente;

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

g) as despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134 de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

1º A quantia correspondente à parcela isenta às dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

2º O disposto na alínea **a** do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a

comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário. 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea **b** do inciso II deste artigo.

Art. 10. O contribuinte que no ano-calendário tiver auferido rendimentos tributáveis até o limite de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de vinte por cento sobre esses rendimentos, na Declaração de Ajuste Anual, independentemente de comprovação e de indicação da espécie de despesa.

1º O desconto simplificado a que se refere este artigo substitui todas as deduções admitidas na legislação.

2º O valor deduzido não poderá ser utilizado para comprovação de acréscimo patrimonial, sendo considerado rendimento consumido.

Art. 11. O imposto de renda devido na declaração será calculado mediante utilização da seguinte tabela:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 10.800,00	-	-
acima de 10.800,00 até 21.600,00	15	1.620,00
acima de 21.600,00	25	3.780,00

(A Comissão de assuntos econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003

Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A soja geneticamente modificada poderá ser cultivada e comercializada em todo o território nacional.

Art. 2º Caberá às secretarias estaduais de agricultura ou seus órgãos equivalentes executar o zoneamento agrícola da respectiva unidade federativa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Lamentavelmente, no que se refere à cultura da soja transgênica, o Brasil está em total descompasso com o que se observa em âmbito mundial. Esse tipo de grão já vem sendo plantado e consumido, com grande sucesso, há mais de cinco anos nos Estados Unidos, Argentina e Canadá, sem que se tenha constatado qualquer espécie de dano ao meio ambiente ou à saúde pública. No entanto, apesar de sermos o segundo maior produtor e exportador de soja – perdendo apenas para os Estados Unidos –, impera aqui uma proibição que carece de qualquer fundamento técnico científico.

Embora o plantio da soja geneticamente modificada não seja permitido no Brasil, é de conhecimento público que existe um grande volume de soja sendo produzido com sementes transgênicas, importadas ilegalmente de países limítrofes, onde essa prática é permitida. Estima-se que a produção de soja transgênica, nesta safra, corresponda a 8% do volume total.

Essa proibição poderá acarretar prejuízos de grande monta para o País, com perda de espaço nos mercados mundiais, uma vez que a ausência de certificação, sem a clara identificação do produto comercializado – se transgênico ou convencional –, imporá forte restrição à exportação para países que exigem saber qual tipo de soja estão comprando. Também a fiscalização seria mais fácil e eficiente, com a identificação legal do plantio.

Ademais, ao permitir o plantio da soja transgênica, busca-se colocar ao alcance do agricultor – que hoje utiliza sementes contrabandeadas, sem qualquer tipo de controle – sementes com garantia de qualidade e em condições fitossanitárias adequadas.

Outro aspecto a ser considerado refere-se aos benefícios das safras transgênicas, como, por exemplo, maior produtividade e menor custo das culturas, em decorrência da redução do uso de defensivos agrícolas e, conseqüentemente, maior rentabilidade do agricultor.

Dessa feita, julgamos ser da maior importância a imediata legalização do plantio e da comercialização de soja geneticamente modificada, uma vez que o Governo vem protelando uma decisão crucial, e essa indefinição já tem causado sérios prejuízos e embaraços comerciais ao País.

Pelas razões citadas, contamos com o apoio dos nobres colegas Senadores para o acolhimento e a aprovação de nossa proposta.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Olivir Gabardo

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2003

Altera o art. 9º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Caberá à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

I – traçar a projeção dos limites territoriais dos estados e municípios confrontantes e a delimitação entre estados vizinhos, observados os seguintes critérios:

a) nas zonas de reentrância da linha de costa, a projeção dos limites territoriais far-se-á segundo a linha geodésica ortogonal à direção geral da costa, tendo como base três segmentos:

1 – Sul-Sudeste, definido pela direção S 046°30' para a projetante dos limites dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro;

2 – Leste, definido pela direção S 023°36', para a projetante dos limites dos estados do Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco;

3 – Norte-Nordeste, definido pela direção S 119°30', para a projetante dos limites dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá.

b) nas zonas de saliência da linha de costa, a delimitação entre os estados far-se-á pela projeção dos limites continentais a partir de um ponto definido pela interseção das projetantes dos limites externos aos salientes, resultando:

1 – numa projetante do limite entre o Rio de Janeiro e Espírito Santo com azimute S 312°30'; e

2 – nos limites entre Pernambuco e Paraíba e Paraíba e Rio Grande do Norte, em duas projetantes com os azimutes respectivamente S 271º e S 257º.

c) a delimitação dos municípios confrontantes far-se-á pela projeção de seus limites territoriais:

1 – paralelamente às projetantes dos limites estaduais, nas zonas de reentrância da linha de costa; e

2 – proporcionalmente divergentes, a partir de cada um dos pontos de interseção referidos na alínea anterior, nas zonas de saliência da linha de costa.

II – definir a abrangência das áreas geoeconômicas, bem como os municípios incluídos nas zonas de produção principal e secundária e os referidos no § 3º do artigo 4º desta lei, e incluir o município que concentra as instalações industriais para o processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural;

III – publicar a relação dos estados, territórios e municípios a serem indenizados, 30 (trinta) dias após a publicação desta lei;

IV – promover, semestralmente, a revisão dos municípios produtores de óleo, com base em informações fornecidas pela Petrobras sobre a exploração de novos poços e instalações, bem como reativação ou desativação de áreas de produção.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 20, § 1º, da Constituição Federal assegura aos Estados e Municípios costeiros a participação nos resultados ou pagamentos de compensação financeira pela exploração econômica dos recursos minerais e energéticos no mar territorial, plataforma continental ou zona econômica exclusiva.

Pela legislação atual há mudança de traçado cada vez que se amplia a extensão da zona econômica exclusiva, o que ocorre em razão do avanço tecnológico e os critérios para estados e municípios, sendo que apenas os Estados do Paraná e Piauí não têm linhas de projeção de seu território paralelas, em razão da configuração côncava de seu litoral.

O projeto permite enfrentar os avanços da técnica de exploração econômica sem necessidade de redefinir os traçados e garante situação de isonomia entre os Estados da Federação.

Este tema tende a ganhar maior visibilidade à medida que forem confirmadas novas descobertas de poços de exploração de petróleo e com a confirmação da viabilidade econômica, tratando-se de assunto estratégico para o País, para os estados e municípios.

Ressalte-se que o objetivo é aperfeiçoar a legislação, com fundamentação técnica, para dirimir futuros conflitos.

Por oportuno, registre-se este conflito constatado em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, em 27-11-2002, com a participação de perito judicial

e dirigente do IBGE, a quem cabe a definição e aplicação da lei.

O presente projeto decorre de estudos realizados pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, pela Mineropar, empresa paranaense de mineração, e por técnicos de outras áreas.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –
Olivir Gabardo.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele prove-nham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

.....
LEI Nº 7.525, DE 22 DE JULHO DE 1986

.....
Art. 9º Caberá à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

I – tratar as linhas de projeção dos limites territoriais dos estados, territórios e municípios confrontantes, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental;

II – definir a abrangência das áreas geoeconômicas, bem como os municípios incluídos nas zonas de produção principal e secundária e os referidos no § 3º do art. 4º desta lei, e incluir o município que concentra as instalações industriais para o processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural;

III – publicar a relação dos estados, territórios e municípios a serem indenizados, 30 (trinta) dias após a publicação desta lei;

IV – promover, semestralmente, a revisão dos municípios produtores de óleo, com base em informações fornecidas pela Petrobras sobre a exploração de novos poços e instalações, bem como reativação ou desativação de áreas de produção.

Parágrafo único. Serão os seguintes os critérios para a definição dos limites referidos neste artigo:

I – linha geodésica ortogonal à costa para indicação dos estados onde se localizam os municípios confrontantes;

II – sequência da projeção além da linha geodésica ortogonal à costa, segundo o paralelo para a definição dos municípios confrontantes no território de cada estado.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

É o lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2003

Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero (CDG), de caráter permanente.

Art. 2º Os arts. 72, 77 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 72.

IV – C – Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero – CDG.

Art. 77.

I – Comissão de Assuntos Econômicos, 25;

II – Comissão de Assuntos Sociais, 23;

III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;

IV – Comissão de Educação, 24;

IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle, 15;

IV-B – Comissão de Legislação Participativa, 19;

IV-C – Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero, 18;

V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 17;

VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 20.

§ 2º Ressalvada a participação na Comissão de Fiscalização e Controle, na Comissão de Legislação Participativa e na Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero, cada senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

.....(NR)

Art. 107.

I –

g) Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero: às quintas-feiras, dez horas.

Art. 3º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 104-A. À Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero compete opinar sobre matérias concernentes aos seguintes assuntos:

I – garantia e promoção dos direitos humanos;

II – direitos da mulher;

III – proteção à família;

IV – normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos idosos;

V – fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos;

VI – outros assuntos correlatos.

Art. 104-B. Aplicam-se à Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero as normas regimentais pertinentes às demais Comissões Permanentes.

Art. 4º O inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100.

I – relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Resolução que ora submetemos à apreciação do Senado Federal propõe a criação da Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Destinar-se-á tal Comissão, de caráter permanente, a tratar das matérias relativas aos direitos humanos, à mulher, à família, à pessoa portadora de deficiência, à infância, à juventude e ao idoso.

No Brasil, a emergência de questões concernentes aos assuntos referidos assumiu tal magnitude e tal relevância, que se impõe ao Senado da República estruturar-se para oferecer resposta adequada às demandas formuladas pela sociedade.

A esse respeito, observe-se o fato de nosso País não ter acompanhado a evolução verificada em outras nações com respeito à aquisição paulatina de direitos por suas sociedades. Assim, na maior parte dos países desenvolvidos, à conquista dos direitos civis, políticos e culturais seguiu-se a dos direitos sociais e econômicos e, posteriormente, a dos direitos coletivos. No Brasil, entretanto, a demanda por toda essa gama de direitos

dá-se de maneira concomitante, em razão dos parcos avanços conseguidos por nós em cada uma das mencionadas esferas do progresso social.

Com base nesse entendimento, sem dúvida, o Poder Executivo elaborou o “Programa Nacional de Direitos Humanos”, debatido com vários setores da sociedade civil na “I Conferência Nacional de Direitos Humanos”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 1996. As ações propostas no mencionado Programa são em número tão elevado que sua simples enumeração demonstra o quanto se precisa realizar em termos de direitos humanos no Brasil.

O Senado Federal não se pode furtar à participação na verdadeira cruzada que se forma no País, com vistas à instauração do primado dos direitos humanos em todas as dimensões da vida social.

No que se refere especificamente à problemática de gênero, a sólida organização granjeada pelas mulheres brasileiras e sua competência para mapear a ampla teia de discriminação de que são objeto colocaram, na ordem do dia, um complexo de demandas que fez aumentar, enorme e crescentemente, o volume de proposições em tramitação no Congresso Nacional sobre o assunto.

Ademais, a mobilização com vistas à implementação, entre nós, das deliberações da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, certamente fará surgir um conjunto de propostas que exigirá adequada organização das duas Casas do Congresso Nacional. Nesse contexto, a “Comissão Especial Destinada ao Estudo das Medidas Legislativas Que Visem Implementar, no Brasil, as Decisões da IV Conferência Mundial da Mulher”, cujos trabalhos desenvolveram-se na Câmara dos Deputados em 1997, propôs, em suas Recomendações, a instituição, naquela Casa, (De comissão ou subcomissão permanente com a competência de cuidar das questões de gênero).

De outra parte, com a criação da Comissão ora proposta, parece-nos aconselhável passar da Comissão de Assuntos Sociais para a órbita de suas competências as matérias concernentes à pessoa portadora de deficiência, à criança, ao adolescente e ao idoso. Na nova Comissão, tais assuntos, juntamente com os afetos à temática da juventude, farão parte de conjunto consubstanciado na rubrica “Família”, forma sistêmica mais adequada de tratar dessas matérias.

Consulta ao banco de dados referente às matérias em tramitação no Senado Federal mostra o elevado número de proposições a respeito dos temas objeto da competência da Comissão que ora propomos. É preciso, pois, que esta Casa, antecipando-se

aos acontecimentos, estructure-se para responder ao volume de propostas ora existente e ao crescimento que se anuncia. Sem dúvida, não será possível oferecer resposta adequada às demandas da sociedade nas áreas referidas, sem que se causem sérios transtornos ao funcionamento das atuais comissões, particularmente à Comissão de Assuntos Sociais.

Em face das razões acima, urge criar a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero, razão por que submetemos a presente proposição ao exame dos legisladores que compõem o Senado Federal. Estamos certas de que, com o apoio de tão ilustres pares, este projeto de resolução logrará transformar-se em norma legal do Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –

Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

É o lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal;

Considerando o importante papel das empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica;

Considerando as denúncias sobre as Centrais Elétricas do Pará, publicadas em jornais locais e nacionais; e

Considerando que tais denúncias dizem respeito não somente ao Estado do Pará, mas ao funcionamento de uma Agência regulatória com jurisdição nacional,

Requeiro sejam prestadas, pela Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energias, as seguintes informações:

1) Existe algum documento, parecer ou investigação em andamento, ou concluído, na Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, sobre remessas indevidas de recursos para o exterior pelo Grupo Rede, controlador das Centrais Elétricas do Pará?

2) Existe, na mesma agência, algum documento, parecer ou investigação em andamento, ou levada a cabo, sobre transferência de recursos para outras

subsidiárias do Grupo Rede em outros Estados da Federação?

3) Existe algum documento, parecer ou investigação sobre a destinação dos recursos tomados pelo Grupo Rede ao Deutsche Bank, a título de captação de recursos?

4) Havendo tais documentos, qual o seu teor?

Justificação

É nosso papel como parlamentar fiscalizar as ações do Executivo. Essa importante função do nosso sistema de pesos e contrapesos institucionais, tão cara à democracia, somente pode dar-se corrigindo-se a assimetria de informações entre os poderes. Os questionamentos aqui realizados representam inquietações sobre o funcionamento das concessionárias de energia elétrica no nosso Estado e são fundamentais para nossa atuação como representante legítima dos interesses públicos, especialmente os do povo do Pará. Encaminhamos à Comissão de Fiscalização e Controle proposta de fiscalização mais específica sobre diversos atos envolvendo o Grupo Rede. Mas conhecer a existência de investigações internas na Aneel sobre o assunto é fundamental para atuarmos afirmativamente na questão.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003. –

Ana Júlia Carepa, Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(À Mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

É o lido o seguinte:

Ofício GLC nº 35/03

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico o senhor Deputado João Paulo Gomes da Silva, PL/MG, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Na oportunidade manifesto apreço e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente, – **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O ofício lido vai à publicação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 78 , DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 565, de 1999, de autoria do Senador que Pedro Simon, que atribui valor jurídico a gravações de documentos em disco ótico, e dá outras providências.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o projeto de lei epígrafa, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon.

O art. 1º autoriza os órgãos públicos federais a armazenar informações em sistemas de discos óticos, conforme disciplina a ser estabelecida em seus respectivos regimentos internos.

O art. 2º estabelece que os referidos órgãos deverão efetuar o controle dos documentos convertidos, mediante livro, sistema de fichas, sistema eletrônico ou qualquer outro sistema, de acordo com o seu regimento interno, devendo constar, tanto nos documentos originais quanto nas cópias armazenadas, sua sequência numérica, de acordo com a ordem de apresentação ao órgão, a data e hora de conversão para o sistema ótico, bem como a identificação do servidor responsável pela conversão.

O art. 3º assegura a qualquer cidadão, exceto nos casos em que se exige “segredo de Justiça”, o direito de acesso às informações armazenadas no sistema de discos óticos, bem como a obtenção de cópias e reproduções.

O art. 4º atribui valor jurídico aos documentos extraídos do sistema, desde que cancelados pelo órgão competente da repartição pública.

O art. 5º impõe ao órgão que utilizar-se do sistema a obrigação de guardar os originais por, no mínimo, cinco anos, contados da data da conversão, após o que deverá destruí-los por incineração ou outro meio de comprovada eficácia.

O art. 6º propõe a introdução de um inciso IV no art. 365 do Código de Processo Civil, para determinar que os “documentos públicos reproduzidos em disco ótico, desde que cancelados pelo órgão competente

e pelo servidor designado para esse fim “, fazem a mesma prova que os originais.

Finalmente, o art. 7º determina a entrada em vigor da lei em que se converter o projeto na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

II – Análise da Matéria

A técnica de armazenamento de informações em discos óticos, assim como em qualquer outro meio eletrônico, é corolário do desenvolvimento tecnológico, não podendo os órgãos públicos prescindir de sua utilização, sob pena de a administração pública permanecer lidando com sistemas obsoletos, em total descompasso com as exigências de adaptação à modernidade. Nesse sentido, é bastante oportuno o projeto.

Todavia, há que se considerar que esta Casa já deliberou sobre a matéria objeto da proposição em análise, ao aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que ora esta tramitando na Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 3.173-B, de 1997, que “Dispõe sobre os documentos produzidos e os arquivados em meio eletrônico e dá outras providências”.

A referida proposição visa ao mesmo fim que persegue o autor do Projeto de Lei do Senado nº 565, de 1999, porém estendendo seu alcance também às empresas privadas.

III – Voto

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pelo sobrestamento do Projeto de Lei nº 565, de 1999, até que a Câmara dos Deputados se pronuncie sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996 (Projeto de Lei nº 3.173-B, de 1997, naquela Casa).

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2002. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Osmar Dias** – **Ricardo Santos** – **Sebastião Rocha** (sem voto) – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Pastore** – **Francelino Pereira** – **João Alberto Souza** – **Bello Parga** – **Luiz Otavio** – **Antônio Carlos Júnior** – **Benício Sampaio** – **Eduardo Suplicy** – **Wellington Roberto**.

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2003

Senhor Presidente,

Requer, nos termos do inciso III do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 565, de 1999, até que a Câmara dos Deputados se pronuncie sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996.

PARECER Nº 79, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 2, de 2003, dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, que conclama o Governo Brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Apresentado na Sessão do dia 25 do corrente, perante a Comissão de Relações Exteriores, pelos eminentes Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Pedro Simon, o presente Requerimento, amparado pelo art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, em que conclama o Governo Brasileiro a manter e dedicar todos os seus esforços junto aos governos dos Estados Unidos da América do Norte e do Reino Unido, no sentido da desistência de qualquer ação militar contra o Iraque.

Na mesma oportunidade, foi, também, apresentado o Requerimento nº 42, de 2003, este subscrito pelo eminente Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, em que propõe Moção de Apoio do Senado Federal em prol da paz mundial, ante a iminência da eclosão de conflito armado com o Iraque, enfatizando a necessidade de serem esgotados todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, particularmente, a continuidade dos procedimentos de inspeções naquele País em nome da ONU.

Tratam, portanto, de duas proposições sobre o mesmo tema e estão, pelos seus aspectos formais, alicerçadas no precitado art. 222 do Regimento Interno. Nestas condições, o meu parecer é abrangente de ambas e não poderia deixar de ser pela sua inteira aprovação com o meu aplauso.

Em verdade, no momento em que o mundo se divide, praticamente, em dois blocos, um numericamente menor, embora de maior poder belicista, e outro, integrado por um grande número de nações que desejam a paz, o Brasil, a despeito de ter com os Estados Unidos da América do Norte como seu maior parceiro econômico, mostra sua vocação democrática, rogando pela harmonia e fraternidade entre os povos, para juntar a sua voz àquele grupo de nações que clamam pela paz.

Nestas condições, meu voto é pela integral aprovação dos Requerimentos de nº 2 e 42, ambos de 2003, na forma do que dispõe o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2003. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Marcelo Crivella**, Relator – **Arthur Virgílio** – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Luiz Otávio** – **Eduardo Azeredo** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Hélio Costa** – **João Ribeiro** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 80, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 42, de 2003, do Senador Aloizio Mercadante, que conclama o Governo brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Apresentado na sessão do dia 25 do corrente, perante a Comissão de Relações Exteriores, pelo eminente Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, amparado pelo art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o presente Requerimento propondo Moção de Apoio do Senado Federal em prol da paz mundial, ante a iminência da eclosão de conflito armado com o Iraque, enfatizando a necessidade de serem esgotados todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, particularmente a continuidade dos procedimentos de inspeções naquele País em nome da ONU.

Na mesma oportunidade, foi, também, apresentado o Requerimento nº 2, de 2003, este subscrito pelos eminentes Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Pedro Simon, em que conclama o Governo brasileiro a manter e dedicar todos os seus esforços junto aos governos dos Estados Unidos da América do Norte e do Reino Unido, no sentido da desistência de qualquer ação militar contra o Iraque.

Tratam, portanto, de duas proposições sobre o mesmo tema e estão, pelos seus aspectos formais, alicerçadas no precitado art. 222 do Regimento Interno. Nestas condições, o meu parecer é abrangente de ambas e não poderia deixar de ser pela sua inteira aprovação com o meu aplauso.

Em verdade, no momento em que o mundo se divide, praticamente, em dois blocos, um numericamente menor, embora de maior poder belicista, e outro, integrado por um grande número de nações que desejam a paz, o Brasil, a despeito de ter os Estados Unidos da América do Norte como seu maior parceiro econômico, mostra sua vocação democrática, rogando pela harmonia e fraternidade entre os povos, para juntar a sua voz àquele grupo de nações que clamam pela paz.

Nestas condições, meu voto é pela integral aprovação dos Requerimentos de nºs 2 e 42, ambos de 2003, na forma do que dispõe o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2003. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Marcelo Crivella**,

Relator – Arthur Virgílio – Jefferson Péres – José Agripino – Luiz Otávio – Eduardo Azeredo – Patrícia Saboya Gomes – Hélio Costa – João Ribeiro – Antero Paes de Barros.

PARECER Nº 81, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 369, de 2002, (nº 1.132, de 2002, na origem), que Submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Teori Albino Zavascki, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, concede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jacy Garcia Vieira.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 26-2-2003, apreciado o relatório (em anexo) apresentado pelo Senador Pedro Simon sobre a mensagem (SF) nº 369, de 2002, do Presidente da República, opina pela Aprovação da escolha do Doutor Teori Albino Zavascki, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jacy Garcia Vieira, nos termos do parágrafo único, **in fine**, do art. 104, da Constituição federal.

Sala da Comissão, em 26 de fevereiro de 2003.

....., PRESIDENTE

....., RELATOR

3..... 14.....

4..... 15.....

5..... 16.....

6..... 17.....

7..... 18.....

8..... 19.....

9..... 20.....

10..... 21.....

11..... 22.....

12..... 23.....

13.....

Relatório

Relator: Senador **Pedro Simon**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 369, de 2002 (nº 1.132, de 18-12-2002, na origem), nos termos do parágrafo único, **in fine**, do art. 104 da Constituição Federal, submete à aprovação do Senado o nome do Doutor Teori Albino Zavascki, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jacy Garcia Vieira.

Teori Albino Zavascki, brasileiro, casado, nascido em Fachinal dos Guedes, no Estado de Santa Catarina, no dia 15 de agosto de 1948, filho de Severino Zavascki e Pia Maria Fontana Zavascki bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1972. Obteve o título de Mestre em Direito Processual Civil pela mesma Universidade.

Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), desde 30-3-89, o Doutor Teori Zavascki exerceu, naquela Corte, os cargos de Presidente, no período 2001-2003 e de Vice-Presidente, no período 1997-1999. Destacam-se também, dentre outras importantes funções, as de membro do Conselho de Administração do Tribunal, Presidente de Turma, Diretor-fundador da Revista do Tribunal Regional Federal, Presidente da Comissão de Jurisprudência, da Comissão de Regimento e da Comissão de Estudos e Cursos e Presidente da Comissão de Concurso para o provimento de cargos de juiz federal substituto.

Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, nos níveis de graduação e pós-graduação, desde junho de 1987, após aprovação em concurso público, o Doutor Teori Zavascki foi eleito membro da Congregação da Faculdade, para os biênios 95/97, 97/99 e 99/01.

Exerceu a advocacia desde 1971, estabelecido com escritório profissional em Porto Alegre (RS). De dezembro de 1976 até março de 1989 foi advogado do Banco Central do Brasil, onde exerceu a função de Coordenador dos Serviços Jurídicos para o Estado do Rio Grande do Sul, de 29-10-9 a 6-4-86. Foi Superintendente Jurídico do Banco Meridional do Brasil S.A. (na época, sociedade de economia mista), no período de 7-4-86 até 30-3-89, quando assumiu o cargo de Juiz do TRF. Foi também membro da 4ª Comissão

de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, em vaga reservada a membro do TRF, de agosto de 1991 a agosto de 1995. Foi Professor (concursado) da disciplina de Introdução ao Estudo de Direito, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, a partir de agosto de 1980, estando atualmente licenciado.

Na área jurídica e profissional, o Doutor Teori Zavascki possui os seguintes títulos:

- Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

- Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, onde exerceu cargo de Diretor, na gestão 1984/85.

- Membro do Conselho e da Diretoria do Instituto Brasileiro do Direito de Política e Direito do Consumidor – Brasilcon (1999-2003).

- Membro do Conselho Diretor da **Revista Gênesis** de Direito Processual Civil e Membro de Conselho Editorial da **Revista de Processo – RePro**.

- Membro da comissão formada pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e pela Escola Nacional da Magistratura para apresentar propostas de reforma do Código de Processo Civil.

Foi condecorado com a Medalha Moysés Viana do Mérito Eleitoral, categoria especial, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e com a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador. Recebeu votos de louvor por desempenho de encargos na OAB/RS, nos biênios 1985/86 e 1987/88, e como membro da Comissão de Ética e Disciplina.

Seu ingresso nas atividades jurídicas e docentes foi, sempre, conquistado após aprovação em concursos públicos, a saber:

- Juiz Federal: nomeado, após aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, no cargo de Juiz Federal. Não tomou posse.

- Consultor do Estado: nomeado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, no cargo de Consultor Jurídico do Estado do Rio Grande do Sul. Não tomou posse.

- Advogado do Banco Central: aprovado em Concurso Público de Provas realizado pelo Banco Central do Brasil (autarquia federal), em agosto de 1976, para provimento de cargos de Advogado, obteve o segundo lugar. Nomeado para o cargo, tornou posse em 14 de dezembro de 1976.

- Professor universitário: aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do cargo de Professor Auxiliar de Ensino, na cadeira de Introdução ao Estudo do Direito, realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1979, assumiu em 1-8-80.

- Professor universitário: aprovado em Concurso de Seleção para Professor Horista no Departamento de Direito Privado e Processo Civil, área de Direito Civil, da UFRGS.

- Professor universitário: aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo de Professor Auxiliar, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tomou posse em junho de 1987.

Possui extensa lista de trabalhos publicados, entre livros e artigos em revistas especializadas, abordando importantes questões relacionadas com os temas do direito, principalmente na área de processo civil. São de sua autoria os livros:

- “Antecipação da Tutela” – Saraiva, São Paulo, 3ª ed. 2001.

- “Título Executivo e Liquidação” – São Paulo, RT, 2ª ed. 2002.

- “Comentários ao Código de Processo Civil” – vol. 8, São Paulo, RT, 2000.

- “Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional” – São Paulo – RT, 2001.

Publicou também, em co-autoria, os seguintes livros:

- “Repertório de Jurisprudência e Doutrina Sobre Liminares” – obra coletiva, coordenação de Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1995.

- “Inovações do Código de Processo Civil” – obra coletiva, coordenação de José Carlos Teixeira Giorgis, Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 1996.

- “Reforma do Código de Processo Civil” – obra coletiva, coordenação de Sálvio de Figueiredo Teixeira, Editora Saraiva, São Paulo, 1996.

- “Aspectos Polêmicos da Antecipação da Tutela” – obra coletiva, coordenação de Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.

- “Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis” – obra coletiva, coordenação de Nelson Néry Júnior e Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, 2001.

– “A Reconstrução do Direito Privado” – obra coletiva, organizadora Judith Martins-Costa, Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Em revistas especializadas, publicou importantes artigos, dos quais se destacam:

– “O Ministério Público e a defesa dos direitos individuais homogêneos” (Revista de Informação Legislativa, 117:173; Revista Trimestral de Direito Público 7:148; Revista do Ministério Público do RS 29:29).

– “A função cautelar do mandado de segurança contra ato judicial” (Ajuris 50:82; Revista de Processo 64:181).

– “Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos” (Revista de Processo, 78:32; Revista de Informação Legislativa, 127:83).

– “Restrições à concessão de liminares” (Revista dos Tribunais, 718:54;

Revista de Informação Legislativa, 125:125; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, 125:67; Jurisprudência Brasileira, 173:53; Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do RS 10:256; Revista de Julgados do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, 53:13).

– “Direitos políticos – perda, suspensão e controle jurisdicional” (Revista Trimestral de Direito Público, 10:178; Revista Jurídica, 201:118; Repro 85:181).

– “A liminar em mandado de segurança e as modificações do Código de Processo Civil” (Ajuris 68:57).

– “Antecipação da tutela e obrigações de fazer e de não fazer” (Revista de Direito Processual Civil 4:111; Revista Jurídica 237:20).

– “Reforma del Sistema Procesal Civil Brasileño”, Libro de Ponencias del Congreso “El Derecho Procesal en el Mercosur”, Facultad de Ciencias Jurídicas e Sociales – Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe –República Argentina, Octubre de 1997.

– “Reforma do Sistema Processual Civil Brasileiro e Reclassificação da Tutela Jurisdicional” (Revista de Processo 88:173).

– “Os princípios constitucionais do processo e suas limitações”, Revista da Esmaesc – Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a. 5, v. 6, p. 49-58.

– “Direitos fundamentais de terceira geração” (Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, 15:227).

– “Eficácia das liminares nas ações de controle concentrado de constitucionalidade”, Revista de Processo – RePro 98:275; Revista TRF-43 38:107 – “Ação Rescisória em matéria constitucional”, Revista Interesse Público, 12:46h

O exame do currículo de Teoni Albino Zavascki revela que ele reúne todos os atributos constitucionais, em que se destacam notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo único, **in fine**, do art. 104 da Constituição Federal, submeto a escolha do Doutor Teoni Albino Zavascki à apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Edison Lobão, Presidente **Pedro Simon**, Relator – **Luiz Otávio** – **Olivir Gabardo** – **Romero Jucá** – **Tasso Jereissati** – **Marcelo Crivella** – **Serys Slhessarenko** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Demostenes Torres** – **Garibaldi Alves Filho** – **João Batista Motta** – **Rodolpho Tourinho** – **César Borges** – **Geraldo Mesquita Junior** – **Efraím Moraes** – **Tião Viana** – **Magno Malta** – **João Alberto Souza** – **Papaléo Paes** – **Aloizio Marcadante** – **Eduardo Suplicy** (voto não computado)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Os pareceres lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Requerimento nº 2, de 2003**, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, conclamando o governo brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque; e o **Requerimento nº 42, de 2003**, de autoria dos Senadores Aloizio Marcadante e Tião Viana, solicitando aprovação de moção de apoio à paz mundial, cujos pareceres foram lidos anteriormente, figurarão na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Requerimento nº 67, de 2003**, constante do **Parecer nº 78, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, lido anteriormente, será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *institui a competência territorial no registro de atos relativos à pessoa jurídica de direito privado*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o artigo 14 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *acrescenta tipo penal à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, Lei de Segurança Nacional*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2003**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o art. 108 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do estrangeiro) e o art. 115 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos)*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

O **Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 8 a 10, de 2003**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; os de **nºs 11 e 12, de 2003**, vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

São lidos os seguintes:

OF.GLPMDB nº 41/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 42, de 25-6-2002, que “dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Hélio Costa
Senador Garibaldi Alves Filho
Senadora Íris de Araújo

Suplentes

Senador Valmir Amaral
Senador Juvêncio da Fonseca
Senador João Alberto Souza
Senador José Maranhão
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF.GLPMDB nº 42/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 44, de 25-6-2002, que “dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Renan Calheiros
Senadora Íris de Araújo
Senador Garibaldi Alves Filho

Suplentes

Senador Amir Lando
Senador Alberto Silva
Senador Valdir Raupp
Senador Luiz Otávio
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB

OF.GLPMDB nº 43/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 45, de 25-6-2002, que "altera a lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador João Alberto Souza
Senador José Maranhão
Senador Ramez Tebet
Senador Valdir Raupp

Suplentes

Senador Mão Santa
Senador Pedro Simon
Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Valmir Amaral
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB

OF GLPMDB nº 44 /200

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 46, de 25-6-2002, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, e dá outras providências, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Mão Santa
Senador Pedro Simon
Senador Sérgio Cabral

Suplentes

Senador Valmir Amaral
Senador Hélio Costa
Senadora Íris de Araújo
Senador José Maranhão
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 45/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 52, de 4-7-2002, que Dispõe sobre a criação da Carreira de Supervisão do Sistema de Saúde, e dá outras providências: ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Amir Laudo
Senador Sérgio Cabral
Senador Garibaldi Alves

Suplentes

Senador Ney Suassuma
Senador Pedro Simon
Senador Valmir Amaral
Senador Hélio Costa
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 46/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 53, de 11-7-2002, que Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superior na âmbito da Administração Pública Federal": ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet
Senador João Alberto
Senador Sérgio Cabral
Senador Luiz Otávio

Suplentes

Senador Francisco Moraes
Senador Pedro Simon
Senador Hélio Costa
Senador Ney Suassuma
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 47/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 39, de 14-6-2002, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1993, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Amir Laudo
Senador Gilberto Mestrinho
Senador Alberto Silva
Senador Pedro Simon

Suplentes

Senador Hélio Costa
Senador Luiz Otávio
Senador Francisco Moraes
Senador Valdir Raupp
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 48/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 51, de 4-7-2002, que "Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superior na âmbito da Administração Pública Federal", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Alberto Silva
Senador Juvêncio da Fonseca
Senador José Maranhão
Senador Sérgio Cabral

Suplentes

Senador Garibaldi Alves
Senador Íris de Araújo
Senador Ney Suassuna
Senador Renan Calheiros
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 49/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 97, de 27-12-2002, que "altera o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Luiz Otávio
Senador Ney Suassuna

Suplentes

Senador Pedro Simon
Senador Ramez Tebet
Senador Sérgio Cabral
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 52 /2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 91, de 23-12-2002, que "altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos as drogas, os insu-

mos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet
Senador Hélio Costa
Senador Garibaldi Alves Filho

Suplentes

Senador João Alberto Souza
Senador José Maranhão
Senador Mão Santa
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 053/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 100, de 30-12-2002, que “Altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Alberto Silva
Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Hélio Costa

Suplentes

Senador Amir Lando
Senador Mão Santa
Senador Renan Calheiros
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 55/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 101, de 30-12-2002, que “Dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e da contribuição para a Seguridade

Social – COFINS, devidas pelas sociedades cooperativas em geral”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ney Suassuna
Senador Valdir Raupp
Senador Pedro Simon

Suplentes

Senador Ramez Tebet
Senador Luiz Otávio
Senador João Alberto Souza
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 56 /2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 94, de 26-12-2002, que “Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos e dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Valdir Raupp
Senador Renan Calheiros
Senador José Maranhão

Suplentes

Senador Ney Suassuna
Senadora Íris de Araújo
Senador Alberto Silva
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 57/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 95, de 26-12-2002, que “dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Sérgio Cabral
Senador Juvêncio da Fonseca

Suplentes

Senador Pedro Simon
Senador Amir Lando
Senador Hélio Costa
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 60/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 103, de 1º-1-2003, que “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Renan Calheiros
Senador Valdir Raupp
Senador Alberto Silva

Suplentes

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Sérgio Cabral Filho
Senador Hélio Costa
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 61/2003

Brasília, em 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 104, de 9-1-2003, que “Revoga o art. 374 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Amir Lando
Senador Sérgio Cabral
Senador Pedro Simon

Suplentes

Senador Hélio Costa
Senador José Maranhão
Senador Garibaldi Alves Filho

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 63/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 57, de 7-8-2002, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Goiás – CELG – para efeito de inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet
Senador Renan Calheiros
Senadora Íris de Araújo
Senador Luiz Otávio

Suplentes

Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Valdir Raupp
Senador João Alberto Souza
Senador Ney Suassuna

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 64/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 106, de 22-01-2003, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX – Brasil, altera os arts. 8º e 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Hélio Costa
Senador Valmir Amaral

Suplentes

Senador Amir Laudo
Senador Mão Santa
Senador José Maranhão
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF.GLPMDB nº 65 /2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 59, de 15-8-2002, que “dispõe sobre a utilização das fontes dos recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída;

Titulares

Senador João Alberto Souza
Senador Amir Lando
Senador Hélio Costa
Senador Garibaldi Alves Filho

Suplentes

Senador Renan Calheiros
Senador Ramez Tebet
Senador Gilberto Mestrinho
Senador José Maranhão
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 66/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 107, de 10-2-2003, que “Altera dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ney Suassuna
Senador Íris Araújo
Senador Renan Calheiros

Suplentes

Senador Juvêncio da Fonseca
Senador Hélio Costa
Senador José Maranhão
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF.GLPMDB nº 67/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 61, de 16-8-2002, que “dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Juvêncio da Fonseca
Senador José Maranhão
Senador Luiz Otávio

Suplentes

Senador Valdir Raupp
Senador Sérgio Cabral
Senador Mão Santa
Senador Hélio Costa
Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) –
Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a
Secretária em exercício, Senadora Iris de Araújo.

É lido o seguinte:

Presi–2003/ 0721

Brasília, 27 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Reporto-me à Lei Complementar 101/00, de 4 de maio de 2000, que determina, em seu art. 9º, parágrafo 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre apresente, “em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços “.

2. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o disposto no art. 46 da Resolução I, de 2001, do Congresso Nacional, coloco-me à inteira disposição para prestar os esclarecimentos necessários, em data considerada oportuna por essa Casa.

Respeitosamente, – **Henrique de Campos Mirelles**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O ofício lido será publicado e remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, em cópia, à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; *dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e à Emenda nº 13, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12 e 14 a 36, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 33 de 2002.

Não havendo acordo para votação do item 1 da pauta, está encerrada a Ordem do Dia.

As demais matérias ficam sobrestadas.

São os seguintes os itens sobrestados:

Item 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de

seu Parecer nº 70, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), *que aprova a Programação Monetária para o 1º (trimestre do ano de 2003)*.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Item 3

MENSAGEM Nº 286, DE 2002

Votação Secreta

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 286, de 2002 (nº 797/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Gualberto Marques Porto Júnior*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

Item 4

MENSAGEM Nº 288, DE 2002

Votação Secreta

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 288, de 2002 (nº 820/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.

Item 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2001 (nº 954/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Brasileira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 2002, da Comissão Educação, Relator: Senador Arlindo Porto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Item 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2002 (nº 1.342/2001, na Câ-

mara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iranduba, Estado do Amazonas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.174, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

Item 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.235, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

Parecer favorável, sob nº 1.235, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

Item 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Maringá (PR)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.179, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Olivir Gabardo.

Item 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Item 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que *outorga permissão*

à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá (GO), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Item 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2002 (nº 1.630/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Item 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2002 (nº 1.650/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Sintonia Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.236, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Item 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2002 (nº 1.497/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Expansão Cultural para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.327, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Item 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 501, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2002 (nº 1.175/2001, na Câ-

mara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.240, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Item 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2002 (nº 1.313/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Educativa e Cultural de Viçosa – Fratevi para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.261, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Nabor Júnior.

Item 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 507, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2002 (nº 1.392/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Preve para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.242, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Item 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2002 (nº 1.921/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.251, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Item 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 578, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2002 (nº 1.563/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Assistência e Educação – FAESA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) –
Item 19:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1999

Projeto de Resolução nº 60, de 1999, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Resolução nº 78, de 1998, que “*dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências*”.

A Presidência, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno e do Parecer nº 7, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicado o Projeto de Resolução nº 60, de 1999.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) –
Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero abordar, nestes vinte minutos destinados à Liderança do PMDB, um assunto que vem trazendo a maior preocupação ao meu Estado de Minas Gerais, a seu povo e, entendo, a vários Estados da Federação. Trata-se do pacto federativo.

No momento em que ele prejudica os Estados da Federação, leva-nos a uma situação absolutamente perigosa, porque, Srª Presidente, se não conseguirmos salvar os muitos Estados brasileiros que estão em dificuldade, não poderemos ajudar a União, que é uma só.

Há três semanas, no início das atividades do Congresso Nacional e do Senado da República, encaminhei ao Ministro Antônio Palocci um requerimen-

to solicitando que o Ministério da Fazenda considerasse a possibilidade de rever os termos da multa aplicada ao Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 36 milhões, com pagamentos mensais de R\$ 6 milhões, a começar no mês anterior.

Por que fizemos essa solicitação ao Ministro, que, uma semana depois, foi também encaminhada a S. Ex^a e até ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Governador Aécio Neves? Porque Minas Gerais está, neste momento, sem condições de pagar, principalmente uma multa que já é consequência de uma situação que vem se enrolando há muitos anos e levando o nosso Estado a uma condição que, praticamente, impede o nosso Governo de exercer até mesmo o **minimum minimorum** da administração.

Estamos pagando uma dívida contraída durante muitos e muitos anos, no valor de R\$ 130 milhões/mês. Ou seja, todos os meses, o Governo de Minas Gerais tem de pagar R\$ 130 milhões ao Governo Federal. A multa foi aplicada porque, na verdade, num determinado período do Governo Itamar Franco, Minas Gerais não teve condições de pagar a dívida, muito embora tenha quitado todas as suas obrigações com relação a ela. Mas por não ter pagado num determinado momento, foi aplicada essa multa.

E por que o Governo, à época, não conseguiu cumprir as suas obrigações? Porque, para conseguir isso, ele teria, para estar rigorosamente dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vender duas das mais importantes empresas do nosso Estado, que foram feitas com o dinheiro do povo e têm que ser resguardadas porque são do povo: a Cemig Companhia Energética de Minas Gerais e a Copasa Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Como o Governador Itamar Franco não aceitou a imposição de vender essas duas empresas tão importantes para a economia de Minas Gerais, S. Ex^a recebeu uma multa equivalente a R\$ 36 milhões, e o Governo do Estado hoje tem de pagar.

Ora, a nossa solicitação ao Ministro foi feita até usando recursos da Resolução nº 45, assinada pelo Senado da República, em março de 1998, que autorizou a rolagem da dívida do Estado de Minas Gerais. A Resolução nº 45, no seu art. 4º, estabelece o seguinte:

Art. 4º Havendo a apuração de saldos nas realizações e utilizações dos recursos conforme previsão do art. 2º, os mesmos serão obrigatoriamente utilizados para amortização do principal do refinanciamento concedido pela União ao Estado de Minas Gerais.

Ou seja, se descobríssemos, como descobrimos eventualmente, que tínhamos feito pagamentos a mais do que devíamos – como foi o caso da liquidação da Minas Caixa, quando tínhamos que pagar R\$ 1,3 bilhão e, se pagássemos à vista, tínhamos condições de ter um desconto de 50%, mas não usamos essa cláusula do desconto –, ainda assim, só poderíamos abater no principal da dívida. Então, pedimos, evidentemente, que essa multa também fosse adicionada aos milhões que já se somam à dívida de Minas Gerais.

E por que estamos fazendo isso, Sr. Presidente? Porque entendemos que o Governo do Presidente Lula, tão bem-intencionado, com apoio popular, que certamente vai conseguir acertar as finanças do Brasil e colocar o País nos trilhos novamente, em um determinado momento, rediscutirá a questão da dívida dos Estados.

O Estado de Minas Gerais é um exemplo típico. Estávamos com uma dívida que vinha se somando há anos, durante vários governos, e, quando chegamos a 1998, mais precisamente março daquele ano, foi assinado o acordo da dívida dos Estados, não apenas de Minas Gerais, mas também do Espírito Santo, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Norte, etc. Os contratos foram feitos com uma exigência do Governo Federal de então, uma imposição tamanha que praticamente inviabilizou vários Estados, e Minas Gerais foi um deles.

Sr. Presidente, é um absurdo Minas Gerais pagar 7,5% de juros ao ano; outros Estados – e vou citar aqui o Espírito Santo, o Rio Grande do Norte e a Bahia – pagam 6%; São Paulo, 6,5%. Quando pergunto por que razão Minas Gerais paga 7,5% e outros Estados pagam 6% ou 6,5%, respondem-me que é porque o meu Estado, à época, não tinha dinheiro em caixa para dar uma entrada de 20% no abatimento da dívida.

No entanto, entramos com os Bancos de Minas Gerais – o Bemge, o Credireal -, com a Ceasa, com empresas importantes de Minas Gerais, que faziam o total de quase R\$5 bilhões. Como a dívida era de R\$15 bilhões, abateram os R\$5 bilhões da venda dos bancos e das empresas, e ficamos devendo R\$10 bilhões.

Pois vejam V. Ex^{as}. o que, lamentavelmente, aconteceu. Em março de 1998, quando aqui, nesta Casa, foi aprovada a Resolução nº 45, a dívida era de R\$15 bilhões e hoje ela está em R\$31 bilhões. Não existe, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nenhum lugar no mundo onde se consiga acordo dessa ordem: em cinco anos, 100% de lucro sobre um dinheiro que é do povo.

Tenho aqui estudos de técnicos da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais que provam que, sem o acordo, a dívida estadual teria sido paga com prestações menores e hoje teríamos feito uma economia de, no mínimo, dois bilhões de reais. Ora, não estamos pedindo que o Governo perdoe a dívida. Entendemos até que, neste momento, para se estabelecer a naturalidade, a normalidade das relações comerciais do Brasil, internacionais e nacionais, o superávit primário é importante, e a dívida dos Estados está contribuindo para assegurar esse superávit primário em quase 1 bilhão de reais/mês. Entendemos, porém, que existem erros técnicos, Sr. Presidente, tanto no contrato assinado em 1998, quanto nas Resoluções nºs 44 e 45 do Senado.

Essas duas Resoluções, a 44 e a 45, de 1998, são claras: dizem que o Estado tem que provar que está em condições de pagar a dívida. Acontece que o Estado não estava em condições, não podia assumir esse compromisso. De acordo com o que foi estabelecido 13% de toda a arrecadação, de toda a receita do Estado de Minas Gerais, tinham que ser dedicados ao pagamento da dívida. É isso representa os 130 milhões hoje, porque no próximo mês serão 140, e, no fim do ano, muito mais. Esse pagamento está inviabilizando o Governo de Minas Gerais – impediu que o Governador Itamar Franco, nos últimos quatro anos, pudesse trazer mais progresso do que trouxe a todo o Estado e poderá inviabilizar o Governo de Aécio Neves.

Sr. Presidente, 13% sobre a receita de um Estado dedicados ao pagamento de uma dívida é excessivo. E quando pergunto como é que se chegou a esse número, ninguém sabe informar. O que me dizem é que foi uma decisão tomada em conjunto e que foi aprovada no plenário do Senado. Como o Estado de Minas não teve condições de cumprir o pagamento dos 13%, o que aconteceu? Cada vez que um Estado não conseguia cumprir os 13% a diferença de 5, 6 ou 7 para 13% era acrescentada ao estoque da dívida, razão pela qual ela vai subindo de 15 para 16, para 17, para 20, para 30 bilhões.

No primeiro ano – 1998 – do compromisso assumido pelo contrato e pela Resolução nº 45 do Senado, o Estado de Minas Gerais não pagou absolutamente nada. O acordo foi firmado em março de 1998 e até janeiro o Governo Federal não cobrou nada de Minas Gerais. Quando, porém, no dia 1º de janeiro, assumiu um novo Governador, que era o Governador Itamar Franco, no dia seguinte, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou a conta. Naquele momento, já entramos devendo a mais,

um bilhão – um bilhão a mais, de março até janeiro, simplesmente porque ignoramos o pagamento da dívida até começar o novo Governo. Isso, Sr. Presidente, é inaceitável, é inadmissível.

O Senador José Alencar, ao chegar ao Senado da República em janeiro de 1999, fez uma Proposta que levou o nº 39. É o Projeto nº 39 desta Casa que propõe a redução desse comprometimento de 13 para 5%. Esse projeto, lamentavelmente, foi arquivado no final do ano passado e por uma razão técnica: sob a argumentação de que o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal não permite a renegociação das dívidas estaduais.

Temos uma proposta a fazer, que o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal abra esse precedente – temporário que seja – para que os Estados possam corrigir as injustiças que foram praticadas no contrato e nas resoluções que foram assinadas nesta Casa.

A primeira delas – e neste caso não estou falando apenas em nome do meu povo de Minas Gerais, falo em nome do povo de São Paulo, do Espírito Santo, da Bahia, do Rio Grande do Norte e de todos os Estados que, forçosamente, tiveram que assinar esse compromisso com o Governo passado -: não se pode descontar dos dinheiros que são mandados para Minas Gerais porque, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esse compromisso foi firmado por imposição do Governo, ele não foi negociado, ele foi imposto aos Estados naquela época. Por essa razão é que ele tem falhas, falhas grosseiras. Como é que se pode tirar, do dinheiro da saúde que é mandado para Minas Gerais, 13% para pagar a dívida federal? Como é que se pode tirar, do dinheiro da educação, 13% para pagar a dívida junto ao Governo Federal? Isso é inconstitucional, Sr^a. Presidente. Esse erro tem que ser revisto.

Vi aqui, há poucos dias, o Senador Antero Paes de Barros defender essa posição, porque S. Ex^a. tem, rigorosamente, o mesmo problema no seu Estado. Quero fazer um apelo a todos os meus companheiros, principalmente os dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e todos os Estados que se comprometeram aqui com esse acordo que não foi, na realidade, um acordo – foi um daqueles acertos em que um entra com o pescoço e o outro com o cutelo; foi assim que aconteceu.

O Presidente Lula, com a preocupação social que tem, sabe o quanto pesa para o Governo de Minas Gerais e para o nosso jovem Governador, que inicia o seu mandato, o pagamento de R\$130 milhões todo dia 10 de cada mês. Há momentos, Sr^a Presidente, em Minas Gerais não sabemos se colocamos me-

dicamento nos hospitais, se mandamos quentinhas para os presidiários, se ajudamos as escolas do interior, se pagamos os salários dos nossos servidores ou se simplesmente mandamos o dinheiro de volta para Brasília.

Quando vejo o dinheiro da saúde, da educação sendo devolvidos nessa margem de 13%, digo que o erro é técnico, e esse erro precisa ser corrigido. Por essa razão, estou apresentando, aqui no plenário do Senado, a proposta de revermos o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque só assim vamos conseguir ajustar as demandas dos Estados de uma maneira aceitável e que não pese para o Governo Federal.

Na medida em que estamos contribuindo com 1 bilhão/mês, vamos contribuir com um pouquinho menos, mas permitir que os Estados, notadamente aqueles que têm maior dificuldade financeira, possam lidar com essa crise, que não foi produzida pelo Estado de Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro, pelo Espírito Santo ou por São Paulo, mas que vem de muitos anos; uma crise nacional, que chega a um ponto tão dramático que faz da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma aclamação nacional, um desejo popular, tendo em vista a esperança que se criou em torno da sua candidatura.

Venho trazer o apelo dos meus conterrâneos, do povo de Minas Gerais. Constitucionalmente, é dever do Senador fazer a defesa do Estado. Ao fazê-lo, estou defendendo as células do Estado, dos Municípios, o que constitui parte da minha proposta, quando me candidatei ao Senado da República: defender o municipalismo, defender o meu Estado e o municipalismo nacional em todos os níveis, em todos os Municípios do Brasil.

Enquanto não pudermos ajudar todas as cidades que se encontram em dificuldade, os diversos Estados que passam por uma crise sem precedente na história deste País, não estaremos seguros de que, juntos, poderemos ajudar a União, poderemos ajudar o Presidente da República, com toda a sua boa intenção, a levar o País para onde todos esperamos: ao progresso, à estabilidade e, certamente, à plenitude do trabalho, à plenitude do emprego, à saúde e à educação. Tudo isso, Sr^a Presidente, começa com a proposta inicial, não de perdão, de uma multa aplicada pelo não pagamento de uma dívida injusta, mas uma proposta decente, uma proposta de se fazer, com a multa que se aplicou a Minas Gerais, o mesmo que o governo faria se tivéssemos dinheiro a receber do governo: destiná-lo ao estoque da dívida.

Tenho certeza de que, dessa forma, estarei contribuindo para que o meu Estado, Minas Gerais, possa superar imediatamente a crise, que vem dificultando, de uma forma tão evidente, os primeiros passos do nosso Governador Aécio Neves, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, neto do nosso querido e saudoso Tancredo Neves, que tem um futuro tão bonito e tão promissor.

Por essas razões, Sr^a Presidente, pela liderança do PMDB, solicitei ao nosso Líder, Renan Calheiros, que me permitisse, desta tribuna, manifestar a posição do PMDB de Minas Gerais. Tenho certeza de que será acolhida pelo PMDB nacional e por todos os Estados, principalmente por aqueles que estão, neste momento, lutando para encontrar um caminho, a fim de que possam pagar, com justiça, uma dívida injusta que lhes foi imposta pelo Governo anterior.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, pela liderança do Bloco de apoio ao Governo, por 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero registrar, desta tribuna, a presença notável das mulheres, principalmente na Presidência da Casa – espero que não seja apenas pela proximidade do dia 08 de março. Pelo que tenho observado na estréia das Senadoras, nesta Casa, com certeza não é apenas por isso.

Pedi licença para falar pelo Bloco, mas eu gostaria de abordar uma questão que tem sido atualmente objeto de preocupação, inclusive do nosso Presidente da República: a forma como se apresentam as nossas agências.

Eu gostaria de gastar apenas um pouquinho de energia para tentar colocar um ponto final numa situação que ocorreu ontem, aqui, no Parlamento, durante uma intervenção minha – aliás, muito bem fundamentada e com dados concretos do quanto a atividade mineral do nosso Estado, inclusive com o valor das exportações, contribui para a balança comercial. Falei a

respeito do requerimento para a formação de uma subcomissão temporária. Inclusive conversei sobre o assunto, e propusemos um estudo da legislação da compensação financeira sobre a extração mineral. Legislação essa que, a nosso ver, está defasada e não cumpre com as expectativas dos Estados, que detêm minas e recursos naturais absolutamente finitos, que, um dia, acabarão; por isso, precisam ser compensados, por intermédio da exploração desses recursos. Creio que essa é uma importante atividade, mas é necessário que se realize o debate.

Faço essa exposição para explicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que existe uma grande luta no meu Estado pelo fato de a Companhia Vale do Rio Doce ter decidido fazer o pólo siderúrgico no Maranhão, e não no Estado do Pará, onde existe a mina.

Estou fazendo uma proposta concreta para, inclusive, contribuir, porque não vamos precisar lamentar com a companhia se tivermos uma compensação financeira que realmente possa pagar aquilo que é de grande valor, que é o solo. Por isso, ao longo dos últimos anos, fiz uma crítica ao comportamento do ex-Governador, como também do atual, que, à época, era Secretário do ex-Governador, e fui criticada por isso.

Quero dizer, com toda a tranqüilidade – porque, aqui, estamos numa Casa democrática –, que respeito V. Ex^{as} e não me intimidarei. Continuarei fazendo críticas.

Aliás, fiquei feliz em ver que um Parlamentar do PSDB do Pará, o Deputado Nilson Pinto de Oliveira, também questionou o procedimento do Governo do Estado, ao longo dos anos, que incentivou esse modelo de desenvolvimento e que criou incentivos fiscais.

Portanto, quero deixar claro que quem pensa e quem sonha que irá me intimidar é melhor acordar do sonho. Não me intimidarei.

No entanto, mais do que fazer qualquer crítica, estou aqui propondo saídas para essa situação. Isso é que é importante. Creio que a Comissão pode ser muito ágil nessa questão.

É natural que quem foi eleito como Senador do Governador defenda o Governador; como fui eleita como Senadora do povo, defenderei o povo do Pará sempre, com certeza; e sempre passarei ao povo as informações sobre quem mudou de procedimento. Se o governo do Estado tiver mudado, ótimo; afinal de contas, antes tarde do que nunca!

Para não gastarmos muita energia nessa questão, porque creio que o fundamental é a subcomissão,

quero falar sobre as agências. Minha assessoria está fazendo um estudo para que possamos nos pronunciar a esse respeito.

Estamos todos preocupados e corroboramos a afirmação do nosso Presidente, que está querendo encontrar uma maneira melhor para o funcionamento dessas agências.

As agências reguladoras, na verdade, são, na sua essência, autarquias e, em alguns casos definidos por lei, autarquias especiais, voltadas a permitir o exercício de atividades regulatórias essenciais à proteção dos interesses dos usuários dos serviços privatizados. Vejam bem: atividades regulatórias essenciais à proteção dos interesses dos usuários de serviços privatizados ou para regulação e fiscalização de atividades econômicas.

Por que isso é importante?

Sr^a Presidente, apresentamos um requerimento junto à Comissão de Fiscalização e Controle propondo a fiscalização de determinada empresa, aliás, já privatizada. Então, para V. Ex^{as} possam ter uma idéia, as Centrais Elétricas do Pará foi privatizada em 1998, tendo o Grupo Rede como o seu maior acionista. Inicialmente, a privatização havia sido avaliada em R\$804 milhões. No entanto, houve uma revisão e esse valor passou para R\$520 milhões – R\$450 milhões foi para o Grupo Rede. Para que o Grupo Rede pudesse comprar a Celpa, ele pagou apenas 50% do valor da compra e financiou os outros 50% em dez anos junto ao BNDES, com juros subsidiados. Aliás, não foi sobre o total de R\$450 milhões, porque R\$70 milhões, desses R\$450 milhões, é referente à parte das ações repassadas para a Telebras. A Telebras, hoje, tem 34% das ações da Celpa, do Grupo Rede. Mas, estranhamente, num acordo feito pelos acionistas, a Telebras, que tem 34% das ações do Grupo Rede, não participa da gestão. Então, o Grupo Rede tem o controle total e exclusivo da Celpa, tendo desembolsado apenas 27% daquilo que inicialmente dos R\$804 milhões que havia sido avaliado a empresa.

Sr^a Presidente, apenas isso, com certeza, já é um verdadeiro escândalo!

Mas, nesses quatro anos, o Grupo Rede dobrou o seu faturamento bruto para R\$457 milhões; a empresa substituiu quase dois mil empregados por trabalhadores mais baratos, com direitos e salários menores; contratos com empresas coligadas permitindo uma verdadeira ciranda de transferências. O Grupo Rede fez um empréstimo junto ao Deutsche Bank, oportunidade em que a Aneel proibiu que esses valores fossem enviados ao exterior, inclusive proibindo também que tal valor pudesse ser repassado para ou-

tros grupos – e existe um estudo que comprova que esses valores foram repassados, inclusive empresas como Cemat, Celtins e Caioá.

Em dezembro de 2000, a Celpa participou, com R\$40 milhões, para a ampliação de capital da Rede Lajedo, que passou de R\$1.000,00 para R\$184 milhões – outras empresas do Grupo também participaram desse aporte de recursos. Então, é necessário estudar sobre como se deram esses processos. Cito como exemplo o reajuste havido na tarifa de energia elétrica no Estado do Pará, sede da maior hidrelétrica nacional do País, Tucuruí – infelizmente nem todo o Estado conta com a energia de Tucuruí – que aumentou 87%, sendo que a inflação no período foi de 40%.

Na verdade, o que está acontecendo para o usuário?

O que a Aneel e as suas agências estão fazendo para essa proteção? No início de minha fala eu comentei exatamente o objetivo de sua criação, qual seja: o exercício de atividades regulatórias essenciais à proteção dos interesses dos usuários de serviços privatizados. Portanto, penso que neste momento é necessária a nossa contribuição para com o Presidente Lula, já que tal situação – principalmente em se tratando de energia, um bem essencial para a nossa população – precisa ser melhor estudada sob o aspecto de um bom funcionamento no sentido de defender os interesses dos usuários, afinal foi para tal fim que essas agências foram criadas.

Essas denúncias, Senador Delcídio Amaral, foram feitas no ano passado e até agora não obtivemos respostas. Por isso, requeremos à Comissão de Fiscalização e Controle uma fiscalização para que possamos estudar, inclusive, soluções e saídas para o problema.

Sr^a Presidente, peço a fiscalização não só do Grupo Rede, mas também de outras empresas do Grupo, principalmente daquelas que, comprovadamente, após estudo de dois técnicos da USP, foi realizada essas transferências financeiras, essa verdadeira ciranda em que se transformou os recursos do usuário. Refiro-me à transferência de recursos para o exterior, à remessa indevida. Estamos pedindo a investigação dessas empresas e a atuação da própria Aneel no que diz respeito a todos esses gritantes indícios de irregularidades, os quais já foram inclusive expostos pela imprensa.

Sr^a Presidente, aproveitando o momento, quero dizer que nós, da Região Amazônica temos todo o respeito por todas as Regiões do Brasil – aliás, tenho repetido aqui que devemos olhar o desenvolvimento deste País com o olhar da Amazônia – mas, estra-

nhou-nos o fato de no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social não haver um único membro da nossa Região. Com todo o respeito às pessoas que ali estão e que representam muito bem a sociedade civil, mas nós não poderíamos deixar de protestar. Aliás, já fizemos isso inclusive por meio de carta ao Ministro Tarso Genro, e tenho a certeza de que vai ser atendida – inclusive o Prefeito de Belém já fez proposta para aumentar o número de conselheiros. Sr. Presidente, nós temos inteligência e competência para contribuir com o desenvolvimento do País. Hoje, quem acredita que o desenvolvimento deste País não passa pela Amazônia não está entendendo o momento que estamos vivendo! Na Amazônia há riquezas! Como disse há pouco tempo, a Amazônia é uma verdadeira biblioteca de Alexandria que, muitas vezes, está queimando sem que possamos tomar conhecimento de todo o seu saber. Lá está o enorme potencial de riquezas, a saída para muitos problemas deste País, inclusive para o seu desenvolvimento. A Amazônia pode contribuir com a campanha contra a fome, porque temos terras agricultáveis com condições de produzir alimentos.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos encaminhando, com a assinatura de todos os Senadores e Deputados Federais da região, um documento ao Ministro Tarso Genro, solicitando a S. Ex^a que inclua pessoas da Amazônia no Conselho; inclua pessoas do nosso Estado, que é o maior Estado em termos de população – não é o maior Estado geograficamente falando –: somos quase 6 milhões de pessoas. Em toda a Amazônia são quase 20 milhões de pessoas, 60% do território nacional. Portanto, entendendo que precisamos estar representados nesse Conselho, que é consultivo, mas que vai, com certeza, buscar saídas para este País – e eu entendo que parte dessas saídas, Sr^a Presidente, passam pela Amazônia.

Sr^a Presidente, na próxima semana, após o Carnaval, estarei aqui com esse documento. Conto com o apoio de V. Ex^{as} para que possamos, realmente, saber como funcionam essas agências de acordo com o objetivo para o qual foram criadas, ou seja, para defender os interesses dos usuários, daqueles que acabaram sendo, na minha opinião, iludidos, acreditando que a privatização iria trazer mil benefícios, inclusive o barateamento das tarifas, e não é isso que tem ocorrido. Então, precisamos melhorar esse funcionamento.

Agradeço às Sr^{as} e aos Senadores pela paciência e afirmo que vamos sempre falar do Brasil para o Brasil inteiro, mas com o olhar da Amazônia.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador Efraim Morais, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, **b**, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, neste momento, dizer da honra que sinto em ocupar esta tribuna do Senado Federal neste meu primeiro mandato na Câmara Alta, como representante do meu Estado, a Paraíba.

Chego aqui, Sr^a Presidente, após dois mandatos como Deputado Estadual (entre 1983 e 1991) e três como Deputado Federal (de 1991 a 2003).

Registro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, no mandato da última Legislatura, tive a honra de, no início de 1999, reeleger-me 4o Secretário da Câmara dos Deputados e, em 2001, eleger-me Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Fatos importantes ocorreram no último período daquela Legislatura, como o impasse, aqui no Senado da República, com o Senador Jader Barbalho, então Presidente do Senado Federal e, conseqüentemente, Presidente do Congresso Nacional. Então, na condição de Vice-Presidente da Câmara e, por conseguinte, Vice-Presidente do Congresso Nacional, assumi a Presidência do Congresso Nacional, sendo o primeiro Deputado Federal da história política do Brasil a assumir esse cargo.

Nas últimas eleições, disputei a condição de Senador e elegi-me. O então Presidente da Câmara dos Deputados, atual Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, renunciou ao seu mandato para exercer a montagem de seu governo, no início de dezembro de 2002, e, na condição de Vice-Presidente, assumi a Presidência daquela Casa.

Chego ao Senado Federal como integrante do Partido da Frente Liberal desde a sua fundação. Sou, pois, político forjado nas lutas de base e fiel a uma doutrina política que professa os ideais da democracia e da liberdade de mercado.

Não me considero um liberal clássico nos moldes do **laissez faire, laissez passer**, nem um neoliberal no sentido pejorativo que o termo ganhou junto à mídia (alguém indiferente às injustiças sociais). Sinto-me mais identificado com o liberalismo social de que fala José Guilherme Merquior: doutrina que busca compatibilizar os ideais do mercado com a indispensável inclusão social.

Creio que, num país com as características do Brasil, com as disparidades sociais e regionais que aqui temos, cabe ao Estado papel político mais abrangente que aquele normalmente reservado ao “Estado mínimo” de que fala o liberalismo clássico.

Meu Partido apoiou os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso, tendo, dessa forma, sido co-protagonista da experiência vitoriosa do Plano Real, ardoroso defensor do processo de reformas estruturais, que ainda hoje ocupam o topo da agenda política do País.

Nessa condição, sinto-me à vontade para dizer que, por uma questão de coerência e sentimento de responsabilidade para com o País, associo-me, ao lado do meu Partido, o PFL, aos que querem as reformas estruturais.

Sabemos que o Partido que está hoje no governo, o PT, não quis essas mesmas reformas pelas quais agora propugna, com destaque para as reformas da Previdência, a tributária, a trabalhista e a política. Rejeitou-as, obstruiu-as, ao tempo em que o Governo Fernando Henrique as formulou e as encaminhou a esta Casa. Tudo isso está amplamente registrado pela mídia e hoje é, como se diz, história. Isso agora, porém, Sr^a Presidente, é secundário. Os convertidos devem ser recebidos sem preconceitos, de braços abertos, como filhos pródigos. Muitas vezes, como já dizia Alceu Amoroso Lima – ele próprio um convertido do agnosticismo ao catolicismo –, os convertidos trazem consigo ânimo redobrado, em busca de recuperar o tempo perdido. Que assim seja.

Convém-nos, neste momento, somar forças para que o País avance, saia do quadro de inércia e dificuldades em que se encontra, fruto exatamente de problemas estruturais que se acumulam há décadas e para cuja solução não foi possível, até aqui, somar forças políticas majoritárias para equacioná-los pacificamente.

As reformas tributária e previdenciária, sem dúvida, fazem parte dessa categoria de desafio. Ninguém, mas ninguém mesmo, em sã consciência, há de lhes negar caráter prioritário, urgente, emergencial mesmo, mas o consenso, Sr^{as} e Srs. Senadores, termina aí.

Na hora de estabelecer diretrizes, formular soluções, começam os conflitos. Todos admitem que é preciso fazer concessões, mas cada qual, no momento de fazê-las, remete-as ao vizinho.

O Presidente Lula ressuscitou um termo em desuso – o pacto social – para acenar com um esforço nacional em busca de equacionamento dessas questões.

Louvo a iniciativa do Presidente da República, cujo talento de negociador o fez ascender das lutas sindicais ao cargo político número um do País. Mais do que nunca, esse pendor para a negociação, esse talento para ouvir, conceder, flexibilizar e também exigir, pleitear, postular será indispensável para que o País avance politicamente.

Associo-me, Sr^a Presidente, a essa iniciativa, e creio que também o meu Partido, o PFL. Basta ver o teor dos discursos já feitos por correligionários meus desta tribuna, pelo meu Partido, o PFL, pelo nosso Presidente Jorge Bornhausen e pelo Líder José Agripino, por exemplo, sustentando apoio às reformas e, mais que isso, cobrando-as do Governo, que até aqui fez amplo proselitismo em torno delas, mas ainda não as formulou.

Um passo importante em busca do consenso ou do pacto social foi a reunião de dias atrás, em Brasília, entre Governadores de Estado e o Presidente Lula. Segundo a mídia, o Governo se mostrou exultante com o resultado da reunião. Considerou-a vitoriosa nos termos proclamados pela Carta de Brasília, documento que a resume. Na Carta, Presidente e Governadores se comprometem tratar como prioritárias as reformas da Previdência e tributária, encaminhando propostas ao Congresso ainda no primeiro semestre. Só isso já justifica considerar o encontro vitorioso do ponto de vista político, quando se sabe que a aliança partidária de apoio ao Governo Federal é minoritária no conjunto dos Governos Estaduais, ou seja, em termos federativos. Foi, portanto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, uma conquista para o Governo Lula essa predisposição positiva dos Governadores.

Ainda que a parte referente à reforma tributária da Carta de Brasília tenha sido elogiada, compartilho da opinião do ex-Ministro Maílson da Nóbrega de que o texto não trouxe novidades. Os impasses políticos permanecem.

Somente na próxima reunião, entre as Secretarias de Fazenda dos Estados, da qual participará o Ministério da Fazenda, terão início as verdadeiras discussões sobre as mudanças no ICMS. O principal ponto de divergência será certamente a tributação no destino, ou seja, o método pelo qual a receita pertencerá ao Estado onde a mercadoria ou o serviço for consumido.

Esse método, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é o mais eficiente economicamente e permitirá a desoneração total do ICMS nas exportações, evitando o acúmulo de crédito que ocorre quando um exportador adquire matérias-primas e componentes em outro Estado.

O próprio Estado de São Paulo será o principal perdedor, mas aceitou a idéia no passado, convencido de que ganharia com o fim da guerra fiscal, que o método elimina.

Sucede que os Estados menos desenvolvidos querem preservar a guerra ou dispor de uma longa transição, de pelo menos quinze anos. Uma alternativa seria criar uma nova política regional de desenvolvimento, mas a União, quebrada, não tem o que oferecer. As discussões prometem ser longas, mas ao menos já começaram.

Penso que o Congresso Nacional, Sr^{as}. e Srs. Senadores, deva ser o fórum principal e estuário dessas discussões. Por isso, preocupa-me a proliferação de Conselhos no âmbito do Poder Executivo. Sei que o Presidente Lula reiterou a primazia do papel do Legislativo nesse processo. Mas receio que os Conselhos venham a se tornar instâncias lobísticas poderosas nesse processo, envolvendo os segmentos mais organizados da sociedade (inclusive, Sr^a Presidente, com uma surpreendente maioria patronal no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) em detrimento da imensa maioria desorganizada. Mas essa é uma outra questão, não vou aprofundar-me nela agora.

Quero aqui me deter na idéia da construção de um pacto social mencionada pelo Presidente Lula. O ambiente acusatório, que figuras influentes do novo Governo criam em relação ao Governo anterior, contrasta com essa idéia, buscando mostrá-lo responsável por todas as mazelas que afligem o País. Há dias o Ministro Deputado José Dirceu referiu-se mais uma vez à "herança maldita". Na propaganda petista, na televisão, menciona-se o mesmo legado.

Considero, Sr^{as}. e Srs. Senadores, injusta essa acusação, primeiro, porque omite todo o cenário externo de incertezas e instabilidades, que se reflete em todo o mundo e particularmente aqui, na América Latina; segundo, porque omite o papel que as forças situacionistas de hoje tiveram na construção desse quadro de fragilidades. Repito: se as reformas tivessem sido feitas quando o Presidente Fernando Henrique as propôs, estaríamos mais fortes diante da crise externa.

Não houve, no entanto, apoio das forças que hoje reclamam essas mesmas reformas. Em alguns casos, como o da reforma da Previdência, anunciam que vão deflagrá-la a partir de proposta formulada pelo Governo Fernando Henrique, combatida pelo PT, o PL nº 9.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu assisti, há dias, a uma propaganda do Governo Lula, na TV, pedindo

paciência à população. O locutor compara o País a uma casa que precisa ser reformada e sustenta que isso deve ser feito gradualmente, pois não há milagres. Nenhuma discordância quanto a isso! Não posso, porém, deixar de registrar que, na campanha eleitoral, não foi exatamente isso que foi transmitido pelo PT à população. Falou-se que as mudanças viriam já no primeiro dia e que eram uma questão de vontade política e determinação – que seriam monopólios do PT. Não haviam sido feitas antes por desinteresse do Governo Fernando Henrique.

Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, sabe-se agora que não é assim. Sabe-se que o ritmo não será diferente do empregado no Governo anterior. Há, porém, uma diferença fundamental: a Oposição de agora, que somos nós, já se manifestou favorável às reformas. Não vamos sabotá-las, obstruí-las. Podemos divergir quanto a aspectos pontuais dessas reformas, discutir o seu conteúdo, mas estamos dispostos a encontrar os pontos de convergência e firmar compromissos em torno deles.

Há dias, Parlamentares oposicionistas nesta Casa foram chamados de caras-de-pau, candidatos ao “troféu óleo de peroba”, por cobrarem alguma sinalização do Governo quanto às reformas e mencionarem o estado de paralisia do País.

Mais ajustado a esse troféu, permita-me, Sr. Presidente, parece-me o discurso oficial que hoje, conforme mencionou o Líder do PSDB, o nobre Senador Arthur Virgílio, parece psicografar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, antes, execrava.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o PT, na campanha eleitoral, chegou a mencionar aumento de 60% para o funcionalismo público e, agora, acha excessivos até os 4% previstos no Orçamento da União. Oferece 2,5% e perspectivas futuras de melhoria quando for possível ou quando Deus quiser. O PT falou em salário mínimo de até US\$100 e, agora, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz que vai dar o que for possível, lamentando que não seja o ideal, mas que não pode fazer milagres. E é verdade. O Ministro Pedro Malan dizia exatamente a mesma coisa.

Há dias, os ministros da área econômica mencionaram o salário mínimo de R\$234,00 como o máximo tecnicamente possível, deixando para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a hipótese de aumentar esse patamar.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, recapitulo essas contradições para dizer que, além da crise propriamente dita, além dos desafios do cenário internacional, da imprevisibilidade da guerra, há outra frente a ser administrada pelo atual Governo: as expectativas que

ele próprio gerou junto à sua base política e à sociedade.

Os jornais mencionam que o primeiro foco ativo de oposição sistemática ao Governo Lula surgiu na própria base do PT, na sua ala esquerda, que a mídia chama genericamente de radicais. Essa ala esquerda não quer a supressão de algumas vantagens da previdência do servidor público. Pelo que pude entender da leitura dos jornais, sequer crê que haja insolvência no sistema previdenciário; afirma que a crise decorre de uma soma nefasta de fraudes e calotes do Governo Federal, no repasse dos recursos. Lhe cabem na sustentação do sistema. Não crê na argumentação dos técnicos, segundo a qual a crise previdenciária é atuarial e projeta para breve o colapso do sistema.

Outra divergência em ponto fundamental entre a ala radical do PT e o Governo, que deveria sustentar, refere-se ao Banco Central. O Governo propõe a independência do Banco, em mais uma convergência com o pensamento dos ministros da área econômica do Governo Fernando Henrique e em similitude com o que fizeram os países economicamente mais estáveis do planeta. A ala radical, porém, é contra e, segundo os jornais, está empenhada em promover um plebiscito para impedir essa iniciativa. Segundo li, a nobre companheira, brava nordestina, Senadora Heloísa Helena estaria à frente desse movimento, por isso mesmo corre o risco, segundo a mídia, de ser repreendida pelo Partido.

Faço essas observações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir que estamos diante de um momento novo na política nacional, que sugere uma reacomodação de forças políticas, independentemente de siglas partidárias. O Governo Lula tem forte viés social, mas não pode prescindir das forças de centro para empreender as reformas estruturais que traçou e são indispensáveis ao êxito da missão que se impôs de reduzir a fome e a pobreza em nosso País.

De minha parte, integrante de um Partido de centro, comprometido com a democracia e com a inclusão social, não tenho dúvidas em apoiar as metas já sinalizadas pelo Presidente; não tenho dúvidas de que esse é o caminho do bom senso e do bem comum, cujo adversário maior é a insensatez, à direita ou à esquerda.

Felizmente, o Presidente Lula tem demonstrado visão ecumênica, suprapartidária, em busca de resultados positivos à sociedade brasileira. De nossa parte, encontrará uma oposição atenta, vigilante, firme, mas igualmente disposta a colaborar em tudo o que

disser respeito ao interesse público. Faremos oposição ao Governo, não ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a impressão de que a ordem dos oradores não está sendo observada pela Mesa. Pediria a V. Ex^a que colocasse as razões para tal inversão.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Houve uma troca com a Senadora Ana Júlia. Eu deveria ter avisado, Senador. Desculpe-me.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente não poderei permanecer pelos vinte minutos a que tenho direito, mas também não poderia deixar de falar pelo menos sobre dois temas dos quatro que eu pretendia abordar nesta tarde.

O primeiro deles é apenas um comunicado às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores e um convite para, logo após a semana do Carnaval, no dia 12, às 11 horas da manhã, neste plenário, uma sessão conjunta pelo Dia Internacional da Mulher. Será uma sessão comemorativa e estamos convidando todos os Parlamentares. Será um momento de discussão bastante séria e não somente um dia de comemoração do Dia Internacional da Mulher, até porque não temos muito que comemorar e sim muitos direitos a serem conquistados. Temos também já constituído, só falta a instalação, o Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz, composto por cinco Senadoras e dois Senadores. A reunião desse Conselho deverá ocorrer após o dia 20 de março, quando serão homenageadas cinco mulheres brasileiras. Temos já 31 currículos entregues. Está sendo feita toda uma discussão, definindo-se critérios para a escolha das cinco que serão premiadas.

O segundo assunto é sobre o nosso Estado de Mato Grosso, que deverá colher este ano uma safra recorde de soja, de cerca de 14 milhões de toneladas

– número este que coloca o nosso querido Estado de Mato Grosso como a maior região produtora de soja do Brasil e do mundo, superando o Estado de Iowa, nos Estados Unidos, que deve colher 13,5 milhões de toneladas nesta safra. Outro recorde de Mato Grosso está na produtividade da soja, que deve chegar a 3.174 Kg por hectare contra 3.020 Kg por hectare obtidos no ano passado.

Em Mato Grosso, também se comemoram os bons resultados conseguidos no setor da pecuária. Temos hoje o segundo maior rebanho bovino do País, com 22,5 milhões de cabeças, e a nossa bovinocultura começa a ganhar destaque no cenário nacional de melhoramento genético.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) calcula que o Estado é o único da Federação, neste momento, que conta com um crescimento de cerca de um milhão de cabeças ao ano.

Outro motivo de justo orgulho para os mato-grossenses é que, mesmo com projeções mundiais de redução de consumo, Mato Grosso deverá consolidar-se no mercado internacional de algodão e exportar pelo menos 100 mil toneladas de pluma neste ano de 2003, segundo estimativa da Associação Mato-Grossense de Produtores de Algodão (Ampa).

Segundo os produtores, entre 30 e 50 mil toneladas de pluma mato-grossense da próxima safra (2002/2003) já estão com contratos fechados para exportação.

Tudo isso mostra a pujança do Estado de Mato Grosso.

No momento em que os índices de desemprego se ampliam pelas diversas regiões do País, lá no Mato Grosso, nossa terra, aquela região que muitos teimam em desconhecer, com os bons resultados alcançados pelo setor agrícola, a perspectiva é de uma reversão nesta realidade, com a continuada abertura de novos mercados para absorção de mão-de-obra, com o incremento nas cadeias produtivas, seja de soja, de pecuária, de algodão e tantas outras. Todos os olhos se voltam para Mato Grosso e as possibilidades que o nosso Estado oferece como celeiro agrícola e como região de amplas possibilidades de incremento das plataformas industriais que venham agregar valor ao que ali se tira da terra.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de tantas alegrias no que se refere à produção, Mato Grosso, seu povo, seus produtores e aqueles que lá vivem sofrem por conta das dificuldades de escoamento da enorme e extraordinária produção que ali se tem conseguido.

As nossas principais rodovias encontram-se em petição de miséria. Já virou rotina no noticiário as reportagens dando conta dos enormes atoleiros que se formam nesse período de chuvas intensas, em trechos da BR-163, BR-364, BR-158 e BR-070.

Queremos conclamar a todos para que atentem para a importância do Estado de Mato Grosso e nos ajudem principalmente com relação ao escoamento das nossas safras, porque as estradas estão praticamente intransitáveis, e este é um momento extremamente delicado. Temos feito inúmeros entendimentos com o Ministro dos Transportes e conseguimos recursos para os trechos de emergência. Isso é um ganho, mas precisamos muito mais, principalmente em relação ao Orçamento de 2004. A Bancada do Pará e tantas outras Bancadas certamente estarão envidando esforços muito grandes, principalmente com relação à BR-163. O trecho mato-grossense da BR-163 está quase pronto, faltando apenas uma pequena extensão. No Pará, contudo, faltam praticamente 600 quilômetros para que se tenha o escoamento por Santarém. Isso é um problema que atinge o nosso Estado, porque, mesmo que Mato Grosso tenha pronta a sua parte da BR-163, ainda não está solucionado o problema do escoamento via Porto do Pará, e a nossa safra terá de continuar descendo por Paranaguá.

O meu tempo é bastante breve, mas quero chamar a atenção para o gigantesco potencial agropecuário do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, também precisamos definir políticas para a agricultura familiar, para o pequeno agricultor, que ainda não tem, na maioria dos casos, a terra.

Agora, com certeza, no Governo Lula, estaremos envidando todos os esforços para que se faça a reforma agrária, assim como a regularização das terras e uma política agrícola para o pequeno produtor. Não interessa somente a existência da terra para o pequeno produtor. Ele precisa da terra, sim, e precisa da terra regularizada. No entanto, é fundamental uma política agrícola claramente definida para o pequeno, o micro, o médio e o grande produtor.

Temos de acabar com essa história de fazer algo pontual para segurar as pontas quando a água está a um metro acima da cabeça, e o agricultor está morrendo afogado. Pouco tempo depois, estará tudo quase do mesmo jeito.

Precisamos definir políticas a curto, a médio e, principalmente, a longo prazo, para que o agricultor tenha a segurança de que, quando for plantar determinado produto, terá crédito, escoamento, políticas claras de comercialização, de preço etc. E cabe prin-

cipalmente a nós, do Congresso Nacional, em conjunto com o Executivo, estabelecer tais políticas para a agricultura, especialmente para a agricultura familiar.

Voltarei ao tema em outra oportunidade, porque preciso retirar-me imediatamente do plenário, por motivo de urgência. Entretanto, deixo aqui o início desta discussão, e gostaria de contar com a participação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em um próximo momento, para nos aprofundarmos no debate acerca da política agrícola para o nosso País, para o micro, pequeno, médio e grande agricultor.

Essa matéria precisa ser definida, para que todos tenham tranquilidade para produzir, sabendo que a colheita do que estão plantando hoje está assegurada, tanto no mercado interno quanto no externo.

Conto com o apoio de todas as Sr^{as} e todos os Srs. Senadores para um debate intenso sobre o tema nos próximos meses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Eurípedes Camargo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei, na tarde de hoje, dois projetos de lei sobre assuntos que já abordei da tribuna do Senado.

O primeiro deles trata da extensão do mar territorial, assunto a que, em tempos remotos, não se dava tanta atenção, porque não oferecia grandes recursos econômicos. Porém, a partir da descoberta de petróleo no mar territorial brasileiro, o assunto passou a interessar a todos os Estados, especialmente porque a Constituição, no seu art. 20, § 1º, estabelece que todos os Estados e Municípios limítrofes ou fronteiriços ao mar territorial têm direito a uma participação do que for retirado de petróleo, de minerais, ou até mesmo pela exploração de quaisquer recursos nesse mar territorial ou na plataforma continental.

Este assunto não despertou muito a atenção do Estado do Paraná e, certamente, também não está despertando a atenção do Estado do Piauí. Pela projeção das linhas do mar territorial, esses são os dois únicos Estados, pela configuração do seu litoral, que

é côncavo, que ficaram com um mar territorial muito restrito, é apenas uma cunha pequena.

E qual seria o resultado disso? Recentemente, foram descobertos poços de petróleo no mar territorial fronteiriço ao Estado do Paraná. No entanto, pela legislação anterior, a Lei nº 7.225, de 1986, nem o Paraná nem os Municípios litorâneos vão se beneficiar da exploração de petróleo dessa região porque, pela projeção das linhas do mar territorial, o Paraná praticamente não tem participação.

Portanto, apresentamos este projeto de lei, na tarde de hoje, visando repor essa situação de desajuste e de injustiça para com o Estado do Paraná e, certamente, para com o Estado do Piauí, se isso ocorrer futuramente.

Já houve um grande estudo no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Inclusive, o Deputado Gustavo Fruet já apresentou um projeto de lei nessa mesma linha. Assim, esse projeto de lei que apresentei, hoje, tem como objetivo rever a projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios confrontantes e a delimitação entre os Estados vizinhos. Tenho impressão de que com isso iremos resolver problemas que possam vir a ocorrer futuramente, como o que está ocorrendo entre o Paraná e Santa Catarina: a disputa pela produção de petróleo na área fronteiriça ao Estado do Paraná, cujos benefícios, pela lei anterior, iriam para o Estado de Santa Catarina.

Também apresentei um outro projeto de lei, Sr. Presidente, no sentido de declarar enfaticamente que a soja geneticamente modificada poderá ser cultivada e comercializada em todo o território nacional. Pode-se dizer: mas a lei não proíbe! Bem, a lei não proíbe. No entanto, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar proibindo o plantio da soja transgênica.

Entendo que alguns produtos geneticamente modificados dependem de muitos estudos, mas, no caso específico da soja, não há razão nenhuma para que isso aconteça. Se os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá estão produzindo e comercializando em grande escala, por que o Brasil não poderá participar se sabemos, hoje, que de 20 a 40% da soja plantada nos Estados do Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, é transgênica? E digo mais: com grande benefício para a saúde, porque não se usa agrotóxico no seu plantio.

Este meu projeto de lei, portanto, Sr. Presidente, tem o objetivo de legalizar o plantio da soja transgênica no País. E o fiz com o objetivo de evitar que o Brasil continue correndo o risco de perder um importante

mercado à falta de uma definição oficial nesse importante setor do agronegócio nacional.

Estou convencido de que a produção agrícola não pode estar desassociada dos avanços da Ciência, particularmente da Biotecnologia. Os que se opõem a esse conceito esquecem-se de que a Ciência tem por escopo novas descobertas de modo a melhorar a qualidade de vida no Planeta.

Não há como manter a situação de indefinição nesse setor e a Nação ficar à mercê de uma decisão da Justiça, que tarda a vir. Não há por que esperá-la ou ficar na sua dependência. O Congresso Nacional deve fixar regras claras e definidas no campo da produção dos transgênicos e o projeto que acabo de apresentar em relação à soja é um bom começo. O Brasil precisa dominar urgentemente a Biotecnologia e investir nela, sob pena de ficar atrás dos outros países na corrida pela Ciência.

Não há que tergiversar. A produção dos transgênicos no mundo é irreversível. Felizmente para nós as pesquisas no Brasil, no campo da Engenharia Genética, não estão atrasadas. No que diz respeito à Biotecnologia, está ocorrendo certa lentidão quanto a pesquisas e testes, justamente em razão de impedimentos técnicos, burocráticos e judiciais. Mas, na conformidade do que diz o engenheiro agrônomo Ywao Miyamoto, Presidente da Associação Brasileira de Soja, os estudos para as modificações genéticas da soja têm avançado satisfatoriamente, principalmente com o produto transgênico **Roundap Red**, largamente plantado nos Estados Unidos, na Argentina e no Canadá. No Brasil, a sua produção encontra-se vetada pelo impedimento judicial, uma liminar do Supremo, que o meu projeto pretende levantar.

Estamos diante de um fato concreto: o Brasil já domina a produção da soja transgênica; está, contudo, impedido de incrementá-la em face da proibição judicial. Mas também estamos diante de uma situação de fato irreversível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois, em que pese a proibição judicial, a soja transgênica é plantada em razoável escala no País. Isso todo mundo sabe. É hipocrisia querer esconder uma realidade gritante. Planta-se soja transgênica no Brasil, independentemente de estar o seu plantio sob vedação da Justiça.

É sabido que em nome da melhor produtividade e para socorrer-se de problemas financeiros, no campo, milhares de agricultores brasileiros de diversos Estados, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, estão plantando grãos de soja transgênica sem, contudo, garantia de germinação, sanidade e pureza. A afirmação é do próprio presidente da entidade que congre-

ga os produtores de soja brasileiros, para o qual “o plantio ilegal de soja transgênica no Brasil é um fato irreversível”.

Concordo com Miyamoto quando diz que “as áreas ilegais de plantio tendem a aumentar em proporções geométricas nos próximos anos”. Sim, não existe meio de impedir essa lavoura. Estima-se que varie entre 20% a 40% a área plantada com material transgênico, dependendo do Estado. E aí reside o grande risco, pois se trabalha com sementes não certificadas, sem a garantia, como disse, de germinação e pureza.

Portanto, impõe-se com urgência a autorização legal para o plantio de transgênicos brasileiros testados e recomendados para cada região. Caso contrário, os agricultores, na busca pela sobrevivência, continuarão cometendo ilegalidade, por absoluta falta de opção, com o uso de semente não autorizada. E isso é lamentável, porque o setor de produção de sementes do Brasil é um dos melhores do mundo e hoje desempenha um papel de fundamental importância como ponto de ligação entre a pesquisa e o agricultor. O setor tem desempenhado a contento seu papel de difusão de novas tecnologias agrícolas que têm possibilitado o avanço brasileiro da produção agrícola. Sem aumentar significativamente, desde o começo dos anos 90, sua área de plantio, estimada em 37 milhões de hectares, o Brasil passou de 56 milhões de toneladas de grãos para os atuais 100 milhões de toneladas.

O que se tem buscado é colocar ao alcance do agricultor brasileiro uma semente cada vez melhor, através da pesquisa, da produção, da normatização e da fiscalização do setor, fazendo com que ele utilize sementes certificadas, com a garantia de qualidade de produção e a não proliferação de pragas e doenças.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa conquista da produção nacional de sementes, consolidada ao longo de três décadas e que envolveu vários setores da economia nacional, está prestes a ruir pela falta de autorização do uso de transgênicos no território nacional, o que constitui, lamentavelmente, um fato triste.

Faço meu o alerta de Miyamoto:

O plantio informal de transgênicos no Brasil já é uma realidade, e não há nenhum meio de fiscalização para impedi-lo. Caso o transgênico não seja autorizado em tempo, a sociedade e a agricultura brasileira perderão o apoio do setor organiza-

do dos produtores de sementes, pois, em poucos anos, o setor de semente organizado desaparecerá.

O avanço dos transgênicos é irreversível até por uma questão de lógica. Os transgênicos proporcionam vantagens para os agricultores que conseguem menores custos de lavoura; facilidades operacionais na condução desse plantio; possibilidade de cultivo da soja em áreas que tenham ervas daninhas; colheita de produtos mais limpos, o que evita perdas, além de ganhos nos trabalhos das colheitadeiras. Tudo isso se resume em menos custo e mais lucro. E o agricultor não vai querer abrir mão dessa série de vantagens e, se a prática não for legalizada, eles partirão para a ilegalidade, disso não se pode ter dúvidas.

Há interesse de fora para que a soja transgênica não seja liberada no Brasil. Os europeus e os asiáticos importam o produto transgênico dos Estados Unidos e da Argentina e querem que o Brasil permaneça como fornecedor de não transgênico com o mesmo preço. É óbvio que não devemos ficar atrás nessa corrida, e não entendo mesmo como a soja transgênica pode estar liberada na vizinha Argentina e proibida entre nós. Seriam os argentinos mais inteligentes e perspicazes do que nós, os brasileiros?

A grande verdade é que, na prática, o Brasil é um produtor de soja transgênica. E a Nação precisa estar preparada para que quando os compradores internacionais estiverem dispostos a pagar preços diferenciados para a soja transgênica, o que hoje ainda não acontece, tenhamos condições de produzi-la, com produtos certificados e rastreados, com garantia desde a origem, do uso de sementes certificadas, acompanhamento de plantio, condução da lavoura, colheita, transporte e entrega do produto. Enfim, toda uma infra-estrutura precisa estar preparada para quando o mercado internacional estiver disposto a pagar preço justo e diferenciado para a soja transgênica. Com a proibição que hoje impera, estamos condenando o País a perder essa importante corrida pelo mercado internacional.

E tem mais: o mercado internacional da soja mais promissor nos dias de hoje é o da China, que exige regras bem definidas e claras para a produção da soja transgênica. Corremos o risco de perder esse grande mercado emergente pela morosidade de uma definição oficial. Os chineses têm mercado para a soja transgênica. Não podemos perder essa corrida pela falta de regulamentação. Aliás, estamos perdendo mercados. O Bra-

sil perde divisas, pois a grande maioria das sementes transgênicas entram no território nacional contrabandeada da Argentina, com inegáveis vantagens para os nossos vizinhos.

Portanto, estamos diante de um sério problema. A falta de uma definição legal para o plantio da soja transgênica tem levado os nossos agricultores a cometer crime de contrabando e do uso de semente não autorizada no País. Além do mais, eles pagam mais caro pelos grãos transgênicos que são obrigados a contrabandear sem nenhuma garantia de germinação e pureza. Não há que tergiversar. Temos que definir uma política de legalização com relação à soja transgênica, e o projeto que acabo de apresentar tem este escopo.

Para tanto, espero contar com a compreensão dos meus pares para uma rápida tramitação e aprovação da matéria, sob pena de haver um retrocesso em um dos setores mais importantes do agronegócio brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o nobre Senador Tião Viana.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o. Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado manifestar, como outros Srs. Senadores já o fizeram, a minha preocupação com o aumento da violência na cidade do Rio de Janeiro e também fazer observações relativas às declarações do Prefeito César Maia, que causaram tanta preocupação, inclusive com manifestação, hoje, do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato Machado, que considerou um incitamento ao crime a declaração do Prefeito César Maia de que a polícia, diante do quadro de violência que está imperando no Rio de Janeiro, deve agir no sentido de matar os contraventores.

Na segunda-feira passada, 24 de fevereiro, conforme notícias publicadas em toda a imprensa, traficantes desencadearam uma onda de violência no Rio de Janeiro, explodindo bombas, destruindo veículos, proibindo a circulação de ônibus, atacando policiais e determinando o fechamento do comércio em diferentes bairros da zona sul e norte da cidade.

No caso mais grave, ocorrido em Botafogo, 13 pessoas ficaram feridas após o lançamento de dois coquetéis molotov em um ônibus que passava por uma rua do bairro. No total, 24 ônibus foram incendiados, 13 depredados ou metralhados; pelo menos 250 ônibus

deixaram de circular e 20 bairros da cidade foram afetados pela violência, justamente na cidade mais maravilhosa do Brasil e, como tantos dizem, do mundo.

Na avenida Vieira Souto, em Ipanema, um dos locais mais caros do Rio de Janeiro, três bombas de fabricação artesanal explodiram em frente a dois prédios, por volta das 5h30. Os estilhaços quebraram parte da janela de vidro do apartamento do primeiro andar. As outras duas bombas artesanais foram lançadas contra outro prédio. Ouvi o testemunho de um dos moradores daquele edifício, que, assustado, foi verificar na portaria de seu prédio de onde vinham aquelas explosões tão fora de hora, tão inusitadas.

Ninguém ficou ferido, mas moradores da região, que tem um dos metros quadrados mais caros do Rio de Janeiro – R\$10 mil em média – acordaram assustados com a confusão, custando a acreditar que aquele bairro – famoso pelas músicas de Tom Jobim, como Garota de Ipanema – fora alvo de uma ação comandada pelo tráfico.

A noite de terror continuou no dia seguinte, por volta das 7h, em Botafogo. Policiais militares trocaram tiros com um grupo que fazia arrastão contra motoristas parados no trânsito. Houve pânico, motoristas tentaram dar marcha a ré e pedestres correram para se proteger dos tiros.

Na zona norte e zona oeste do Rio de Janeiro também ocorreram atos de vandalismo e tiroteios. Esse foi o saldo da violência que tomou conta da cidade do Rio de Janeiro nessa segunda-feira.

Entretanto, temos de nos lembrar que esta situação já vem ocorrendo há algum tempo. Não é à toa que o filme **Cidade de Deus** mostra cenas de extraordinária violência, com a qual convivem crianças e jovens que parecem não ter alternativa senão a de sobreviver na violência, na marginalidade.

O primeiro ataque contra as autoridades e o Poder Público aconteceu em 14 de maio de 2002, quando quatro homens, em duas motos, jogaram uma granada na sede da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos. Também foram feitos disparos de fuzis contra a portaria do prédio onde funciona o Departamento do Sistema Penitenciário – Desip. Os autores dos disparos fugiram e, poucos minutos depois, atiraram também em uma cabine da Coordenadoria de Vias Especiais – CVE, da Prefeitura, e em uma patrulha da PM, na entrada do túnel Santa Bárbara, em Laranjeiras, a cerca de 500 metros do Palácio Guanabara. À época, a Governadora era a ex-Senadora Benedita da Silva, hoje Ministra da Ação Social, e o Prefeito era César Maia.

No dia 24 de junho, a sede da prefeitura, na Cidade Nova, foi atingida por mais de 200 tiros. Uma granada também foi arremessada, sendo, posteriormente, detonada pelo Esquadrão Antibomba.

Em 11 de setembro passado, uma ação orquestrada por integrantes do crime organizado foi desencadeada em todo o Rio de Janeiro. A ação interferiu no cotidiano de moradores de nove bairros do Rio. Numa demonstração de força, traficantes ordenaram o fechamento do comércio nessas áreas.

Ainda em setembro de 2002, no dia 30, traficantes ordenaram o fechamento do comércio e de escolas em vários bairros do Rio e em outros Municípios da Região Metropolitana. Foi um protesto organizado contra a transferência de presos de uma facção criminosa do Presídio Bangu I para o Batalhão de Choque.

Finalmente, no início na madrugada de 16 de outubro do ano passado, ocorreram disparos contra o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, sede do governo estadual. Foi o lance mais ousado de uma série de ataques que aterrorizaram a zona sul, a 50 quilômetros do Presídio Bangu III, onde acontecia uma tentativa de fuga. Duas rajadas de metralhadora marcaram com nove tiros a fachada e as pilastras do Palácio, um dos símbolos mais importantes da República.

Para estudiosos da violência, o Poder Público demorou a reagir contra os traficantes, o que facilitou a expansão de seus poderes. A descontinuidade das políticas para o setor só agravou o problema. Ao que tudo indica, as autoridades demoraram a admitir que o crime organizado estava cada vez mais forte. Primeiro, eles dominaram as comunidades; depois, passaram a fazer algumas incursões, exibindo seu poder em alguns bairros.

Como disse o jornalista Jânio de Freitas, numa de suas mais importantes colunas: “Diante desse quadro, a palavra, em verdade, está com todos”. É preciso que todos nós, brasileiros, Senadores e Senadoras, membros do Congresso Nacional, Vereadores do Rio de Janeiro, Deputados Estaduais, professores, pessoas das mais variadas profissões, pensemos numa solução para o problema.

Na manhã de ontem, o Prefeito César Maia, por quem tenho o maior respeito, deu uma entrevista à rádio CBN – hoje reproduzida – sobre a onda de violência na cidade do Rio de Janeiro. Ele propôs que o crime organizado seja enfrentado com mais rigor. Mas, como exemplo, disse que, se fosse Governador em 11 de setembro de 2002, quando traficantes chefiados por Fernandinho Beira-Mar rebelaram-se em Bangu I, teria mandado o Bope, Batalhão de Operações Especiais, invadir o presídio, sem se preocupar com as

consequências, inclusive “matando quem tivesse que matar”.

Procedimento dessa natureza faz lembrar o famoso massacre do Carandiru, onde 111 pessoas foram mortas, fazendo com que o País, infelizmente, registrasse um dos dias mais negros de desrespeito aos direitos humanos. Por esse episódio, o Brasil acabou sendo tantas vezes mencionado como um lugar onde não se respeitam os direitos humanos, onde não se respeita a ordem constituída.

César Maia disse que “quando um delinquente tem espaço para produzir ações de terror e guerrilha urbana, como temos visto no Rio, é que ele não acredita mais na autoridade. Temos que inverter isso. Se possível, prendendo. No limite, usando sua arma. Bandido tem que ter medo da polícia. Deve-se pensar em direitos humanos para os que respeitam a lei”.

Ouvi, ainda hoje de manhã, reprodução da entrevista do Prefeito e lembro-me da passagem em que afirma que, segundo a sua determinação, se os membros do Bope tivessem uma série de bandidos pela frente, deveriam determinar que todos ficassem deitados no chão e atirar para matar na pessoa que, porventura, se mexesse.

Ora, se de um lado, o Prefeito tem razão quando afirma que existe um vazio de autoridade no Rio, é preciso pensar que tomar medidas enérgicas para combater o crime organizado não significa dar à polícia autonomia para sair matando. Em ocasiões como esta, é ainda maior a responsabilidade para não se agir precipitadamente. Como disse a Dr^a Sandra Carvalho, diretora da ONG Justiça Global, “declarações como essas podem estimular as pessoas a tentar fazer justiça com as próprias mãos”.

Medidas emergenciais são necessárias para conter essa violência e defender o cidadão carioca contra as ações do crime organizado. O Governo Federal concordou em colocar o efetivo militar à disposição do governo estadual, sob o comando do Exército, conforme anunciou, hoje, o Ministro da Justiça. Será uma colaboração emergencial, visando a garantir a tranquilidade da população. Obviamente, é um apoio para os Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro, mas é importante mencionar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem um plano nacional de segurança pública consistente, conforme enfatizou hoje o Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, que tem como objetivo revitalizar as polícias e dar combate sem trégua ao crime organizado. O plano ambiciona mudar o que se chama de linha da produção da criminalidade. A sequência polícia-justiça-cadeia precisa se transformar numa linha de combate ao crime, es-

pecialmente ao crime organizado, e não numa linha de estímulo ao crime.

A questão da violência tem muitas facetas. Ela não pode ser tratada separadamente da questão financeira dos Estados e, mais do que isso, da política econômica, da grave situação de desemprego que ainda perdura no País, do fato de tantas pessoas não terem uma renda adequada para sobreviver com dignidade.

É preciso que venhamos a pensar no curto, no médio e no longo prazo em ações que visem à implantação de políticas sociais voltadas para a recuperação da auto-estima das pessoas. E, para isso, é fundamental a implantação dos programas que promovam uma sociedade mais igual, mais justa, mais organizada.

Sr. Presidente, ressalto, ainda, a importância das declarações do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato Machado a respeito das declarações do Prefeito César Maia de que a polícia tem que agir para matar quando das rebeliões em presídios. Será que esse é o procedimento mais adequado? Não será a manifestação do Prefeito uma volta à barbárie, uma forma de equiparar o Estado oficial à delinquência? É preciso ponderar com o Presidente da OAB, pois parece que o Prefeito do Rio de Janeiro está utilizando uma linguagem fácil para o público aceitar que é preciso castigar, de maneira generalizada, os responsáveis pelo crime. E César Maia faz isso sem se dar conta de que o tipo de atitude por ele propugnada poderá ceifar a vida de pessoas inocentes, como já ocorreu.

Se nós, pela voz de tantos Srs. Senadores, de maneira unânime, consensual, propugnamos, junto ao Presidente George Walker Bush e ao Primeiro-Ministro Tony Blair, respectivamente dos Estados Unidos e da Inglaterra, para que não usem dos instrumentos bélicos e da violência para desarmar o Iraque, será que vamos agora propugnar, dentro das nossas cidades, para que as autoridades usem de violência indiscriminada?

Ora, Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, sendo o Prefeito César Maia do PFL, eu gostaria de aqui colocar que é necessária, sim, uma ação rigorosa contra o crime, mas dentro da lei. É preciso que o Prefeito, que conhece tão bem a Constituição, leve em consideração que existem, no Brasil, normas constitucionais e formas de as autoridades responsáveis pela segurança agirem contra o crime, responsabilmente, sem que estejamos voltando à lei de talião, à barbárie.

Não podemos equiparar o Estado oficial aos delinquentes, estimulando a violência. O que precisa-

mos, sim, é de uma ação enérgica, preventiva, e nenhuma ação será mais preventiva do que a colocação em prática, o mais rapidamente possível, de uma política econômica que objetive uma sociedade mais justa, que ofereça oportunidade de emprego a todos os brasileiros e com a firme determinação de se assegurar a todos o direito inalienável de participar da riqueza da Nação.

É preciso, inclusive, neste momento em que o Governo Luiz Inácio Lula da Silva está preparando as reformas fiscal, tributária e previdenciária, que consideremos como base tanto do sistema fiscal quanto do sistema previdenciário que todo e qualquer brasileiro receba, como um direito à cidadania, uma renda, ainda que básica, modesta, mas suficiente para a sobrevivência de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, como este pronunciamento é transmitido pela TV Senado, serei breve. Entendo que o melhor discurso na história do mundo foi o Pai Nosso, e tem só 56 palavras. Então, tratarei de dois assuntos.

Há um orgulho maior do que ser Senador: ser um homem do Piauí. Eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer que o Piauí é apenas diferente. Dos 27 Estados, o Piauí é o que teve o melhor comportamento na nossa história. Este Brasil é grandão por causa do Piauí. D. João VI, ao passar o governo para o filho, disse: “Fique com o sul, e eu vou ficar com o norte”. O Brasil seria dividido. E para o norte foi um interventor português, Fidler, sobrinho e afilhado de D. João VI, grande militar português. E os piauienses, em batalha sangrenta, o expulsaram do Brasil. Daí a unidade deste País. O outro fato mais importante na história do Brasil é a República: o governo do povo, pelo povo, para o povo. Dezesete anos antes da proclamação, um jornalista do Piauí, Davi Caldas, lançou um jornal em Teresina para inspirar o Brasil a proclamar a República.

Nesta República, tivemos duas exceções, uma foi a ditadura civil. O ditador civil colocou em todos os Estados interventores militares, quase sempre tenentes. O Piauí se livrou do tenente, aceitando um médico, como eu, Leônida Melo. Depois, vieram as campanhas de Rui Barbosa, que só venceu no Piauí. Rui Barbosa! A coluna Prestes arregimentando comunistas, e ele sonhando tomar Teresina. Foi preso seu com-

panheiro Juarez, e ele fugiu. Essa é a história. Aquele povo implantou a primeira capital planejada, inspiração para Juscelino fazer Brasília. Teresina com 150 anos, Brasília com pouco mais de 40. Essa é a história do Piauí na última ditadura militar.

Curve-se o Brasil ao piauiense que presidiu por duas vezes esta Casa, o Senador Petrônio Portella, que, sem truculência, sem um tiro e sem uma bala, foi o maior artífice da redemocratização deste País. Quis Deus que eu estivesse ao seu lado quando esta Casa foi fechada. Diante de uma reforma judiciária, a imprensa procurou Petrônio. Ele, com a firmeza de homem do Piauí, apenas disse: “Este foi o dia mais triste de minha vida”. Essa sua mensagem chegou ao governo ditatorial, que reabriu este Senado ao qual nós pertencemos.

Esse é o Piauí, onde há pouco tempo houve uma intervenção, e o povo escreveu a mais bela página da democracia para ensinar ao Brasil que não se curva às indecências da Justiça; onde foi escrita uma página muito mais feia do que a de Pilatos, porque Pilatos lavou as mãos, aqui sujaram as mãos. Tiraram o governador do Piauí, que representa nesta Casa a grandeza e vibração do seu povo.

Apoiamos, nós do PMDB, de primeira hora, o Presidente Lula e ainda ajudamos a eleger o Governador do Estado do Piauí.

O meu Estado tem 224 cidades. Deus me permitiu criar 76 novas cidades no Piauí, mais de um terço. Elegemos o Governador do PT, cujo Partido não tem nenhum prefeito nas 224 cidades do Piauí.

Estamos juntos. Ensinei o povo a cantar “Lula lá, Mão Santa cá”. Ganhamos. O Presidente foi lá lançar seu programa de combate à fome. É louvável. Todos nós, cristãos do Piauí, concordamos: “Dai de comer ao que tem fome, de beber ao que tem sede”.

Fui pioneiro em iniciativas desse tipo em meu governo com a criação de restaurantes – o programa “Sopa na Mão”. Ao lado do Palácio do Governo tinha uma guarda que foi retirada para dar lugar ao primeiro restaurante para os pobres do Brasil. Essa iniciativa foi imitada por Mário Covas, foi imitada no Rio de Janeiro, com Garotinho. O nosso restaurante foi o primeiro, foi criado em janeiro de 1995, e ele se irradiou. É louvável o combate à fome, não sou contra – repito: eu criei o “Sopa na Mão”. Acontece que o Piauí quer muito mais, Presidente Lula!

Há uma antiga luta nossa, ela começou no meu mandato de Governador de Estado. Testemunha disso e aqui presente é o Deputado Federal Paes Landim, que traduz bem a grandeza dos homens do Piauí

– ele, como jurista, sabe que o maior jurista deste País era do Piauí: Evandro Lins e Silva. Ele é testemunha de que na Sudene, no início do nosso Governo, defendi a tese de um técnico da Secretaria de Integração Regional a respeito dessa refinaria que foi discutida aqui. Todo mundo a quer, tem que aumentar a produção de petróleo, o Brasil precisa disso – precisa de dezenas delas.

A maior deficiência de refinarias de petróleo – e os números já foram mostrados hoje aqui – está no Norte e no Nordeste. Defendi, na Sudene, com o testemunho do Deputado Paes Landim, que ela fosse encravada em Paulistana, uma cidade do sudeste piauiense. Por que lá? Porque Paulistana fica equidistante de todas as capitais: de Belém, da própria Teresina, de São Luís, de Fortaleza, de Natal, de João Pessoa, de Recife, de Aracaju e de Maceió.

Essa é a tese que depende de uma decisão política para ser colocada em prática. Para isso, Lula tem que se tornar grande como grande foi Juscelino Kubitschek. Em sua época, perguntava-se “Por que Brasília? Isso é um sonho”. José Bonifácio sonhou muito no Império, mas foi Juscelino quem decidiu encravar aqui a Capital Federal. Brasília era bem mais cara. Aliás, a Capital seria bem mais barata em qualquer outra cidade, mesmo fugindo do Rio de Janeiro, do crescimento. Mas ele encravou aqui a Capital Federal – foi uma decisão política com o objetivo de interiorizar o país, dividir, distribuir as riquezas. E olhem a semente plantada!

É nessa decisão de Juscelino Kubitschek que o Presidente Lula tem que se inspirar. Juscelino teve coragem de interiorizar. Essa refinaria é a primeira das dezenas de refinarias que precisam ser feitas, mas ela tem que ser feita no Piauí, porque nunca existiu um investimento grande do Governo Federal no Estado do Piauí.

Há, hoje, teses de que ela deveria ser em Teresina. Olhem o mapa, abram a Bíblia: a virtude está no meio, a sabedoria está no meio, a solução é no meio, o Piauí é no meio, é o Meio-Norte, é o meio de onde está o problema.

Há vinte anos se discute sobre a conveniência de uma nova refinaria de petróleo no Nordeste. Agora, a questão parece novamente ter esquentado. Representantes de diversos Estados do Nordeste, como é natural, estão se manifestando, desejosos de que a refinaria se situe em seus Estados.

Permita-me, Sr. Presidente, voltar ao assunto, já que tenho duas certezas: a primeira é de que as Regiões Norte e Nordeste necessitam de uma nova refinaria de petróleo, pois o atual déficit de refino, nessas

áreas, é de 200 mil barris por dia. A segunda é de que o Piauí é a escolha certa para a localização da nova refinaria, e há pelo menos três aspectos que me fazem ter essa certeza.

Primeiro: a região de Paulistana, no sudeste piauiense, é o ponto central de um semicírculo que vai de Belém a Salvador, logo, é o ponto ideal para reduzir os custos de distribuição do óleo refinado no Norte e Nordeste.

Segundo, para fazermos justiça social: o Estado do Piauí precisa de investimentos compensatórios, já que não temos uma política regional. Precisamos de uma maior presença de investimentos federais em nosso território, para reduzir as fortes discrepâncias regionais e intra-regionais. Diversos Estados da região já receberam pesados investimentos que dinamizaram suas economias e, agora, chegou a hora do semi-árido piauiense.

Terceiro: falta pouco para concluirmos o Porto de Luis Corrêa. O Piauí tem 66 Km de litoral. Já foram gastos 200 milhões no Porto e, com 10% desse valor, o concluiremos. Com isso, o abastecimento de óleo cru fica facilitado e gera alternativas ao Porto de Itaqui, em São Luís, ou ao Porto de Pecém, no Ceará.

Presidente Lula, nós vivemos um momento de fina sintonia entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Piauí. Vamos aproveitá-lo. A instalação da nova refinaria é uma grande oportunidade para o poder público federal redimir-se com o Piauí. Não há melhor forma: serão gerados milhares de novos empregos e se desenvolverá a esperança àquela sofrida população.

O Ceará tem o Banco do Nordeste, o Porto de Pecém e o Denocs é quase "Denocs-CE" – o denocs do Ceará. A Bahia tem o extraordinário Pólo Petroquímico de Camaçari; o Maranhão recebeu a Vale do Rio Doce e o Porto de Itaqui; Pernambuco tem a Sudene e o Porto de Suape. E nós? Não teria chegado a hora de se fazer justiça, de se criar condições rumo a uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais no nosso País? Não chamamos isso de cidadania?

A Ministra de Estado de Minas e Energia, Sr^a Dilma Rousseff, afirmou que o critério a ser adotado pela Petrobrás será a desconcentração do desenvolvimento regional. Acho que estamos falando a mesma linguagem. Dessa forma, chegaremos ao mesmo destino: o Piauí. Só falta definir se nos fixaremos em Paulistana ou em Teresina, uma das mais modernas capitais do País.

O Fome Zero foi lançado. Lanço, agora, Presidente Lula, o Compensação Mil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Rodolfo Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a grave crise, relativa à produção de energia elétrica, que não há muito se abateu sobre o nosso País, mostrou a necessidade de uma reestruturação profunda do sistema nacional de energia elétrica. Ficou nítido e plano que essa produção não deve assentar-se quase que exclusivamente sobre uma única matriz, a saber, a das usinas hidrelétricas. Ao mesmo tempo que tomamos consciência de que nossas opções de construção de hidrelétricas um dia vão esgotar-se, constatamos que o País não pode ficar na dependência das incertezas do regime pluvial.

É imprescindível, portanto, Sr. Presidente, a diversificação das matrizes de produção de energia elétrica no território brasileiro. As usinas termelétricas surgem como a mais viável opção para aumentarmos a produção nacional, de modo a fazer face às inadiáveis necessidades de crescimento econômico.

Se voltarmos agora nossos olhos para as vastidões da Região Amazônica, veremos, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um quadro um tanto diferenciado do restante do País. A região com maior volume de água doce do mundo apresenta condições relativamente escassas para a construção de hidrelétricas, pela regularidade predominante no relevo da planície amazônica.

Por outro lado, as grandes distâncias entre suas cidades e entre essas e as demais regiões brasileiras têm retardado a interligação do sistema de energia elétrica da Região Norte e deste com o sistema nacional.

A necessidade de optar por outras fontes de energia elétrica se impôs, desde cedo, à Região Amazônica. A utilização de usinas termelétricas à base da queima de óleo diesel surgiu como principal alternativa para muitas cidades do Norte brasileiro. O óleo diesel, no entanto, é de modo geral, um produto caro e de difícil obtenção na Amazônia, fazendo com que essa opção não corresponda satisfatoriamente à demanda regional presente e futura.

Nesse contexto, Sr. Presidente, mostrou-se de enorme relevância a exploração de uma imensa jazi-

da de petróleo e de gás natural em Urucu, próximo ao rio Purus, no Estado do Amazonas. As reservas nessa área, as únicas atualmente produtivas na Amazônia brasileira, são de 160 milhões de barris de petróleo e mais de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Todo esse gás natural corresponde a 24% das reservas brasileiras conhecidas e pode suprir a demanda prevista da região por mais de 50 anos.

A utilização do gás natural para a geração termelétrica, em substituição aos combustíveis fósseis líquidos e ao carvão, é hoje uma tendência mundialmente conhecida. Quer pela queima mais completa e maior eficiência energética, quer pela baixa emissão de compostos de enxofre e de carbono, o gás natural apresenta notáveis vantagens do ponto de vista econômico, de processamento e de impacto ambiental. No Brasil, desde o início da década passada, foi estabelecida como meta o aumento da participação do gás natural na matriz energética de 2% para 12% até o ano 2010.

No presente momento, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o aproveitamento do gás das reservas de Urucu é ainda incipiente. Um poliduto, por onde se transporta petróleo e gás, foi construído, ligando Urucu a Coari, às margens do Solimões, distante 370 quilômetros de Manaus. Depois de insistir por algum tempo na idéia de transporte de gás por barcaças de Coari até Manaus, o Governo do Amazonas decidiu apoiar o projeto da Petrobras de construção de um gasoduto nesse trecho, opção muito mais econômica e racional.

O gasoduto que ligará Urucu a Porto Velho, a capital de Rondônia, por sua vez, constava do Programa Avança, Brasil, do Governo findo, e havia previsões de que entraria em funcionamento ainda este ano. É imensa sua importância para o desenvolvimento dos Estados de Rondônia e do Acre, carentes de um fornecimento de energia elétrica compatíveis com suas demandas e necessidades.

Grande parte do gás hoje extraído em Urucu, junto com o petróleo – cerca de seis milhões de metros cúbicos por dia –, deve ser reinjetado nas reservas subterrâneas, implicando custos adicionais e um modo de extração antieconômico. De outra parte, o Tesouro Nacional gasta, em subsídios para o abastecimento das termelétricas da região com óleo diesel, um montante que chega a R\$460 milhões por ano.

A Petrobras e seus sócios no empreendimento já reservaram os recursos para a construção dos 530 quilômetros do gasoduto Urucu/Porto Velho, orçados em US\$250 milhões. Uma grande usina termelétrica, com capacidade de produção de 404 megawatts, está sendo concluída, por sua vez, em Porto Velho, deven-

do tornar-se a principal utilizadora do gás transportado em uma etapa inicial.

O povo rondoniense pede a construção desse gasoduto, que trará desenvolvimento e empregos, afastando, além do mais, os riscos de poluição. A redução de custos na utilização do gás natural deve também refletir-se em prazo relativamente curto, na diminuição das contas cobradas aos consumidores.

O Estado de Rondônia, Sr. Presidente, precisa sair da precária situação em que se encontra no que toca à disponibilidade de energia elétrica para se tornar um exportador confiável, prioritariamente para o Estado do Acre, que enfrenta problemas similares com a escassez de energia. Para tanto, a linha de transmissão que liga Porto Velho a Rio Branco está quase concluída.

A extensão do linhão de Ji-Paraná, em Rondônia, para Pontes de Lacerda, no Mato Grosso, vai garantir a interligação do sistema estadual ao nacional. Tal interligação, Sr. Presidente, é, sem dúvida, muito desejável e auspiciosa para um País que se encontra em estado crítico quanto à disponibilidade de energia elétrica, como já comentamos.

Não é, portanto, sem fortes e legítimas motivações, que vimos propugnando pela alocação dos recursos federais necessários para a conclusão do linhão de Pontes e Lacerda/Ji-Paraná, relevante para Rondônia e para o Brasil.

Por sua vez, a construção do gasoduto permanece como pressuposto desse salto desenvolvimentista, que deverá espalhar-se de Rondônia para o Acre e Mato Grosso, constituindo, ademais, importante fator para o equilíbrio do sistema nacional de energia elétrica. Sua construção, no entanto, vem sendo adiada em razão de exigências do Ministério Público Federal e do Amazonas e de grupos ligados às causas ambiental e indígena.

Não julgamos que a discussão sobre tais questões seja irrelevante. O problema é transformá-las em um impasse permanente, à custa de infundáveis ações e recursos, quando as exigências legais já foram satisfeitas.

Em março de 2001, a Petrobras entregou ao Ibama o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima). Esses instrumentos mostravam a minimização do impacto ambiental do empreendimento. A faixa de 20 metros de largura que se deve abrir no meio da selva amazônica para a instalação do gasoduto subterrâneo será logo recomposta, em ritmo ainda mais rápido, porquanto a matéria orgânica tirada será devolvida ao local. O tra-

çado do gasoduto passa a 20 quilômetros do limite da terra indígena mais próxima.

Rondônia não pode mais esperar, Sr. Presidente. Já esperamos muito.

Quando fui Vereador na cidade de Cacoal, em Rondônia, presenciei um enorme quebra-quebra nas ruas, quando incendiaram até o escritório da empresa de energia elétrica, além de viaturas e a Prefeitura da cidade de Cacoal, em razão da falta de energia elétrica. É certo que hoje não temos mais esses problemas tão graves, mas ainda persiste o problema de energia elétrica em Rondônia.

Há quase dois anos, esperamos a licença ambiental do Ibama para a construção desse gasoduto, que, sem dúvida, trará desenvolvimento para Rondônia e para o Estado do Acre, além de atrair indústrias, gerando emprego e renda para o povo carente do Estado de Rondônia.

As audiências públicas para a discussão do EIA-Rima, elaborado pela Petrobras, foram marcadas, inicialmente, para novembro de 2001, mas acabaram suspensas, face à alegação do Ministério Público estadual do Amazonas de que não tinham sido devidamente divulgadas.

A persistência desse impasse até os dias de hoje não é admissível, Sr. Presidente, quando consideramos a relevância do projeto suspenso, particularmente para a população de Rondônia e do Acre.

Por tais razões, Sr^{as} e Srs. Senadores, exigimos uma célere e inadiável decisão do Governo Federal, representado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), relativa à licença para a implantação do gasoduto Urucu-Porto Velho, que julgamos ter demonstrado, sob os diversos pontos de vista pertinentes, o quanto é desejável e necessária para Rondônia, Acre, Amazônia e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que restar da sessão, cujo término se dará às 18 horas 31 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que assistem à TV Senado, começo o meu pronunciamento saudando o Dr. Santoro, que comanda a força-tarefa no meu Estado; o Dr. Ronaldo Abdo, Procurador valente; o Dr. Luiz Francisco de Souza; o Dr. Henrique Herkenhoff, um jovem Procurador que assumiu a titu-

laridade no Espírito Santo com a saída do Dr. Ronaldo Abdo, que foi trabalhar no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, o Dr. Geraldo Brindeiro, meu amigo particular, por quem tenho imensa consideração, teve um momento de fraqueza ao dar um parecer contrário à intervenção contra o crime organizado no meu Estado. Mas, por interferência Divina, para reparar isso – porque Deus é grande, e não há mal que não se reverta em bem –, uma força-tarefa foi mandada ao meu Estado, comandada pelo Dr. Santoro, o que criou muita expectativa por parte do nosso povo.

Como as coisas não aconteceram da noite para o dia, muita gente dizia que a força-tarefa estava grávida de uma montanha mas que iria parir um rato.

Tive o Dr. Santoro como assessor na CPI do Narcotráfico – um privilégio – e, num determinado momento importante, o Dr. Luiz Francisco. E, diga-se de passagem, o Dr. Brindeiro foi amigo daquela CPI. Mas, eu que acreditava no trabalho da CPI sempre dei entrevista, junto aos órgãos de comunicação do meu Estado, dizendo que confiava muito em bons resultados.

O crime organizado no Espírito Santo não é igual ao crime organizado nos outros Estados. O crime organizado é uma sombra: você sabe que ele existe, mas você não a vê. No meu Estado, o crime organizado é institucionalizado. No meu Estado, o crime organizado tem patente. No meu Estado, o crime organizado veste toga, veste estola, põe gravata, veste roupas caríssimas e está nas colunas sociais. Basta um cruzamento de dados para produzir um desmonte a partir da corrupção, da falcatura promovida por essa gente ao longo de anos, intimidando um Estado tão bonito e tão rico.

E ouço o Senador Mão Santa falando do seu Piauí, com tanta propriedade, para aqueles que não conhecem o seu Estado. Quando se fala em miséria, logo se pensa no Piauí, como se lá fosse o resto do mundo. Mas o Senador Mão Santa nos tem mostrado a importância para o Brasil do seu grande Estado. S. Ex^a o governou e, hoje, quem o governa é Wellington Dias, meu ex-Colega Deputado, que teve a possibilidade de derrotar, no primeiro turno, oligarquias eternas daquele Estado, devido à interferência lá havida. Atualmente, há consonância entre Governo Federal e Governo Estadual.

Senador Mão Santa, conte com a ajuda desta Casa. V. Ex^a pode contar com este seu Companheiro, que, embora filho adotivo do Estado do Espírito Santo, é nordestino de nascimento e filho de Dona Dadá. Desejo ver o seu Piauí florescer, e estarei do lado de V. Ex^a. Parabéns pelo amor que devota à sua terra! E é

também com esse amor que me refiro ao Estado do Espírito Santo.

Hoje vejo, Sr. Presidente, o crime organizado degrading a tranquilidade da vida dos homens normais, que levam seus filhos à escola, que têm esposa. “O pau que dá em Chico dá em Francisco.” Corremos todos o mesmo risco.

Dos 864 indiciados na CPI do Narcotráfico, no Brasil, 10% são do meu Estado. O Estado é pequeno, só tem 77 Municípios. E Deus tem guardado a mim e a minha família, porque tenho contado com o carinho e as orações do povo do Brasil neste sentido.

Parabéns, pelos resultados, ao Ministério Público! Aliás, das boas coisas que ainda sobram no Brasil, porque venderam tudo que é nosso. O BNDES emprestou o dinheiro, eles compraram o que era nosso com o nosso dinheiro, pagaram mal, o serviço piorou, as tarifas subiram, e eles agora querem mais dinheiro para incrementar o negócio, porque a proposta era melhorar o serviço e a vida do brasileiro. Como diz o nosso Presidente, Lula, terceirizaram o País. Hoje, a alta da gasolina e do gás de cozinha o Presidente da República sabe pelos jornais, se é o sujeito que decreta a subida do preço do gás de cozinha, porque agora tudo são as agências que fazem, o Presidente não faz nada. E é o Presidente que sofre nas ruas o desgaste, porque o povo cobra do Presidente, e o Presidente é igual ao povo, toma conhecimento da subida do preço do gás de cozinha pelo jornal. E o sujeito que mandou subir a tarifa, se ele morrer hoje, é enterrado como indigente, porque ninguém sabe quem é. E, das coisas boas que sobram, o Ministério Público é uma delas. Tem problemas? Tem. Mas palmas ao Ministério Público. Palmas a esses promotores maravilhosos e com todas essas deficiências. Palmas à Polícia Federal do Brasil. E eu dizia aqui, num pronunciamento que fiz, de uma forma até irônica, que, enquanto a Argentina tem 47 mil homens na Polícia Federal, um país de apenas 32 milhões de pessoas, o Brasil, que tem 170 milhões de habitantes, só tem 7 mil homens na Polícia Federal. Só na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, por onde entra toda a maconha consumida da Bahia para baixo, que abastece o Rio de Janeiro, São Paulo e as grandes capitais, produzida pela família Morel – uma família de brasileiros, de três gerações de narcotraficantes que estão dentro do Paraguai, por onde passa todo o contrabando e hoje até partilhas de cocaína –, temos 1,1 mil quilômetros abertos e mais 700 com Mato Grosso, com a Bolívia, também abertos, onde estão as cabriteiras, por onde passam todos os carros rou-

bados dos brasileiros que trabalham neste País, sem a mínima providência.

Estamos vivendo dias tremendamente terríveis e uma solução precisa ser dada de forma imediata. Alegrou-me muito estar hoje no Palácio do Planalto pela manhã, com a Bancada do Rio de Janeiro. Fui convidado e sinto-me muito honrado. O Rio vive um momento de grande desespero, quando se prepara para uma festa tradicional – o carnaval –, da qual não faço parte, pois contraria os meus princípios religiosos. Mas é uma festa que atrai turistas do mundo inteiro para aquela cidade, Sr. Presidente, trazendo divisas para o País e para o Rio. Os hotéis estão sendo esvaziados pelas notícias de primeira página de jornais do mundo sobre a violência que se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde o Estado bandido, o Estado criminoso assumiu o lugar do Estado de direito.

Lembro-me de um episódio ocorrido neste País que, durante noventa dias, deixou as pessoas sobressaltadas. Vou citá-lo, apesar de existirem centenas de outros fatos anônimos que não temos como relatar, mas este, certamente, usarei como figura para chamar a atenção dos outros.

Refiro-me ao seqüestro de Wellington Camargo, irmão da dupla Zezé Di Camargo e Luciano. Wellington, paraplégico – aliás, hoje, Deputado Estadual pelo Estado de Goiás –, elegeu-se com essa bandeira de luta, contra a violência. Não existe outra bandeira de luta neste momento. Até a bandeira de luta de combate à fome e à miséria, sem dúvida alguma, inclui a violência nesse tema, quando a violência, neste único momento, deixa de ser o tema primeiro.

Nós que nos acostumamos, Sr. Presidente, a ver Zezé Di Camargo... Aliás, quero saudar a mãe dele, D^a Helena, uma mulher de oração, que vive com a Bíblia na mão, falando com Deus, creio ser ela a única mulher no mundo que conseguiu dar à luz um rouxinol: o Zezé Di Camargo, que é esse patrimônio brasileiro, patrimônio da nossa cultura, de berço pobre, de berço simples – aliás, não gosto nem dessa palavra, porque pobre é o diabo –, sem privilégios na vida, como milhões de brasileiros. Cresceu com a sua música, com o seu talento, um compositor dos mais expressivos, de quem sou fã de forma incondicional. Ele sempre me alegrou, cantando na televisão. A origem dele, sem dúvida alguma, é um estímulo para tantos quantos queiram vencer na vida. O irmão do Zezé foi seqüestrado. E eu, que sempre vi esse moço sorrindo e cantando na televisão, Sr. Presidente, eu era Deputado Federal, pela primeira vez, eu o vi chorar. Esse rapaz chegou à Câmara, veio ao Congresso, visitou o nosso Presidente, para pedir socorro. O Presidente

da Casa o atendeu e esse rapaz só conseguiu falar uma coisa: clamar por presídio federal. Veio a esta Casa, naquela mesma ocasião – esse moço, que sempre riu e cantou – chorar pelo desaparecimento de seu irmão. Em seguida, os facinoras, insensíveis, cometedores de atrocidades contra a vida humana, Senador Mão Santa, cortaram a orelha de Wellington Camargo, colocaram em um isopor e mandaram entregar à família. Esse rapaz chorou aqui também e só pediu a criação de presídio federal.

Há muitos anos estamos batendo sobre isso. O crime organizado não é um foco existente em um só Estado, é uma rede e foi detectada pela CPI do Narcotráfico. O grande drama no Brasil hoje é roubo de carga; milhões de motoristas são mortos, milhões de órfãos são jogados ao sofrimento por conta da ação do crime organizado. Esses caminhões são trocados por cocaína; essa matéria é comprada por comerciantes inescrupulosos, por conta da vida daqueles que morrem na estrada. O narcotráfico foi estabelecendo com o crime organizado todo o seu domínio e, a partir de seu dinheiro, colocou seus pilares dentro do Poder Legislativo, dentro das polícias, do Poder Executivo e do Judiciário, criando para si um Estado paralelo, um Estado bandido, que tenta sobrepor, subjugar e humilhar o Estado de direito. Há um clamor por esses presídios federais.

Hoje, pela manhã, estive com o Presidente Lula numa reunião e, após um pronunciamento meu, disse a Sua Excelência: Presidente, quando desarticulamos a quadrilha de Hildebrando Pascoal no Acre, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito sensível. Quando o Governador Jorge Viana, do Acre, veio a Brasília pedir socorro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso possibilitou-lhe, deu-lhe a facilidade de construir um presídio federal em caráter urgentíssimo. E aquele jovem Governador obstinado, valente, irmão de nosso Líder, Senador Tião Viana, lutava pela liberdade do povo oprimido do Acre, teve a família correndo risco. Passamos quatro dias no Acre, na CPI do Narcotráfico. Cavei até cemitério clandestino de Hildebrando Pascoal, tirei crânios de pessoas ainda com projétil, porque ainda não morto recebia o tiro de misericórdia quando já estava no buraco. Foi feito esse presídio, Sr. Presidente, e eles estão lá até hoje. Não houve fuga não tão-somente porque o presídio tem o nome de Presídio Federal, mas pela qualificação daqueles que foram colocados para tomar conta dele.

Continuando, disse ao Presidente Lula: Fernandinho Beira-Mar não pode ser transferido para São Paulo nem para lugar algum. Quando o Ministro José Gregori era Ministro da Justiça, fui a ele e disse-lhe

que não transferisse Fernandinho Beira-Mar para o Rio de Janeiro, pois iria criar tumulto naquele Estado e o corpo dele é glorificado. Ele passa pela parede, ele vaza do outro lado. Coloque-o aqui na Papuda, que foi remodelada e existem algumas celas de segurança máxima. Ele é um problema federal. Insistiram em mandá-lo. Fernando tem feito isso tudo que temos notícia. Quem conhece Bangu I, e eu conheço, sabe que é uma jaula apertada. Não há condição de se sair de Bangu I sem salvo-conduto, Sr. Presidente. Fernandinho Beira-Mar saiu de Bangu I, entrou em Bangu II, matou o UÊ, fez o que quis, saiu do outro lado, está tudo dominado. Mas sabe por quê? Por que o salvo-conduto deu-lhe a chave. Ele saiu abrindo as portas com chave. Fernandinho Beira-Mar pode estar trancado dentro de um banheiro; se a pessoa que estiver tomando conta da porta for uma pessoa de bem e não lhe der ajuda, ele não pode fazer nada – dentro de um banheiro, quanto mais numa cela de segurança máxima!

Eu disse ao Presidente para fazer o primeiro presídio em Brasília: Rapidamente, o senhor pode fazer em 8 ou 10 meses um presídio de segurança máxima e trazer para cá Fernandinho Beira-Mar, Hildebrando Pascoal, todos os perigosos da Nação, que estão no Rio de Janeiro. Traga para cá e diga que eles agora vão ficar do seu lado aqui, porque o País tem quem manda. Quero ver o que vão fazer com eles do seu lado.

O Presidente riu, mas, de repente, disse: “Gostaria de anunciar que o Ministro, agora, vai dar uma coletiva para anunciar a construção de cinco presídios de segurança máxima, em caráter de urgência; um presídio será construído em Brasília, para trazer esses perigosos que estão espalhados no Estado”.

E eu digo: podemos construir, mas é preciso colocar uma tropa de elite. De que é formada uma tropa de elite? Homens reciclados, com ficha limpíssima, quase perfeitos, homens que tenham passado por testes psicológicos, que tenham sido provados na rua, que não tenham se corrompido; gente de ficha limpa, gente que nunca sofreu processo, gente com coragem e com salário diferenciado. Vamos buscar uma mecânica para melhorar o salário desses que tomarão conta do presídio federal, porque o problema não é quem vai estar dentro da cela, o problema é quem está do lado de fora. Fernandinho Beira-Mar, quando estava preso aqui em Brasília, telefonou da cela dele para um restaurante pedindo lagosta. Dá para o senhor?

O problema não é quem está dentro, mas quem está fora. Aí é que temos que ter cuidado. Quando nós

falamos em presídio, Srs. Senadores, nós esquecemos este detalhe: o problema não é quem está dentro. Eu quero ver um homem, mesmo trancado num banheiro simples, se, jogando-se a chave fora e sendo a balsa menor que o corpo dele, sair sem ajuda externa. O problema é o salvo-conduto. É isto que temos que resolver. E o salvo-conduto será resolvido a partir de onde? Das Corregedorias de Polícia. Corregedor de Polícia não pode ser um polícia! Um Corregedor de Polícia não pode ser um Delegado, porque ele estará vulnerável. Os processos que estão lá são da tropa de seus companheiros. Esse cargo é político. E se amanhã, de forma errônea, ele é indicado por políticos para fazer a vontade deles no interior. Esse Delegado que só cumpre vontade de político não mexe em nenhum processo porque tem medo. Amanhã, ele perde o cargo e vem outro no lugar dele e vai puni-lo. Vai vingar-se; se ele for muito enérgico, eles atingem a família dele.

Sr. Presidente, Corregedor de Polícia não pode ser homem da tropa. Tem que ser um homem que não tenha estado na rua, que não tenha feito parte dessa convivência. Tem que ter salário diferenciado; tem que entrar corregedor, se aposentar corregedor e morrer corregedor.

Os Governadores, neste momento exato, só terão uma saída diante do crime organizado – digo “crime organizado” de armas nas mãos e que faz derramar sangue –: ter coragem de meter as mãos e limpar as suas polícias.

Graças a Deus, nobre Senador Mão Santa, nós a maioria absoluta de policiais neste País trabalham abnegadamente. São sacerdotes da profissão, recebendo salários ínfimos. Mas uma parte significativa apodreceu. Um policial que está respondendo a processo na pode estar na rua fazendo guarda de cidadão. E aí tem que entrar a coragem do governador para tomar uma atitude neste momento.

Folga-me muito, nesta data, fazer o registro da posição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de buscar, até mesmo antes de sua implantação mais definitiva, essa política de segurança pública, porque estamos vivendo um estado de exceção. Não podemos fazer poesia com segurança pública. Não podemos delirar com segurança pública. No nosso País não estamos dormindo de janela aberta. Não vivemos mais no interior, onde dormimos de portas abertas e nossos filhos tocam violão até 1h da manhã. Não podemos fazer poesia com isso. O estado é de exceção.

O Brasil lembra muito bem daquele grupo, do qual fizeram parte o Deputado Genoíno e o nosso querido Senador Suplicy, que acompanhou o caso

dos seqüestradores de Abílio Diniz. Os seqüestradores depois fizeram greve de fome. Coitados!

Pessoas foram para a porta do presídio pedir que os soltassem. Tanto fizeram, tanto fizeram que eles foram soltos. Foram embora. Sabem o que aconteceu? Voltaram agora para seqüestrar o Oliveto. Por quê? Porque eles sabem que a nossa lei, Deputado Bispo Rodrigues e Senador Marcelo Crivella, é frouxa, que nosso Código Penal é horrível. Eles sabem que esse Código de Processo Penal, de 42, é um instrumento que está muito mais a serviço do crime do que da sociedade como um todo.

Como se concebe que um traficante de drogas portando uma tonelada de cocaína, 20 barris de éter para refino de cocaína pega cinco anos de cadeia? Depois, cumpre dois terços da pena e vai embora, rindo da sociedade. E ninguém confisca nada do que é seu. E cumpre dois terços quando é bem preso, por um bom juiz tipo Dr. Odilon, mão pesada lá do Mato Grosso do Sul, um bom delegado. Normalmente isso não ocorre. O que normalmente ocorre? Quando o juiz é bom, é substituído, para que o substituto dê a sentença. Quando o delegado vai chegando no tal fulano, substitui-se o delegado. Mudam as peças do inquérito e o indivíduo passa a ser um injustiçado da sociedade.

O instrumento que esta Casa votou, a nova Lei do Narcotráfico que muda a lógica das penas, Sr. Presidente, está na Câmara agora. Em caso de tráfico de drogas, financiamento de drogas, Senador, em vez de cinco anos, criminosos passarão a cumprir 20 anos, sem progressão de regime e se tiverem mais uma condenação por formação de quadrilha cumprirão mais 20 anos. Essa acumulação elevará os agravantes que poderão somar 50 anos. Isso vai resolver? Não sei, mas é a nossa parte. É como cadeado em bicicleta: coloca-se um cadeado para desestimular o ladrão que olha e se desestimula, mas se ele resolver levar ele põe na cabeça a bicicleta e a leva.

Fomos eleitos para fazer a lei. Não temos um outro instrumento a oferecer à sociedade senão a lei, que está nas nossas mãos. Temos que votar leis para aquele que afronta contra a vida humana, Senador Marcelo Crivella, aquele que não tem amor à vida humana e que quer construir seu dia a dia em cima do sangue dos nossos irmãos pense dez vezes antes da prática do crime. Hoje ele não tem nem razão para pensar, porque não existe lei que possa segurá-lo. Se o indivíduo, antes de cometer determinado crime pelo qual poderá pegar 20 anos por tráfico, mais 20 por formação de quadrilha, mais as acumulações, vai pensar dez vezes – o que não ocorre atualmente.

Não podemos ficar fazendo discursos ou poesia com um assunto tão sério. Segurança pública é, sem dúvida alguma, investimento. Assassinaram o Deputado Federal Valdeci de Jesus no Rio de Janeiro. Um companheiro nosso, no ano passado, aqui da Câmara Federal foi assassinado de forma cruel na porta da sede do seu Partido. Sabem quem o assassinou? Dois presos que foram tirados da cadeia para assassinar o Valdeci e depois voltar para a cadeia. Eles saíram sozinhos? Não. Eles têm corpo glorificado? Não. Não passam pela parede. Como saíram? O salvo-conduto. Quem deu a chave? Quem recebeu para dar a chave? Quem recebeu para encomendar? Quem mandou?

Ele foi assassinado. Ficaram a viúva e os filhos. Um povo inteiro que o amava, sua igreja ficou chorando. E algumas pessoas fazem poesia com segurança pública! Precisamos ter muito carinho com direitos humanos. Precisamos entender que um sujeito que estupra uma criança de oito anos e mete uma bala na cabeça do pai dela merece que seus direitos humanos sejam preservados na cadeia, mas também merece apoio dos órgãos de preservação dos direitos humanos a família da criança que foi estuprada. A preocupação de levar um colchonete e uma marmita quente para o preso é muito maior do que atingir quem foi atingido, de tratar quem foi atingido!

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^{as} assinassem comigo um requerimento que mandarei ao Presidente pedindo a Sua Excelência que assim que o presídio estiver pronto, que seja terceirizado para a iniciativa privada, a fim de que ela possa colocar serviço dentro do presídio. E aquilo que o preso ganhar com o seu serviço vai pagar a sua alimentação, parte disso vai sustentar a sua família fora e parte será depositado para a família que ele atingiu. E se ele, por acaso, ficar triste, revoltado e quiser dar cabeçada na parede e colocar fogo no seu colchonete, vai dormir no chão até trabalhar novamente e ter dinheiro para colocar um novo colchonete para ele.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Magno Malta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Com muito prazer.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – O nobre Senador é, neste País, uma referência de um Parlamentar ativo, moderno, que vive e encarna a situação atual da sociedade. V. Ex^a fez uma cruzada nacional por ocasião da CPI do Narcotráfico. O País lhe aplaudiu. Quero usar esta tribuna para fazer um apelo a V. Ex^a, que se tem transformado num dos maiores

especialistas nessa questão e especialista formado no combate, soldado não de academia e de livros, mas de campo de batalha e de teatro de operação. Que V. Ex^a continue com a cruzada, formando aqui no Senado a CPI do Narcotráfico, que não pode acabar. Enquanto o problema do narcotráfico não acabar, a CPI deve continuar. V. Ex^a foi inspirador dessa campanha que o nosso Presidente Lula encampa agora: de construir presídios federais. E é com muita satisfação que eu gostaria de solidarizar-me, de público, com esta proposta que V. Ex^a acaba de apresentar: privatização dos presídios federais, garantir que haja lá dentro trabalho e educação para que esse homem amanhã não diga que não lhe foi dada oportunidade de se ressocializar. Aliás, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho de recuperação que faz dos viciados. Não foi à toa que Deus lhe deu essa missão. E, como seu companheiro, sinto-me muito honrado, não só porque V. Ex^a é o Líder do meu Partido, mas porque também sei que não é só o trabalho material, mas também o espiritual que V. Ex^a tem feito para o bem da nossa sociedade. Que Deus lhe abençoe! Nossa solidariedade. Parabéns, nobre Senador!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Honra-me muito e enriquece o meu pronunciamento a sua intervenção. V. Ex^a é um homem que tem coração, e eu não acredito em política pública que não passe pelo coração. Para mim esse chavão “vontade política” é a maior mentira do mundo, porque, se fosse verdadeiro, viveríamos numa sociedade diferenciada, porque vontade política para mim passa pelo coração primeiro para depois chegar à razão. E quando se faz discurso de vontade política parece que é uma coisa só da razão e que não atinge o coração de maneira nenhuma. E V. Ex^a é um homem que, com o seu coração, onde disseram que nada floresce, que não tinha mais jeito – as terras secas do Estado que tive o prazer de nascer, a Bahia –, V. Ex^a fez florescer e hoje dá comida, dá escola, colhe-se feijão, abóbora e laranja.

Penso que o País vive o seu momento de expectativa com um Presidente que tem muito coração. Eu disse aqui, no meu primeiro dia, que a coisa que mais me fascina no Presidente da República é porque Sua Excelência é um homem público que tem coragem de chorar publicamente pela miséria de seus irmãos.

A minha mãe dizia – e minha mãe era analfabeta profissional, Dona Dadá: “Olhe, meu filho, quem não chora não tem capacidade de amar”. E esse Presidente da República pode não ter as letras que os intelectuais gostariam que tivesse, até porque se as letras levassem a algum lugar, nós, hoje, seríamos um

País sem problemas, mas eu, certamente, teria menos confiança nele se fosse um homem absolutamente de letras e sem sentimento para a causa de seus irmãos mais simples e mais pobres deste País.

É por isso que a cruzada de Sua Excelência me fascina tanto. É por isso que me tenho colocado ao lado do Presidente. Teremos remédios amargos, que todos nós sempre discursamos contra, que são as reformas, mas haveremos de fazê-las, ainda que o preço seja caro, para que tenhamos, amanhã, uma Pátria melhor para os nossos filhos e os nossos netos.

Por isso, Senador Marcelo Crivella, honra-me muito a sua intervenção, até porque eu acabo de realizar um dos meus sonhos, que era cantar com V. Ex^a. Acabamos de gravar uma música maravilhosa, intitulada “Viva o amor”, que é um apelo à paz e um levante contra a guerra, em que eu, V. Ex^a e Robson Monteiro, o anjinho do Raul Gil, cantamos; é uma música maravilhosa que, certamente, tocará o coração do Brasil inteiro.

O aparte de V. Ex^a enriqueceu de maneira profunda o meu pronunciamento.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, dizendo que a ação das Forças Armadas nos dá a possibilidade agora, quando o Presidente, numa tentativa de ajudar a Governadora Rosinha Garotinho – que tem a nossa solidariedade e sofre tanto no Rio de Janeiro – pede às Forças Armadas para colaborar, Srs. Senadores, de trazermos para o Parlamento a discussão do nosso conceito de segurança nacional e o papel constitucional das Forças Armadas, que é o de guardar e proteger a Nação daqueles que tentam violar a sua vida enquanto Estado, as suas fronteiras, o seu céu e a sua terra. Mas, como?! Bush não é adversário nosso, pelo menos no campo da guerra. Não temos problema nenhum com Saddam Hussein. Osama bin Laden nunca disse que vai jogar uma bomba aqui. O nosso problema é com os traficantes. Precisamos ver e rever os nossos conceitos de segurança nacional, porque quem está produzindo a insegurança do Estado é o narcotráfico. Então, as Forças Armadas não podem se furtar porque este é um problema de segurança nacional!

Quero propor esse tema ao Presidente Lula e peço a assinatura de V. Ex^{as}.

No Exército, na Marinha e na Aeronáutica não têm pelotão de infantaria? Não têm pelotão de aviador? Todos eles não têm mergulhadores? Todos eles não têm intendentess, médicos? Todos eles não têm pára-quedistas? Têm. Vamos criar um outro pelotão, dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pegar a Academia de Polícia Federal, com a criação

desses novos núcleos, dentro do efetivo que já existe, e dar a esse novo núcleo uma formação de polícia. Vou propor isso ao Presidente.

Então, esses novos pelotões do Exército, da Marinha e da Aeronáutica serão os encarregados de fazer guarda de fronteira, juntamente com a Polícia Federal, com formação de polícia. Não se trata de levar o efetivo para a fronteira; é criar um pelotão, com formação de polícia, para esse enfrentamento. Eles dizem que não têm formação de polícia. Não têm, mas dá-se. Qual o problema? A Academia da Polícia Federal dura seis meses.

Creio que este é o melhor momento para a discussão, Sr. Presidente, porque, senão, não chegaremos a bom termo, em lugar nenhum.

Está aqui, Senador Crivella, o pedido da CPI do Narcotráfico, uma CPI Mista – porque não poderíamos deixar de fora Moroni Torgan, Laura Carneiro, que estão na Câmara dos Deputados. Estes Deputados já assinaram a proposição. Precisamos de mais assinaturas. Instalaremos a CPI para o enfrentamento ao crime, ao narcotráfico, e para ajudarmos a sociedade brasileira a buscar o seu momento de paz.

Encerro, Sr. Presidente, a minha palavra. Aliás, como sou novo no Senado, eu não sabia que quem fala por último tem mais tempo. Eu agora só quero falar por último.

Eu gostaria de dizer ao meu amigo Zezé Di Carmo: tudo o que eu disse aqui, todas essas propostas de políticas públicas só terão sentido se Deus estiver conosco, e sei que Deus está com o Brasil. Deus não nos abandonou. Coragem, Brasil! Deus não te esqueceu.

Leio algumas coisas do poeta, para, no final, sabermos, de fato, de quem precisamos de proteção.

O título dos versos do poeta é **Quem é Ele**.

“Está no vôo livre de um passarinho
Está em uma taça de vinho
Está na brisa, no vapor
Está na chuva que cai sobre a terra
E no verde que cobriu a serra
No bem-te-vi, no beija-flor
Está na mente dos homens de bem
Está na luz que vem do além
Está nos olhos da criança
Está no sol que brilha
Está na luz do dia
Na força do ciclone, a madrugada fria
Está na minha fé
Na minha companhia

Está no frio do inverno
No calor do verão
No abraço do amigo
No aperto de mão
Na semente que brota no calor do chão.
Quem é ele?
A força maior do Universo
A trova que rima meus versos
Jesus Cristo Salvador
Filho de nosso Senhor."

A Bíblia diz que se Deus não guardar a Casa, Sr. Presidente, em vão trabalha o sentinela.

Deus precisa estar com o Presidente; Deus precisa estar conosco; Deus precisa estar com os Ministros, com esta Casa, com a Câmara dos Deputados, com os homens públicos deste País. E temos de rogar a Deus a fim de que eles sejam investidos de sabedoria, coragem e, mais que isso, impregnados de um sentimento de lisura, dignidade, estarem afeitos ao sentimento da população, que quer justiça. Mas, para isso, é preciso confiar em Deus.

Salomão disse: "Não quero pedir nada, a não ser sabedoria". E, se sabedoria tivermos, certamente, neste momento ímpar da Nação, quando vemos florescer os menos favorecidos desta Nação brasileira a postos tão significativos, podendo tornar realidade o sonho dos seus irmãos, imagino que isso não é tarefa de um homem só, nem de dois, nem de três, mas de todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, que Deus nos ajude, que Deus nos guarde, que Deus nos livre e que Deus dê sensibilidade a homens e mulheres, que colocaram suas vidas à disposição do mal para carcomerem a dignidade dessa Nação, nos colocar de joelhos e humilhados. Mas que haja uma reação, se necessário, pacífica, para resolvermos o problema da violência, e aí, por via de consequência, o problema da fome, da miséria que assola a única Nação do mundo que tira três colheitas do chão por ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Os Srs. Senadores Ney Suassuna e Romero Jucá enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Os Srs. Senadores Romeu Tuma, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares enviaram discursos à Mesa, para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: neste início de legislatura, especialmente, o Senado e o Congresso como um todo já iniciam suas atividades com uma série de demandas da maior relevância para a transformação do País. Está na agenda da sociedade, do Executivo e do Legislativo propor, configurar, aperfeiçoar e votar as reformas. Não que tenham nascido agora tais demandas. Não que não fossem já de interesse do governo anterior. Não que não fizesse parte de nossas preocupações. Mas, graças a uma conjuntura que favorece o entendimento, de maneira inédita, temos um amplo arco da sociedade interessado em votar as reformas.

A urgência, por um lado, e a profundidade, por outro, exigem de nós Senadores uma especial disposição para analisar tais proposições, a fim de oferecer ao País, de fato, as melhores propostas. Quero lembrar que, no arranjo democrático brasileiro, o Senado Federal ocupa, mais que nunca, uma posição de destaque. Seja pelo peculiar espírito de ponderação de seus membros; seja pelo caráter da representação desta Casa; seja pelas obrigações constitucionais de tratar de muitos aspectos que dizem respeito ao arranjo federativo – equilíbrio de forças – e de interesses de Municípios, Estados e União.

Portanto, de nós é esperada uma contribuição profícua na elaboração dessas reformas. Não precisaria dizer o quanto temos a contribuir com a reforma tributária, nós que temos a competência de estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (art. 155, V, *a* da CF); nós que temos a competência para fixar alíquotas máximas nas ditas operações internas, para resolver eventuais conflitos específicos que envolvam interesse de Estados (art. 155, V, *b* da CF); enfim, nós que temos, por definição constitucional, uma configuração equilibrada, por sermos a representação dos Estados.

Do mesmo modo se afirma a autoridade no que se refere à reforma política, visto que temos nos dedicado com tanto afinco a esse tema nos últimos anos; assim como em relação à reforma previdenciária e à trabalhista.

Pois foi justamente pensando no quanto o Senado tem a contribuir nessa discussão que a Consultoria Legislativa do Senado Federal – antecipando-se mesmo às provocações peculiares –, por meio de STCs – as populares Solicitações de Trabalho à Consultoria –, constituiu quatro grupos de trabalho para subsidiar os preparativos da reforma. Trata-se, respectivamente, dos Grupos de Trabalho para a Reforma da Previdência, Tributária, Política e Trabalhista.

Todos os Srs. Senadores devem ter recebido uma comunicação nesse sentido.

E, como sinal da receptividade dessa iniciativa, foi realizado, no dia 13 de fevereiro, um seminário intitulado Previdência do Setor Público: os números, os problemas e as alternativas. Esse seminário, ao qual compareceram mais de duas centenas de pessoas, entre servidores do Senado e de outros órgãos públicos, chegou a lotar duas das salas de comissões, tal foi o interesse despertado. Como era de se esperar, o ILB, como órgão acadêmico, prestigiou o referido seminário com sua colaboração.

Nesse debate, foram abordados – para que V. Ex^{as} possam ter uma idéia – os seguintes aspectos relevantes:

- A reforma feita pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já está afetando a trajetória do gasto e do tempo das aposentadorias?

- Quais as fontes de desequilíbrio financeiro que podem ser solucionadas de forma gerencial, sem a necessidade de mudança na legislação?

- Quais as medidas com impacto fiscal de curto prazo e qual o valor financeiro desse impacto?

- Qual a melhor opção de reforma? A redução de benefícios e o aumento de contribuição para garantir equilíbrio financeiro ou a criação de um sistema de previdência complementar atuarialmente equilibrado?

- Até que ponto devem ser preservadas as especificidades da aposentadoria e das pensões dos militares?

- É a reforma da Previdência uma oportunidade para se reduzir a desigualdade social?

A abrangência e a profundidade desse seminário sobre Previdência é apenas uma das mostras de que o Senado Federal está qualificado não apenas para apreciar com críticas e sugestões os mais diversos temas, mas também para contribuir na formulação dessa proposta, e eventualmente de outras, direcionada a áreas que se queira reformar. Quero, portanto, congratular-me com essa iniciativa e com outras que reafirmem a independência e a autonomia do Congresso Nacional.

Cabe a nós Senadores, portanto, tirarmos o máximo de proveito desse excelente **staff** de que dispomos aqui no Senado, com equipes de consultores à

altura das exigências técnicas ideais para uma casa como a nossa. Ao Presidente José Sarney apresentamos nossos cumprimentos pela visão de estadista com que nos prepara o terreno para um bom desempenho parlamentar. Aos demais colegas, a exortação para que tirem o melhor proveito dos serviços que lhes são oferecidos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ninguém duvida que nossa vida está cada vez mais imersa em tecnologia. Do computador e da impressora, de onde saíram as páginas que tenho em mãos, ao painel eletrônico, que registra a nossa presença e totaliza os votos nesta Casa, passando pelo equipamento da TV Senado, que leva os debates aos lares dos brasileiros, estamos cercados de tecnologia.

Entretanto, o acesso à tecnologia, disponível aos brasileiros das classes média e alta desde os primeiros momentos de sua educação, pode representar uma barreira, um elemento de exclusão que os diferencia dos brasileiros mais humildes. Hoje já é comum falar da “exclusão digital” como um problema a ser combatido por meio das políticas públicas de educação. Tecnologia na escola não é um luxo. É uma necessidade, uma demanda dos tempos atuais.

Pensando assim, o então candidato Fernando Henrique Cardoso propôs em seu programa, em 1994, incorporar tecnologias de educação à distância como forma de apoiar o desenvolvimento de Estados e Municípios e para treinar professores.

A criação da Secretaria de Educação à Distância no âmbito do Ministério da Educação, em 1996, foi o passo inicial para cumprimento da promessa de viabilizar a democratização do acesso às novas tecnologias educacionais, focando a escola pública e, por meio dela, a grande massa de “analfabetos digitais” do País.

Devemos destacar o cuidado com que o tema foi tratado pelo ex-Ministro Paulo Renato e as equipes técnicas do MEC, sempre recebendo o apoio do Presidente Fernando Henrique.

Para alguns pode parecer que a incorporação de novas tecnologias educacionais é uma coisa fácil: “basta comprar o computador e pronto”. Reduz-se o problema a uma questão meramente financeira, de dispor ou não dos recursos para a aquisição dos equipamentos.

Essa visão míope do processo educacional já gerou muita distorção e desperdício de verba. Infeliz-

mente são comuns, na área pública, iniciativas que resultam em computadores inúteis, subutilizados, perdidos por falta de manutenção com pouco tempo de uso efetivo, inadequados às atividades da escola. De boas intenções o inferno e o orçamento público estão cheios.

Na publicação do MEC **Políticas e Resultados 1995-2002** – Tecnologias na Educação Básica encontramos não uma história de horror, mas um claro planejamento e execução de ações encadeadas, voltadas para o objetivo traçado pela Presidência.

Primeiro: constatar que não basta comprar o equipamento. O investimento deve alcançar desde a capacitação dos professores e a produção de material de apoio, até medidas de preparação de infraestrutura de instalações e mesmo garantia de segurança para o material adquirido, passando pela manutenção habitual.

Segundo: existe a necessidade de garantir autonomia aos parceiros, respeitando as diversidades regionais, as concepções pedagógicas e o pluralismo de ações.

Terceiro: deve-se buscar a integração entre os parceiros das várias esferas do poder público, otimizando os recursos e respeitando a gestão democrática e o princípio de descentralização administrativa.

Por último: busca-se incentivar a convergência de diferentes tecnologias, meios e linguagens, como forma de aumentar suas possibilidades de aplicação, enriquecendo a experiência de sala de aula.

Com esse espírito, foram desenvolvidos os dois principais programas de educação à distância do Governo Federal: a TV Escola e o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo.

O Programa TV Escola foi responsável pelo aparelhamento de mais de 57 mil estabelecimentos públicos com kits básicos compostos de antena parabólica, televisão, videocassete e fitas para recepção e gravação de programas gerados pelo Ministério da Educação, em parceria com TVs Educativas, Universidades e outras entidades com tradição na execução de produções semelhantes. São mais de 28 milhões de alunos atendidos, representando 85% da rede pública.

A programação veiculada é de grande qualidade, indo desde aulas das disciplinas da educação fundamental até programas destinados à capacitação de gestores da rede escolar, professores e educadores em geral. E o interesse despertado é grande: basta chegar em um estabelecimento atendido pelo TV Escola, dentro ou fora de horário normal de aula, e encontraremos ou alunos, ou grupos de professores

reunidos assistindo debates, aulas e programas didáticos.

O ProInfo, por sua vez, focou a introdução da tecnologia de informática combinada com a de telecomunicação – conhecida como “telemática” – na escola pública, como mais uma ferramenta didática. Representa uma parceria entre o Governo Federal e os sistemas estaduais e municipais de educação, que dividiu a responsabilidade e os custos de implantação e manutenção dos laboratórios. Para ter acesso aos recursos, basta a escola apresentar um projeto pedagógico para uso dos equipamentos e disponibilizar recursos humanos para serem treinados na tecnologia.

A chave do sucesso desse programa está na valorização do elemento humano, na capacitação e troca de informações pedagógicas, técnicas e administrativas entre professores, técnicos especializados e gestores do sistema educacional, que são treinados e transformam-se em multiplicadores para seus colegas.

Pelos últimos números tabulados pelo MEC, estamos falando de mais de 124 mil pessoas capacitadas para operar laboratórios de informática, espalhados em mais de 4.600 escolas de 1.700 municípios de todas as regiões do País. São resultados preliminares de um programa em fase de implantação. O atingimento do objetivo final, qual seja, a diminuição da “exclusão digital” dos alunos da rede pública, só vai ser constatado no atual governo.

Vitorioso o Presidente Fernando Henrique, vitorioso também o meu partido, PSDB, que alcançou resultados significativos semelhantes em programas desenvolvidos em âmbito estadual ou municipal. É o caso das “Infovias para o Desenvolvimento”, a interligação das escolas técnicas estaduais do Ceará em uma rede de teleconferências, financiada numa parceria entre Governo do Estado e Governo Federal. É outra experiência que vale a pena ser conhecida e vem servindo de modelo para outros Estados da Federação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna do Senado Federal, como Líder do Partido Socialista Brasileiro, demonstrar forte preocupação com a anunciada guerra contra o Iraque e, principalmente, por causa da desarmonia da Comunidade Européia, da ONU e da economia brasileira.

A tão anunciada guerra contra o Iraque será caracterizada por vitimar a população civil – como acon-

teceu em todas as guerras deflagradas durante o Século XX, pois, diferentemente das guerras do passado, em que as principais vítimas eram os militares, neste e no século passado, entre tantas profundas mudanças sociais que melhoraram a vida do ser humano, vimos os horrores da guerra serem trazidos para o seio da população civil.

No caso da guerra contra o Iraque, as vítimas civis que conseguirem escapar dos estragos promovidos pelas bombas e armamentos bélicos de última geração terão diante de si, como futuro próximo, o acirramento da grave crise econômica que aquele povo já sofre, bem como assistirão ser levado a termo o sucateamento de toda a infra-estrutura e serviços públicos daquele país.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nem se diga da diminuição de vítimas civis decorrente da aplicação da denominada “guerra cirúrgica”, pois o exemplo da guerra da Bósnia demonstrou o quão longe da realidade está esse tipo de guerra.

Sr. Presidente, não estamos aqui buscando defender o regime totalitário do Presidente Saddam Hussein. Apenas e tão-somente lembramos que a ONU, por força de uma resolução do seu Conselho de Segurança, determinou enviar inspetores a fim de detectar a possível existência de armas de destruição em massa e, caso estas fossem encontradas, deveriam ser imediatamente destruídas. Apenas se a ditadura de Saddam Hussein impedir as investigações e se negar a destruir tais armas é que se deve fazer uso da força – com absoluta certeza –, pois a legitimidade e a legalidade dessa postura decorre de uma coesão internacional.

Na última reunião do Conselho de Segurança da ONU, o chefe dos inspetores flagrantemente demonstrou que não foram encontradas armas de destruição em massa, necessitando, contudo, de mais tempo para a conclusão das investigações; e que o governo do Iraque ainda esboça uma pequena resistência com respeito a essas inspeções, mas nada que esteja prejudicando os trabalhos dos inspetores. Portanto, deve o Iraque contribuir ainda mais com os inspetores internacionais da ONU.

Todavia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a possibilidade dessa guerra está levando o mundo ocidental a retroceder em suas conquistas históricas! O mundo ocidental – que tanto apregoa as liberdades civis, o regime democrático e a forma civilizada de composição de conflitos – novamente se vê diante da intolerância. Essa mesma intolerância que gerou o repulsivo holocausto judaico da Segunda Guerra mundial se voltará agora contra o Islã? O desconhecimento da cultura is-

lâmica atrelado a interesses econômicos menores são o caldo de justificativas para a guerra. Sempre é bom lembrar que a conturbada eleição presidencial dos Estados Unidos contou não somente com o apoio fraterno do Estado da Flórida, mas também das grandes corporações petrolíferas e bélicas americanas.

O mesmo fundamentalismo intransigente dos terroristas do deserto do Oriente Médio e Ásia Central parece ter assento nas Nações Unidas! O Presidente George W. Bush, em diversos pronunciamentos, deixou claro que “quem não está apoiando os Estados Unidos está contra os Estados Unidos”. Todavia, o escritor Mario Vargas Llosa, cunhou a feliz definição dos fatos: “Opor-se à guerra do Iraque não é combater os EUA, mas sim defender os princípios de liberdade e legalidade que fizeram da terra de Lincoln e Martin Luther King a mais forte e próspera democracia do mundo”.

A Guerra do Golfo, de 1991, liderada por George Bush (Pai), teve apoio internacional, porque visava resgatar o Kuwait da tresloucada invasão de Saddam Hussein. No mesmo sentido, as intervenções militares em Kosovo e no Afeganistão, que também contaram com um amplo apoio da opinião pública internacional, buscavam conter o genocídio sérvio contra os kosovares e derrubar o regime terrorista do Talebã, afegãos ligados à Al-Qaeda e a Osama bin Laden.

As Nações Unidas estão passando por uma prova de fogo. A nova ordem internacional, pós-Guerra Fria, terá condições de manter as conquistas históricas da humanidade? Terá condições de evitar a repetição cíclica da hegemonia de impérios que não respeitam as diferenças culturais e finca o interesse econômico como único vetor de orientação?

A guerra contra o Iraque nos preocupa, Sr. Presidente, não somente pelas potenciais vítimas inocentes em decorrência das ações bélicas, mas também por causa da possível destruição do espaço internacional de democracia e composição de conflitos – destruição da ONU!

A guerra contra o Iraque nos preocupa, Sr. Presidente, porque milhões de crianças e mulheres irão morrer, mas também porque a Europa, que levou anos conquistando a formação de uma verdadeira comunidade continental, não somente de ponto de vista econômico, mas sociocultural, enfrenta uma crise em que não se respeita essa conquista!

A guerra contra o Iraque nos preocupa, Sr. Presidente, porque uma geração inteira de iraquianos sofrerá privação, e o ódio será fomentado no Oriente Médio, mas também porque a economia mundial ficará estagnada, e o Brasil, ainda tão dependente de ca-

pital internacional, sofrerá uma diminuição de investimentos internacionais!

O que está em jogo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o rumo da nova ordem internacional. Ou se aceitará a imposição dos fatos traçados por alguns, ou se avançará nas conquistas históricas da humanidade, trazendo como debate para o Século XXI: a solidariedade entre as Nações para acabar com a pobreza mundial; as questões ambientais; a ética de grupos ainda marginalizados e a paz definitiva.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Nada mais havendo a tratar, e pedindo a Deus que ilumine esta Casa e os seus membros, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 43 minutos.)

.....

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, NA
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DO SENADO FEDERAL DE 18-2-03, QUE
SE REPUBLICA PARA SANAR INCOR-
REÇÕES.**

.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por 20 minutos, como orador inscrito, com a devida tolerância que a Casa tem dado a todos os oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de V. Ex^a começar a contar o tempo, chamo atenção para o fato de que o Senador Romero Jucá falou nas pequenas comunicações, e o seu lugar, que seria anterior ao Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a havia permutado comigo. Havia feito um trato com o meu querido amigo Presidente José Sarney, uma vez que eu seria o terceiro após o Líder Aloizio Mercadante, e fui por ele aconselhado a não falar como Líder, terminei permitindo – e foi um deleite ouvir histórias fantásticas – que quatro ou cinco Líderes falassem antes de mim. Ainda vou abusar da tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, em outra ocasião. Desta vez eu a dispenso porque espero falar pelo menos os mesmos 20 minutos que foram concedidos ao Senador Aloizio Mercadante – “20 minutos” exatos, nem

19, nem 21, mas exatamente os “20 minutos” concedidos a S. Ex^a –, se for essa a necessidade do pronunciamento que trago a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Arthur Virgílio, somente para ajudá-lo, o Líder Mercadante falou 36 minutos. V. Ex^a terá o mesmo tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Sendo assim, o Líder Aloizio Mercadante já está, desde logo, convidado a participar dos debates, assim que eu terminar de ler esta modesta peça, pelo tempo que sobrar do meu discurso. O debate será a tônica. Vamos, se Deus quiser, trazer para cá o principal foro de debates do Congresso Nacional. O debate é um vício. Se debate significasse delito, eu estaria nos “debatedores anônimos”, viciado que sou na troca de idéias. Portanto, estou aqui ansioso para que possamos terçar para valer as armas da idéia e do combate ideológico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chego a essa Casa exatamente 40 anos depois de meu pai ter sido eleito Senador pelo Amazonas, para se tornar, a um tempo, Líder do Governo João Goulart e do PTB, antes de se constituir no primeiro Líder de oposição à ditadura de 1964, 35 anos, portanto, após a honrosa da honrosa – honrosa, sim – cassação de seu mandato com a suspensão dos seus direitos políticos, pela iniquidade do Ato Institucional nº 5.

E assumo mais esta tarefa com a consciência apaziguada: não mudarei uma só vírgula do discurso por mim sustentado ao longo dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário até, aprofundei a consciência de que este País precisa concluir o processo de reforma de estruturas superadas e esclerosadas, a começar pelos sistemas previdenciário, tributário e político, e a começar, também, por profundas alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas.

Não fiz operação plástica no meu rosto político, não deixei de ser previsível, não preciso explicar atitude nenhuma e nem preciso passar pelo constrangimento de fingir que não alterei posições, como fazem, por exemplo, o cerne e o cérebro do atual Governo, ilusoriamente confiando na falta de memória da sociedade.

Subo a esta tribuna, portanto, Sr. Presidente, para reafirmar o orgulho que tive em ter apoiado Fernando Henrique como Vice-Líder e Secretário-Geral do PSDB, como Líder do Governo no Congresso Nacional, por duas vezes, e Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Sou inabalavelmente leal ao conjunto de idéias que mudou pro-

funda e positivamente o Brasil, e se mais não mudou é porque forças ditas progressistas se aliaram a interesses obscurantistas e oligárquicos para defender corporações e para sustentar idéias e valores superados pela realidade do mundo de economias globalizadas que a todos nos envolve. Ou seja, mais reformas, melhor Brasil; menos reformas, Brasil mais problemático, e nenhuma reforma – como queriam nossos estridentes adversários de então, hoje debutando inseguramente pelos caminhos espinhosos da realidade – significaria o caos, o atraso tecnológico, o agravamento dos problemas econômicos, a agudização das dores sociais do povo brasileiro.

Faço rápido balanço das realizações do Governo Fernando Henrique: o contraste entre o ambiente de crise de 1993, quando o ex-presidente assumiu o Ministério da Fazenda de Itamar Franco e os frutos, visíveis a olho nu, colhidos em fins de 2002. Que frutos seriam esses, Sr^{as} e Srs. Senadores? Ora, sem dúvida que a superação das crises institucionais pela plenitude da democracia, que exibiu sua bela face, brilhantemente, no processo de transição de poder para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a derrota da superinflação para a estabilidade econômica; a estabilidade fiscal suplantando o descontrole orçamentário; a modernização produtiva substituindo a estagnação tecnológica e o atraso; a transição, em pleno curso, do Estado fechado, gigantesco, mamute pelo processo de abertura às demandas da sociedade do presente e do futuro, e a redução da pobreza, enfrentando a tendência secular pela concentração de renda e riqueza em poucas mãos.

A mortalidade infantil, por exemplo, caiu de 39,6, em 1994, para 29,6 óbitos por mil nascidos vivos. Isso equivale a 405 mil vidas poupadas, metade das quais no Nordeste, ao longo da década de 90.

O Brasil deixou de ter 9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; e 7 milhões deixaram a triste condição de indigência, no mesmo período, graças ao crescimento da renda domiciliar pós-real.

A Educação virou – isso é inegável – política efetivamente republicana: 97% das crianças de 7 a 14 anos em sala de aula; 3,3 milhões de matrículas a mais do que em 1994, 800 mil das quais representando crianças retiradas do trabalho infantil pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. E o número de novas matrículas (1,5 milhão), entre 1997 e 2000, isto é, a partir da implantação do Fundef, equivalendo ao total dos 30 anos anteriores, sem deixar de mencionar que os salários dos professores primários no Norte e Nor-

deste aumentaram até 60% desde o início desse mesmo Fundef.

Cheguemos aos arraiais da Previdência Social, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e recordemos que o rendimento médio pago cresceu 28% entre 1994 e 2002. Sem isso, haveria mais 18 milhões de pobres no País.

A produtividade na agricultura aumentou 70% nos anos 90, 35% dos quais no período Fernando Henrique. Resultado, Sr. Presidente: alimentos mais baratos. Cerca de 40 pontos percentuais abaixo do INPC acumulado na trajetória do Plano Real. No mesmo espírito, a produtividade na indústria cresceu 40%, entre 1995 e 2002. E a cobertura do sistema telefônico sobre a classe D no Nordeste e no Sudeste passou de 6%, em 1997, antes da privatização, para 61%, em 2002, num quadro em que uma linha de telefone residencial custa hoje 50 vezes menos do que em meados da década de 90.

Entre 1995 e 2002, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Reforma Agrária e o Incra assentaram 635 mil famílias, número que equivale a três vezes o que se realizou ao longo dos 30 anos anteriores, de 1964 a 1994.

A mortalidade por Aids decresceu 64% entre 1994 e 2000, com custos de tratamento 48% menores. O Brasil, afortunadamente, apresenta hoje metade dos casos que a ONU previa que existiriam no ano 2000. A ONU, aliás, em dezembro último, premiou o Governo Fernando Henrique com o reconhecimento pelos inegáveis avanços sociais ocorridos no Brasil sob o signo da estabilidade fiscal, da estabilidade econômica, do compromisso com taxas civilizadas de inflação e de ruptura com qualquer forma de demagogia política.

Tudo isso, Sr. Presidente, evidentemente que reflete o amadurecimento da sociedade brasileira. A manutenção da estabilidade institucional em condições sociais e econômicas adversas é prova desse avanço tão significativo na direção da verdadeira cidadania. Nossa democracia se consolidou, não apenas no papel, porém nas atitudes cotidianas de governantes, de parlamentares, da mídia e dos setores mais organizados da sociedade.

O amadurecimento da cultura cívica fez da aspiração por democracia um valor, não de um Estado, não de um Partido, mas do povo brasileiro. Eis aí feito notável para uma sociedade tão profundamente marcada pelo passado colonial, escravocrata, oligárquico: aprender a conviver na liberdade e construir instituições que venham a garantir o exercício da cidadania.

Pela primeira vez na história, cada brasileiro se vê no dever de cobrar e exigir, tendo sua voz amplificada por uma mídia ativa e vigilante, livre das amarras da coerção e das pressões autoritárias. Os governantes aprenderam a prestar contas permanentemente aos eleitores e à opinião pública. Mesmo diante de uns poucos movimentos sociais pouco afeitos à prática democrática, os limites aos abusos têm sido impostos estritamente no uso da lei e com o uso legitimado da força cuidadosamente dosada.

A consolidação da democracia dá ao Brasil uma tranquilidade política desejável em quaisquer circunstâncias e representa vantagem relevante para uma nação que enfrenta o desafio de manter o curso do desenvolvimento nas águas turbulentas da economia globalizada.

Ora, Sr. Presidente, se é iniludível que a sociedade brasileira amadureceu, o Partido dos Trabalhadores, nobre Líder Aloizio Mercadante, sem dúvida, também evoluiu suficientemente para se descolar da imagem de radicalismo, para ganhar as recentes eleições presidenciais e começar a governar o País num ambiente de tranquilidade em muito favorecido, diga-se de passagem, pelo processo de transição organizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

A persistência de ataques inconseqüentes ao Governo recém-findo leva-me, contudo, a questionar até que ponto esse amadurecimento é profundo, real e sincero. Será que o PT avançou na sua compreensão de país e na formulação de propostas adequadas ao mundo que o rodeia? Ou somente teria guardado suas velhas e equivocadas idéias na geladeira, seja porque o ato de governar lhe dá um choque diário de realidade, seja porque tenha cansado de ser rejeitado por parte substantiva do eleitorado brasileiro em função dessas idéias?

Aos céticos, entre os quais busco não me incluir, Sr. Presidente, o PT “Paz e Amor” faz lembrar um lobo em pele de cordeiro. De minha parte, prefiro acreditar que a maioria deste Partido aderiu, sinceramente, às regras do jogo democrático, se não por convicção profunda, no mínimo por resignação com a impossibilidade de jogar outro jogo com essa sociedade brasileira rompida com o populismo, o irrealismo, a demagogia e superados dogmas ideológicos.

Se, porém, ainda houver um lobo embaixo de alguma pele inocente de algum cordeiro, teremos o caso de um lobo sem dentes. Poetizando o drama, um perfeito fingidor, tal qual o poeta de Fernando Pessoa, aquele que finge que é manso, não para enganar os cordeiros, mas a si mesmo. Afinal, Sr. Presidente, qual é o discurso do PT na direção de seus radicais,

senão o expediente surrado do “estamos nos fazendo de mortos, mas, acreditem companheiros: um dia, em outras circunstâncias ainda vamos morder...” Acrescentei reticências ao discurso.

O melhor de tudo é que não vão, Sr. Presidente. Quando o Presidente Lula e o Ministro Palocci falam em transição para um modelo que não sabem – e nem querem – precisar, meramente procuram apaziguar questões internas ao PT, porque não vão mudar de política ou de modelo em nenhum momento dos próximos quatro anos, graças a Deus. Bendita incoerência! A opção inversa quebraria o Brasil e representaria ingovernabilidade para o projeto liderado por esse grande brasileiro que é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT está ficando tão “realista”!... Perdeu os dentes e parece que perdeu o instinto antioligárquico, praticando, um tanto sem jeito, mas sem pudor, algo que sempre criticou no PSDB: a incorporação de setores da conservação à sua base de apoio político. Sua desenvoltura ao acomodar seus novos aliados à direita compete com o apetite com que antigos revolucionários se têm jogado ao loteamento da máquina do Governo e das empresas estatais.

Agora vamos ser justos, Sr. Presidente: quem diz que o Governo atual não consegue tirar o programa Fome Zero do papel está sendo injusto. Pior ainda, se nos referirmos às mentes maliciosas que insistem em que o Governo nem ao menos estaria sendo capaz de colocar o Fome Zero no papel; esses são mais injustos ainda.

O Sr. Duda Mendonça, verdadeiro “Ministro de Fato da Propaganda” já criou a embalagem publicitária do Programa. Faltaria o conteúdo?

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso não é problema, pois o conteúdo já existe. Ele se consubstancia nos projetos da rede de proteção social do Governo Fernando Henrique. É só colocar o exitoso conteúdo no continente – os projetos da rede de proteção social do Governo passado – e pronto! Mas devagar com o andor. Se sobreviverem traços fortes de populismo e assistencialismo na embalagem, o conteúdo poderá morrer – e isso seria doloso, doloroso, criminoso, lamentável – por efeito de contaminação.

A equipe do Programa Fome Zero bem que poderia aprender com os gestores da rede de proteção social como se faz distribuição de renda sem desperdício, clientelismo ou corrupção, valorizando as parcerias com prefeituras, ONGs, comunidades locais e, claro, ouvir mais Dom Raimundo Damasceno e Dr^a Zilda Arns.

Sr. Presidente, retorno ao item coerência para registrar que a agenda – esta sim! – ultra-neoliberal de Scheinkman afinal não se perdeu; está muito bem representada no Ministério da Fazenda pelo brilhante economista Marcos Lisboa. Muito menos se perdeu a agenda social-democrata, economicamente realista, de Fernando Henrique, conforme se depreende das corajosas declarações do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa: “A política que seguirei é a do Dr. Armínio Fraga”.

Continuo eu o meu modesto discurso.

A verdadeira “agenda perdida” desta campanha, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a do PT. A Lula não se atribuirá a frase que atribuíram, maliciosamente, a Fernando Henrique: “Esqueçam o que escrevi”. Lula, ele próprio, esqueceu tudo que disse há poucos meses na televisão.

O que o Governo Lula fez ou anunciou que vai fazer para gerar os tão decantados 10 milhões de empregos? O ilustre Ministro do Trabalho, Jacques Wagner, chegou a propor a abolição da multa rescisória do FGTS, mas logo o jogo de pressões e contrapressões o fez dar o dito pelo não-dito.

Membros do Governo, aliás, têm reclamado da mudança de metodologia de aferição de emprego e desemprego do IBGE, como se ela, de propósito, por implicância, por ranhetice, visasse, pura e simplesmente, a empanar o brilho do Governo. Em vez de brigar com o termômetro do desemprego, poderiam dizer ao País a que taxa mensal, semestral ou anual, pretendem criar empregos até chegarem aos 10 milhões tão solenemente prometidos.

O Programa do Primeiro-Emprego não é novidade no Brasil. Ele já funciona – e bem – no Governo tucano de São Paulo. O Ministro do Trabalho, certamente, não se furtará a ir até lá para conhecê-lo.

E quanto à Segurança Pública, à Saúde, à Educação? Que medidas inovadoras o Governo Lula teria anunciado até agora para esses setores? Anunciou, isso sim, pesados cortes no orçamento desses Ministérios, chocando seus companheiros que acreditaram nos jargões e bordões vazios da campanha eleitoral.

Temo que esse “amadurecimento”, talvez improvisado, ainda esteja impedindo que o PT tenha humildade para admitir fatos basilares: o Brasil, que não foi descoberto nas lutas sindicais de 1979 – ele é bem mais maduro do que isso –, muito menos teria sido “inaugurado” em 1º de janeiro de 2003.

Veja, Sr. Presidente, que esse Partido preferiu ficar à margem dos avanços democráticos do País,

desde a transição pactuada via Tancredo Neves e José Sarney. Nem por isso o Brasil ficou parado à espera de seus pretensos salvadores.

A opção do PSDB foi diferente. Sem deixar de afirmar suas diferenças e criticar o atraso da política tradicional, ele participou passo a passo, ombro a ombro, dos avanços democráticos da sociedade brasileira. Nós nos preparamos para governar, assumindo responsabilidades perante o País, assim como marcamos agora, nesta hora, neste momento, de maneira maiúscula, nosso compromisso de Oposição, lúcida, coerente, patriótica e dura diante do novo poder. Enquanto o PT cultivava a mística da mudança, nós amadurecíamos um projeto claro de mudança gestado na teoria e testado na prática. Não esqueçam, pois o que dissemos. Tentem – quem sabe! – entender o que fizemos nesses últimos quinze anos, e busquem reconhecer a consistência existente entre o que dissemos e o que fizemos.

A verdade, Srs. Senadores, é que não existiam políticas de inclusão social até 1995.

O Governo Fernando Henrique Cardoso venceu a batalha duríssima para estabilizar a economia, preservar e consolidar a democracia, e criar políticas sociais efetivamente voltadas para os mais pobres.

Estudos sobre a Previdência mostram o impacto da aposentadoria rural na economia da parte menos favorecida do interior brasileiro. Os benefícios transferidos via cartão eletrônico tornaram-se fundamentais para movimentar a economia de localidades muito pequenas e muito pobres. A experiência inovadora do governo tucano de Goiás com o cartão cidadão está sendo exportada para outros Estados e outros países.

Se os quadros petistas com efetiva responsabilidade de Governo estiverem realmente dispostos a amadurecer sua compreensão de Brasil, é bom se desarmarem da arrogância de não ler isto aqui: este livro com as principais realizações do Governo Fernando Henrique. Não custa ler, para criticar, para aperfeiçoar e até para superar. O arrogante é não ler e não gostar do que não leu.

O PSDB e seus aliados, enfim, levaram adiante uma efetiva política de inclusão social e criaram as bases para o desenvolvimento sustentável e sustentado do Brasil. Nosso País está de fato pronto para dar o seu grande salto rumo ao futuro.

O PT, Sr. Presidente, é forçoso lembrar, bloqueou, no que lhe foi dado bloquear, as reformas estruturais, a começar pela hoje canonizada reforma da Previdência. O Ministro Antonio Palocci, sabiamente, insiste em que é preciso promover mais reformas, para

baixar os elevados juros que a economia brasileira tem sido obrigada a praticar. Impõem-se, então, Srs. Senadores, duas perguntas. A primeira: se ao admitir o Ministro Antonio Palocci que a falta de certas reformas é responsável pelos juros elevados, não estaria o Ministro Antônio Palocci a denunciar que o seu Partido é também enorme culpado por essas mesmas taxas escorchantes? A segunda: quanto teria custado ao Brasil o atraso no cronograma reformador? Muito mais dos que os R\$14 bilhões que o Presidente Lula acaba de cortar do Orçamento. Somente a não-Reforma da Previdência custou ao país a bagatela de R\$130 bilhões, em estimativa mais do que modesta.

Eu denuncio, então, que existe um custo. PT embutido no custo Brasil, Líder Aloizio Mercadante, e que retira competitividade de nossa economia, trava o crescimento e reduz a capacidade de geração de empregos.

O PSDB, democraticamente – até porque perdeu democraticamente as eleições, na Oposição, sustenta o que disse e o que fez no Governo. O PT no Governo é obrigado a negar a cada dia algo do que fez, disse ou prometeu na Oposição.

Sobre o salário mínimo, por exemplo, na Oposição o PT falava em US\$100, equivalentes a mais de R\$360. No Governo, ele sugere R\$234, para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em velho lance populista, cometa o magnânimo gesto de chegar aos R\$240. Ora, R\$240 casam com os números da economia brasileira de dezembro. Na verdade, com os últimos aumentos de preços, o valor do salário mínimo, para ser justo e realista, deveria atingir, quando nada, R\$250.

O Governo Lula dolorosamente constata que é preciso mais do que “vontade política” para aumentar significativamente os valores do mínimo. O PSDB não virá a plenário para propor inverdades nem para votar mentiras. O eleitor iludido é que tem todo o direito de cobrar a diferença entre as promessas vãs e a realidade dura e crua.

As promessas não cumpridas irão para a conta da dívida social do PT. Temo que o realismo de Palocci leve essa conta a aumentar e muito nos próximos três anos e dez meses. O irrealismo de outros, então, seria pior: o caos e a escuridão.

Na área social, os desacertos, quase trapalhadas, do Programa Fome Zero podem ser debitados à soma da inexperiência com a compulsão de reinventar a roda e mostrar serviço, ganhando tempo político.

Na área econômica, a estréia do PT se marca pela mesma inexperiência, embora em aliança com

compulsão oposta à anterior, qual seja, a de convencer o mundo, com ênfase para os mercados, que não vai inventar nada diferente. O esforço na direção dos mercados é louvável, mas a conversão recente e mal assimilada aos princípios da economia real, não raro, leva o PT a exageros típicos de cristão novo. Em vez da prometida mudança radical da política econômica, que seria o desastre, a meu ver, o que vemos é uma continuidade sem convicção nem criatividade que poderá ela também custar caro ao País.

Nenhum Governo aumenta juros e corta gastos porque quer. Isso mostra, aliás, como era fácil e vazia a crítica do PT à política econômica do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O aumento de juros e o arrocho fiscal que acaba de ser anunciado, depois de todo o sacrifício feito pelo País no passado, não é mera imposição das circunstâncias. Embora medidas que considero, nesta conjuntura, necessárias, elas são um tributo à insegurança do próprio PT. Estudo preparado pelo economista Gesner de Oliveira mostra que o impacto do aumento de juros, após dezembro de 2002, quando o Governo Lula já pautava a transição, é da ordem de R\$13 bilhões por ano. Portanto, a transição custou R\$13 bilhões por ano em função do que chamo de Custo PT. Isso é quase metade do custeio de todos os programas da Rede de Proteção Social instituída por Fernando Henrique Cardoso.

Observe, Sr. Presidente, o drama em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal, tão densamente combatida pelo PT e seus aliados, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal. A LRF se tornou a tábua de salvação do início do Governo Lula, com o Ministro Palocci a ela se agarrando para não ceder à pressão de alguns governadores.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade patrocinada por PT e PCdoB pretendia derrubar mais de 30 dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal em matéria que tramitava no Supremo Tribunal Federal. E coube à Advocacia-Geral da União do Governo do PT, ironicamente, derrubar a ação do Partido dos Trabalhadores.

No cinema, assisti a Kramer versus Kramer; no Brasil, é PT versus PT.

Pode o Ministro Palocci ficar certo de que não lhe faltará o apoio do PSDB, embora na oposição, para defender a LRF até de aliados do Governo do qual S. Ex^a é Ministro da Economia.

Abro aspas para trecho de recente nota da Executiva do meu Partido:

“Fiéis à vontade expressa do eleitorado, seremos rigorosos na cobrança das promessas e na fiscalização das ações do futuro Governo. Leais ao Brasil, acima de tudo, seguiremos em defesa das conquistas fundamentais do povo brasileiro, pelas quais nos batemos até hoje: a plenitude da democracia; a estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal; a abertura crescente do governo, em todos os níveis, às demandas e à participação organizada da base da sociedade; os fundamentos econômicos, sociais e políticos da integração soberana de nosso País ao mundo globalizado.”

Coerentes com esses princípios, os representantes do PSDB no Congresso Nacional serão flexíveis na negociação das propostas relevantes para o País, criteriosos no votar, porém duros no debate.

A nossa não será uma oposição voltada a culpar o Governo por problemas antigos e nem a obstruir soluções que interessem ao País. Para nós não existe vício de origem, como disse muito bem o Governador Aécio Neves. O PSDB não rejeitaria propostas boas só por virem do Governo. Primeiro, porque não quer viver o constrangimento de passar a apoiar as mesmas propostas amanhã, quando retornar ao poder. **Last but not least**, em segundo lugar, porque o Brasil tem pressa, e o PSDB tem amor verdadeiro pelo nosso povo. Com o desemprego recorde e tantas mazelas sociais dentro de casa, com riscos de guerra no mundo, não temos tempo a perder. O relógio está correndo e quem paga a conta é o povo. Não há lugar para sectarismos, nem para amadorismos, nesta quadra histórica tão exigente. Caberá ao Governo Lula da Silva olhar para frente e dizer a que veio. Com esse espírito, estamos prontos a examinar propostas e aprovar as boas reformas.

Saiba, enfim, nobre Líder Aloizio Mercadante, que o Partido de V. Ex^a muitas vezes terá o nosso voto; em nenhuma vez contará com o nosso silêncio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se ainda me sobra tempo, gostaria de ouvir o Líder Aloizio Mercadante. Estou completamente às ordens e seria um bom começo para revivermos os bons momentos que vivemos na outra Casa.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, mas farei uso dos cinco minutos que tenho para falar como Líder. Não gostaria de abusar da paciência dos Srs. Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nobre Senador, tenho certeza de que, se todos pensam como eu, será um deleite, um prazer ouvir V. Ex^a.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, mas falarei como Líder para não prejudicar a intervenção de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Falarei como Líder após V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção de sempre. Agradeço às Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer. (o orador é cumprimentado)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, NA
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DO SENADO FEDERAL DE 18-2-03, QUE
SE REPUBLICA PARA SANAR INCORREÇÕES.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, V. Ex^a faz jus ao espírito de justiça que todos na Casa reconhecemos em V. Ex^a. Na verdade, nobre Senador Eduardo Suplicy, para simplificar, nós dois, o Senador Aloizio Mercadante e eu, falamos uma vez como “pessoa física” e outra como “pessoa jurídica”. Foi mais ou menos isso.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, vejo que o fosso ideológico a me separar do Senador Aloizio Mercadante já foi maior. S. Ex^a repete, com muito mais brilhantismo, frases e palavras que são do meu jargão habitual: a preocupação com as repercussões externas, a preocupação com a vulnerabilidade das contas externas, que vêm caindo ano a ano. No ano passado, algo em torno de R\$12 bilhões; neste ano, o Governo do PT terá algo em torno de R\$9 bilhões apenas para cobrir, em números arredondados. E S. Ex^a, o Líder Mercadante, refere-se ao Senador Romero Jucá, dizendo da inoportunidade de um projeto que rebaixe de 4,25% para 3% a meta de superávit primário. Pois bem, antes eu até havia conversado com os Senadores Jereissati, Eduardo Azeredo e alguns outros companheiros, dizendo que precisávamos de um debate muito profundo sobre o assunto, para saber se, de fato, seria essa a posição mais justa. E não quero faltar em nenhum momento com a sinceridade com ninguém; as coisas são abertamente transparentes.

Agora, Líder Mercadante, eu me lembro de quando V. Ex^a e seu partido eram contra qualquer su-

perávit. Entendiam que era melhor jogar dinheiro em tapa-buracos de estrada, que, de fato, a pobreza se agravava quando o Brasil rastejava perante o FMI, quando o Brasil fazia acordos que não faziam jus à sua história de país independente. Ou seja, eram esses discursos que estão aí. Eu daria a V. Ex^a de presente o livro mais delicioso, para que V. Ex^a se deleitasse com ele no fim de semana. Mas, em troca de V. Ex^a receber os meus, eu lhe daria também os seus discursos, que contrastam brutalmente, graças a Deus, o momento de hoje com o passado.

É melhor ser uma “metamorfose ambulante”, sim, mas a mudança foi muito brusca. Em todos os países onde houve essa troca de posição em partidos de esquerda, sobretudo na Europa, essa luta interna deu-se antes de eleições. Foi assim na Alemanha, quando Gerhard Schröder derrotou as forças, a meu ver conservadoras, de La Fontaine; foi assim na França, quando as forças lideradas por Mitterrand derrotaram as forças conservadoras lideradas por Michel Rocard e por Pierre Mauroy; foi assim na Espanha, quando Felipe González derrotou os conservadores da velha esquerda do Partido Social Operário Espanhol; foi assim na Suécia. Em qualquer lugar, houve primeiro o debate ideológico e, depois, a mudança. Aqui, houve primeiro a eleição e, depois, a mudança. Isso é que tem dado esse choque interno no seu partido, com o qual nada tenho a ver, e é o que tem dado choque entre as três instâncias que vejo aí postas.

O PT hoje se debate diante de três governos, Líder José Agripino: o governo possível, o único que será, de fato, gestado e concluído; o governo prometido, que é enorme, inalcançável diante do realismo e até da correção com que vem se portando a política econômica do Ministro Antônio Palocci; e, pior ainda, o governo esperado pela imaginação popular e fabricado pelo carisma dessa figura extremamente simpática e fascinante que é de fato o Presidente Lula. Além disso, pelo dedo, pelo toque de Midas dessa figura que considero como ministro informal da propaganda no Brasil, o Sr. Duda Mendonça, o governo esperado é ainda maior e mais exigente que o governo prometido. E ambos são abissalmente distantes do governo possível.

Eu teria ainda mais algumas coisas a dizer. A vulnerabilidade da dívida externa vinha caindo, assim como as exportações vêm subindo. O “risco-país”, que de fato poderia cair mais ainda, vai exigir de V. Ex^{as}. um novo discurso, Líder Aloizio Mercadante – e quero dizer isso frontalmente, até porque reconheço em V. Ex^a um adversário leal, e serei um adversário leal; mas V. Ex^a foi duro em relação ao Presidente Fer-

nando Henrique e serei duro em relação ao Presidente Lula. Serei sempre absolutamente respeitoso em relação à sua pessoa, porque é respeitável, e serei completamente exigente em relação ao cumprimento dos princípios que devem nortear um partido como o meu, ambiciosamente vocacionado para o poder. Mas V. Ex^{as}. estão diante de uma nova dúvida, que vou expor agora diante desta Casa.

No primeiro momento, os mercados – e agora já se pode falar perante o PT em mercado sem levarmos as críticas e as pechas de neoliberal e outras – surpreenderam-se favoravelmente, porque pensavam que prevaleceria não a sensatez do Palocci de hoje, mas, sim, o discurso de campanha, o discurso que talvez tenha obtido votos populares, o discurso que negava o nosso, para depois governarem com o nosso discurso, ou seja, governar com o discurso que perdeu, tendo desprezado o discurso com que ganhou a eleição.

Há, porém, outra pergunta que os mercados farão. A primeira foi de absoluta tranquilidade. O Governo Lula entrou num clima de equilíbrio e começou a fazer aquilo que fazíamos, aquilo que era certo. Depois disso, tentou agradar setores do seu partido, na tentativa de uma unidade interna – e é louvável buscá-la; até já me preocupo com o fato de que hoje, no PSDB, não temos quase nada de dissidências internas, e nem caberia tê-las num partido de oposição. Pois bem, para agradar certos setores do partido, V. Ex^{as}. disseram – de V. Ex^a não ouvi isso, mas Palocci disse e Lula diz isso sempre: “Estamos numa transição para um novo modelo”. Pergunto agora, e os mercados estão me ouvindo: qual é o novo modelo?

Estamos fazendo ajuste fiscal, câmbio flutuante, metas de inflação rigorosas? Vamos mudar para que modelo? Se isso não ficar bem esclarecido, o risco-Brasil não cairá mais. O risco-Brasil não poderia ser acima de mil pontos. E V. Ex^a sabe muito bem que, neste quadro, se houvesse a certeza de que votaremos as reformas essenciais, o risco-país poderia perfeitamente cair a 700, 600 pontos e poderia atingir, ao longo do Governo de Lula, o chamado **investment grade**, que nos colocaria na posição do Chile, do México, da Rússia. Ou seja, os que nos negaram as reformas tão essenciais para mudar o País impediram-no que atingisse um grau de **investment grade** na economia. Seria um País muito menos vulnerável às crises internas do que hoje!

Mas as cobranças virão agora, quando as pessoas perguntarem: que mudança é essa que ocorrerá no transatlântico? Para onde vamos? Se a resposta é o que Lula disse ontem, com todo o respeito que te-

nho por Sua Excelência, ela é vaga, é fraca, é simplória. A mudança não será para juros mais baixos, não. A persistência dessa política é que vai gerar a perspectiva de juros mais baixos. A credibilidade externa é que vai gerar a possibilidade de colocação de títulos brasileiros mais baratos e mais facilmente colocáveis no exterior. Essa é a questão central que, daqui a pouco, debaterá o Partido dos Trabalhadores, porque não há – e vou afirmar agora – outro modelo. O Governo Lula não mudará, até porque confio na sua sensatez, para modelo algum, pois a única forma que se tem de administrar a economia do País é essa.

O que diferencia um governo de direita, Presidente Paulo Paim, de um governo de esquerda não é se ele é responsável ou irresponsável na economia. É obrigação de todo cidadão que dirige um país, uma cidade, um estado ser responsável fiscalmente. O que diferencia é saber como serão aplicados os excedentes econômicos que a sua previdência econômica gera, provoca. A aplicação desses excedentes econômicos é que vai dizer se o governo é sensível. Se ele investe nas elites, é um governo de direita, a meu ver. Se investe no transporte popular, em casas populares, em saúde de massa, é um governo de esquerda.

Mas só existe uma forma de administrar a economia: é essa. Felizmente, o Partido do Senador Aloizio Mercadante entrou por esse caminho. V. Ex^a está no Senado para grande prazer meu. Eu jurava que um governo do PT teria V. Ex^a como Ministro da Fazenda, que o Ministro do Planejamento seria o Paul Singer e que o Presidente do Banco Central seria o Paulo Nogueira Batista Júnior. Eu perderia as três apostas. Parece aquele brasileiro que, para entrar no céu, errou as cinco perspectivas de São Pedro. Eu jurava isso.

Porém, de qualquer maneira, fico feliz em saber que V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, com seu discurso reciclado, aqui está, ao nosso lado, para divergirmos sobre o passado, sim, para que nós do PSDB possamos cobrar de V. Ex^a rapidez, pressa, celeridade nas reformas, para que exijamos mais reformas. Não queremos boicotá-las. A dúvida que temos não é se devemos deixar V. Ex^{as} aprovar as reformas, mas saber se V. Ex^{as} serão capazes de gerenciar políticas que levem efetivamente à transformação estrutural deste País.

Por isso, sinto que teremos nesta Casa, Sr. Presidente, um debate rico. Hoje, derramei uma chuva de papéis sobre o Governo: cerca de 50 requerimentos, inclusive de convocação de Ministros, para começarmos um debate amplo. O PT, fiel à sua tradição de debate, não breará a convocação de ninguém. Tenho

certeza disso. São requerimentos que nos darão dados para balizarmos o debate.

Em relação ao passado, já disse a V. Ex^a pessoalmente e digo agora em público. Ao contrário de qualquer medo, tenho o maior orgulho de debater qualquer ponto ou dado do governo de que fui líder e ministro durante quatro anos, um dirigente de certa forma responsável pelos destinos do governo, ao longo de outros quatro anos.

Em relação ao Governo de V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, desejo que ele se saia da melhor maneira, até porque não quero o quanto-pior-melhor. Não acredito que o Governo de V. Ex^a deva ir mal para que o meu volte ao poder. Quero que o Governo de V. Ex^a vá bem para que o povo compreenda que a nossa política, sendo melhor ainda, signifique a nossa volta ao poder. Não nos interessa, portanto, de forma alguma, boicotar o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Interessa-nos saber se, de fato, ele será um governo “assembleísta” – do tipo que reúne para convocar e convoca para reunir – ou se será um governo capaz de, com presteza e rapidez, mandar para o Congresso as reformas, para que as analisemos e votemos a favor de todas aquelas que realmente tragam mudanças. Não votaremos reformas água-com-açúcar. Votaremos reformas que signifiquem mudar para valer as estruturas do País, pensando nas nossas gerações atuais e vindouras!

Para isso, V. Ex^a contará claramente não só com a amizade e com a admiração desse seu velho companheiro e amigo, mas sobretudo com o apoio e com a solidariedade de um Partido que veio para reformar e que não está pegando carona em nenhuma onda reformadora. Ao contrário, meu Partido fica feliz em saber que V. Ex^a agora incorpora, com o ardor da sua inteligência, as reformas por que há tanto tempo nos batemos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

.....

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, NA
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DO SENADO FEDERAL DE 24-2-03, QUE
SE REPUBLICA PARA SANAR INCOR-
REÇÕES.**

.....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tenho absoluta convicção de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente teria chegado ao radica-

lismo de, no afã de fazer reformas – e é tão necessário fazê-las –, jogar a sociedade contra os servidores públicos. Não creio realmente nisso.

Em primeiro lugar, qualquer confiança feita pelo Senhor Presidente da República a algum governador ou a qualquer interlocutor seu deveria ter sido guardada a sete chaves. E ainda assim, repito, não creio que Sua Excelência tenha proclamado uma opinião tão contrária ao diálogo, pois o diálogo tem sido a marca, pelo menos a marca anunciada, do seu Governo. Na verdade, a questão não está em jogar a sociedade contra os servidores nem em separar servidores civis de servidores militares nem em separar a sociedade dita produtiva, trabalhadores e empresários, da outra igualmente produtiva, essa que labuta nas repartições públicas prestando serviços – e o fazendo com muita honestidade.

Vai-se compondo a feição deste Brasil que nós pretendemos cada vez marcado por menos injustiças. Mas a grande verdade, Sr. Presidente, é que para todos chegou a hora das reformas. Ninguém mais em sã consciência – e como fico feliz com isso! –, ousa dizer que é contra as reformas, antigamente chamadas de neoliberais, tão mal-afamadas como tradução de venda do País, de lesa-pátria, a partir de críticas que beiravam o delírio político de uma época extremamente sectária.

Agora, quase temo aquilo que Nelson Rodrigues temia também: a unanimidade. Todo mundo está a favor das reformas, mas temo, porque, de qualquer maneira, temos que discuti-las a fundo, para sabermos até que ponto, primeiro, há mesmo vontade em tanta gente de fazer as reformas e, segundo, a capacidade de gerenciar o processo de mudança. Uma coisa é anunciar que vai fazer; outra é conseguir fazer para valer.

Há um terceiro ponto. Quando temos medidas fiscais, necessárias neste momento, mas duras, como as anunciadas pelo Presidente Lula recentemente, com o corte de R\$14 bilhões de um orçamento já magro em investimentos, temos que, ainda assim – e este é o papel da Oposição –, acompanhar muito atentamente, passo a passo, para vermos se de fato aquilo que foi anunciado será acompanhado com pulso forte pelo Governo Federal para tornar realidade a perspectiva de uma economia fiscalmente mais saudável.

Mas é muito bom. O mandato de nós todos haverá de crescer, porque já me sinto livre de algo que ameaçava escravizar a inteligência brasileira: o sectarismo. Não se podia discordar, Sr. Presidente. No Aeroporto – e fui tantas vezes vítima disso –, era usual

que aglomerados de líderes sindicais a soltar improperios, numa atitude fascistóide, nazi-fascistóide, porque entendiam simplesmente que qualquer posição diferente daquela abraçada por determinada corporação significaria o mal e que o outro lado seria, o bem. Trata-se de algo parecido com essa dicotomia perversa entre estas duas figuras igualmente menores da vida pública: o Presidente George W. Bush e o ditador do Iraque Saddam Hussein.

Ou se pensava pela cartilha da economia dos anos 50 ou se era neoliberal e desonesto e se estava vendendo o Brasil. Que bom que agora já se pode discutir a Consolidação das Leis do Trabalho sem ameaça de, com o dinheiro do FAT, colocarem o retrato dos opositores nos **outdoors** das capitais brasileiras como vendedores da pátria, como vendilhões da pátria ou o que mais seja.

Vamos aproveitar a disposição de todos, e fazer as reformas. Não acredito que o Presidente Lula tenha dito algo perverso, que jogaria a sociedade contra os servidores públicos. Não acredito. Sua Excelência mudou e continua mudando. Isso é saudável. Prefiro que Sua Excelência mude na minha direção – e Sua Excelência está mudando –, mas não mudaria a ponto de chegar a essa perversidade com os servidores públicos. Vamos, então, fazer as reformas que não foram feitas porque algumas forças se moveram contra elas, entre as quais o bravo Partido, que dá sustentação e filiação ao nosso ilustre, prezado e honrado Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A cobrança dos inativos, por exemplo, que hoje virou um **must** e que tem sido canonizada não passou por um voto na Câmara dos Deputados, talvez aquele voto dado, equivocadamente, pelo ex-Ministro Antônio Kandir. Se a sólida Bancada do Partido dos Trabalhadores tivesse querido votar a contribuição, não teria sido uma distração do Deputado Kandir a merecer as primeiras páginas dos jornais, porque aquele erro se teria perdido no vazio, diluído num mar de votos favoráveis à verdade atuarial das contas da Previdência.

Sr. Presidente, os anos de 2003 e 2004 serão difíceis, a persistirem os sintomas desta crise internacional que se aprofunda a partir da eternamente beligerante disposição do Presidente George Bush e a partir de inevitáveis reações que começam a surgir no mundo inteiro.

Vejo, por exemplo, um eixo AlemanhaFrança, indo para um acordo conjuntural com China e Rússia, o que significaria drenar, da União Européia para esses dois países, investimentos que, muito bem, poderiam, em outra ocasião, vir para o Brasil.

O Brasil, portanto, arrisca, e tem que ser hábil e firme ao mesmo tempo. Nosso País arrisca depositando demasiada esperança nos investimentos da União Européia, estando cingido a brigar por investimentos dos Estados Unidos numa hora tão difícil, numa hora em que o Presidente americano sectariza tanto suas posições e gerencia a economia com tanta incompetência. Hoje, posso dizer, pois sei que não deixaria de ter a solidariedade do PT e de todos aqueles que não faltarão com sua coerência: o Presidente George Bush está conduzindo, da maneira mais incompetente, a economia americana. Sua Excelência a encontrou com superávit. No primeiro ano, ela teve um pequeno déficit de US\$3 bilhões, e, agora, antes do esforço de guerra, já se anuncia um déficit de US\$435 bilhões.

É preciso que nós todos sigamos, naquele velho espírito, na próxima quarta-feira, numa comissão plural – jamais me neguei a fazer isso quando era Líder do Governo –, para a embaixada americana e digamos à embaixadora americana que não concordamos com a idéia da guerra, com a idéia do unilateralismo, com a idéia de se sufocar a liberdade dos povos em função da supremacia militar de um país. Tenho certeza de que vários colegas estarão ao meu lado. Estou marcando para quarta-feira essa saída, Senador Ramez Tebet. Muitos colegas estarão comigo, porque as pessoas mudam, mas não podem mudar tanto assim.

Sr. Presidente, finalmente abordo uma questão da minha região, de maneira bem rápida. Uma matéria do jornal **O Globo** de hoje menciona que a Zona Franca seria um artifício para burlar o Fisco. Em **off**, técnicos da Receita Federal dizem que “há grandes empresas abusando do uso de artifícios para não recolher tributos. O principal deles seria levar parte de sua produção para a Zona Franca de Manaus, com isenção de impostos, e aproveitar o benefício por meio de uma manobra para desonerar o restante da produção e sair na frente da concorrência”. Depois, vem um argumento malicioso, equivocadamente, que defende que bastaria ter 1% de componentes amazônicos – e não é possível se ter menos do que 1% se o principal de tudo é a mão-de-obra criadora, a mão-de-obra construtiva, a mão-de-obra altamente especializada do Pólo industrial de Manaus – para que ocorresse, para o produto ali finalizado, a isenção de IPI e, com isso, a eliminação de concorrentes. E essas figuras ainda acusam, em **off**, injusta e desrespeitosamente, o Supremo Tribunal Federal de não impedir o que seria uma burla para esses setores.

Devo dizer o que, na verdade, constatei com o ex-Ministro Alcides Tápias, um grande brasileiro ligado, claramente, a uma visão de São Paulo para o País. Ministro do Desenvolvimento, ele foi ao Amazonas, visitou o Pólo Industrial de Manaus e disse que aprendeu que ali não se fazia maquiagem, que ali se agregava valor econômico para valer e valor industrial mais do que se podia agregar em São Paulo e que havia grande preconceito contra um modelo regional de desenvolvimento exitoso, talvez o único em que se tenha obtido êxito em toda a história da República. Fracassaram Sudam, Sudene e suas tantas outras antecessoras. E o Pólo Industrial de Manaus revela-se capaz de produzir uma mão-de-obra especializada e de exportar. Em época de crise, ele fatura de US\$9 bilhões a US\$10 bilhões. Algumas pessoas dizem que esse faturamento é explicado pela existência de incentivos fiscais, como se incentivo fiscal tivesse sido inventado ali, para aquela região, escondendo mais uma vez, um certo preconceito das regiões mais ricas do País contra as regiões periféricas.

Cito os exemplos de outros países – a França do meio-dia, a França do **Midi**; a Itália do meio-dia, do Sul, subdesenvolvida à época, a Itália do **Mezzogiorno**; e os Estados Unidos, do **Tennessee Valley** – e constato que todo e qualquer governo, quando percebe que há uma região estratégica menos desenvolvida que as outras por qualquer razão – econômica, militar, social ou política –, e se quer desenvolvê-la para que ela acompanhe o ritmo das demais, a ela destina incentivos fiscais para procurar recuperar o tempo perdido – isso é imemorial.

Foi assim no Amazonas, foi assim na Zona Franca de Manaus e foi assim num pólo industrial que não deveria ser chamado de Zona Franca, até porque nada tem ele mais de mero escambo comercial. Trata-se de um pólo consolidado para valer, que agrega – repito as palavras do Ministro Alcides Tápias, esse comandante empresarial paulista – tanto valor econômico e industrial quanto mais se agregue valor econômico e industrial em qualquer ponto do País.

Portanto, é um preconceito que devo rebater nesta hora, sobretudo como Parlamentar eleito pelo Estado do Amazonas, menos até do que como Líder do meu Partido, para que passemos a aprender certas verdades básicas. Se este País não olhar para a Amazônia sem preconceitos, e com grandeza, sempre amesquinhará as suas perspectivas de futuro. Se este País não for capaz de amar a Amazônia pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina, por qualquer rincão, nunca perceberá o quanto o Amazonas será importante para o desenvolvimento do Rio Grande do

Sul, de Santa Catarina, do Espírito Santo e de qualquer ponto deste País, porque é a região mais estratégica, é talvez a última fronteira de expansão econômica que poderá reverter indicadores negativos neste País. É sobretudo um grande milagre que tenhamos, em meio a tanta cobiça, mantido a soberania nacional sobre a região amazônica e estarmos discutindo, como estamos, a perspectiva do desenvolvimento sustentável, aquele que faz com que a galinha dos ovos de ouro não morra, aquele que faz com que se possa pensar em cada vez mais chegar ao desenvolvimento socioeconômico verdadeiro.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – O Regimento não me permite apartear-lo, mas endosso-o plenamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jefferson Peres, pelo seu endosso. Conheço sua luta por nossa região. O Regimento me impede de conceder o aparte, mas fico orgulhoso com sua participação neste discurso.

Pois bem, a idéia do preconceito revela provincialismo, revela mesquinha, revela desconhecimento do País. Além disso, revela que, ao mesmo tempo e na contramão de os americanos, por exemplo, ambicionarem e saberem que a Amazônia é importante, de a Europa inteira procurar estudar a Amazônia – encontrei em Paris, há alguns anos, pessoas ganhando US\$2 mil para estudar a Zona Franca de Manaus, com bolsa de estudos paga pelo Governo francês –, fingimos que não reconhecemos a importância de uma região extremamente relevante para que se possa pensar no futuro estratégico deste País.

Sr. Presidente, tive que fazer esse *mélange*, esse *mix*, essa mistura de temas, para aproveitar o tempo. Eu gostaria de falar sobre a decisão firme do Partido que tenho a honra de liderar nesta Casa do Congresso Nacional: não negaremos nosso passado. Votaremos todas as reformas que realmente reformem. Votaremos todas as reformas que realmente signifiquem mudanças em estruturas carcomidas e esclerosadas deste País. Não estamos denunciando essas estruturas como esclerosadas e carcomidas há pouco tempo, mas há muito tempo, porque compreendemos que, há mais de duas décadas, este País está devendo à sua sociedade, reformas estruturais como essas chamadas de neoliberais até pouco tempo atrás, mas que agora são vistas com bons olhos por todos que, com tanta honestidade, mas com tanta cegueira histórica as boicotaram, impedindo-as de vingar.

Atento a tudo que está acontecendo, imagino que este País pode claramente se perceber numa encruzilhada: ou ele vai para o caminho da estagnação, do falso crescimento, da “chavezização” do País, o caminho das bravatas, da inconseqüência econômica, o caminho do apelo às massas populares, sem, na verdade, se definir qualquer projeto de País; ou, então, esse País aprofunda seu compromisso com o ajuste fiscal, com as reformas estruturais, com tudo o que signifique manter como meta principal de uma economia civilizada a inflação baixa. Depois, com tudo girando em torno da inflação baixa, a partir dela se poderá pensar em crescimento duradouro, sustentável, sustentado, a taxas as mais altas possíveis. Contudo, não será possível crescimento algum se fingirmos, como País, Governo e povo, que não é essa a única forma de efetivamente se governar ou de se conduzir esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
TECNOLOGIA DIGITAL
(Criada na 2ª Reunião do Conselho, em 26-6-02)**

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2002, QUARTA-FEIRA,
ÀS 14H, NA SALA Nº 15 DA ALA SENADOR
ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, realizada em 20 de novembro de 2002, quarta-feira, às 14h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, de caráter administrativo, destinada a dar conhecimento e discutir a respeito de providências adotadas pela Comissão relativamente à análise da “Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil” do Governo Federal e de alternativas para a TV Digital no Brasil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

FERNANDO BITTENCOURT

Engenheiro com notório conhecimento
na área de Comunicação Social

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

Representante das categorias
profissionais de cinema e vídeo

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA

Representante da categoria profissional dos artistas

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

Representante das empresas de rádio

FREDERICO BARBOSA GHEDINI

Representante da categoria
profissional dos jornalistas (Suplente)

MIGUEL CIPOLLA JR.

Engenheiro com notório conhecimento
na área de Comunicação Social (Suplente)

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, do Conselho de Comunicação Social.

Com a palavra, o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O objetivo aqui é equalizar o nosso nível de entendimento sobre o assunto. Não adentraremos no mérito; será apenas para equalizarmos o assunto.

Na sequência da apresentação, falaremos sobre o que é TV Digital e sobre o grupo do qual estamos participando. Tentarei fazer o mais rápido possível. Seguindo uma agenda, falarei sobre a definição do trabalho de um grupo do qual fazemos parte e que já estuda isso há muitos anos; sobre as aplicações de TV Digital; sobre os testes que já foram feitos no Brasil; sobre os padrões existentes; sobre os produtos de consumo; sobre o cenário que temos hoje no mundo, como é que se dá, e sobre uma discussão a respeito de modelos de negócios. Tudo no sentido de dar um pano de fundo ao nosso entendimento sobre isso.

Quando falamos em TV Digital, na realidade, estamos falando, no caso específico da nossa discussão, na nossa Comissão, em TV Digital terrestre, ou seja, da TV Digital aberta. A TV Digital já existe em outras mídias há algum tempo. Por satélite, já é digital, a TV a Cabo está começando, o DVD também é digital. Mas o tema da nossa Comissão se refere à transmissão da TV Aberta Digital, que hoje é analógica. Aqui, há uma explicação bastante sucinta do que seja isso. Hoje, as emissoras de televisão, as produtoras, praticamente produzem tudo já digital, mas fica no âmbito do estúdio. A transmissão é analógica e, evidentemente, a recepção também. O aparelho indicado é analógico. E convivemos com todas as imperfeições e com todos os problemas que a TV Analógica inerentemente mantém.

Então, no estúdio, praticamente, já é tudo digital, mas a transmissão é analógica. O próximo passo é

manter o estúdio digital e transformar a transmissão em digital. Isso mudará muita coisa, como veremos em seguida, a transmissão e a recepção digital também. Para transmitir digitalmente, cada emissora de televisão terá que haver um segundo canal. Não é possível transmitir digitalmente no mesmo canal atual. Então, terá de ter um segundo canal, para cada emissora que está no ar, hoje, transmitir o conteúdo que é produzido digitalmente. Cada usuário, cada telespectador, terá de comprar um novo aparelho também ou um conversor. Ou seja, é uma nova recepção. Muda bastante em relação ao que foi a tevê em cores. Quem não quisesse tevê em cores continuava com o aparelho em preto e branco e assistia ao programa em preto e branco. Aqui não. A transmissão digital somente é vista em um receptor digital.

Eu falarei rapidamente sobre o trabalho do grupo do qual fazemos parte. Ele foi formado, em 1994, por duas entidades: ABERT e SET. ABERT é a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e SET, que é Sociedade de Engenharia de Televisão. Esse grupo foi formado pelas emissoras de televisão – dezessete emissoras – e algumas instituições de ensino, como o Mackenzie. O assunto vem sendo discutido ao longo dos anos, até que, em 1998, o grupo decidiu fazer uma avaliação dos três sistemas existentes na época: o americano, o europeu e o japonês.

Assim foi feito com a Anatel, com quem fizemos um acordo. Ela aceitou a proposta e, inclusive, supervisionou o trabalho, juntamente com o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), de Campinas, que foi contratado por ela para acompanhar os trabalhos. Nós, do grupo, fizemos tanto os testes de campo, ou seja, colocamos a emissora de televisão no ar, porque a Anatel nos deu um canal, bem como fizemos um teste de laboratório. Isso do final de 1999 até abril de 2000.

A partir daí, foram gerados vários relatórios. Esses testes geraram muitos debates, como os senhores devem estar acompanhando, porque evidentemente agradaram uns e desagradaram outros. Houve uma polêmica grande sobre a parte política. Mas eles foram feitos com bastante isenção. Procuramos dar isenção técnica.

Bem, então essa é a história do grupo.

Rapidamente, gostaria de falar sobre o que a TV Digital oferecerá de novidade. A primeira grande novidade da TV Digital – eu já passei rapidamente por cima – é a qualidade. Hoje, quando se recebe em casa a imagem da televisão, pode haver fantasma, chuva; o áudio às vezes apresenta problema, o som não é muito claro. A TV Digital permitirá uma cla-

reza total, ou seja, teremos em casa a mesma qualidade que se tem no estúdio de televisão hoje: a perfeição, sem nenhuma perda. A imagem é perfeita, sem fantasma ou chuveiro; o áudio possui também qualidade de CD.

Aqui há um ponto interessante: ou a TV Digital é perfeita ou não existe. Então, se onde os senhores moram não for possível receber perfeitamente o sinal, não haverá imagem, é *black*, diferentemente da TV analógica, que sempre mostra alguma coisa. O primeiro grande drama da TV Digital é que, se não houver uma cobertura boa, bem-feita, ou seja, um modelo de transmissão bem feito, tudo funcionando perfeitamente, corre-se o risco de alguém comprar um aparelho, chegar em casa, ligar e não funcionar, ou pegar umas emissoras e não sintonizar outras. O sistema é muito mais delicado do que o analógico, do qual sempre se recebe alguma transmissão, bem ou mal. Então, essas são as primeiras grandes diferenças: qualidade e tempo.

A segunda grande novidade da TV Digital é a transmissão em alta definição, que é uma qualidade de vídeo parecida com a do cinema.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não chegou lá ainda.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Muito próxima! Eu diria que, para a televisão doméstica, não há diferença. Se quiser projetar em um grande telão, é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Já temos também projeção digital de cinema tradicional.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A grande novidade da alta definição é a largura da tela, mais próxima do cinema, e a resolução seis vezes maior que a atual, onde teremos o filme como é no cinema, sem cortes. Hoje se assiste ao filme na televisão cortado nas bordas.

Quanto ao futebol, temos uma perspectiva diferente do jogo, uma visão da jogada mais aberta do que hoje se tem, como se estivéssemos em um estádio.

Então, a tevê de alta definição é algo novo que a televisão digital irá oferecer para as entidades envolvidas: emissoras e espectadores. Evidentemente, para produzir em alta definição, as emissoras de televisão deverão substituir os seus equipamentos. Hoje

se produz digital em definição padrão 4:3. Quem decidir fazer alta definição precisará substituir seus equipamentos: câmaras, etc. Tudo novo! A produção é diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O investimento das emissoras do Brasil é o que se fala, de US\$10 bilhões em 10 anos?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não. Somente se tem falado no custo de transmissão.

É 1.7 falando sobre transmissão. Como a alta definição é algo que depende muito da estratégia de cada empresa e também será feita de acordo com o mercado, não irá pressionar ninguém. É uma estratégia de cada empresa.

Então, a primeira coisa é a qualidade, mesmo em 4:3 – isso é uma definição atual; a segunda é a qualidade HDTV (*High Definition Television*); a terceira possibilidade que a transmissão digital vai oferecer é a de se transmitir mais de um programa no canal digital. Quando se fala em transmissão digital, fala-se em megabits. Um canal de televisão atual de 6 megahertz, que é a largura padrão de um canal, vai poder transmitir 20 megabits, e esses 20 megabits podem ser gerenciados e alocados de acordo com cada usuário.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Isso é que se chama de interatividade, na realidade.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Vou falar nisso ainda. Então, no caso anterior de alta definição, ele praticamente consome os 20 megabits todos num único programa. Mas você pode abrir mão. Uma emissora pode não querer alta definição e transmitir múltiplos programas.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E pode exibir impacto em HDTV e em parte não?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Pode. Você pode transmitir HDTV e um pequeno segmento para transmissão de baixa qualidade, um segundo programa com qualidade menor, mas, dependendo do *display*, pode ser até aceita a qualidade menor.

Então, em relação aos múltiplos programas, estimamos, grosseiramente – evidentemente isso vai evoluir com o tempo –, que se podem colocar três a quatro programas de televisão num canal e manter a qualidade como a de hoje. Assim, a emissora que considerar que o mercado e a regulamentação permitem, evidentemente, pode colocar três ou quatro programas diferentes num mesmo canal.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu havia entendido que seriam não três ou quatro programas num canal, mas três ou quatro canais. Então haveria um canal de alta definição. Por exemplo, no caso da Rede Globo, haveria um canal só de repetição de toda a programação.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Agora temos que aprender uma tecnologia diferente, porque, hoje, um canal é um programa. Com a TV Digital, um canal pode ser mais de um programa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Então não são vários canais?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Continua sendo um canal com múltiplos programas.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Um canal vai ter sempre 6 megahertz.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Seis megahertz, transmitindo 20 megabits. Então as emissoras vão transmitir três programas de 6 megabits cada um. Dá 18 megabits, mais 2 megabits para som, para dados, para interatividade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para dados, para rádio.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Pode triplicar o uso do espectro em termos de potencializar.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Pode triplicar e com programas diferentes. É uma possibilidade bastante interessante, polêmica, economicamente complicada, mas, enfim, é possível fazer.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – É um grande desafio. Você vê, já se produz tanta porcaria...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Exatamente.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr^a Presidente, permite-me só uma observação?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não, Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – O Fernando e o Miguel estão um pouco mais a par, daí uma observação para analisarmos. A princípio, temos até as 17h, parece-me. Essa apresentação é importantíssima para situar, concordo com o Fernando. Mas temo não conseguirmos, por causa do objetivo que é a continuação do que a Comissão produziu até agora, com a participação deles, nos nossos próximos passos.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Vou tentar acelerar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Imagino que em 20 minutos o Fernando vai concluir.

Considero importante, Geraldo, porque a nossa área é outra completamente. O Fred, como jornalista, eu, como diretora de cinema, vídeo, e tevê, acabamos tendo que estudar isso. Mas é delicioso poder ouvir isso de um técnico do padrão do Fernando e do Miguel.

Então, tomo a decisão de conceder mais 20 minutos para os companheiros poderem concluir.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Com certeza, inclusive não precisamos encerrar obrigatoriamente às 5 horas, não é, Dirceu? Dependendo do horário de voo.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Nós vamos cair, mais na frente, em situações que vão entrar no aspecto regulamentar e político.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Aquilo que falávamos de que se poderia multiplicar o espectro 10 vezes, em termos de capacidade de uso.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Dez, não; três ou quatro vezes.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – E não significa multiplicar o espectro; quer dizer, é a possibilidade do uso dentro do mesmo espectro, porque, na realidade, a frequência e o canal continuam sendo os mesmos.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Bem, a quarta novidade em relação à aplicação da TV Digital é a chamada *datacasting*. É onde estaria embutida a interatividade.

Basicamente, é o seguinte: hoje, o canal de televisão só pensa em som e imagem. Com a tevê digital, vão-se poder fazer outras transmissões, não apenas as de som e imagem; dados, fatos relativos ou não ao programa que está sendo transmitido.

Essa é uma novidade que terá que ser explorada e terá que haver um aprendizado de todo o mercado no sentido de se saber o que se faz com esses dados, com esses *bits* que estarão disponíveis: apostas, vendas de coisas, votação, escolha, ou seja, há “n” possibilidades.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Somente uma informação sobre a *datacasting*: como ele falou, não necessariamente precisa estar correlacionada com o conteúdo principal da programação.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Pode ser a venda de um produto.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Ou venda ou até um serviço extra; uma disponibilização de dados para informações de interesse público por exemplo. Amanhã, se se resolver achar uma maneira de se distribuir *e-mails* para cada usuário de uma TV Digital, isso poderá ser feito também.

Enfim, essa aplicação de dados possibilita múltiplas aplicações, não necessariamente correlacionadas com a programação de televisão.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cine-

ma e vídeo) – Mas, nesse caso, ela é ponto/multiponto e multiponto/ponto ou ela só...

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Ela pode ser até endereçada. Se o seu *set-top box* for identificável, ela pode ser endereçada.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Posso responder.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A resposta, a volta tem que ser via rede de telecomunicações. Estamos falando aqui só de transmissão, ponto e multiponto, porque não existe ainda nenhuma discussão sobre canal de retorno de cada espectador para a emissora. O retorno é via telefone, como é hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Na realidade, a interatividade se resume à possibilidade de o espectador fazer a sua programação.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Retornando por telefone ou, no caso de TV a Cabo, pelo cabo. Quando for cabo, a capacidade de retorno é maior.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – A outra possibilidade de interatividade também é poder armazenar informações no *set-top box* do indivíduo. Nesse caso, ele estará interagindo com o *set top box*. Então, haverá também uma interatividade, não necessariamente no canal de retorno, mas baseado numa informação que já está residente no seu *set top box*.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O quinto assunto que consideramos muito interessante é a televisão móvel. É a capacidade que a TV Digital terá de ser recebida em elementos móveis, ou seja, em carros, táxis, ônibus, trens e metrô; tudo que está em movimento, que é algo que hoje não se tem. Atualmente não se consegue assistir à televisão andando; consegue-se, mas a imagem some e aparece; ninguém consegue ver nada. Com a TV Digital, não. Haverá a possibilidade de se receber a imagem de forma estável no seu carro, táxi ou ônibus.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Enfrentar com alegria aqueles maravi-

lhosos congestionamentos de São Paulo e Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Isso abre uma possibilidade da telefonia na terceira geração.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Esse é outro assunto. Aqui, é no canal de televisão, ou seja, o seu carro teria um receptor de televisão, em que estaria recebendo televisão e estaria vendo; nada a ver com telecomunicações ainda.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não se está pagando nada para receber; ocorre dentro daquela tese de que se recebe gratuitamente.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Então, a mobilidade é algo que consideramos muito importante, porque é um mercado novo.

Na realidade, em relação ao que falei até agora, não há muita novidade. A televisão vai continuar vivendo de publicidade, e o mercado publicitário é o mesmo. É algo complicado economicamente. Aqui, já aparece alguma coisa nova.

A mobilidade, na realidade, justifica o fato de se ter um espectro, porque somente quem o tem vai poder receber o móvel, ao contrário de quem tem receptor fixo em casa, que tem o cabo, tem o satélite, elementos que competem com a televisão aberta, mas no ar, no carro, somente TV Aberta pode ser recebida.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Mais ou menos como FM/AM.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É como rádio. Agora o senhor tocou num assunto de que vou falar: é a tevê portátil, um pouco derivado móvel, mas resolvemos separar, porque também há condição de ser recebido em elementos pequenos como celular, como *Palm-top*. A televisão digital poderá ter uma aplicação para aparelhos portáteis, o que também é uma coisa nova, e aí entra uma certa convergência com a rede de telecomunicações, porque no mesmo *device*, que é o celular, poderá ou receber televisão aberta, livre, gratuita, ou receber a Rede Telecom falando em voz. Se você pensar nos aparelhos futuros, na terceira geração de celular, eles serão aptos a trafegar vídeo também pela Rede Telecom. Só existe uma diferença fundamental e con-

ceitual importante: esse vídeo recebido pela televisão aberta é livre e gratuito; o outro, de Rede Telecom, é pago, e provavelmente muito caro, porque é um consumo muito alto. Não será viável, pelo menos num futuro previsível, assistir-se a um jogo de futebol pagando à Rede Telecom, pois será um custo inviável. Você poderá assistir ao gol do seu time ou a uma notícia na Rede Telecom, mas assistir a um programa, esquece, porque o custo será alto. Talvez daqui a vinte anos, mas, num futuro previsível, será muito caro. O que se prevê é que, realmente, o programa será visto pela TV Aberta e poderá interagir de alguma maneira com a Rede Telecom.

Existe uma convergência no mesmo *device*, mas com dois serviços, no meu entender – não sei se o Miguel concorda comigo -, muito diferentes.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Claro, totalmente diferentes.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Um é pago, exclusivo, é ponto a ponto, porque recebe só para ele, quando é via Rede Telecom. O outro é ponto e multiponto, livre. São duas coisas completamente diferentes que vão convergir no mesmo *device*.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O dispositivo é o mesmo, digamos assim, mas o serviço é diferente.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – E, de certa forma, se for bem feito, um serviço poderá complementar o outro.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Pode complementar o outro, claro.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – As empresas não estarão competindo entre si; vão se complementar.

Estou dizendo isso, porque já surgiu muita confusão em relação a esse assunto. O pessoal da Telecom já começa a acreditar que a TV Digital vai competir com eles, e isso, pelo que entendi, não é verdade. Não é o caso, não vai competir, porque são dois serviços com conceitos diferentes, pelo menos se imaginarmos que a TV Digital vai permanecer como é hoje: uma TV Aberta, livre, gratuita, como acreditamos que deve ser.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Esse é o conceito da radiodifusão, não deve mudar.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não deve mudar, embora, pensando numa forma bem genérica, como o senhor disse, podemos ter serviços pagos.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Sim, pode também ter.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A regulamentação pode permitir determinados serviços pagos. E, regulamentado, paga taxa, retorna para o Governo uma parte, como ocorre nas telecomunicações.

Vamos tentar acelerar. Como já falei, fizemos testes com os três sistemas existentes hoje, são três: o ATSC (*Advanced Television System Committee*), que é o americano, o europeu e o japonês. Isso aqui é mais ou menos um resumo dos testes que fizemos com os três sistemas. Aqui, três tiques significam muito bom, um tique, razoável, dois tiques, médio. A conclusão da recepção com antena externa foi de que os sistemas europeu e japonês foram muito bons e o americano foi fraco. Com antena interna, já o europeu não esteve tão bom quanto o japonês; a recepção móvel, o americano não fez – até hoje não faz. O europeu funcionou mal e o japonês, muito bem. Para uma combinação entre transmissão em alta definição e móvel – que sempre consideramos uma aplicação muito interessante, porque existe no mesmo canal um programa endereçado a receptores fixos em casa, em alta qualidade, e um segundo programa, ou o mesmo programa endereçado *devices* pequenos para serem recebidos em mobilidade – nesse caso, o americano não funciona, o europeu funcionou mal e o japonês funcionou melhor.

No que diz respeito à integração com o celular, o sistema japonês foi desenvolvido com essa intenção. Ou seja, o conceito dele já foi desenvolvido pensando nessa integração.

Quanto à área de consumo, sempre em um aparelho de consumo, um televisor, ele tem duas partes importantes: uma é o *display*, que é o visor, que representa em torno de 80% do preço do aparelho; a outra é a parte eletrônica. Então, essa visão de custo é importante para analisar todo o processo.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Do preço ou do custo?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Do custo também. Creio que haja variações, mas, em geral está em torno de 80%, que é o preço do *display*. A eletrônica é cada vez mais barata.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Por que isso depende do padrão?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O *display* não depende do padrão. Qualquer padrão vai precisar de um *display* de alta definição ou não. Quanto à parte eletrônica, sim, essa depende do padrão, porque, nesse caso, entra o esquema de transmissão. Como há uma discussão sobre os padrões, esse conceito é interessante sabermos.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Impactar no preço não é necessariamente o padrão.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Naquela parte eletrônica, que é 20% do aparelho, 90% ou 80% daquela parte são comuns para os três sistemas. Quando estamos falando de custo, na realidade, é algo que gira em torno de 5%. O que nos leva a uma discussão é que realmente o mais importante é descobrir outros aspectos que não só o custo do aparelho. Por ser o aparelho composto de componentes, tais componentes, no mundo, basicamente, serão os mesmos, com a diferença só para a parte que se chama de *front end*, que é o receptor.

Concluimos, no que se refere à área de consumo, que as escalas são importantes. É evidente. Para tudo o que tivermos de aplicar no Brasil, devemos escolher uma aplicação que seja a mais universal possível. Caso contrário, vamos ficar sozinhos.

Alta definição só será sucesso no Brasil se for sucesso no resto do mundo, independentemente do sistema. Se não evoluírem nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, teremos aparelhos sempre muito caros, porque o volume, no mercado, será sempre pequeno.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Aí está o nó da questão: como criar essa escala de consumo?

Isso também deverá determinar qual desses padrões terá maior capacidade para que isso possa ser criado.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Creio que, nesse caso, teremos que fazer uma análise considerando todos os aspectos. É lógico que a escala é fundamental. E o importante, como disse, não é o padrão, e sim se a aplicação é sucesso. Por exemplo: se escolhermos para o Brasil o padrão europeu ou o japonês, mas, se nos Estados Unidos não houver sucesso, todos nós ficaremos patinando, porque o mercado de alta definição no mundo não vai crescer, o aparelho vai custar muito caro e ninguém irá comprá-lo.

A alta definição hoje é usada nos Estados Unidos, Canadá, Coreia e Japão. Quer dizer, esses países são os que hoje estão divulgando ou produzindo programas em alta definição. A Europa não optou por esse modelo de alta definição, ela não tem alta definição. Lá é só definição padrão, eles optaram pelos múltiplos programas, SD (*standard definition*). São 370 milhões de aparelhos de televisão, é o mercado potencial dessa aplicação; não é o que já existe. Isso, hoje, é nada.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Quando os Estados Unidos, o Canadá, a Coreia e o Japão optam pelo HD (*high definition*), eles estão fazendo uma opção nítida pela qualidade de imagem e som; quando os europeus optam pela transmissão SD, eles estão fazendo uma opção nítida pela variedade e diversidade da programação. O que será capaz de gerar essa escala?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Vou, depois, fazer um comentário sobre isso.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – SD quer dizer o quê?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – *Standard Definition*, que é a definição atual que eles têm.

Mobilidade, hoje, começa a ser bastante falada. O Japão, evidentemente, criou um sistema para isso. Alguns países da Europa começam também a verificar que a mobilidade é importante. E aqui há uma visão interessante, que é o mercado. Do mercado da

América do Sul, somando-se todos os domicílios com tvê, o Brasil corresponde à metade, mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Esses dados estão naquele CD que você nos passou?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Estão.

Uma análise rápida sobre o cenário mundial.

A TV Digital começou em 1998 na Inglaterra e nos Estados Unidos, simultaneamente. Na Inglaterra, como você mesmo falou, utilizando o modelo de múltiplos programas, inclusive sendo alguns deles pagos. O canal tem cinco programas, com televisão aberta em dois ou três deles, e dois pagos. Então, o consumidor compra o seu pacote, recebe livremente três programas e, se quiser receber os outros dois, tem que pagar. Eles adotaram esse modelo em 1998 – estamos em 2002.

Esse modelo, na Inglaterra, tem sido um problema sério.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Em que medida?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Teríamos que fazer uma análise mais longa.

Eles entraram com esse modelo porque a TV por Satélite, BSky B, possuía uma evolução muito grande, muitos aparelhos vendidos, tirando o mercado da televisão aberta. A BSky B é um serviço pago, por satélite, equivalente ao Sky nosso, Direct TV, evoluindo muito rapidamente, por vários motivos: primeiro, porque a qualidade é digital; segundo, com programas, com futebol, com todos os direitos esportivos.

Então, na TV Aberta, eles resolveram que o modelo tinha que ser de múltiplos programas, para competir com a Sky. Só que não conseguiu competir, por vários motivos: primeiro, porque a quantidade de programas não compete – ainda que se tenham quatro ou cinco programas por canal, quatro ou cinco canais, são vinte, trinta programas, longe de cinquenta ou cem; segundo, pela qualidade, pelo conteúdo. Quanto a conteúdo, na Sky, basicamente, o que sempre pesou muito? Filmes e esportes, direitos esportivos.

Eles viveram nessa competição ferrenha – uma competição violentíssima – e, quando a TV Aberta entrou no ar digitalizada, a Sky começou a fornecer de graça o... O pessoal não precisava comprar mais,

recebia de graça, porque, como era assinatura, eles tiravam o preço na assinatura.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Claro, na assinatura.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – E a TV Aberta teve que começar a dar de graça também para poder competir.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não pôde cobrar.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Nesse ano, faliu a empresa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E é isso que vai acontecer no Brasil, com a desnacionalização da TV a Cabo, que não está na nossa pauta, por enquanto.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Ou seja, não competiu, fechou, a empresa faliu. No início deste ano, faliu e, agora, eles estão retornando com tevê somente livre, aberta, gratuita.

É polêmico. Pessoalmente, penso que esse modelo não funciona, porque o mercado publicitário não muda – essa é uma opinião pessoal. O mercado publicitário, em princípio, é o mesmo. Se a tevê é aberta, gratuita, ela vive de publicidade, certo?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Claro.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Talvez, no Brasil, como a TV a Cabo e a Assinatura têm uma penetração muito pequena, possa ser um modelo que tenha alguma chance. Mas, num país da Europa, por exemplo, onde a TV Satélite já tem uma penetração muito grande, esse modelo não tem chance de sobreviver, tanto que faliu igualmente uma outra empresa na Espanha.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Do mesmo jeito.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É a mesma coisa: não consegue competir, porque lá tem cabo, físico, e tem satélite. São dois competidores. Ao colocarem um terceiro, não houve como sobreviver.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Você está falando da transmissão digital.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Terrestre e aberta.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Mas não em HDTV?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Na Europa, eles optaram pelos múltiplos canais por esse motivo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para competir por conta do conteúdo.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Mas não está vingando.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Claro que não está vingando. Agora eles estão revisando. Os países que não entraram no ar ainda estão começando a discutir esse modelo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com certeza.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Nos Estados Unidos, infelizmente, não está indo bem. Eles começaram também em 1998 e o modelo deles não foi de multiprograma, mas de alta definição, e há outros problemas também interessantes de se analisar. Venderam poucos até agora.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Desde 1998?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Desde 1998. Não sei o número, mas é mais ou menos por aí.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Qual é o número?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Quatrocentos mil. Pouquíssimo, não é? Na sociedade norte-americana, creio...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) –

ção Social) – Então, é o seguinte: primeiro, as pessoas vêm televisão por cabo. Oitenta por cento das pessoas têm televisão em casa, pelo menos o televisor principal é ligado ao cabo. A pessoa pode ter um segundo televisor na cozinha, um televisor pequeno, mas o televisor principal, que é o indicado para ver alta definição, é a cabo.

Como as transmissões da TV Aberta, digital, não estão no cabo – não trafegam no cabo por diversos motivos: porque o cabo não quer, o cabo são outras empresas, não são obrigadas a transmitir -, eles ficaram transmitindo só os canais analógicos. As empresas de cabo: CBS, NBC, ABC, FOX estão lá no cabo, em analógico.

Essas empresas de cabo não se propuseram a colocar também um segundo canal digital das empresas das TVs Abertas. Isso se deu por vários motivos: primeiro, eles não queriam colocar porque acreditavam que não era negócio; segundo, porque há algumas que não têm nem espaço para colocar – o cabo está tão entupido de programas que não têm onde colocar. E, não estando no cabo, ninguém sabe o que é isso, porque as pessoas vêm televisão pelo cabo. Qual é a motivação que alguém tem para comprar um televisor digital e botar no cabo se não existe programa digital no cabo?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, porque, nos Estados Unidos, a opção é pela qualidade de imagem e som. Quer dizer, se você não tiver isso, não interessa.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – E a cultura de recepção é pelo cabo, entendeu? Lá, 90% das casas têm cabo e só recebem programação pelo cabo; dificilmente alguém recebe pela TV Aberta.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E já é um sinal bom, limpo. Se não for para melhorar, não interessa. Por isso não vende.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O aspecto é o seguinte: alguém até poderia se dispor a colocar uma antena do lado de fora da casa para pegar os poucos canais digitais que estão no ar, mas poucas pessoas estão dispostas fazer isso, porque teriam que colocar uma antena para o lado de fora, largar o cabo, complicar a operação para assistir a alguém que está no ar. Além disso, há um outro aspecto que agrava mais ainda: a cobertura de-

les, como já foi detectado nos testes, não funciona bem. Ou seja, muita gente põe a antena para o lado de fora e não consegue receber, porque, tecnicamente, a cobertura é ruim. Juntando tudo isso – quatro anos no ar, 250 milhões de aparelhos existentes no País e somente 400 mil vendidos até agora –, é um fracasso total.

Nesse momento, estão debatendo o assunto e as empresas a cabo estão sendo obrigadas a trafegar nas televisões abertas digitalmente, mas estão sendo impostas, caso contrário a situação não vai deslanchar. No Japão, a transmissão terrestre da televisão aberta digital ainda não começou. O que eles têm é a transmissão por satélite em alta definição. Eles têm um satélite *broadcasting*, de recepção livre, gratuita. É um Sky gratuito, com poucos canais, somente sete. Ou seja, as emissoras de televisão, as *broadcasting*, estão nesse satélite, transmitindo programas em alta definição.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – É algo experimental?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não, é comercial. Esse modelo está vendendo alguma coisa, mas, comercialmente, não é sucesso. Venderam um milhão e meio de aparelhos até agora. E o modelo deles de TV Aberta, que vai entrar no ar no ano que vem. Ao que tudo indica, por conversas com as emissoras japonesas, vai transmitir programas em alta definição. Evidentemente, não o tempo todo, pois não há programação para um dia inteiro. E isso é uma coisa interessante. Você pode transmitir três ou quatro programas durante o dia, por exemplo, e, à noite, contratar uma outra transmissão. Pode haver um *mix* na programação. Ou seja, esse modelo é possível tecnicamente. Eles vão optar pela transmissão de alta definição porque são muito ligados a esse negócio de alta definição. Há 20 anos têm programa de alta definição.

Até hoje não consegui entender esse modelo comercial do satélite deles. Não sei como alguém de TV Aberta pode pegar um sinal nacional e distribuir, porque a TV Aberta vive muito do mercado local. Ou seja, a comercialização é muito importante que seja local. O programa até pode ser nacional, como é, mas a comercialização local tem uma importância muito grande. E esse modelo de transmissão por satélite mata isso. Você passa a concorrer com você mesmo. Você tem um programa local terrestre e tem o mesmo programa nacional. Pareceu-me que isso foi uma im-

posição do governo japonês. Foi mais ou menos assim: faça ou você vai perder.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa tarde, Conselheiro Paulito, Representante da ABERT, que muito nos honra com a sua presença.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – E o Daniel?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Felizmente, temos boas notícias. Ele superou a crise e está realizando um tratamento nos Estados Unidos. Até o final deste mês ou início de dezembro, ele deverá estar entre nós novamente.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Obrigado. Que ótimo.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Estamos fazendo uma equalização do nível de conhecimento sobre o assunto.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O Japão não começou terrestre ainda, está na transmissão do satélite. As emissoras de televisão transmitem por satélite, em alta definição. Há entre 1,5 milhão e 2 milhões – esta apresentação tem uns três ou quatro meses – de aparelhos vendidos. O Japão é um país muito focado em alta definição, que tem há muitos anos essa tecnologia. O modelo de TV Aberta que eles estão planejando – pelo menos é o que detectamos pelas conversas, pois os japoneses são muito fechados, para obter informação é difícil – deve transmitir programas em alta definição e móvel, simultaneamente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com certeza eles o farão.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Na América do Sul, estamos discutindo o tema há algum tempo. A Argentina, há dois anos, tinha se definido pelo padrão americano, mas voltou atrás e está em *stand by*, está esperando. Na América do Sul, sem dúvida, o país que está discutindo mais este assunto é o Brasil, e acredito que os outros estejam aguardando a nossa decisão. Um passo importante – e temos falado isto seguidamente – é tentar-

mos trazer esses países para junto de nós, para todos discutirmos o tema.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Essa decisão tem que ser tomada continentalmente, pois estamos vendo o quanto é difícil nos outros continentes.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não podemos esquecer que somos os mais importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim. O passo que o Brasil der, os outros deverão seguir.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não podemos ser muito humildes nesse negócio, porque, na realidade, nós somos os mais importantes. Creio que eles reconhecem isso e estão nos acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – V. S^a não se referiu ao dito padrão chinês.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não falei porque, como já disse, esta é uma apresentação de três ou quatro meses atrás, mas posso falar no final.

Na realidade, o padrão chinês ainda está sendo discutido. Eles estão recebendo diversas propostas, avaliando cada uma delas, para se definirem posteriormente. Acredito que será preciso, no mínimo, uns dois anos para se ter alguma coisa finalizada, um protótipo, um equipamento.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas não procede, então, a informação de que existe uma escala experimental de 100 milhões de aparelhos?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não. Existe o mercado chinês, que é até maior do que isso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não o mercado chinês, mas o da TV Digital.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não, isso não.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Na realidade, eles fizeram testes em algumas cidades importantes e coletaram informações até abril deste ano. Protótipos foram apresentados para cada modelo de proposta e foram apresentadas cinco propostas. Então, foram feitas medições, análises, prospecções que estão sendo analisadas. A perspectiva que eles tinham era de que, até o final deste ano, pudessem ter todas as informações debatidas e analisadas. A partir daí, eles iriam definir um padrão, pegando o melhor resultado das análises feitas até então. Definiriam um padrão para que, no transcorrer do ano de 2003, se fizesse o desenvolvimento do padrão definitivo chinês. Era esse o planejamento que havia. Quer dizer, não há ainda – pelo menos eu não tenho, não sei se alguém tem – uma definição de qual será.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Neste momento, estamos trabalhando para testar o sistema novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não existe, então, um padrão chinês?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Se quisermos testar o sistema chinês, não existe.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O que houve, a bem da verdade, foi um acerto, uma perspectiva de, eventualmente, co-participarmos de um projeto, digamos, numa reunião que houve de uma comissão que esteve aqui conosco no início deste ano. O pessoal da SET teve uma reunião e tal, mas não houve nenhuma continuidade do ponto de vista oficial.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com institutos tecnológicos chineses?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não, porque não há um instituto; na verdade é o Governo Chinês que está fazendo, digamos, o desenvolvimento e promovendo esse debate. Evidentemente, há muitos centros de pesquisas que estão participando com as suas propostas, universidades, enfim. O que precisaria haver, caso haja um interesse nosso

em caminhar ou prospectar um pouco mais essa possibilidade ou essa viabilidade, seria realmente um contato oficial de esferas do Governo com o Governo chinês, para saber até onde isso efetivamente pode ser desenvolvido.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E isso seria interessante? Vocês, como técnicos...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É polêmico. Particularmente, penso que não, a menos que haja um problema muito sério. Nós já temos uma série de dados aqui que dariam para evoluir. O sistema em si não é o mais importante, e sim as aplicações. Então, a menos que tenhamos um problema muito sério com os três sistemas, evidentemente que não seja público, o sistema japonês é o melhor deles, mas não é só a parte técnica, há uma série de negociações a serem feitas e tal. A minha opinião pessoal – e acredito também seja a da maioria do grupo que estudou esse assunto – é de que, se houver um problema muito sério com o sistema japonês, teremos que pensar em outra coisa. Mas, se não houver nenhum problema sério de contrapartida, porque vamos exigir contrapartida, não há nenhum motivo sério para esperarmos dois, três anos. Não sei quanto tempo vai se esperar, mesmo porque o modelo que estamos discutindo aqui... Não sei nem se a China vai segui-lo. Não temos certeza do modelo de aplicação. Aquilo que é o mais importante, que é a aplicação da TV Digital, ou seja, se vai ser alta definição, se vai ser móvel, se vai ser interativo, que tipo de aplicação que eles vão ter, que é muito mais importante do que a parte técnica, não sabemos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, mas se eles convidam para desenvolver a pesquisa junto, provavelmente essa questão seria desenvolvida...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Esse convite não foi feito oficialmente, foi uma coisa informal.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Queria fazer uma pergunta para o Miguel e para o Fernando, até para nós, leigos, esclarecermos. Existe, de fato, alguma questão técnica, algum ponto técnico que impeça a aplicação do modelo

chinês no Brasil? Alguma questão técnica que inviabilize?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não sabemos ainda qual é.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O caso é o seguinte: sob o ponto de vista de aplicações, o que foi colocado como premissa para que os proponentes apresentassem as suas sugestões de padrão para o sistema chinês foi exatamente o mesmo que colocamos como necessidade das aplicações aqui para o Brasil, quer dizer, portabilidade, mobilidade, integração com a área de telecomunicações, HDTV, múltiplos programas; enfim, tudo isso que julgamos como importante, dentro do sistema de flexibilidade de uso e tudo mais. O que não sabemos efetivamente é que tipo de tecnologia eles vão adotar. Então, como existem cinco propostas, eles não sabem qual delas ou que *mix* delas vai ser feito para ser usado na solução dessas aplicações.

Hoje há um processo em que serão realizados novos testes de todos os padrões. E eu ficaria, digamos, de uma certa maneira, frustrado se não prospectasse efetivamente o que é possível fazer ou não com a China. Posso até chegar à conclusão de que não seja viável, não seja interessante, enfim. Não é verdade? Mas não fazer esse contato me deixa numa certa posição de incômodo. Será que não fiz uma análise ou uma avaliação completa para tomarmos uma decisão?

Isso me faz lembrar de quando começamos – o Sr. Fernando lembra-se disso – as análises dos padrões existentes na ocasião. Quando iniciamos os testes, estávamos praticamente centrados nas opções dos padrões americano e europeu. No transcorrer dos trabalhos e com o andamento dos estudos, soubemos que o Japão também estava desenvolvendo um sistema. Foi iniciativa do grupo saber o que estava sendo feito lá, e o sistema japonês demonstrou ser o melhor. Não fazermos hoje nenhuma análise do que está sendo feito na China, tendo em vista o mercado e as condições socioeconômicas, de certa maneira, semelhantes às do Brasil, não é de bom tom. Além disso, há todo um interesse em uma reaproximação ou uma aproximação efetiva do Brasil com a China. Considero, então, que devemos, pelo menos, analisar.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Mas o problema é o seguinte: vamos fa-

zer os testes no final do ano e no início do ano que vem. Com certeza, não há nada para testar. Nada! Optar pelo sistema chinês significa, deliberadamente, atrasar dois ou três anos o processo no Brasil. É isso que queremos? Essa situação é boa para o nosso mercado? Também temos que verificar o que significa atrasar, porque tudo na vida envolve risco e oportunidade, ou seja, temos de analisar o tipo de risco e a oportunidade existentes.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Fernando, lembre-se de que V. S^a está introduzindo-nos no tema. Não pode ir tão rápido, de modo que não consigamos acompanhar o raciocínio.

Também penso, como leiga, que o padrão não é o fundamental. Havia, inclusive, solicitado, em uma das reuniões anteriores, que V. S^{as}, quando viessem apresentar o relatório para o pleno do Conselho, não se ativessem tanto no aspecto técnico, mas nas transformações que isso trará para a sociedade do ponto de vista da economia, da Comunicação Social. Mas é óbvio que não podemos desconhecer as implicações dessa opção. Por quê?

Como V. S^a mesmo acabou de falar, em primeiro lugar, o passo do Brasil provavelmente será seguido pela América Latina. Um mercado de 180 milhões de aparelhos é bem significativo, e começamos a chegar àquele investimento de 100 bilhões em 10 anos. Quer dizer, a totalidade do investimento da implantação da TV Digital na América Latina ou no Brasil seria um negócio de 100 bilhões em 10 anos. Seria razoável simplesmente dizer que o sistema japonês se mostrou bom e que o adotaremos? Não poderíamos fazer um negócio melhor se adotássemos o sistema da China – apesar de o negócio chinês ter aquela idéia do “negócio da China”?

Por outro lado, um atraso de dois anos não é significativo nessa área. As coisas podem mudar e evoluir muito rapidamente nesse período. Pode ser favorável não darmos um passo tão precipitado, sobretudo porque as experiências no Japão, na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos se demonstram complicadas do ponto de vista de negócio, *business*.

Então, se dissermos agora “vamos apurar até o final do ano e recomendar que o Governo aplique o padrão japonês, que as emissoras façam esse investimento de US\$1,7 bilhões e que, paralelamente, o Congresso desnacionalize a tevê fechada”, poderemos quebrar a radiodifusão aberta, como aconteceu na Inglaterra, conforme V. S^a citou. Será que essas coisas não têm que ser pensadas, analisadas? Estou

querendo perguntar se essa opção tecnológica não tem importância econômica demais, para ser tomada tão afoitamente, em um momento de instabilidade mundial tão grande?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não estou defendendo que a decisão seja tomada afoitamente. Estou defendendo que ela seja tomada conscientemente. Defendo que já temos dados suficientes para tomar uma decisão. Se considerarmos que nenhuma delas atende, tudo bem. Porque depois do chinês, virá o do Nepal, do Afeganistão...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O nosso.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Cada um que vier aqui será melhor do que o anterior. Então vamos esperar até quando?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A China tem um mercado que justifica a criação de um sistema próprio. O resto do mundo dificilmente faria uma opção como a que a China está fazendo. Ela tem um universo de 350 milhões de aparelhos e mais de 1 bilhão de habitantes. Então, evidentemente, a China pode realmente propor um sistema próprio, porque o mercado dela sustenta.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A China, ao contrário do resto do mundo, vai adotar um sistema diferente porque eles querem se fechar, como tudo lá é fechado. Eles querem fazer um sistema que ninguém...

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E não se pode dizer que é fechado um país que tem mais da metade dos habitantes da terra.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Desde o início da discussão sobre a TV Digital, eles não testaram nenhum sistema e já tinham decidido fazer o sistema deles. Por quê? Porque querem fazer um negócio próprio, deles.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Soci-

al) – E outra: eles não querem, na verdade, pagar *royalty*.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Todos querem fazer o melhor negócio para si.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Eles têm tecnologia suficiente para desenvolver o sistema próprio. E vão usar basicamente as mesmas tecnologias que os outros estão usando, com pequenas alterações.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É exatamente por isso que não vejo nenhum motivo para esperar, porque o importante é a tecnologia que está aí e sabemos que eles vão usar mesmo a tecnologia, e são as aplicações. Ou seja, se julgarmos que não estamos maduros para decidir por outros motivos, tudo bem, vamos esperar mais um ano. Por coincidência, vai surgir o chinês, então avaliemos, mas não o inverso. O nosso cenário...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Atenção, por favor. Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito, que há minutos tenta falar.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu queria aproveitar para dizer que o Engenheiro Ronald Barbosa, assessor nosso e também da SET, trouxe-me a informação de que tanto o padrão norte-americano, quanto o europeu, quanto o japonês foram aprovados pela UIT. Na verdade, fizemos os testes, porque haviam sido aprovados ou recomendados pela UIT. O padrão chinês, pelo que entendi a partir da exposição feita aqui – sou leigo no assunto –, talvez seja, neste momento pelo menos, teórico. Quer dizer, é uma idéia.

O que julgo muito importante salientarmos é que a TV Aberta, no seu próprio desenvolvimento, também não pode ficar caudatária de nenhum processo. Penso que hoje, em função do desenvolvimento tecnológico de tudo aquilo que temos encontrado pela frente – e o serviço de comunicação multimídia é um assunto que tem sido debatido pelo próprio Conselho, quer dizer, dentro daquilo que é ou não permitível e possível fazer -, a TV Digital não pode ficar num segundo passo. Nesse ponto, concordo com Fernando. Quer dizer, se não decidirmos por um determinado processo, por um determinado padrão em determinado momento, sempre, no instante seguinte,

surgirá um novo. Quer dizer, hoje pode ser o chinês; amanhã aparecerá um coreano; depois de amanhã, quem sabe, um do Nepal, da Rússia, enfim. Claro que sempre alguém...

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não é assim?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não. Claro que não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Por quê?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Veja bem: um do Nepal, um russo...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não, estou citando como exemplo. Um padrão brasileiro...

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não existe esse exemplo.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sim, mas um padrão brasileiro, por exemplo...

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não é um padrão brasileiro. Estou dizendo o seguinte...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Desculpe. Você tem uma experiência muito maior do que a minha, porque você é engenheiro e eu não sou. Acabamos criando um padrão de televisão no Brasil – falo na quantidade de empresários, e não na quantidade de engenheiros – que acabou sendo para nós todos um fator de grandes investimentos e de muitos problemas. Ainda sou de uma época – e você é também – em que éramos obrigados a pagar verdadeiras fortunas por um equipamento para operar em PAL-M, porque, naquela ocasião, optamos por um padrão próprio, com características próprias, etc. Então, o que me preocupa sobremaneira é isso. Penso que o desenvolvimento tecnológico é tão rápido que a qualquer momento surgirá algo que, adaptado de um anterior ou desenvolvido, será melhor do que o que existia. Entendo que temos que tomar uma decisão em função não só da característica técnica, mas também

do momento. Se esperarmos dois, três, seis, dez anos, vai surgir sempre algo novo. É o que suponho.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Antes de passar a palavra para o Engenheiro Cipolla, eu gostaria apenas de fazer uma breve intervenção com relação ao PAL-M.

Creio que as coisas são relativas. Se, por um lado, o PAL-M causou problema tanto à *big* Globo quanto à minha pequena produtora, que há 20 anos funciona, por outro lado foi ela que permitiu o conteúdo brasileiro, permitiu que a tevê brasileira fosse o que é. Senão, estaria comprando conteúdo, se estivesse trabalhando em NTSC.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não vejo dessa forma. Creio que o conteúdo brasileiro é brasileiro desde o primeiro momento. A televisão nasceu, no Brasil, com conteúdo nacional. O restante todo sempre veio como um adicional, e em função de fases, de épocas. Se fizermos uma análise da história da televisão brasileira, ela nasceu com conteúdo nacional; o conteúdo vindo do exterior sempre foi o recheio, para colocar aquilo que basicamente não tínhamos condições de produzir. Talvez, hoje, encontremos mais, na própria televisão, algo vindo de fora que não essencialmente filmes, porque era, na verdade, o que não se produzia. Todo o resto, basicamente, fazia-se aqui. O grande Teatro Tupi, que nasceu nos primórdios da televisão, com adaptações – e os senhores são técnicos no assunto –, nada mais é do que a novela que se faz hoje na televisão, claro que aprimorada, com recursos diferentes.

Entretanto, o que me preocupa muito é, digamos assim, estarmos sempre em busca da melhor solução, e sempre haverá uma solução melhor. Entendo esse problema mais ou menos como aquele negócio em que se quer vender o carro por R\$ 3 mil; aparece alguém que oferece R\$ 2,8 mil, e vende-se o carro. De repente, alguém diz: “Mas por que você não falou comigo? Eu ofereceria R\$ 3,2 mil. Eu conhecia um cara que ia comprar o seu carro por R\$ 3,2 mil.” Quer dizer, sempre haverá alguém que nos oferecerá um bom negócio e dirá que aquilo que fizemos não foi tão bom porque, se tivéssemos falado antes, ele arrumaria um melhor. Então, creio que precisamos levar isso em consideração ao definir o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Cipolla, por favor.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Vejam bem, quando falo para analisarmos o que a China está desenvolvendo, não quero dizer, evidentemente, para esperarmos dois anos a fim de que tenhamos uma solução, uma decisão. O que estou dizendo é o seguinte: se optarmos pelo japonês, por exemplo, que é o padrão que, tecnologicamente, apresentou melhores resultados... O Japão, mesmo, só vai levar ao ar esse sistema a partir de 2003. Assim, creio que seria temerário o Brasil levar ao ar um padrão ou um processo *pari passu* com o Japão, porque nem sabemos o que acontecerá na primeira geração de aparelhos que serão colocados no mercado.

Então, falando em horizonte de tempo, estou vendo que o Brasil não conseguirá operar um sistema – qualquer que seja ele – decidido neste momento, antes de dois anos, dois anos e meio, no mínimo. Dessa forma, o que estou propondo é que façamos pelo menos uma avaliação do que a China está fazendo. Como vou tomar uma decisão hoje sem saber o que a China pode nos apresentar de solução ou de proposta de participação ou de cooperação, abrindo, eventualmente, uma possibilidade de o Brasil ser um participante de um padrão e não um consumidor de um padrão já definido?

Essas são análises para as quais temos que pelo menos tentar buscar respostas. Não estou dizendo para, pura e simplesmente, aderirmos cegamente ao padrão chinês, sem saber qual ele seja. Mas acredito que devemos fazer uma análise da situação, um levantamento do que está sendo feito e de quais são as reais possibilidades de o Brasil vir a participar ou não desse processo. Pelo menos devemos tentar buscar resposta para saber se isso é viável ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Passando para Fred Ghedini, também aproveito para fazer mais um comentário – e fico tranquila até com as ignorâncias que falo, porque realmente, para mim, é uma área nova e muito especial.

Tenho a impressão de que, se, por acaso, não formos dependentes do padrão japonês, ou seja, quanto mais ele for realmente uma escolha consciente, por representar tecnicamente o melhor sistema, comercialmente, o melhor negócio e, tecnologicamente, a melhor proposta de desenvolvimento da indústria, mão-de-obra e transferência de tecnologia, mais fáceis serão as negociações. Nesse sentido, também tendo a concordar com o Sr. Miguel Cipolla Júnior. Até para que essa negociação com os japone-

ses possa ser mais fácil – eles são muito fechados, não é fácil negociar com eles –, não seria interessante a intenção de análise, de pesquisa e uma certa ambição de dividir esses *royalties*, esses direitos a partir de uma análise do sistema chinês? Não é uma isca que se joga comercialmente para facilitar toda essa negociação?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Se o sistema chinês realmente existisse nesse momento, sem dúvida nenhuma, deveria ser avaliado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor está colocando-se como consumidor. E não existe um produto para comprarmos, mas a proposta de uma parceria para que se desenvolva um.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Entendo que temos muitos dados para analisar. Temos dados tecnológicos, econômicos, comerciais e financeiros. Há muitos dados na mesa, no Brasil, para decidir. Se, com base nesses dados, concluirmos que o momento econômico do País não é o adequado para se tomar decisão, devemos adiá-la. Em adiando, a decisão poderá coincidir com o surgimento de outro padrão que deveremos considerar quando formos reaver o assunto.

Contudo, de antemão, não devemos adiar a decisão porque haverá outro sistema. Se concluirmos que os dados de que dispomos são suficientes para tomarmos uma decisão segura e boa para o País, por que não tomá-la? Não considero certo atrasar deliberadamente a tomada de decisão porque poderá surgir algo que não sabemos o que será, que pode ser um mercado enorme. Inclusive, o mercado chinês pode engolir-nos, ao contrário do que estamos imaginando.

Nossa indústria de consumo está produzindo apenas televisores analógicos, enquanto a indústria americana já tem até prazo para finalizar a produção desses produtos. A partir de 2004, não se fabricam mais televisores analógicos acima de determinado tamanho ou valor. A indústria européia, provavelmente no ano que vem, já deverá definir prazo para encerrar a fabricação de televisores analógicos. Os fabricantes brasileiros ficarão, na América do Sul, produzindo televisores obsoletos. Até quando vamos esperar? Isso sem falar no lado das emissoras, que ficarão limitadas à tecnologia antiga, analógica, competindo bem ou mal com outras tecnologias que estão surgindo diari-

amente, como DVDs com alta qualidade e de alta definição e Internet de banda larga, que está evoluindo cada vez mais. Ou seja, mídias estarão competindo.

Sabemos que, se tomarmos qualquer decisão sobre a TV Digital hoje, começará a dar algum tipo de resultado daqui a três ou quatro anos. Se tomarmos alguma decisão no início do ano que vem, começará a ter algum efeito comercial em três anos. Imaginem a evolução da Internet, do DVD e da TV por Satélite daqui a três ou quatro anos.

Se concluirmos que não existe nenhuma solução boa e que, por isso, teremos de adiar a decisão, naturalmente essa coincidirá com o surgimento de um novo sistema que deverá ser analisado. Entretanto não concordo que invertamos o processo deliberadamente e atrasemos tudo porque poderá surgir algo novo, ainda mais quando já concluímos que pouca diferença haverá, porque a tecnologia e o mercado serão os mesmos. Penso que isso não vale a pena. Essa é uma posição quase filosófica.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concluiu, Conselheiro?

Eu não concordo, mas há dois inscritos, e não quero monopolizar a palavra. Concedo a palavra ao Sr. Frederico Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Estou tomando conhecimento de vários aspectos dessa discussão agora, por isso seria temerário dar uma opinião infundada sobre as duas posições que, percebe, são fundamentadas.

Entendo que ambas as posições devem ser mais bem conhecidas pelos participantes deste Conselho, para que possamos, no mínimo, emitir um relatório se não com consenso, estabelecendo pelo menos que houve uma definição de determinado percentual. Hoje, eu assinaria um relatório na “coluna do meio”, razão pela qual gostaria de tomar uma posição mais informada sobre o assunto.

Sugiro à Coordenadora que verifiquemos que faltam, agora, cinco minutos para as 16 horas. Mesmo que ultrapassemos o horário de 17 horas, não poderemos ficar até a noite. Então precisamos concluir os trabalhos no máximo até as 18 horas. Restam, portanto, duas horas. É necessário estipular uma pauta para o tempo restante. De certa forma, esta reunião é excepcional, porque havia um cronograma de trabalho que, por problema de saúde de um dos participantes, foi interrompido.

Primeiramente, precisamos estabelecer como continuará a agenda anterior. Ela prevalecerá ou não? Aguardaremos o retorno do Sr. Daniel Koslowsky? O que faremos nesse intervalo? Essa é a primeira questão.

A segunda questão diz respeito à informação do Sr. Fernando, que atualiza uma preocupação minha. O Congresso Nacional está prestes a votar um projeto que pretende abrir 100% da TV a Cabo para o capital externo, criando um fosso enorme pela radiodifusão aberta. O seu informe atualiza e torna o fato relevante para a Comissão neste momento. Se essa decisão for tomada no Congresso, esse acontecimento tornar-se-á um negócio interessante para algum grande investidor externo, o que mudará total e rapidamente a conjuntura dessa negociação no Brasil, salvo qualquer discussão desta Comissão neste momento.

A meu ver, esta Comissão deveria, neste instante, dizer ao Congresso Nacional: “V. Ex^{as} são os nossos donos – somos apenas seus consultores – e decidiram não nos consultar. No entanto, percebam o que estão fazendo”. Seria fundamental fazer pelo menos uma advertência, alertando que talvez esse não seja o melhor caminho.

Sr. Fernando, embora não seja precisamente o ponto, cabe discutir esse assunto, que interfere no contexto e pode mudá-lo radicalmente. Talvez estejamos falando de fatos que não acontecerão ou que não tenham nenhuma importância no contexto futuro.

Proponho essas duas questões: a primeira refere-se a como enfrentaremos a agenda num próximo período. É preciso realmente haver uma manifestação desta Comissão sem rebeldia alguma, apenas mostrando sua preocupação caso o Congresso venha a definir essa questão sem ouvir outras partes interessadas no assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Sr. Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Fred, ilustrarei essa questão abordada por V. S^a. Recebemos, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, manifesto que expressa preocupação e repudia essa questão levantada agora. Deixarei, com a nossa Coordenadora, o texto, que fará parte dos autos desta reunião. Realmente concordo com V. S^a: parece que, na qualidade de Conselheiros, estamos fazendo figuração. Esse é um dos atos que comprovam essa situação.

Quanto à agenda, precisamos talvez divagar por mais alguns minutos. No entanto, a sua retomada é crucial. De antemão, concordamos com aquele último documento do Sr. Daniel Herz, na sua ausência, de retomarmos algumas audiências por entendermos que alguns setores da sociedade precisam ser ouvidos. Concordando com o Sr. Paulito e com o próprio Sr. Fernando; todos admitem esse posicionamento, principalmente porque levando em consideração o quanto é séria a nossa decisão. Não se trata de decisão deliberativa, mas informativa de um documento que balizará ou não o Congresso. Portanto, a nossa responsabilidade é por demais dura e séria.

Há alguns questionamentos. Foram feitos testes suficientes e realizadas todas as análises técnicas. Então, quando se conclui que há condições de deliberar ou de definirmos o sistema, surge outra pergunta instigante: é melhor para quem? Por exemplo, em relação aos japoneses, é melhor para a sociedade, para o consumidor, para as televisões, para quem venderá equipamentos ou para a indústria? Essa talvez seja a grande questão. É preciso verificar se, no momento, estamos de fato seguros, em todos os setores, de que essa é a melhor decisão.

Como foi abordado, devemos, na minha opinião, ponderar bastante acerca da importância do Brasil nessa decisão. Creio que a deliberação mais acertada será aquela que oferecer o melhor para o País, para as empresas, para a sociedade, com as contrapartidas que permitirão o verdadeiro desenvolvimento, e não o que está ocorrendo hoje com as televisões e com os trabalhadores. Há uma dificuldade enorme e, inclusive, uma penúria. O mais acertado sistema será aquele que for melhor para o Brasil como um todo. Na mesa da negociação, analisaremos a melhor proposta.

Sr. Fernando, espero que V. S^a esteja compreendendo. Essa é a nossa grande interrogação. Por isso, reitero a questão da retomada da agenda sem audiências indefinidas, sem inúmeras reuniões e sem a necessidade de esperar dois ou quatro anos – concordo com o Sr. Cipolla. Creio que são necessárias mais algumas consultas e outras audiências com setores que ainda não foram ouvidos. O Sr. Daniel Koslowsky sugeriu alguns atores, acrescentando “e outros”. Existem outros setores que precisam ser ouvidos. Era esse o comentário que queria fazer, Sr^a Berenice.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada. Concedo a palavra ao Sr. Fernando e, em seguida, ao Sr. Paulito.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Concordo com a manifestação feita. Creio que deveríamos analisar, neste fim de reunião, a proposta do Sr. Daniel, razão deste encontro, quanto à sequência de outras consultas públicas. Não trouxe o documento que ele elaborou, mas alguém deve ter. Deveríamos proceder a essa discussão e fazer uma avaliação.

Tenho algumas ponderações em relação às conveniências das próximas audiências públicas. Esse talvez seja o próximo passo.

Sr. Geraldo, com relação ao que V. S^a disse, sem dúvida alguma – tenho convicção disso e creio que todos temos – não existe, com relação à TV Digital, nada que seja bom para um e ruim para outro. Ou é bom para todos ou ruim para todos. Ao se analisar o fracasso na Europa e nos Estados Unidos, nota-se que ninguém ganhou – nem as emissoras, nem os fabricantes, nem a sociedade, nem o governo. Nenhum *player* ganhou nada. Todos perderam. Esse é um caso típico da necessidade de ser bom ou ruim para todos. Não há como um ganhar e outro perder. Essa é uma decisão muito fácil de ser tomada politicamente. Não há como tomar uma decisão boa para uma emissora e ruim para outras ou boa para as emissoras e ruim para as áreas de consumo ou vice-versa. Deve-se tomar uma decisão boa, que dará certo e todos ganharão, ou que será ruim. É uma atitude muito tranquila nesse sentido. Agora poderíamos passar à discussão da proposta do Sr. Daniel.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada. Concedo a palavra ao Sr. Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Aproveito a oportunidade para registrar que recebi a informação – não sei se já disseram, visto que cheguei um pouco atrasado – de que, hoje, foi recriada a Comissão de Altos Estudos Tecnológicos pelo Congresso, envolvendo Deputados, Senadores e Ministros, a pedido inclusive do próprio Partido dos Trabalhadores. Um dos assuntos que esta Comissão apreciará será a própria TV Digital e há também um segundo ponto que queria abordar.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A comissão está ligada a que área?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Na

verdade, ela é constituída pela Comissão de Ciência e Tecnologia e, exclusivamente, por Parlamentares, Deputados e Senadores e Ministros que venham a ser nomeados futuramente, conforme calculamos.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Comissão do Congresso.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Essa comissão, na verdade, já existia, ela estava hibernando. A pedido do Partido dos Trabalhadores, foi recriada, reavivada e um dos assuntos que certamente enfrentará será a TV Digital.

É importante também considerar e analisar esse aspecto para verificar eventualmente até que ponto entraremos ou não numa rota de colisão com a própria comissão. Estamos, de alguma forma, um pouco mais adiantados nesse processo. Se ela foi hoje reavivada, certamente entrará em operação – suponho eu – no início de 2003.

Outro assunto que gostaria de abordar se refere à TV a Cabo, que não é esfera da Abert, nem está ligada diretamente a nós. Mas o fato é que houve quatro audiências públicas antes da tramitação dessa matéria. Entendo eu que a sociedade também deveria, de alguma forma, ter se manifestado nessas audiências públicas. Creio que isso é um fato. A informação de que disponho é que essas audiências foram realizadas. Se não houve manifestação, é lamentável por parte de todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Gostaria que o senhor, com toda sua experiência, fizesse uma breve análise de como a ABERT vê essa questão. Até por não estar dentro do seu âmbito de influência, o senhor poderia nos falar à vontade. Como entende a desnacionalização desse serviço?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Na verdade, temos feito a nossa reflexão voltada exclusivamente aos interesses da radiodifusão aberta, até porque as empresas por assinatura possuem inclusive entidade própria, com vida própria, que é a ABTA, têm sua condução independentemente do aspecto da ABERT. Então, para ser muito honesto, nenhum assunto referente ao setor cabo, em algum momento, foi considerado ou analisado dentro da própria ABERT, até por uma única razão: somos uma entidade que vive fundamentalmente em função do consenso. Existem empresas que participam da ABERT e que, por

razões outras, têm interesses nessa área. Mas, se permitirmos que esses assuntos sejam levados à mesa de discussão, o que irá acontecer? Há empresas que são exclusivamente de radiodifusão aberta, sem qualquer vínculo direto ou indireto com o sistema a cabo. Então, não permitimos, em momento algum, que houvesse esse tipo de ilação ou de discussão dentro da própria entidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor me deu uma resposta institucional. Fico muito chateada porque eu lhe havia feito uma pergunta pessoal, advinda de sua experiência. Não lhe perguntei quanto à ABERT, mas a sua posição conforme sua experiência. Se o senhor não quiser gravar, não há problema. Recorramos à nossa agenda.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Deixe-me ser honesto. Posso responder-lhe em caráter exclusivamente pessoal, e não como Presidente de uma entidade do porte da ABERT.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Era essa a intenção.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Deixe-me responder-lhe e não vou fugir da resposta. Temos, de alguma forma, que preservar aquilo que se faz neste País. Para ser muito honesto, não conheço esse projeto em profundidade. Entretanto, no momento em que isso seja exclusivamente uma inversão de capital, sem qualquer tipo de ingerência no controle do conteúdo, é um investimento de capital como outro qualquer. Pode-se discutir o percentual, se não são 100%, 90%, 80%, 70%. Mais de 50%, basicamente, significam o controle do processo. Qualquer que seja o percentual, a ABERT – posso falar pela radiodifusão – sempre foi muito digna na sua colocação. Mesmo na abertura de capital às empresas de radiodifusão, quer dizer, preservando o conteúdo nacional, em nenhum momento a ABERT defendeu a abertura de capital sem a preservação do conteúdo. Esse ponto é fundamental para a obra, porque faz parte da nossa cultura, vivemos num país de dimensões continentais. Se esse projeto se limitar a investimento de capital sem ingerência no controle do conteúdo, não me oponho. Mas se isso, de alguma forma, em qualquer percentual que seja, vier a interferir no conteúdo, evidentemente temos que preservar aquilo que é nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada. Conselheiro, era essa a resposta que queríamos ouvir.

Já que ninguém pediu a palavra, vamos à pauta.

Sobre a proposta do Conselheiro Daniel Herz, o roteiro de trabalho da Comissão de Tecnologia Digital foi discutido na primeira reunião, não é?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Ele propôs que os primeiros passos fossem algumas audiências públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Etapa 1 – reconhecimento das fontes básicas de informação sobre o tema. Situação: atividade concluída. Etapa 2 – reconhecimento do acúmulo de debates, sistematização do conteúdo das audiências públicas realizadas pelo Congresso. Situação: atividade concluída. Etapa 3 – prospecção de abordagens complementares e outras formulações. Acredito que estejamos nessa etapa. Foram realizadas duas audiências públicas pela Comissão. Situação: atividade parcialmente concluída.

Então, ainda existiria no projeto uma etapa 4, que é a elaboração do relatório da Comissão, que já está em andamento. Pelo que dá para entender aqui, parece que os membros vão sistematizando os seus dados.

A etapa 5 será o debate do relatório da Comissão no Conselho.

A etapa 6, apresentação de um parecer à Mesa do Senado, amparado no relatório do Conselho.

Estamos nas etapas 3 e 4, concomitantemente.

Então parece-me que houve uma audiência para a qual estavam convocados os Srs. Sílvio Lemos Meira, Engenheiro Eletrônico, Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco, Cientista Chefe do Centro de Estudos Avançados de Recife, Presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, Alex Patez Galvão, Economista especialista em mercado nacional e internacional de produção audiovisual, e ainda um representante da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA) e um representante da área da Telecom, um representante da SET e um representante da Anatel, que ainda não foram definidos, que deveriam ser ouvidos. Não é isso?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunica-

ção Social) – Sim, ele propôs mais uma ou duas audiências públicas, não foi?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – E outros, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, mas parece-me que esses aqui já haviam até sido convidados, os Srs. Sílvio Meira e Alex Galvão.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Deixe-me perguntar-lhe o seguinte: num determinado momento dessa colocação do Daniel Herz, senti, inclusive, que havia um certo envolvimento do rádio digital. Até sugeri a presença do Engenheiro Ronald Barbosa, que é o Coordenador do Grupo ABERT/SET de Rádio Digital, para que ele, inclusive, participasse, porque o rádio digital, de alguma forma, teria a sua colaboração a dar ao processo. Agora, também sou muito honesto em dizer que não recebi nenhuma resposta, talvez até em função do próprio estado de saúde do Daniel. Quer dizer, não sei como isso rodou à frente.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Essa reunião seria para definir isso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Estão abertos os debates.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Poderia, então, repetir quais foram os nomes?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sílvio Lemos Meira, da Universidade de Pernambuco, e Alex Galvão, que é Economista, especialista em mercado nacional e internacional de produção audiovisual, conteúdo. Há a sugestão do Conselheiro Paulito, com a possibilidade de um convite ao Engenheiro Ronald Barbosa.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Seria uma audiência com todas essas pessoas juntas?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Ele está propondo que seja uma só audiência?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Soci-

al) – Não. Se não me engano, seriam duas datas. Creio que uma era específica de rádio e outra para fechar o assunto tevê, envolvendo área da Telecom.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu não tenho o e-mail completo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu tenho aqui, completo, em que ele propõe inclusive a data. Nos próximos dias 7/11 e 08/11, que seriam uma quinta-feira à tarde e sexta-feira pela manhã, com a seguinte programação: no primeiro dia à tarde o tema é “Perspectivas para os serviços e mercado de TV Digital e possibilidades de integração e complementaridade com os serviços de mercado de TV por Assinatura e telecomunicações”, com o Engenheiro Eletrônico Silvio Lemos Meira, de Pernambuco, e Alex Patez Galvão, Economista, mais um representante da ABTA e outro da Telecom.

Na sexta-feira, às nove horas, no dia seguinte pela manhã, com o tema “Perspectivas para digitalização da radiodifusão sonora no Brasil e conexão dos seus serviços e mercado com os de tevê digital”, com o representante da SET, grupo de Rádio Digital, representante da Anatel e outros a definir.

Mantém-se essa estrutura de mais duas audiências? Seria suficiente?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Entendo que há vários aspectos. Estou aqui como engenheiro e entendo que colocar todo esse pessoal na discussão a enriquece, ao mesmo tempo que chamar alguém de telecomunicações para discutir televisão é algo que ninguém... Quando se discutiu telecomunicações, não se chamou alguém de televisão para saber o que estava acontecendo, mas tudo bem.

Como estamos abrindo para a discussão, temos que ter muita restrição, porque, evidentemente, alguém de telecomunicações que venha a discutir a Televisão Aberta não virá isento. Temos que estar preparados para interpretar as opiniões dessa pessoa que virá.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Teremos que estar?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Fernando, proporia nos atermos ao próprio Texto Constitucional, que define radiodifusão como um setor inde-

pendente de telecomunicações. Isto quer dizer que somos usuários do serviço de telecomunicações.

Creio que você coloca isso com muita propriedade no sentido de que são dois assuntos completamente diferentes. A nossa área é de radiodifusão, e não de telecomunicações. Entendo que não deveríamos nos envolver.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Vou interpretar a intenção do Daniel. Creio que foi verificar até onde, em função da possibilidade de convergência tecnológica, os serviços poderão ser de uma certa maneira interligados em relação ao público consumidor e até onde a radiodifusão e as telecomunicações poderão eventualmente convergir para um melhor atendimento ao usuário final.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Posso ler a súmula da proposta: “Perspectivas para os serviços e mercado de TV Digital e possibilidades de integração e complementaridade com os serviços e mercado de TV por Assinatura e telecomunicações”.

Parece-me que não seria o caso de restringirmos. Tenho um nome a sugerir: Takashi Tome, da Anatel, Pesquisador e membro da Associação dos Funcionários do CPqD, que apresentou recentemente, no Seminário de Legislação e Direito à Comunicação que ocorreu em Brasília, na última semana, a explanação “Tecnologias digitais em radiodifusão, aspectos tecnológicos e potencialidades do uso”, que aborda a integração e a convergência.

Parece-me uma pessoa bem preparada. Não sei os senhores o conhecem e não posso dar maiores referências.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Eu não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conhece? Acredita que seria uma pessoa preparada?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Penso que tem uma visão interessante.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Supriria...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pergunto, Conselheira, se a intenção é que elaboremos

um único relatório ou cada um de nós elaborará o seu? Observe, somos, na verdade, treze Conselheiros: cinco representantes da sociedade civil, quatro do meio empregatício, digamos, e quatro do meio patronal. Não sei se conseguiremos, num único relatório, reunir a opinião dos treze ou se cada um de nós emitiria sua opinião individual, já que, de alguma forma, representamos um determinado segmento do segmento, se é que posso colocar dessa forma.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, diria que, de acordo com o senso comum, independente do tema ligado às atribuições do Conselho, esta Comissão deverá elaborar um relatório que será levado ao Conselho e debatido. Nossa atribuição será levar o resultado de todas as informações e do debate.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sim. Mas como agiríamos com relação às eventuais divergências?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Creio que devemos listá-las e levá-las ao Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Certo. Listá-las todas?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Todas. Penso que sim. Sr. Geraldo Pereira dos Santos, por favor.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Apenas para complementar a observação de V. S^a, Sr^a Berenice, e, de acordo com a observação pertinente do Sr. Paulito, gostaria, até por nossa responsabilidade, como citei anteriormente, que estivéssemos atentos para o fato de que quanto mais convergências e afinidades melhor. Inicialmente éramos três na Comissão: o Sr. Fernando Bittencourt, o Sr. Daniel Koslowsky Herz e eu. Não exatamente um representante deste ou daquele setor empresarial. Na última reunião, houve a integração – o que muito nos enriquece – do Sr. Paulito, do Sr. Roberto Wagner Monteiro e da Sr^a Berenice Isabel Mendes Bezerra. O Sr. Miguel Cipolla Júnior já vinha nos acompanhando desde o início, pois substituiu, na primeira reunião, o Sr. Fernando Bittencourt, que, por compromissos, não pôde participar.

Quanto mais convergências e afinidades houver em nosso relatório, maior peso terá para o Plenário e também para a própria Mesa do Senado Federal e do Congresso Nacional. Perceberão que houve um esforço tamanho, embora com divergências, mas que debatemos e aprovamos. Nosso trabalho será considerado importante. Espero que consigamos vencer as eventuais divergências.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Esse é o ideal, já que há pontos de vista diferentes com relação ao mesmo assunto, como disse. A Dr^a Berenice coloca muito bem: o relatório contemplará eventuais pontos de vista divergentes a serem apreciados pelo Conselho. E entendo que, se as divergências permanecerem, deverão ser encaminhadas, mesmo assim, à Mesa do Congresso Nacional. É uma forma democrática inclusive de nos colocarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor é muito pessimista!

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não sou pessimista. Sou realista.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Dr^a Berenice, não terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não. Por favor, conclua.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Continuando minha observação, já temos contemplado pelo menos mais duas audiências. Não sei se será possível encaixar nas duas ou talvez em uma terceira a minha proposta de que setores da sociedade interessados no tema sejam ouvidos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Quais, Conselheiro?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sugeriria um que representa um conjunto muito grande da sociedade e que lida com o tema. Trata-se de alguém indicado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Alguém que viesse contribuir com a sua prospecção, o seu sentimento, que vem lutando, desde antes da Constituinte, pelo setor de comunicação como um todo e possui interesse em opinar, em relatar a sua posição

sobre a entrada da tecnologia digital na nossa mídia eletrônica.

Eu sugeriria, a princípio, essa questão. Não sei se dá para encaixar nessas duas ou, se for preciso, em uma terceira, outros atores, para enriquecer ainda mais.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu apóio. Lembro até do nome de uma pessoa do Fórum que é muito preparada. Trata-se do Gustavo Gindre, do Indecs, Instituto de Desenvolvimento de Estudos de Comunicação Social, que vem se dedicando profundamente a essa questão. É um jovem, um rapaz – não sei se ele vem da Comunicação Social, da área humanística ou da área tecnológica – que é doutor pela UFRJ. Acredito que ele poderia contribuir para a discussão.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Ser encaixado em uma dessas duas talvez.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim. Vamos tentar ver se o encaixamos em uma dessas. Os senhores teriam mais algum nome para sugerir, seja da Anatel, da ABTA, da área da Telecom?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O próprio Daniel colocou, em conversas nossas na comissão, a preocupação com a produção nacional. Eu não sei se deveríamos colocar alguém de produtora.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Acredito que seria interessante chamar algum produtor. Existe alguma associação de produtores, Paulito? Eu não sei se você conhece alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – É claro que existe. O Nelson Hoineff.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Chamar o Nelson é bom, é interessante, porque essa é uma área extremamente sensível a esse tema.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Existe a questão da produção de alta definição.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional

dos artistas) – Associação Brasileira de Produtores Independentes de TV.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Talvez alguém da área de publicidade, porque tudo isso, de que vocês entendem muito mais do que eu, está ancorado no mercado publicitário.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É verdade.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Creio que há muito mais razão para se colocar um publicitário do que alguém do setor de telecomunicações.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Da área de telecomunicações também, Paulito, porque é um suporte. Não que você vá se vergar ao interesse de um setor do qual você é cliente.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Penso que teremos, na verdade, grandes divergências, pois os pontos de vista são muito...

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Vamos ver. Eu não sei. Mas ouvi-los não custa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Os senhores têm o nome?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A senhora não falou no CPqD?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, o CPqD. Mas o Takashi Tome surpreenderia essa posição?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O Takashi Tome trabalhou muito na parte de modelagem de negócio.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – De telecomunicações?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não, do todo do negócio TV Digital. Então talvez ele tenha uma contribuição e uma integração com a área de Telecom, porque há serviços assemelhados de Telecom de que a própria radiodifusão poderá, eventualmente, dispor.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Mas continuo com o posicionamento de que o pessoal das telecomunicações não deveria se envolver conosco, pelo menos neste momento. Nós, inclusive, nunca fomos chamados, em momento algum, nenhum de nós, nem a própria SET, para discutir qualquer aspecto de telecomunicações. Quer dizer, eles sempre conduziram e decidiram sem qualquer participação nossa. No momento em que se imaginava a possibilidade de integração, jamais fomos ouvidos.

Acredito que a nossa posição, enquanto radiodifusão, obedecendo ao próprio princípio constitucional, deve ser a de nos manter na posição de radiodifusão. Quem sabe amanhã, após a definição, já havendo um relatório, um esboço de relatório pronto, nós os ouviríamos, em uma possível interatividade com o processo. Mas acredito que a manutenção do princípio da radiodifusão é algo de que, pelo menos no meu ponto de vista, não podemos abrir mão.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Inicialmente, dá para suprimir a parte da telecomunicação.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – A pessoa que ela está sugerindo não é representante das telecomunicações. Ele não é o representante do negócio telecomunicações.

Eu chamaria o cara da Promon, ou não sei quem. Não é esse tipo de gente que ele está sugerindo. É um técnico, um pesquisador, mas está envolvido com esse assunto. Acredito ser interessante ouvi-lo.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Do meu ponto de vista, é o contrário: as telecomunicações são o meio e o suporte para chegarmos; somos usuários do sistema.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Somos clientes.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – É claro, somos clientes. Entendemos que telecomunicações é a nossa estrada, nosso caminho, nossa vida.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Com a tecnologia digital, teremos a possibilidade de atingir o público, independentemente do conteúdo que se está levando. Pode-se, eventualmente, forne-

cer algum tipo de conteúdo específico para determinados públicos, usando a própria radiodifusão como meio de transporte. Esse pode ser um serviço adicional à radiodifusão e é uma área nebulosa. Trata-se de radiodifusão ou de telecomunicações? Apesar de a plataforma poder...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Entendo que, no nosso modelo de negócio, tudo aquilo que envolva radiofrequência, que envolva aquilo que fazemos hoje é radiodifusão. Se amanhã, na abertura do nosso processo do nosso modelo de negócios, tivermos outras opções, entendo que isso é radiodifusão, não é telecomunicações.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É isso que estou querendo colocar. Mas, no fundo, é um serviço adicionado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Adicionado de radiodifusão.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Permiti que a conversa paralela se desenrolasse porque verifiquei que estava sendo muito prazerosa. O trabalho sem prazer não vale a pena. Enquanto isso, trabalhávamos e fechávamos a pauta que vamos agora propor aos senhores.

Além dos nomes já considerados aqui, convidaríamos o Professor Murilo Ramos, da UnB, do Centro de Pesquisas de Tecnologia da Comunicação, uma pessoa que pode-nos dar uma visão muito interessante – sobretudo nesse período de transição para o novo Governo – sobre o marco regulatório que deverá envolver todo esse processo.

Por fim, atendendo a uma solicitação feita pelo CBC e por sua representante, que não está aqui, mas que havia encaminhado, abriríamos um pequeno espaço para a ABC – Associação Brasileira de Cinematografia, para que o Fotógrafo de cinema Carlos Ebert pudesse apresentar algumas considerações com relação a essa tecnologia, já que estuda há bastante tempo questões relativas a isso.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Estou vislumbrando que deverá ter uma terceira.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Temos aqui listados Ronald Barbosa, Takashi Tome, Nelson Hoineff, Gustavo Gindre, Israel

Bayma, Murilo Ramos, Carlos Ebert e ficou faltando um nome sobre o qual ninguém decidiu, ligado à área de publicidade.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Pode-se pedir para a própria associação.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Solicitaremos um nome para a Associação Brasileira de Propaganda.

Precisamos marcar essas datas, senhores. Aceitamos sugestões.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Prefiro quinta ou sexta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para mim, também seria bom na quinta ou na sexta-feira. Isso seria importante, não?

Alguém tem um calendário ou se dispõe a propor essas datas? Para mim, é quase que indiferente, porque tudo é tão complicado. Vamos ter que abrir as agendas. Que venham as propostas!

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Proponho o dia 5 de dezembro, quinta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Então ficaremos aqui por toda esta semana, porque haverá reunião de plenário do Conselho no dia 2.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Serão dois dias consecutivos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não há jeito de emendar isso?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Para mim, não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não? É impossível?

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Realmente, não é possível. Eu proporia os dias 12 e 13 de dezembro, quinta-feira e sexta-feira respectivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Como o Fernando, proponho que seja feita antes, nos dias 4 e 5 de dezembro, apesar do dia 2.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não. Nos dias 5 e 6 de dezembro.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – É que estou sem agenda aqui. Seria no início do mês. No final do mês, a agenda será mais pesada ainda.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Não podemos fazer as duas no mesmo dia, de manhã e à tarde?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pode ser. No dia 6? Seria possível?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Pode ser no dia 6.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Seria possível no dia 6?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Para nós, será desgastante, mas é um sacrifício que podemos fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas já estamos no final do mês...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – E é um mês curto.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Depois do dia 15, não é mais possível.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Ficaremos somente um dia aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Na sexta-feira, dia 6? Fica assim, então? Pela manhã e pela tarde?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Inicialmente, é essa proposta, porque vai depender da ajuda dos convidados.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Os convidados poderão escolher comparecer aqui cedo ou tarde ou na hora do almoço.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, fica o dia 6 de dezembro, o dia todo, com uma interrupção para o almoço.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Eu colocaria como opção o dia 12, se não puder ser o dia 6.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – A opção seria o dia 12.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Então será o dia 6 ou o dia 12.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Prefiro que seja o quanto antes.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – O dia 6 para mim é ruim, porque participarei de um congresso no Ceará e não posso desmarcar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – E no dia 5?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – O congresso será realizado nos dias 4, 5 e 6, quarta, quinta e sexta-feira.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Então a opção poderia ser os dias 12 ou 13. O dia 13 seria viável?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Está bem. Como sou minoria aqui...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Mas isso vai depender dos convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim. Acredito que teremos o apoio necessário.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Vocês analisariam onde se encaixaria a maior parte desses convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Há vários que são de Brasília, que talvez possam vir pela manhã, para dar tempo de os outros chegarem.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – E teríamos essa resposta em uns dois dias. Vocês acreditam que em dois dias será possível fazer essa consulta?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Até o final da semana, não é?

Pergunto aos senhores se há mais alguma coisa de que querem tratar.

Os senhores tomaram conhecimento da ata da segunda reunião desta Comissão, da qual não participei? (Pausa)

Então, pelos Conselheiros presentes que participaram, a ata da segunda reunião desta Comissão foi aprovada.

Ainda quero tecer um comentário. Que ninguém vista esta carapuça, pois não é uma carapuça para ninguém, mas penso que, até pelo fato de termos tido oportunidade de receber, de uma forma tão didática, tão simplificada, tão acessível, essa aula proporcionada pelo Engenheiro Fernando Bittencourt, teria sido muito bom se a **TV Senado** tivesse acompanhado esta nossa reunião. Levaria essa discussão de forma simplificada... Eu apenas lamentei o fato.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Na próxima reunião, haverá a presença da **TV Senado**.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Como não pude estar presente à reunião por inteiro, aproveito a oportunidade para solicitar ao Conselheiro Fernando Bittencourt que disponibilizasse seu material, para que todos pudéssemos ter acesso a essa sua palestra.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Mandarei por e-mail.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Isso. Penso que é algo que vale a pena, até para termos

entre os nossos guardados, a fim de aproveitarmos um pouco da sua grande especialidade e cultura.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Fará esse obséquio, Conselheiro?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Conselheira Coordenadora, se me permite, eu gostaria de voltar àquela sugestão se as Sr^{as} e os Srs. Conselheiros estiverem de acordo de nos dirigirmos aos Parlamentares para que S. Ex^{as} revejam a decisão sobre a questão de 100% do capital externo na TV a Cabo, para que isso possa, sim, ser objeto de uma discussão no Conselho de Comunicação Social.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Em discussão.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JR. (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Esse é um tema mais do plenário...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Exatamente o que eu ia dizer, Fred. Concorde com você, mas creio que seria um indicativo da nossa Comissão de que, no dia 2, essa discussão faça parte da pauta para o pleno. Entendeu, Fred?

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Perfeito. Concorde.

A SRPRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com esse entendimento, pergunto se alguém mais tem algo a dizer. (Pausa.)

Podemos encerrar?

Então, boa tarde a todos!

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 38 minutos.)

6ª REUNIÃO DE 2002

EM 2 DE DEZEMBRO DE 2002, ÀS 14 HORAS,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2002, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a seguinte pauta:

Item 1

Questões administrativas; prestação de contas; orçamento

Item 2

Relato dos trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária.

Membros da Comissão:

Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora

Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)

Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)

Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)

Item 3

Relato dos trabalhos da Comissão de Regionalização da Programação.

Membros da Comissão:

§ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)

§ Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)

§ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)

§ Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

Item 4

Pronunciamento de Conselheiros a respeito da qualidade da programação dos meios de comunicação social.

Portaria nº 1.549, de 21 de novembro de 2002, do Ministro de Estado da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que institui o COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA DE FILMES, PROGRAMAS TELEVISIVOS, ESPETÁCULOS PÚBLICOS E JOGOS ELETRÔNICOS E DE RPG, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça.

Item 5

Relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital.

Membros da Comissão:

§ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador

§ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

§ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)

§ Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002

§ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002

§ Berenice Isabel Mendes Bezerra (desde 14/10/2002) (Representante da categoria profissional dos artistas)

OBS: Em 14.10.2002, os assuntos referentes ao Serviço de Comunicação Multimídia passaram a integrar as atribuições da Comissão.

Item 6

Fixação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, do prazo máximo de 90 dias para a apresentação de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no Órgão.

Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)

Item 7

Relato da comissão encarregada da análise da Medida Provisória nº 70, de 01/10/2002, que “dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências”.

Membros da Comissão:

Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)

Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)

Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)

Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)

Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

Item 8

Recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União.*

Item 9

Aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.*

Item 10

Pronunciamentos dos Conselheiros.

Item 11

Fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

José Paulo Cavalcanti Filho – Presidente
(Representante da sociedade civil)

Jayme Sirotsky – Vice-Presidente
(Representante da sociedade civil)

Paulo Machado De Carvalho Neto
Representante das empresas de rádio

Roberto Wagner Monteiro
Representante das empresas de televisão

Fernando Bittencourt
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social

Frederico Barbosa Ghedini
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Suplente do Conselheiro Daniel Herz)

Francisco Pereira da Silva
Representante da categoria profissional dos radialistas

Berenice Isabel Mendes Bezerra

Representante da categoria profissional dos artistas

Geraldo Pereira dos Santos

Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

Alberto Dines

Representante da sociedade civil

Carlos Chagas

Representante da sociedade civil

Ricardo Moretzsohn

Representante da sociedade civil

Também esteve presente o Conselheiro **Antônio de Pádua Teles de Carvalho** (Representante da sociedade civil – Suplente).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro aberta a 6ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, última do ano.

Tenho a honra de passar a palavra ao Vice-Presidente, querido amigo Jayme Sirotsky, que vai abrihantar o Conselho com suas palavras.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Jayme Sirotsky – Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu havia pedido ao Presidente que me dispensasse de falar, porque ele colocou em sua agenda, para o fim da reunião, palavras do Presidente e do Vice-Presidente. Como eu disse que teria que sair às 16h30min e que não poderia estar presente, ele, com a gentileza de sempre, ofereceu-me a palavra agora.

Quero apenas três ou quatro minutos da atenção dos senhores para falar sobre o que tem significado, em minha experiência, esta convivência no Conselho de Comunicação Social.

No começo deste mês, trouxemos a Porto Alegre, para um seminário de ética e comunicação, um Professor da Universidade de Paris, Claude-Jean Bertrand – com o qual tive a oportunidade de manter relações ao longo de muitos anos na Associação Mundial de Jornais e outras entidades –, que desenvolveu, ao longo de décadas, idéias sobre a interação entre a sociedade e os meios de comunicação, transformando-as em livros e catalogando-as como *MAS – media accountability systems*. Trata-se, na verdade, de meios de responsabilização da mídia em sua relação com a sociedade.

Foi um excelente momento, em que centenas de companheiros jornalistas e representantes da socie-

dade no Rio Grande do Sul discutimos com esse estudioso. Dentre esses meios – e são dezenas –, o Prof. Bertrand menciona vários instrumentos mais novos, ou nem tanto, que mostram como evolui essa interação.

Quando olho para o nosso espelho retrovisor, vejo o quanto mudamos nesses vinte e poucos anos, como a sociedade passou a demandar mais dos meios de comunicação, que, de um modo geral, têm sido responsivos a ela. O que estamos vendo hoje aqui, ao concluirmos a agenda de reuniões deste ano do Conselho de Comunicação Social, é mais uma demonstração concreta dessa realidade. Sem que olhemos, nesse caso, algumas coisas que inquietam muitos de nós, como, por exemplo, o retardamento na instalação deste Conselho, verificamos que ele próprio está sendo um excelente momento de aprendizado comum, de discussão, de esclarecimento de posições e que, desde o primeiro momento, do meu ponto de vista, deve ser um elemento em que as representações sejam muito claras em nome da sociedade. Que se deixem da porta para fora as posições corporativas, as visões que representam uma classe, uma categoria, uma entidade empresarial. É difícil? Certamente. Mas devemos perseguir esse ideal, porque assim vamos tentar construir, efetivamente, um elemento que, na sua condição de órgão assessor do Congresso Nacional, nos trará condições de satisfação coletiva e individual. Creio que estamos chegando ao fim de um ano em que o começo do aprendizado está sendo valioso.

Quero agradecer a todos a oportunidade do convívio. Agradeço, também, a liderança inteligente deste apologista do Nordeste, o nosso querido José Paulo, que soube, com equilíbrio, educação, delicadeza e sobretudo com capacidade, conduzir-nos até este momento.

Muito obrigado. Penso que este seja um fim-de-ano bom para todos nós. Como tenho que sair mais cedo, vou-me antecipar desejando a todos vocês um Feliz Natal e bom Ano Novo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Penso que interpreto o pensamento unânime do Conselho em dizer ao companheiro Jayme Sirotsky que é um privilégio e uma honra, para nós, tê-lo na direção do Conselho. A democracia visível em seu comportamento e essa busca da convergência, que, no fundo, são compromissos de todos nós, têm sido sua marca pessoal. Sinto-me muito confortável de estar aqui ao seu lado.

Srs. Conselheiros, a ata circunstanciada e respectivas notas taquigráficas de nossa última reunião

foram enviadas por meio eletrônico. Não estive presente, ela foi presidida pelo Dr. Jayme. Há cópia sobre a mesa à disposição de todos os membros. Indago aos Srs. Conselheiros se há o desejo de efetuar algum tipo de correção. (Pausa.)

Não havendo manifestação nesse sentido, considero-a aprovada.

Antes de entrar na Ordem do Dia, registro justificção de ausência do Conselheiro Daniel Herz, por razões de saúde.

Conversei com o Conselheiro Daniel Herz, durante a sua ausência, praticamente todos os dias. Ele estava nos Estados Unidos e demonstrava sempre otimismo e confiança. É um bravo Conselheiro, amigo muito estimado, já indócil para voltar a nosso convívio. Acabei de conversar com ele, que nos estará vendo e ouvindo pelo milagre da televisão. Interpreto o sentimento geral, desejando-lhe que, o mais breve possível, esteja conosco.

Representando esse setor da sociedade civil, aqui está o Conselheiro Frederico Ghedini, a quem dou as boas-vindas. Peço que se sinta em casa.

Saúdo também os demais Conselheiros, com especial atenção o Conselheiro Antônio Telles, refratário, que, só depois de muita insistência, divide a alegria do convívio aqui conosco, vindo lá das Minas Gerais.

Antes de ir ao Item 1 da pauta, no Expediente, dou ciência de documentos que foram enviados ao Conselho.

Sobre a mesa, expedientes dirigidos ao Conselho.

Primeiramente, petição assinada por Adriano Alves de Oliveira, da TV Cultura de Montenegro, no Rio Grande do Sul. O Dr. Adriano, que é jornalista, entende que é preciso disciplinar a possibilidade de captação de recursos pelas tevês culturais, por meio dos apoios culturais, e sugere que a Comissão de Educação e o Conselho de Comunicação tomem providências no sentido de propor um projeto de lei que permita essa vinculação de publicidade, com as tradicionais restrições de não veicular publicidade de cigarro, bebidas, agrotóxicos e preço de produto. É um assunto que deverá ser enfrentado pelo Conselho no correr do ano de 2003.

Há uma comunicação do mesmo jornalista Adriano Alves de Oliveira, elogiando o esforço do Poder Legislativo no sentido da regionalização da programação dos meios de comunicação social e solicitando ao Conselho que analise questão envolvendo a Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalense. Peço à

Secretaria que, depois, transfira esse ofício à Comissão designada pelo Conselho para estudar a matéria.

Recebemos, também, petição do Sr. Sílvio Sanzone, sócio-cotista da Rádio Mensagem Ltda., permissionária de serviço de retransmissão de televisão, em caráter educativo, na cidade paulista de Guarulhos, solicitando o apoio deste Conselho no sentido de impedir a aprovação, pelo Congresso Nacional, de outorga de concessão, a outra empresa, para execução de serviço de radiodifusão educativa para operação no mesmo canal utilizado pela referida Rádio Mensagem Ltda.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Tenho a impressão de que, em sua segunda solicitação, a TV Educativa requer uma manifestação junto à Anatel, porque existe aqui uma troca de canal. A Anatel teria designado o Canal 24 para uma emissora comercial, e não para a TV Educativa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É verdade. Nessa consulta, há a questão do Canal 24, que foi deferido, por equívoco, a outra televisão. Se os senhores não sugerirem um encaminhamento diferente, transferirei à Comissão de Regionalização da Programação para que examine essa questão, que me parece própria em relação ao objeto do estudo. Agradeço ao Conselheiro Paulito a lembrança, porque o canal em que ela está situada foi deferido a outra emissora que não foi ouvida. É um assunto que se reveste de gravidade. Então, encaminhe-se a petição à Comissão de Regionalização da Programação.

Por fim, comunico o recebimento de ofício do Sr. Agostinho Muniz, Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia, solicitando que se examinem demissões de radialistas feitas por emissoras de tevê e de rádio integrantes da Rede Record.

É o seguinte o documento referido:

Ofício nº 24/02

Salvador, 8 de novembro de 2002

Ilmo. Sr.
Bispo Guaraci Santos
Rede Record – Bahia
Representante da IURD
FAX 3483-9114/26

Sr. Bispo,

O SINDICATO DOS JORNALISTAS DA BAHIA, tomando conhecimento, através do Sinterp, de decisões da TV ITAPOAN e da RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA, emissoras componentes da REDE RECORD, que desrespeitam e ferem direitos trabalhistas e democráticos de profissionais e dirigentes sindicais, empregados dessas empresas, vem protestar, veementemente, e solicitar urgentes providências que estejam ao alcance de V. Sa., visando a sanear os problemas.

Estamos nos referindo aos seguintes fatos:

1) injusta e arbitrária despedida do radialista EDMUNDO FILHO, em maio deste ano, repórter da Rádio Sociedade e dirigente sindical, determinada pelo sr. Cláudio Rodrigues, diretor da Rádio Sociedade, demissão essa que vem sendo, acintosamente, mantida, mesmo depois da Justiça determinar a reintegração;

2) demissão ilegal da radialista MARLUPE CALDAS, pauteira e produtora da Rádio Sociedade, também dirigente sindical, demitida em momento que já estava protegida pela imunidade sindical, como inscrita em chapa que concorria às eleições para a entidade;

3) tentativa de se forjar, a partir de outubro último, condições para demissão por justa causa do radialista ÉDSON RUY MAGALHÃES, em manobras articuladas pelo sr. Alexandre Raposo, da TV Itapoan;

4) demissões imotivadas, arbitrárias e violentas, pela TV Itapoan, dos empregados HAMILTON SEIXAS PETERSON e MARIA ISABEL RAMOS NOVAES, dois dos mais antigos colaboradores da emissora que, inclusive, já tinham tempo suficiente para serem incluídos na proteção da estabilidade, por se encontrarem próximos da aposentadoria.

Portanto, sr. Bispo, diante de tais injustiças e verdadeiras provocações ao movimento sindical, vem este Sindicato dos Jornalistas, mais uma vez, apelar para o bom-senso de V. Sa., no sentido de procurar interceder, com as forças que lhe forem possíveis, a fim de evitar que essa situação torne-se incontornável e que venha a se constituir em motivo para um movi-

mento de trabalhadores dos mais renhidos que iremos ter, aqui na Bahia.

Sem esquecermos que o problema está a envolver dois órgãos de imprensa da esfera de concessões de serviço público, consideramos que os mesmos são passíveis de avaliação, julgamento e controle por parte do governo federal, diretamente vinculados à Presidência da República e ao Congresso Nacional, principalmente agora, através do Conselho Nacional de Comunicação Social.

Desejamos nós um relacionamento de paz, entendimento e concórdia entre patrões e empregados na área de comunicação social. Para que isso possa se concretizar, porém, serão indispensáveis tanto o diálogo sadio e democrático, como o reino de bom entendimento e de bom espírito entre as partes.

Esse é, portanto, o apelo que renovamos, esperando a decisiva colaboração de V. Sa.

Atenciosamente, – **Agostinho Muniz**, Vice-presidente do Sinjorba – C/c – **Cláudio Rodrigues**, Diretor da Rádio Sociedade. (fax 203-3254) – **Alexandre Raposo**, Diretor da TV Itapoan. (fax 203-3160) – FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) – Conselho Nacional de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A tendência do Conselho é valorizar as manifestações da sociedade civil, mas, neste caso específico, entendo que a matéria excede em muito os objetos específicos deste Conselho. Registro a preocupação do Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia, mas tomo a liberdade de não designar relator para a matéria.

Por fim, há sobre a mesa expediente da Assembléia Legislativa de Pernambuco: trata-se de uma manifestação formal da Assembléia, a entrevista que o Presidente deste Conselho deu a um dos jornais pernambucanos. A Assembléia, composta por amigos da Presidência, fez transcrever a entrevista e deu notícia a este Conselho.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Reportando-me ao assunto anterior, em relação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais

do Estado da Bahia, queremos reiterar que se trata da demissão de um dirigente sindical que, surpreendentemente, mesmo após uma decisão judicial, continua sendo mantida, mesmo após o pedido de reintegração ao trabalho.

É evidente – concordo com o Presidente – que as atribuições do Conselho não atingem especificamente essa questão, mas, em se tratando de um profissional do meio de comunicação, um dirigente sindical, gostaríamos de registrar a nossa preocupação pelo descumprimento e o desrespeito ao Judiciário, uma vez que, mesmo tendo expedido um mandado de reintegração, o trabalhador continua sendo impedido de exercer suas funções.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o pronunciamento do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, a quem me associo na idéia de que não temos o papel de representação sindical, mas somos uma assembléia que dá voz à opinião pública nacional.

Registramos a manifestação do Conselheiro. Penso que assim atendemos à solicitação da correspondência.

Passemos ao **Item 1** da pauta:

ITEM 1

Questões administrativas; prestação de contas; orçamento

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O primeiro item da pauta trata de questões administrativas.

A primeira questão diz respeito ao orçamento.

Recebemos a participação de todos os Conselheiros. Destacamos a contribuição do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos e da Conselheira Regina Festa.

Houve empenho para conseguir permissão de cobertura de alguns custos com deslocamentos. O desejo era trocar o pagamento do hotel, que não cobre refeição, táxi e despesas semelhantes, por uma diária que permitisse o pagamento de todas essas despesas.

Essa iniciativa nos deu muito trabalho. Tivemos que, junto à Mesa do Senado, redigir minuta de ato que foi entregue aos senhores. Não tivemos sucesso no primeiro momento, quanto ao aumento do orçamento do Conselho. Isso nos levará a sermos mais avaros no próximo ano.

Como há sobras do Orçamento do Poder Legislativo, no subitem Processo Legislativo, ficou ajustado

um compromisso verbal de que, se necessário, recorreríamos a essa sobra para complementar as despesas do Conselho.

De qualquer forma, faço a advertência, desde logo, aos Conselheiros de que, no próximo ano, teremos o mesmo orçamento que, no distante ano de 1996, o Congresso reservou para o Conselho, sem nenhum acréscimo.

Para que os senhores tenham uma idéia, o Orçamento do Conselho, para este ano, será de R\$230 mil. Se esse valor fosse corrigido pelo IGPM, que é um índice simples, já estaríamos com R\$590 mil, ou seja, quase duas vezes e meia o volume do orçamento.

Teremos alguns problemas, mas vamos exercitar a austeridade. O País está entrando em um novo tempo, e a ordem será gastar menos. Então estaremos alinhados com o novo Governo.

Durante este ano, e porque só trabalhamos durante seis meses, o Conselho foi muito generoso ao garantir deslocamentos que seriam úteis, a fim de participar de eventos e trazer consultores que trabalharam conosco, entre os quais, Max Henrique Machado da Costa, Guido Lemos de Souza Filho, Marcelo Knörich Zuffo e Hélio Graciosa.

A Mesa pede ao Conselho um pronunciamento no sentido de aprovar essas contas. Se houver qualquer dúvida, fiquem à vontade.

Em votação o orçamento.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, gostaria de saber qual foi o índice de correção utilizado, porque estou vendo aqui, na planilha: outubro de 1995, no valor de 115...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – E V. S^a havia dito o ano seguinte, ou seja, 1996.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É que, para o Orçamento de 1996, a previsão é feita até 31 de outubro de 1995. Então, se fôssemos atualizar, pelo

IGPM, o Orçamento de 1996, cuja previsão foi feita em 1995, daria R\$590 e poucos mil. Creio que passei esse número para os senhores em uma correspondência. O orçamento que propusemos foi de R\$550 mil, mas demorou um pouco para ser remetido, porque havia uma solicitação muito forte no sentido de trocar o sistema atual, que é o de pagar a hospedagem, pelo pagamento de uma diária que permitisse cobrir refeições e táxi para deslocamento nas cidades. Isso demorou certo tempo porque tivemos de propor um ato ao Congresso Nacional. Sofremos um pouco. Devo admitir que, por razões médicas, não pude estar presente. Não posso deixar de considerar que tive uma parcela de culpa, mas não viajei por proibição médica. Tentei resolver isso por telefone. Infelizmente, a informação é a de que ficaria, em princípio, mantido o orçamento com base no dia 31 de outubro de 1995, mas haveria um espaço para complementar despesas se, no meio do ano, chegarmos à conclusão de que o orçamento será insuficiente.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, o valor para este ano é de R\$115 mil. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É de R\$115 mil mais R\$115 mil. Total de R\$230 mil.

Vão faltar recursos, sobretudo para contar com consultoria técnica, com audiências públicas e com o deslocamento de Conselheiros para eventos, o que é um ponto importante para este Conselho. Alguns Conselheiros só puderam comparecer a eventos porque o Conselho pôde apoiar dando passagens. Foram muito produtivos esses deslocamentos.

Como está chegando um novo Governo com nova visão de mundo e como a ordem, no próximo ano, aparentemente será a de apertar o cinto, penso que devemos dar um bom exemplo.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V. S^a se é possível que o Conselho contrate consultoria externa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esta é uma questão fundamental que me levou a fazer diversas reuniões com o Dr. Raimundo Carreiro e com a Dr^a Márcia. A informação que recebi – Dr^a Márcia, corrija-me se eu estiver errado – é a de que há razões impeditivas. Primeiro, deve-se recorrer à Consultoria da própria Casa. Ainda assim, na contratação – e é um assunto que vou examinar -, há opinião no sentido de

que o próprio Senado tem que contratar. Se for assim, será uma complicação, porque teremos que mandar um ofício para o Senado, que terá que contratar. Quer dizer, uma das tarefas do ano de 2003 será garantir um mínimo de autonomia para que o Conselho possa funcionar. Um Conselho que dependa do Legislativo até para contratar um consultor terá muitas dificuldades.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, pela informação que tenho, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não permitiria a contratação de consultoria externa. Pergunto...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A informação que tive é a de que, primeiro, deve-se recorrer aos serviços da Casa. Caso fique patenteado que a Casa não dispõe de pessoal qualificado para fazer o serviço, o próprio Senado contratará a consultoria externa. O que sustento é que esse sistema burocratizado nos tira muito de autonomia. Às vezes, precisamos convidar um consultor para um item específico, mas há limitações próprias do sistema. Uma das tarefas que teremos no ano de 2003 é garantir o mínimo de autonomia administrativa ao Conselho. Esse, certamente, será um dos itens importantes nas negociações que vamos fazer com as Mesas da Câmara e do Senado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Minha preocupação, Sr. Presidente, é a de que, no momento em que dermos validade às despesas efetuadas no exercício de 2002, como existem despesas...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Nenhuma despesa com remuneração.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não estaríamos infringindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O que fizemos foram, basicamente, audiências públicas com a colaboração de consultores que não são membros do Congresso. Demos o mínimo de suporte para que pudessem participar dos eventos.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Complementando a informação, esses quatro senhores que foram mencionados vieram para

uma audiência pública convocada pela Comissão de Tecnologia Digital e participaram de um debate interessante, que muito contribuiu para o assunto em questão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – São todos técnicos do mais alto nível de competência. É indiscutível. Perdem o dia, pagam os deslocamentos até o aeroporto de suas cidades e do aeroporto para cá, bem como as refeições, ou seja, estão custeando do próprio bolso. Nós nos limitamos a garantir apenas passagens, o que, francamente, considero muito pouco, mas, para nos atermos à lei, é o que podemos fornecer agora.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, o senhor entende que o fato dessas despesas já terem sido efetuadas não coloca o Conselho em posição de infração à Lei de Diretrizes Orçamentárias – o reembolso dessas despesas com passagem e outras.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não houve reembolso de nada.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não, o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Trata-se de uma prática, Conselheiro Paulito. Já participei de numerosas audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e jamais paguei uma dessas passagens, jamais, porque sempre entendi que aqui estamos prestando um serviço público, um *munus publico*, e o mínimo que o Poder Público pode fazer é custear. Ora, se o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que nos abrigam, fazem isso nas suas audiências públicas, imagino que não teremos nenhum problema em adotar práticas semelhantes aqui, no nosso Conselho.

Conselheiro Geraldo tem a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, para que fique mais cristalino para todos nós, pois eu ainda estou com dúvidas, como o senhor disse, muito embora o trabalho da Comissão de Orçamento tenha ficado aquém...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, não chegou nem a ser constituída uma Comissão de Orçamento.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Eu ainda tenho uma dúvida. Não está claro. Para as duas propostas não houve condições...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O senhor está se referindo ao Orçamento de 2003?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Para o Orçamento de 2003, os ofícios que recebi do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram para manter o mesmo orçamento do ano anterior. Porém, abriram um espaço dentro da rubrica de...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – De Processo Legislativo?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É. Dentro da rubrica Atuação Legislativa do Senado Federal, no subitem Processo Legislativo, com a possibilidade de se complementar verba se, ao longo do ano, aquelas inicialmente programadas se revelarem insuficientes.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – E sobre a outra questão, ou seja, sobre a possibilidade de percepção de diária?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já há um projeto de ato pronto. A idéia, Dr^a Márcia, é substituir a rubrica de hospedagens pela rubrica diárias. Não é isso?

A SRA. MÁRCIA LYRA NASCIMENTO EGG – São diárias que incluem os deslocamentos, a hospedagem e a alimentação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E as passagens estão fora?

A SRA. MÁRCIA LYRA NASCIMENTO EGG – As passagens são separadas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – As passagens aéreas continuam, mas, para a segunda verba, a idéia inicial é pagar uma diária que permita o reembolso dos custos que os Conselheiros têm – do aeroporto de suas cidades, do aeroporto até aqui, a volta, a hospedagem e a alimentação. Ainda assim, tudo é ainda muito modesto, porque, se o Conselheiro não desejar complementar a diária dos hotéis do seu bol-

so, terá de escolher hotéis muito modestos. Já estamos seguindo a teoria do próximo Governo, que é a de apertar os cintos. Estamos apertando bastante.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Em matéria de apertar os cintos, o Presidente está mais do que capacitado. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quero comunicar aos senhores, extrapauta, que já perdi vinte e poucos quilos, perderei mais vinte e somente tenho um receio, Dines: o de que, nesses quarenta quilos que se irão, vá junto o que há de melhor em mim. Esse é o meu único receio. (Risos)

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – É por isso que não houve lanche hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Os Conselheiros já estão provando aqui. Acabo de ser avisado de que o lanche está à disposição dos Srs. Conselheiros, na sala ao lado.

Somente ressalto que estão aprovadas as medidas administrativas que envolvem o Orçamento deste ano, sendo garantido a qualquer um dos senhores, na hora em que quiserem, pedir qualquer esclarecimento adicional.

Por último, quero dar notícia de algo que esteve presente desde a nossa primeira reunião: a duração do mandato do Conselho.

Como sabem V. S^{as}, a Lei que criou o Conselho, no seu art. 4º, § 4º, estabelece que o prazo do mandato dos Conselheiros é de dois anos, matéria de reserva legal portanto.

O Congresso pode mudar a lei, mas, se não modificá-la, seu poder se esgota na eleição dos Membros do Conselho. Se o prazo é de dois anos, ele se esgota ao eleger. Nem pode eleger por cinco anos, quando a lei diz que são dois, nem pode eleger por cinco meses.

Essa é uma matéria que, na ordem legal, é indiscutível. Inclusive, levei esse assunto à OAB Federal, para dividir com o Conselho essa preocupação. Há absoluta sintonia entre o Conselho e a OAB. E pude contar com a colaboração do Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, e dos Líderes de todos os Partidos. Foram quase 40 ofícios, mais de 80 telefonemas, sem contar as conversas pessoais, todas as que o tempo permitiu.

Quero destacar a colaboração que recebi do Conselheiro Roberto Wagner, que perdeu um dia de

sua vida profícua para sofrer comigo nos corredores do Congresso Nacional. Penso que o Conselho deveria agradecer com especial destaque ao Senador Carlos Wilson, ao Deputado Inocêncio Oliveira e ao Deputado Walter Pinheiro, a esses três ainda mais que aos outros.

Gostaria que o Conselho aprovasse um voto de louvor ao Dr. Raimundo Carreiro Silva e à D. Márcia Lyra Nascimento Egg, pois sem a participação dos dois isso não seria possível. Conseguimos aprovar, na quarta-feira, na última Sessão Conjunta em que isso seria possível, o Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2002, que resultou no Decreto Legislativo nº 77, que os senhores têm em mãos, que dispõe sobre o mandato dos Membros do Conselho de Comunicação, o que significa dizer que nosso mandato vai até junho de 2004. Portanto, isso era algo que nos preocupava e acabou bem.

Com a palavra a Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros – parece que hoje estou sozinha aqui –, senhoras e senhores presentes, boa tarde!

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela vitória, pelo êxito obtido, porque bem sabemos que V. S^a tomou a iniciativa de mostrar à Mesa do Congresso a necessidade imperiosa de que a lei fosse cumprida no que diz respeito aos nossos mandatos.

Não posso deixar de fazer essa observação, até porque fiquei bastante surpresa, uma vez que vi, pela grande imprensa, a notícia da extensão, da devolução do nosso mandato. E volto a dizer: é um sentimento contraditório que me envolve neste momento, porque, se fico contente, agradeço e compartilho do voto de louvor aos parlamentares que nos auxiliaram, assim como à assessoria técnica, não posso deixar de lamentar que o processo tenha ocorrido de uma forma tão célere e tão estanque por parte do Conselho e não tenhamos aproveitado para discutir a composição do próprio Conselho, como é também nossa intenção – e já abordamos esse tema algumas vezes, aqui, desde a instalação do Conselho.

A lei que cria o Conselho de Comunicação Social é de 1991. Nesse momento, ainda não existia a TV a Cabo, que acabou criando novos segmentos que aqui não estão representados, como a Associação Brasileira de TV por Assinatura e os profissionais produtores independentes de televisão. Também deu

margem à criação da radiodifusão comunitária, que deveria ter representação aqui.

Parece-me que esse era um momento privilegiado, quando poderíamos discutir a composição do Conselho. Sabemos – e assumimos a responsabilidade disso junto à sociedade brasileira – que o Conselho, hoje, é menor que a sociedade brasileira. Temos que enfrentar essa questão.

Novamente, ao tempo em que parabenizo o Conselho pela vitória e pelo êxito do cumprimento da lei no sentido da extensão dos nossos mandatos, solicito que, para a pauta de 2003, essa questão seja abordada e possamos examinar e encaminhar ao Congresso uma ampliação dessa composição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação da Conselheira Berenice, que demonstra excesso de amor patriótico e desconhecimento absoluto do funcionamento de uma Casa Legislativa, não pode imaginar as agruras pelas quais passamos para aprovar um decreto legislativo. Imaginar que poderíamos fazer isso ao mesmo tempo em que se discutiria um novo projeto de lei para repensar o Conselho, isso é absolutamente impossível de se cogitar dentro do limite de tempo e da proposta que tínhamos!

No próximo ano, caso a Conselheira queira voltar a esse assunto, terá todo o direito, sem problema algum e com absoluta tranqüilidade. Não havia, contudo, a mais remota possibilidade de, enquanto vivíamos a angústia para aprovar esse decreto legislativo, ainda discutirmos a questão da composição.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, gostaria, apenas, de concluir, já que o senhor se referiu a minha pessoa. Tenho certeza de que o Conselheiro Roberto Wagner me cede, por alguns instantes, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice, perdoe-me, mas a Mesa, há muito, adotou o seguinte sistema: quando estivéssemos discutindo um assunto em que alguém já tivesse falado, antes de devolver a palavra a esse alguém, todos os outros que quisessem se manifestar o fariam.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, estou sentindo que a

minha palavra está cassada. Estamos defendendo o direito de liberdade de expressão como uma das primeiras questões. Reafirmo que o senhor deveria garantir o meu direito de falar e repito: estou pedindo a palavra. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Presidência do Conselho decidiu, na primeira reunião, que, quando houvesse mais de uma pessoa que quisesse se manifestar sobre um assunto, a pessoa que já tivesse falado não voltaria a se manifestar, a menos que os outros tivessem tido a chance de usar a palavra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Gostaria que constasse em Ata o meu protesto quanto a essa atitude sua. Só o Regimento deve nos negar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, cedo a palavra à nobre Conselheira.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Lamento, Sr^a Conselheira, que quando instituímos essa prática a senhora não tivesse protestado, pois era o momento próprio. Para lhe ser inteiramente franco, considero enriquecedor e democrático que, já tendo alguém se manifestado, esse alguém ouça a manifestação dos outros para depois voltar a se manifestar e, quem sabe até, com outros argumentos. Mas, numa deferência pessoal a V. S^a, encareço ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro que rompamos, neste momento, essa prática e concedamos a palavra à Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada, Conselheiro.

Eu gostaria de concluir o meu raciocínio não quero polemizar, dizendo que esta minha fala não está imbuída de excesso de patriotismo, como V. S^a disse, e não demonstra tampouco completo desconhecimento do processo legislativo. Eu não esperava que o senhor pudesse encaminhar um projeto de lei que tramitasse em tão pouco tempo. Apenas disse que o Conselho perdeu a oportunidade de discutir a questão.

Por isso mesmo, para que não se dê completamente por perdido, aproveito a oportunidade para – ao tempo em que eu o cumprimento pessoalmente, assim como aos Parlamentares e à assessoria técnica, que permitiu que esse trabalho fosse concluído

com êxito – sugerir que o tema seja incluído na pauta do Conselho de Comunicação Social do próximo ano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, na tarde que passamos juntos aqui no Congresso Nacional, ficou muito clara a dificuldade que tínhamos, V. S^a e eu, de, em 24 horas, conseguir a aprovação desse decreto legislativo. Em relação à autoria intelectual, foram praticamente seis mãos, mas, enfim, foi o Dr. Raimundo Carreiro Silva quem deu as luzes finais ao projeto.

V. S^a falou com o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet. Falamos juntos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves. Ligamos para os Líderes. A Dr^a Márcia foi absolutamente competente. Já eram mais de 18h, quase 19h. Ela paralisou todo o seu serviço, fizemos um *tour de force* e remetemos o material para praticamente todos os Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. De sorte que, estando presente a esse trabalho, vi como é possível obter sucesso, em algum espaço de tempo, quando há pessoas obstinadas.

Quanto ao que a Conselheira acaba de dizer, concordo inteiramente com ela no que tange a um estudo, em 2003, para enriquecer mais o nosso Conselho, talvez trazendo mais entidades representativas. Entretanto, isso demanda mudança de lei. Obviamente, se começarmos a trabalhar no início do ano que vem, talvez no segundo semestre tenhamos já obtido a aprovação de um projeto no Senado Federal e na Câmara Federal.

Reitero que, na conversa que tivemos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, ficou patente a atenção que S. Ex^a tem hoje para com o Conselho. Em relação aos Líderes com que falei, todos estão acompanhando de perto o nosso trabalho. Fiquei absolutamente honrado de pertencer a este Conselho, porque vi que, no Congresso Nacional, as nossas decisões estão sendo recebidas com muito respeito. Digo mais: penso que, em 2003, o Conselho será, de fato, o grande órgão auxiliar do Congresso Nacional. Foi essa a impressão que me ficou da conversa com os Srs. Líderes.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, existe um projeto de lei, de autoria do Deputado Cunha Bueno, pronto para ser votado, dependendo exclusivamente de que o Presidente Aécio Neves coloque-o em votação. É o PL nº 2525/92, que amplia a participação de membros do Conselho. Esse projeto foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados e está na mão do Deputado Aécio Neves para voltar à pauta. Quem sabe uma gestão sua ou do próprio Conselho junto ao Presidente Aécio Neves possa abreviar essa solução.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro Paulito teria cópia desse projeto?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – É fácil providenciar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por favor, depois dê ciência à Dr^a Márcia, para distribuí-lo aos Conselheiros.

Com a palavra ao Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, estou participando de uma reunião do Conselho pela primeira vez e quero saudar meus colegas Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente, Jayme Sirotsky.

Gostaria de reforçar o pedido para o conhecimento desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Será entregue a todos os Conselheiros.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Se há um projeto que altera a composição, é fundamental que todos os Conselheiros o conheçam a fundo, para poderem se manifestar no tempo certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Conselheiro Ghedini.

Conselheiro Paulito, V. S^a tem informação de algum outro projeto semelhante, ou há apenas esse?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Existem vários projetos, mas esse está pronto para ser votado no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Seria interessante aproveitar esse recesso para fazer uma busca e verificar todos os projetos que, direta ou indiretamente, se refiram ao Conselho para informar a todos os senhores Conselheiros.

Com a palavra o Sr. Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa tarde a todos. Eu me inscrevi apenas porque, naquele dia em que foi votado o que ora estamos tratando – a questão do restabelecimento do mandato –, fui interpelado por algumas pessoas que diziam exatamente que o Conselho estaria dando o golpe. Quero restabelecer aqui a verdade, para que todos tenhamos igual responsabilidade sobre o que foi posto. Se é verdade que temos a vontade política de ampliar o Conselho, como a companheira Conselheira expôs, é verdade também que aqui, neste plenário, democraticamente, fomos consultados, provocados, salvo engano, pelo próprio Presidente, a respeito do nosso mandato, oportunidade em que todos concordamos que deveríamos ter o mandato pleno, e não apenas um mandato tampão.

Então àqueles que me interpelaram – porque um ou outro perguntava: “O Presidente do Conselho deu o golpe?” – respondi: “Em absoluto”. Foi tratado em Plenário, eu votei, lembro-me de que não foi preciso pôr em votação, mas a manifestação global do Plenário foi exatamente no sentido de que devêssemos observar o cumprimento da lei, e o cumprimento da lei está posto, que é exatamente o mandato de dois anos. Portanto, todos temos igual responsabilidade pelo que foi votado, que agora estamos usufruindo em nome da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a palavra do Conselheiro Francisco por repor a memória histórica. É verdade, fui consultado por bem mais do que a maioria do Conselho, pedindo que colocasse esse assunto em pauta na nossa primeira reunião. E o pus em pauta; o assunto foi discutido amplamente com todos os Conselheiros, mereceu aprovação unânime. Lembro-me, inclusive, de que nessa reunião ficou claro que buscaríamos convergência.

Aliás não foi só isso. Ao longo dessas reuniões, recebi telefonemas de vários Conselheiros que me

perguntavam como é que ficaria o mandato. Ora, a idéia é buscar convergência. Entrar com mandato judicial contra o Congresso seria muito ruim, portanto buscaremos convergência até o fim. Particularmente fico muito feliz que isso tenha acontecido e que tenhamos mantido as boas relações. É impossível ignorar que, para o ano, será outro Congresso, outro Governo, outras prioridades nacionais, e a idéia de que tenhamos nos sintonizado com o Congresso é algo muito importante.

Vamos correr com a pauta.

Com a palavra o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Conselheiros presentes, boa tarde. Rapidamente, é importante reafirmar que a disposição dos Conselheiros aqui presentes em relação a isso foi simplesmente a de cumprir a lei, porque fica uma situação aparentemente dúbia, o que, por outro lado, não significa que tenhamos possibilidade de melhorar. Assim, recebo, com muita satisfação, informações de projetos de lei que dizem respeito ao aumento da composição deste Conselho. Concordo com a companheira Berenice que este Conselho não tem o tamanho da sociedade que representa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Nunca terá, Conselheiro. É uma limitação própria da natureza humana.

Não tenho certeza se houve manifestação contrária, mas coloco em votação o voto de agradecimento à participação do Dr. Raimundo Carreiro Silva, da Dr^a Márcia Lyra Nascimento Egg e, especialmente, dos Parlamentares a que me referi, que se empenharam mais que os outros, que são o Senador Carlos Wilson, o Deputado Inocêncio Oliveira e o Deputado Walter Pinheiro.

Os que estiverem de acordo com o agradecimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao **Item 2** da pauta:

ITEM 2

Relato dos Trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária

Membros da Comissão:

Regina Dalva Festa

(Representante da sociedade civil) – Coordenadora

Paulo Machado de Carvalho Neto

(Representante das empresas de rádio)

Roberto Wagner Monteiro
(Representante das empresas de televisão)

Fernando Bittencourt
(Engenheiro com notório conhecimento
na área de comunicação social)

Francisco Pereira da Silva
(Representante da categoria
profissional dos radialistas)

Daniel Koslowsky Herz
(Representante da categoria
profissional dos jornalistas)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A propósito da matéria, o Conselho recebe expedientes do Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária, assinado por Dagmar Camargo, Secretário do CONRAD, que manifesta sua preocupação com a lentidão com que as rádios comunitárias são aprovadas e dá a notícia de que, no caso do CONRAD, de 357 pedidos de autorização, 290 estão perdidos “nas gavetas do Minicom há mais de quatro anos, pois só 67 foram autorizados”.

O mesmo CONRAD formula questionamentos que serão transmitidos à Comissão própria, entre os quais destaco:

1) Onde se encontram os processos de nossas rádios, que esperam desde 1998 e 1999 e têm o comprovante do pedido de autorização naquela data e que até agora não tiveram a sua autorização?

2) Quais são os critérios que foram utilizados para definir qual rádio ganharia a autorização de funcionamento e por que as rádios que entraram com seu pedido em 1999 ainda estão aguardando e outras que entraram com o pedido em 2001 já receberam autorização?

3) Onde foram parar nossos equipamentos adquiridos com dificuldade pela comunidade e apreendidos ilegalmente pela Anatel e Polícia Federal?

Efetivamente, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito e proíbe a apreensão desse equipamento.

4) Cadê os relatórios dos cinco anos da Anatel, previstos no inciso XXVIII do art. 19 da Lei nº 9.472/97, com registro à parte para ações de fiscalização e controle de informação de oligopólio ou monopólio nos meios de comunicação?

Todo esse material está à disposição dos Srs. Conselheiros.

Há uma Comissão de Radiodifusão Comunitária e estimaria que um de seus membros fizesse um breve relato sobre o andamento da Comissão para que todos pudéssemos nos sentir participantes desse trabalho.

A Comissão é composta pelos Conselheiros Paulito, Roberto Wagner, Fernando Bittencourt, Francisco Pereira, aqui presentes, e Conselheiros Daniel Herz e Regina Dalva Festa. Um dos membros, por favor, faça um breve resumo dos trabalhos ao Conselho.

Com a palavra o Sr. Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, lamentavelmente, não houve reunião desta Comissão.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer aos Srs. Conselheiros que a morosidade de tramitação não é um fato privativo das rádios comunitárias. As emissoras comerciais brasileiras vivem e sofrem o mesmo problema. No ano de 2002, houve processos de renovação datados de 1991. Ou seja, há uma defasagem, em alguns casos, de dez, onze anos.

Ressalto também, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, que legislações municipais vêm, em nosso entendimento, ao arrepio da legislação federal, concedendo autorização para funcionamento de rádios comunitárias, o que é um assunto de extrema gravidade. Temos disponibilizado inclusive recursos às nossas associadas e às entidades estaduais por nós representadas, para que possam exercer ampla defesa em seu direito de funcionar livremente.

Era o que tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A questão da rádio comunitária continua mal resolvida. O ex-Ministro Sérgio Motta, repito, falava em rádios comunitárias que pudessem servir a comunidades específicas. Ele nunca imaginou que o Brasil pudesse ter, em dez anos, se não me engano, oito mil rádios comunitárias em funcionamento e mais doze mil pedidos. Atualmente, no Ministério das Comunicações, terceiro andar, existe um departamento só para receber pedidos de rádio comunitária. Ora, tudo *est modus in rebus*. A idéia não é que toda pessoa que queira obter um palanque eletrônico junte cinco ou dez pessoas, faça uma associação e desencadeie um pedido de rádio comunitária. Ninguém seria contra as rádios e tevês

comunitárias. Represento as televisões, e não vi, em nenhuma reunião de televisão, qualquer manifestação contra as rádios comunitárias. O setor entende que deve haver um mínimo de disciplina na matéria. Não se pode imaginar que 50 pessoas que pensam em obter um palanque eletrônico façam uma associação e peçam outorga de uma rádio comunitária. E agora estão brigando também por isso. Sérgio Motta, insisto, falava que era preciso ter a possibilidade de um patrocínio. E hoje já se pede a possibilidade de venda de publicidade. Virou um negócio. O que a princípio era uma grande idéia, uma idéia fantástica, que dá voz e vez às comunidades, está sendo distorcido. Por isso o setor conclama o Conselho a se debruçar, de fato, sobre o assunto, para que tenhamos condições de disciplinar realmente o que são entidades comunitárias. E creio que o Ministério das Comunicações, mesmo com uma estrutura de cem pessoas, não dará conta, pois surgirão mais dez mil pedidos de rádios comunitárias.

Portanto, o CONRAD – Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária – pede que as rádios comunitárias sejam autorizadas pelos Municípios, o que, em tese, seria razoável. Mas a questão básica e técnica é que as frequências são disciplinadas aqui em Brasília, pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel. De sorte, Sr. Presidente, que o assunto é polêmico, corre o risco de ser politizado, quando, na verdade, é técnico e educativo. Ele não pode ter um viés comercial, e sim manter a idéia originária. Rádios comunitárias destinam-se a atender comunidades e têm como objetivo principal a educação dessa comunidade. E mais: não se pode pretender que a rádio comunitária, no futuro, seja uma entidade comercial como as outras rádios, como o sistema de radiodifusão.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Frederico Ghedini, eu não quis ser deselegante com o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, que tanto colaborou com o Conselho. Mas a idéia que tínhamos para esta reunião, que é a última do ano e que tem uma pauta bastante extensa, era passear pelas Comissões e dar, para quem não é membro delas, a idéia de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos. O Conselho não tem a mesma opinião sobre essas questões. O risco de levantarmos esses assuntos agora é o de nos perdemos nesses debates e também um pouco o roteiro original. V. S^a terá, na Comissão do Conselho e depois no próprio Plenário, oportu-

nidade de se manifestar. Vou garantir-lhe, de qualquer forma, a palavra, Conselheiro Frederico Ghedini, porque V. S^a manifestou uma posição numa área muito conflagrada, na qual é inevitável haver opinião em sentido contrário. Do mesmo jeito que ouvi V. S^a, ouvirei as manifestações contrárias, mas digo logo aos Conselheiros que não vamos fazer debate aqui. Os Conselheiros vão expor opiniões, vamos nos enriquecer com elas, mas vou seguir a pauta, para finalizarmos dentro do horário.

Com a palavra o Conselheiro Frederico Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não é uma manifestação em sentido contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Geraldo vai certamente se manifestar em sentido contrário.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – É simplesmente uma informação que julgo útil e importante aos Conselheiros.

Pertenço a uma das entidades patrocinadoras da idéia de um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal de São Paulo. Seria interessante que o teor do projeto fosse trazido ao conhecimento dos Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro poderá providenciar a remessa para a Dr^a Márcia, que se encarregará da distribuição.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Vou providenciar. É um projeto de lei de autoria de dois Vereadores de São Paulo, um do PT e outro do PSDB – Carlos Néder e Ricardo Montoro, respectivamente –, que dá ao Município de São Paulo a propriedade de distribuir as autorizações para a radiodifusão comunitária. Exatamente na linha do que o Conselheiro estava criticando, mas com o qual, evidentemente, por ser uma das entidades patrocinadoras, estou de acordo. O que se pergunta é por que em Brasília há de se saber melhor com quem devem ficar as autorizações de concessão no município para radiodifusão comunitária, que é um assunto bem localizado, como diz o nome.

Mas, como V. S^a, acredito que este assunto vai merecer uma discussão mais detalhada, detida, por menorizada e no seu tempo certo aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Frederico Ghedini.

Passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Presidente.

No documento que foi distribuído, há a Carta de Porto Alegre para o Brasil. Chamo a atenção para esta carta, para que os Conselheiros tenham uma atenção especial quanto ao documento preparado pela Abraço Nacional, Fundação Educativa e Cultural Rádio Favela FM e Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul. Faço referência a esse documento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro, já fiz menção a esse documento, li os quatro questionamentos principais e agradeço a lembrança de V. S^a.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado.

Nos dias 15, 16 e 17 de novembro, participamos de um seminário nacional em Brasília, da Amarc Brasil, Associação Mundial de Rádios Comunitárias, e contamos com o apoio do Conselho. O seminário foi muito importante, em que debatemos a questão da legislação e do direito à comunicação. Entendemos que essa questão da rádio comunitária é de direito à comunicação e à liberdade de comunicar.

Fazendo um adendo à fala do Conselheiro Ricardo, não devemos discutir somente o número dos Conselheiros – se será 100, 50 ou 40 –, mas talvez a qualidade do trabalho em 2003. A qualidade e a diversidade do trabalho devem melhorar, porque a sociedade ganhará, bem como o próprio Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Gos-

taria de um esclarecimento. Entendi que o Conselheiro Geraldo disse que esta reunião da Amarc contou com o apoio do Conselho.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Houve apoio para as passagens aéreas.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Do Conselho de Comunicação Social?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sim. Solicitei.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – O Conselho forneceu passagens para essa reunião da Amarc?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Trata-se do Seminário Nacional de Legislação e Direito à Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há uma comissão de que o Conselheiro Geraldo faz parte que estuda essas questões. O Conselheiro manifestou a sua intenção de participar desse seminário. Eu lhe disse que o Conselho só podia apoiá-lo cedendo as passagens, já que havia uma sobra no orçamento. Solicitei a ele que verificasse a importância de comparecer a esse seminário. Espero que, nas comissões de que faz parte, o trabalho desenvolvido nesse evento possa produzir bons frutos.

Está esclarecido?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pergunto se isso ocorreu com o apoio da Subcomissão de Radiodifusão Comunitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, o Conselheiro faz parte de algumas comissões que tratam de matérias que iriam ser discutidas nesse evento e telefonou-me, pedindo o apoio do Conselho para seu deslocamento até o local do evento. Expliquei-lhe que não havia como pagar sua hospedagem, mas tínhamos uma sobra de passagem. Pedi-lhe que refletisse e decidisse se era realmente importante para seu trabalho participar desse evento. Ele me disse que sim. Autorizei o Conselheiro a participar. Estou seguro de que ele relatará, nas subcomissões, os trabalhos e de que a sua presença terá sido de valia para o Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, entendi que o Conselheiro Geraldo também pertence à Subcomissão de Radiodifusão Comunitária?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Conselheiro Paulito, penso que, enquanto Conselheiros deste Conselho de Comunicação Social, não deveríamos ficar engessados para determinada atuação ou trabalho.

Por coincidência, nesse Seminário de Legislação e Direito à Comunicação, que contou com a presença de representantes de seis países vizinhos, foi tratada a questão da comunicação como um todo, inclusive cinema e audiovisual, de cuja categoria profissional sou representante.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – E V. S^a é membro da Comissão de Regionalização da Programação no Conselho.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Com certeza. Por essa razão e pelo interesse crucial em ter subsídios que serão encaminhados ao Conselho tão logo sejam enviados a mim pela Amarc, veio-me a consciência e a certeza da importância de participar desse seminário de âmbito nacional, com participação de entidades estrangeiras.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Só mais um esclarecimento, Sr. Presidente.

Pelo que estou entendendo da exposição do Conselheiro Geraldo, a Amarc também envolve agora o setor de cinema, conteúdo, liberdade de expressão. É isso? Porque, no meu entendimento e pelo que conheço, ela é uma entidade que congrega radiodifusão comunitária mundialmente – não sabia que tinha atingido essa abrangência.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Repetirei pela terceira vez o tema do seminário: “Legislação e Direito à Comunicação”. O audiovisual, como um todo – vídeo, publicidade e cinema –, está no contexto. A Amarc foi feliz em escolher esse tema, com a participação de pessoas extre-

mamente capacitadas para discuti-lo, não que esteja dentro da sua atuação específica o cinema, mas o seminário abordou a totalidade da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, não preciso defender o Conselheiro Geraldo, mas manifesto a V. S^a que é muito difícil para a Mesa, havendo sobras no Orçamento, questionar os membros do Conselho que declaram a importância da sua participação nesses eventos. Sempre adotei uma atitude liberal. Concedi às pessoas que me solicitaram, porque não me sinto à vontade para cercear a presença a um evento que possa ser importante. No próximo ano, teremos que estabelecer outro tipo de critério, pois teremos problemas de orçamento. Teremos que acertar entre nós alguns critérios quanto à liberdade que exercemos neste ano, para não correremos o risco de falta de orçamento.

Para encerrar este assunto, dou ciência aos senhores de correspondência enviada pelo Conselho Estadual de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, indicando que deseja incluir-se entre as instituições que manifestam seu irrestrito apoio ao projeto de inclusão de 30% da produção local e regional na televisão aberta. Passarei essa correspondência à Comissão de Regionalização da Programação. Passo a palavra ao mestre, eminente e brilhante Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de dar uma rápida sugestão.

Reportando-me ao projeto inicial do falecido Ministro Sérgio Motta, lembrei-me de que ele foi muito ajudado por uma ex-Deputada do PT – que não sei se foi reeleita ou onde está – Irma Passoni, de São Paulo.

Sugiro que, numa das próximas reuniões, se houver disponibilidade orçamentária, convidemos a ex-Deputada Passoni a vir explicar o espírito da lei. Já fiz entrevistas com ela e sei que conhece isso a fundo. O Sérgio Motta delegou a ela a missão de colocar suas idéias no papel. Valeria a pena ouvi-la, se a localizarmos e se houver disponibilidade para convidá-la.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Transfiro à Comissão que trata da matéria a recomendação de ouvir a Deputada e, se possível, formular esse convite para que S. Ex^a brilhante nossas reuniões.

Passaremos, agora, ao **Item 3** da pauta:

ITEM 3

**Relato dos trabalhos
da Comissão de Regionalização da Programação**

Membros da Comissão:

Paulo Machado de Carvalho Neto
(Representante das empresas de rádio)

Roberto Wagner Monteiro
(Representante das empresas de televisão)

Berenice Isabel Mendes Bezerra
(Representante da categoria profissional dos artistas)

Francisco Pereira da Silva
(Representante da categoria
profissional dos radialistas)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Solicito que um membro da Comissão faça um breve relato do andamento da Comissão.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, gostaria de tecer algumas considerações.

O trabalho da Comissão de Regionalização da Produção está sendo um pouco diferente. Decidimos que seria necessário ouvir a sociedade, ouvir os profissionais e avaliar em que estágio se encontra a estruturação desse segmento, para verificar se temos condições de atender à demanda gerada com a regionalização da produção.

Temos feito, como já disse, uma série de contatos e participado de inúmeras reuniões Brasil afora. Estivemos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em várias reuniões em São Paulo, no Rio de Janeiro, em contato com o pessoal que produz em Pernambuco e aqui na Região Centro-Oeste. Paralelamente, temos o conhecimento de que o projeto da Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, que regulamenta o art. 221, será, depois de amanhã, apreciado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, a partir do que, se aprovado, irá ao Senado.

Da nossa parte – falo aos demais Conselheiros que participam desta Comissão –, entendo que, em sendo aprovado o projeto nesta Comissão e indo ao Senado, é chegado o momento de marcarmos reuniões da Comissão para darmos início às tratativas e aos estudos de aplicabilidade dessa lei, a fim de, se possível e necessário, fazerem-se ajustes na sua tramitação no Senado.

Era o que eu gostaria de manifestar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras da Conselheira Berenice. Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, ao que me consta, o Deputado Marcelo Barbieri, que é o Relator da matéria, ainda não teve oportunidade de entregar o seu relato.

O projeto da Deputada Jandira Feghali tem, em nosso entendimento, algumas incoerências, como a obrigatoriedade da feitura de radionovelas, em 2002, no rádio. Tenho pouca experiência, mas recordo-me de que foi na década de 50 que a radionovela foi encerrada. Retornarmos esse gênero, que consta do projeto, em 2002, não sei se seria adequado, porque o rádio é um meio de comunicação extremamente segmentado, cuja grande força é destinar-se a públicos específicos. Portanto, entendo que este projeto, em relação ao rádio, representa um grande engessamento do trabalho que possa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Na realidade, Conselheiro Paulito, não é esse o projeto que conheço. O projeto de que temos conhecimento e estará sendo apreciado depois de amanhã na Comissão refere-se à programação a ser regionalizada, ao valor de 5% da programação regionalizada de dramaturgia obrigatoriamente.

Por outro lado, concordo com V. S^a. O projeto pode ser aperfeiçoado e também devemos discutir a sua aplicabilidade. Mas, pelo que me consta, o relatório do Deputado Marcelo Barbieri está pronto. Portanto, teremos este projeto apreciado na quarta-feira.

Penso que devemos nos programar, para que, na retomada dos nossos trabalhos, comecemos a apreciar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Inscrevi-me para uma questão de ordem, pois não estou compreendo a dinâmica. Uma vez constituída a Comissão, o que se está pedindo é um relato daquilo que julgar necessário apresentar. Caso a Comissão não tenha se reunido, pressupõe-se que, em tese,

não há o que relatar. Conseqüentemente, passa-se ao item seguinte, e não se abre um debate. Não que o debate esteja proibido, mas parece-me que a dinâmica da pauta seria essa. Se não for assim, não estou compreendendo. Peço, portanto, o devido encaminhamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço penhorado a questão de ordem de V. S^a.

O objetivo é exatamente que as Comissões compostas de alguns dos Conselheiros relatem os trabalhos aos outros. Entretanto, também quero que V. S^a compreenda que, tendo a Conselheira Berenice solicitado a palavra, eu não poderia negar-lhe esse pedido. Ponha-se no meu lugar, Conselheiro. Não sou maluco de não conceder a palavra à Conselheira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Espero que tenham sido relevantes as informações que prestei.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Realmente foram muito úteis.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Inclusive para o nosso companheiro Francisco, representante dos radialistas neste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice, fique tranqüila, pois suas informações foram úteis.

Comunico a V. S^{as} que esta reunião, a partir de agora, está sendo transmitida pela **TV Senado**.

Creio que interpreto o pensamento de todos ao enviarmos um abraço ao Conselheiro Daniel Herz, que acabou de chegar dos Estados Unidos, onde esteve fazendo turismo. Agora, está-se divertindo em Porto Alegre. Daniel, fique com Deus!

Passo ao **Item 4** da pauta.

ITEM 4

Pronunciamento dos Conselheiros a respeito da qualidade da programação dos meios de comunicação social. Portaria nº 1.549, de 21 de novembro de 2002, do Ministro de Estado da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que institui o COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA DE FILMES, PROGRAMAS TELEVISIVOS, ESPETÁCULOS PÚBLICOS E JOGOS ELETRÔNICOS E DE RPG, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Solicito o

pronunciamento dos Srs. Conselheiros a respeito da qualidade da programação dos meios de comunicação social.

Há um ofício da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, convidando para a cerimônia de instalação do Comitê Interinstitucional para a Classificação Indicativa de Filmes, Programas Televisivos, Espetáculos Públicos, Jogos Eletrônicos e RPG, nos termos da Portaria nº 1.549, de 21 de novembro deste ano. O evento será realizado na quarta-feira, às 15h.

Além disso, o Ministério da Justiça quer que participemos do Comitê que fará essa classificação indicativa. Como a maioria dos Srs. Conselheiros não é de Brasília, perguntei se o Ministério custearia passagem e hospedagem, mas informaram que não pagariam nada. Quem quiser participar do evento deve arcar com suas despesas.

Manifesto minha impressão pessoal, mas quero dividir a responsabilidade com V. S^{as}, pois entendo que devemos ocupar todos os espaços institucionais em que o Conselho seja legítimo.

Primeiramente, pergunto a V. S^{as} se alguém se opõe à participação do Conselho no Comitê.

As Sr^{as} e os Srs. Conselheiros que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Estando todos de acordo, é preciso indicar um representante para esse Comitê. Pessoalmente, considero estranha, à primeira vista, a constituição desse Comitê, porque, em vez de se preocupar com os setores da sociedade, da vida social, é um setor fortemente contaminado com a religiosidade, com a presença de entidades religiosas que são quase metade. Não que me descuide da importância dessas entidades, mas, de qualquer forma, para estar presente, ter uma visão crítica e dividir conosco, penso que devemos indicar um membro para participar.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Antonio de Pádua Telles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão.

Esse comitê não seria um novo conselho, uma nova entidade destinada a cuidar de problemas a que este Conselho já deve se dedicar?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O meu entendimento é no sentido de que as funções deste Conselho são muito mais amplas. Assim é como o vejo, mas não há dificuldade, se o Conselho pensar diferente. O Ministério da Justiça pretende criar esse comitê para tentar fazê-lo funcionar. Pessoalmente, tenho uma visão muito crítica sobre esse sistema de indicação educativa. Sou, francamente, pessimista com o resultado dessa comissão, mas creio que é importante termos alguém presente, até para presenciar os trabalhos, para relatar ao Conselho a maneira como as questões estão sendo tratadas. Se amanhã for generalizada a convicção de que esse comitê, no Ministério, avança nas atribuições, não teremos qualquer dificuldade para abandoná-lo depois. Agora, creio que há certo preconceito em não indicar. A minha visão inicial é no sentido de que há um preconceito em não participar no Ministério da Justiça, sobretudo porque haverá um Governo novo, uma gestão nova. E devemos buscar algum tipo de interação com os órgãos.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Sr. Jayme Sirotsky.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Jayme Sirotsky – Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, estou tomando conhecimento da portaria de criação, com a designação de seus representantes, neste momento.

Creio que deveríamos discutir um pouco mais essa representação. O representante do Conselho será convidado a votar, em nome do Conselho, nesta Comissão. Será que os temas serão tão claros que o representante se sentirá confortável em votar em todos, em nome do Conselho? Considero delicado esse processo. Já sabemos que a sociedade tem buscado encontrar caminhos para esse processo de vigilância. Sabemos também que o desejado seria a auto-regulamentação. Lamentavelmente, as experiências, até agora, não têm sido frutíferas. Mas pergunto-me se deveríamos ter participação formal na composição desse Conselho. Estou mencionando como uma indagação. Estou me questionando, porque esse tema todo é um pouco controverso e gostaria de discutir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Eu gostaria de dizer que é uma iniciativa do Ministério. O nosso Presidente fez uma consulta sobre a questão de quem banca eventuais despesas. Quer dizer, é o próprio Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselho não bancará, desculpe-me, a menos que haja uma manifestação formal dos seus membros nesse sentido. Não tivemos aumento de orçamento. Faço essa ponderação.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não, é por isso que eu digo, então, se há o problema, é exatamente aonde quero chegar, ou seja, ao fator despesa. Se houver essa questão, em tese já estaremos engessando e até direcionando quem poderá ser indicado. Terá que ser um Conselheiro que esteja em Brasília. No nosso caso, a pessoa que estiver em melhor condição de assimilar o processo, dentro da rapidez técnica necessária. Não adianta, por questão de despesa, mandar o Chico Pereira em vez de mandar o engenheiro. Cairíamos naquela questão de não saber calcular o Teorema de Pitágoras. Então, estaria engessado o processo. Por exemplo, o Ricardo é o homem da Psicologia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a está sugerindo que todo psicólogo seja um artista?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – É um artista, pois convive com as loucuras.

Estamos numa dificuldade clara. Primeiro, antecede resolver se financiamos. Se não financiamos as reuniões, pressupõe-se que estamos engessando a própria indicação. É isso que estou querendo anteceder à discussão. Existe essa necessidade, no meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Chico Pereira e, de logo, manifesto minha opinião pessoal. Teremos problemas com o Orçamento no ano que vem. Há oito anos, desde 1995, não há mudança no Orçamento. Vamos, eventualmente, deixar de realizar eventos do Conselho por não ter recursos. Eu veria com muita reserva a possibilidade de custear Conselheiro para participar de um conselho de outro ministério, mas, se o Conselho estiver de acordo, não me oponho.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra, a Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Parece-me meio estranho que, ao convocar profissionais e representantes de vários segmentos, o Ministro da Justiça não preveja as despesas que terá. Então, tenho a impressão de que essa impossibilidade de custear a vinda se refere estritamente à cerimônia de instalação. Não seria assim?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pedi à Dr^a Márcia que conferisse com o Ministério esse assunto, para que já estivéssemos informados.

Dr^a Márcia, por favor, dê-nos a informação que recebeu do Ministério.

A SRA. MÁRCIA LYRA NASCIMENTO EGG – Haverá essa reunião de instalação, depois de amanhã, e estão aguardando um representante.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. Perguntei se eles custeariam o deslocamento dos Conselheiros.

A SRA. MÁRCIA LYRA NASCIMENTO EGG – Infelizmente, não está previsto.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Ao longo dos trabalhos, não. Então, feito esse esclarecimento, caímos numa outra questão, assinalada pelo Dr. Jayme Sirotsky.

Concordo com o Vice-Presidente que seja delimitada a participação de um Conselheiro para falar por todos. Por outro lado, será que temos o direito de nos omitir, tendo em vista a expectativa da sociedade de que essa questão seja realmente apreciada? Aqui no Conselho, temos tantas matérias a tratar que, de certa forma, respondendo à preocupação do nosso novo companheiro, até estaríamos aliviados dessa tarefa. Penso que temos aqui excelentes quadros, pessoas que estariam dispostas a propor e a desenvolver essa representação em nome do Conselho, como o Psicólogo Ricardo Moretzsohn, que representa a sociedade civil, como o Jornalista Carlos Chagas, que também é uma pessoa de profundo conhecimento e sensatez e que mora aqui em Brasília. Acredito que poderíamos atender a essa convocatória do Ministério da

Justiça e deixar que nossos companheiros que têm a generosidade de participar possam contribuir com esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Creio que posso ajudar no encaminhamento do assunto. Faço parte desse Comitê, representando a Abratel, e já assisti a duas reuniões preliminares. Penso que, sobretudo para os representantes do cinema, seria fundamental ter alguém lá.

Na última reunião, Tizuka Yamazaki – isso me fez ter mais interesse em participar – estava falando do problema que ela teve com a classificação do Ministério da Justiça. Ela estava terminando um filme e o seu sonho era que aquele filme fosse de censura livre – a filha dela inclusive trabalha nele. O “burocrata de plantão” carimbou doze anos. Para ela, era literalmente a morte do filme, porque o público que ela queria alcançar era o de menos de doze anos, pois era um filme infantil.

De sorte que – falo agora como representante de televisão – todas as redes nacionais de televisão têm problemas, mas às vezes o grande público não sabe. É uma cena que se corta, é uma classificação de um projeto que sai para um horário inadequado... Enfim, penso que seria muito interessante que alguém do Conselho, sobretudo alguém ligado ao cinema, se fizesse representar, porque certamente iria ajudar muito o pessoal da área.

Estou lá representando uma entidade de televisão que presido, visando, evidentemente, defender o meu setor naquilo que imagino ser exagerado. Vi a Tizuka dar um depoimento realmente muito interessante sobre um problema no Ministério da Justiça, porque a classificação praticamente inviabilizava todo o seu esforço.

Finalmente, falou-se do pagamento de diárias e foi dito o seguinte: o Comitê vai se instalar quarta-feira. Já estamos no mês de dezembro, então, agora não haveria condições orçamentárias de prever diárias, mas o assunto foi debatido. Penso que a partir do ano que vem...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Será outro Ministro, Excelência.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Será outro Ministro e muito provavelmente...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Manterá o mesmo Conselho.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – ... essa hipótese de oferecer ajuda para deslocamento será concretizada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Peço licença para um comentário.

Vejam a ironia: em 1985, eu era Secretário Executivo do Ministério da Justiça e recebi a mesma Tizuka Yamazaki com um problema muito parecido. Ela possuía um filme chamado **Gaijin – Caminhos da Liberdade**, e a censura da Polícia Federal exigia que fosse mutilado, suprimindo alguns palavrões, sob pena de não poder passar às 21h30min, mas somente a partir de 23h30min. Ela me fez uma pergunta muito curiosa, perguntou se eu sabia qual era a diferença entre um filme que passa às 21h30min na **Rede Globo** e outro que é exibido às 23h30min. Respondi que não. Ela disse que, se fosse exibido às 21h30min, ganharia dinheiro, mas se fosse às 23h30min, iria à falência. E me disse que estava entre duas espadas: mutilar o filme, tirando palavrões, ou ir à falência. Felizmente pudemos resolver o problema dela, e o filme foi reclassificado para 21h30min, mas observo a V. Sas que, dezessete anos depois, o problema continua. A mesma cineasta tem problemas parecidos. De qualquer forma, fica o registro. Conselheiros Dines, Ricardo e, depois, Paulito, com a palavra.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Queria apenas lembrar a nossa instalação em junho, quando o Presidente do Congresso e do Senado, Senador Ramez Tebet, não me recordo se de improviso ou da leitura de um texto preparado, disse que uma das nossas primeiras responsabilidades perante a sociedade seria prestar atenção à qualidade da programação. Evidentemente isso não é um ditado, não é uma obrigação, mas foi uma convocação do Presidente do Congresso, ao qual servimos como órgão auxiliar. Somente lembro isso para mostrar que não há dúvida sobre o princípio de que devemos participar, mas a questão é como participar e quem. Essa é uma questão que deixo em aberto. Em princípio, penso que deveríamos votar e aprovar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, não tenho a

menor dúvida, já que nosso nome foi indicado, de que, na condição de representação da sociedade civil – talvez eu esteja dizendo isso sob uma perspectiva singular proveniente do campo ao qual pertenço, o da Psicologia -, teríamos todas as condições de contribuir em uma dimensão que talvez não esteja constituída neste Comitê. Não se trata de uma perspectiva religiosa, nem moralista, mas de uma perspectiva que fala sobre a constituição dos sujeitos, da dimensão subjetiva que aparece nas questões de conteúdo.

O nosso prezado Vice-Presidente, Jayme Sirotsky, introduz, no início da discussão, a questão da representação deste Conselho no caso específico desse Comitê do Ministério da Justiça. Penso que com essa questão teremos de nos haver com muito mais frequência do que possamos imaginar. Então, não estou sugerindo, neste momento, que façamos isso em relação à questão do Ministério da Justiça, a despeito de eu estranhar que uma Portaria seja baixada no dia 21 de novembro, 40 dias do final de um Governo, com essa constituição. Isso me causa estranheza, mas o fato é que existe. Não sabemos como o próximo Governo tratará o assunto: se o manterá ou se será inócuo. É importante fazermos uma articulação, nessa interface do que seria o Ministério da Justiça, do Executivo com o nosso Conselho, que está na órbita do Legislativo.

Em relação às representações, penso que, quando nos indagamos sobre isso, estamos, na realidade, nos indagando sobre o que é o próprio Conselho de Comunicação. Como acontecem as representações? Vou representar uma posição pessoal, uma posição nossa, da minha área, de quem me indicou? Ou estarei representando a posição de uma parcela do Conselheiro? Talvez tenhamos que nos haver com essa prática para podermos acordar sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, apenas quero justificar a ausência da entidade que presido, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que representa certamente parcela importante das emissoras de rádio e de televisão de todo o Brasil.

O nosso entendimento é de que não participaremos de qualquer evento, comissão, comitê ou conselho que tenha como objetivo julgar a programação de nossas emissoras associadas. Não nos sentimos à

vontade para participar de reuniões em que se discutem questões de programação de emissoras concorrentes. Essa é a razão pela qual, por princípio, atendemos ao convite do Sr. Secretário Antonio Rodrigues de Freitas Júnior. Estivemos lá pessoalmente, expondo a posição da ABERT, que é rigorosamente constitucional. O art. 220, § 3º, dispõe: "Compete à lei federal: regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada". A ABERT, inclusive, tem um questionamento judicial contra a Portaria nº 796, razão pela qual operamos em função de uma liminar em mandado de segurança, pois entendemos que a classificação deve ser meramente indicativa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Agradeço ao Conselheiro Paulito. Tem a palavra o Conselheiro Carlos Chagas.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, o Conselheiro Paulito acabou de me tirar o doce da boca. Eu apenas ia acrescentar que a Constituição está acima da lei, e não apenas no art. 220, mas também no artigo que trata da competência do Poder Executivo e da União, determinando que caberá ao Ministério da Justiça exercer apenas a função indicativa classificatória. Esse é o problema que devíamos estar discutindo aqui. Humilde e modestamente, não vamos ficar contra a Constituição, mas temos de encontrar uma forma de defender, como dispõe o art. 220, a pessoa e a família dos excessos da programação de rádio e de televisão. Censura nunca mais, porém, alguma coisa terá de acontecer.

Sr. Presidente, apesar da véspera do Natal, neste tempo de conagração, paz e amor, que agora estão muito em voga, peço permissão para ser bastante amargo. São 16 horas e 01 minuto; começamos a reunião às 14 horas e discutimos o quê? A demissão de dirigentes sindicais, que é um problema da Justiça do Trabalho; passagens de avião, despesas com táxis e até lanche no orçamento e a ampliação da representação da sociedade. Pergunto: para fazer o que, aqui, neste Conselho? Elogiamos Deputados e Senadores e votamos que devem merecer uma moção pela participação. Soubemos que o senhor e o Conselheiro Roberto Wagner estiveram pelos corredores aqui do Congresso, fazendo toda força para que fosse aprovado um decreto legislativo. Não discutimos a questão das rádios comunitárias, porque a Comissão não se reuniu. Discutimos sobre diversas comissões e nenhuma delas se reuniu. Discutimos

sobre seminários que trataram do que devíamos estar discutindo aqui. Quer dizer, o problema principal não é se vamos ou não integrar esse Conselho do Ministério da Justiça. Não custa nada integrá-lo, principalmente porque já temos aqui um indicado da melhor qualidade, que saberá entender o Ministério da Justiça, pela Psicologia, o que está se tornando, há oito anos, muito necessário e ainda não aconteceu.

Sr. Presidente, um dos grandes assuntos que temos de discutir aqui – perdoe-me, meu colega e companheiro Paulito – é questão da qualidade da programação do rádio e, principalmente, da televisão. E isso, até hoje, não discutimos. Quer dizer, entendo que devemos participar de todos os Conselhos. Não há problema algum. Vamos opinar e mandar um representante nosso, que terá condições de ouvir o Conselho antes de votar, se necessário.

Agora, Sr. Presidente, são 16h03min, e nós, com perdão por ser amargo e com as desculpas totais, estamos aqui discutindo "abobrinhas".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Carlos Chagas, que revela, na forma e no conteúdo, a permanência desse espírito juvenil que caracterizou toda a sua vida pública e que o fez exemplo para algumas gerações, inclusive a minha.

Todo começo é assim mesmo. Estamos no começo de um órgão. Não sabemos o que somos. Pretendo fazer uma reflexão final. Somos o quê? Somos uma assembléia? Somos. E existe a chance de a sociedade civil vir aqui e dizer o que quiser, mas temos que ser um órgão. Precisamos começar a ter um mínimo de organicidade. No começo, o processo de ajustar a cara que temos é difícil. V. Sª crê que o assunto de autorização de passagens é menos importante porque não responde pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que me obriga aprová-la. Se V. Sª tivesse autorizado, teria tanto cuidado quanto eu tive de ver aprovadas as autorizações para não ter problemas no futuro.

O começo é assim mesmo. É preciso não esquecer, Conselheiro, que teremos um Governo novo. Esta reunião é de despedida de fim de ano e reflete o que fizemos nesses quatro ou cinco meses. Foram meses difíceis por várias razões, inclusive porque foram destruídos por uma eleição, o que nos levou a não realizar uma das reuniões.

Diferentemente de V. Sª, sou muito otimista, quer pela qualidade dos Conselheiros que consegui-

mos juntar, quer porque já vislumbramos um mínimo de organicidade. Já estamos prontos para colaborar com o novo Governo, um Governo popular, que vem renovar nossas esperanças. Penso que o Conselho já está afiando as garras para poder trabalhar nesse novo Governo que vem aí.

Dando seqüências às “abobrinhas” desta reunião, entendo que a posição do Conselho é no sentido de nomear um representante. Chamo sua atenção, Conselheiro, para o art. 2º, que dá funções consultivas a este Conselho, que não terá o poder de classificar coisa nenhuma. É ainda maior a importância de que participemos. Vamos saber como outros setores do Governo e do Ministério da Justiça estão tratando um assunto que teremos que analisar. O fato de participar do Conselho não nos limita de maneira alguma. Penso que a tendência predominante é não apenas de participar, mas indicar um nome. Sendo muito democrático, quero saber quem se habilitaria a ser o nosso representante neste Conselho.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Ricardo Moretzsohn.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Por aclamação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, o Ricardo foi eleito por unanimidade para participar do evento.

Ricardo, V. Sª já nos representará quarta-feira. Na primeira reunião do ano deste Conselho, V. Sª prestará contas para nos informar de como andam os trabalhos.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, lamento profundamente, mas há total impossibilidade de eu estar aqui na quarta-feira. Como V. Sª sabe, não sou daqui, mas de Belo Horizonte. Estou em Brasília desde quinta-feira passada e não tenho a menor condição de estar aqui, lamentavelmente, na próxima quarta-feira. Se isso for razão para retirar essa indicação, por favor, estejam à vontade, mas eu não tenho condições.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Alberto Dines, tem V. Sª a palavra.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Penso que, para contornarmos esta situação, devemos enviar um ofício do nosso Conselho dizendo que aplaudimos, aprovamos e indicamos a pessoa a partir da segunda reunião.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Pois, é, Sr. Presidente. Hoje é segunda-feira. Será depois de amanhã. Eu não posso, lamentavelmente, não posso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está explicado. Mas V. Sª continua com a incumbência de participar. Pelo que eu saiba, esta é a quarta ou quinta vez que o Ministério da Justiça tenta fazer isso. Eu próprio, há três anos, participei de uma, com o Walter Avancini e com o Washington Novaes. Lembro-me apenas de algumas pessoas que lá estavam. Era nessa mesma linha, e não deu em nada, de forma que temos muito interesse em ouvir o seu relato na próxima reunião.

Passa-se ao **Item 5**:

ITEM 5

Relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital

Membros da Comissão:

Daniel Koslowsky Herz
(Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador

Fernando Bittencourt
(Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

Geraldo Pereira dos Santos
(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)

Roberto Wagner Monteiro
(Representante das empresas de televisão – desde 14-10-02

Paulo Machado de Carvalho Neto
(Representante das empresas de rádio) – desde 14-10-02

Berenice Isabel Mendes Bezerra
(desde 14-10-02) – (Representante da categoria profissional dos artistas)

Obs: Em 14-10-02, os assuntos referentes ao Serviço de Comunicação Multimídia passaram a integrar as atribuições da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há uma correspondência da ELETROS – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrodomésticos, que postula a inclusão de um representante da entidade no Conselho de Comunicação Social. Não temos nada contra, mas esta é matéria de reserva legislativa.

Conselheiro Fernando Bittencourt, por favor, está V. S^a com a palavra para um breve relato.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notável conhecimento na área de comunicação social) – Pois não, Sr. Presidente. A Comissão de Tecnologia Digital tem por objetivo discutir tudo o que diga respeito à digitalização dos meios de comunicação para se ter uma idéia, a TV digital, o rádio digital e o cinema digital, entre outros assuntos. Mas, nessa primeira fase da discussão, focamos a TV digital.

Ao contrário das outras comissões, tivemos várias reuniões e muito trabalho já feito. Realizamos duas audiências públicas, nesta mesma sala, na qual estiveram presentes representantes da USP, da Unicamp, da Universidade de Pernambuco e do CPqD, que foram questionados sobre o assunto. Houve um debate longo sobre a TV digital. Essa audiência pública está disponível em nosso arquivo.

Tivemos uma segunda audiência pública, na qual estiveram presentes organismos do Estado, ou seja, o Ministério das Comunicações, a Anatel e o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, em que também foram debatidos os assuntos pertinentes à TV digital no Brasil.

Realizamos várias reuniões privadas para acertar o resultado dessas audiências públicas e concluímos que ainda necessitamos de uma outra audiência pública com algumas entidades que não puderam vir a essas duas primeiras, como, na área de telecomunicações, a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e outras universidades. Estamos trabalhando, agora, com algum problema no orçamento, e não sei como será isso.

Enfim, a Comissão concluiu que precisamos de mais uma audiência pública para obtermos dados suficientes para compor um relatório. A idéia é trazer um relatório ao plenário e debatê-lo. Pretendemos que seja um relatório conclusivo; se não for conclusivo, será bastante substanciado, para permitir que o Plenário contribua com o assunto.

Então diria que a Comissão está indo muito bem. Talvez, na primeira reunião do Plenário do próximo ano, já teremos esse relatório pronto. Infelizmente, não tivemos a participação do Conselho Daniel Herz na última reunião, mas esperamos que das próximas reuniões S. S^a possa participar e contribuir, pois é o Coordenador da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o relato do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Lembro que V. S^{as} receberam a transcrição de todas essas audiências públicas já realizadas. É um trabalho admirável dessa Comissão sobre uma questão tão importante para o País.

Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Desejo complementar o excelente resumo apresentado pelo Conselheiro Fernando Bittencourt. Gostaríamos de registrar, para todo o Conselho e a sociedade em geral que houve novos ingressos nesta Comissão: Berenice Bezerra, Paulo Machado de Carvalho Neto, o Paulito, e Roberto Wagner Monteiro.

Em todos os nossos trabalhos, o princípio básico é a responsabilidade pelo trabalho que apresentaremos ao Pleno do Conselho e, posteriormente, encaminharemos ao Congresso Nacional, dado o impacto social e as transformações que causará na sociedade como um todo. Esse cuidado é princípio básico desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Quero saudar a Comissão pelo resultado prático alcançado.

Tenho uma preocupação quanto ao fato de que existem outras comissões e fala-se que há pouco dinheiro. Se uma, em que pese sua importância, gasta todo o dinheiro do caixa, o que sobrar para as outras comissões? Digamos que a Comissão de Regionalização ou a de Radiodifusão Comunitária tenha também necessidade de audiências, de trazer pessoas. Penso que não devemos dar nem tanto ao céu nem tanto ao mar.

Ao dizer isso, não estou me contrapondo. Pelo contrário, quero parabenizar o esforço belíssimo do trabalho efetuado e lamento não ter podido participar. Era hora de ver o Teorema de Pitágoras, e eu não pude vir. Mas soube que foi um trabalho belíssimo e os saúdo por isso. Não estou desqualificando, de maneira nenhuma, o trabalho espetacular que está sendo executado. Oxalá possamos dar-lhe continuidade. Apenas precisamos balancear, senão, daqui a pouco, vamos tratar de um determinado tema em detrimento de outro por conta de limitações de ordem financeira.

Falo de cadeira, porque sou de Brasília e somente tenho direito a água e cafezinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro, agradeço as suas palavras. Nós notamos que V. S^a começou triste a reunião, retirou-se da mesa, escondeu-se ali atrás e muniu-se de alguns sanduíches, o que lhe fez bem, porque voltou com ares renovados.

Devo uma explicação ao Conselheiro Francisco: esta Comissão precisou andar ainda mais do que as outras, porque estamos trabalhando, desde o início de setembro, com o anúncio do Ministério das Comunicações de que o Governo, ainda este ano, definiria o padrão de televisão digital do Brasil. Fizemos gestões no sentido de que era um risco desnecessário. O Governo, saindo, não estava preparado para implementar as medidas que seriam todas do Governo entrante, e não compreendíamos como o Governo, faltando tão pouco tempo para sair, iria tomar essa decisão. Então, elaboramos correspondências longas, fazendo ponderações sérias no sentido de que o Ministério se abstivesse de tomar essa decisão. Isso explicou o avanço dos trabalhos na Comissão, porque deveríamos estar preparados para questionar caso o Governo tomasse essa decisão. Para nossa sorte, o Ministério das Comunicações optou por baixar um texto indicando a política do setor e deixou ao próximo Governo essa escolha, mas o andamento dos trabalhos já estava adiantado e eles serão concluídos brevemente.

Nós perderemos agora o Vice-Presidente Jayme Sirotsky, que já nos tinha advertido disso.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notável conhecimento na área de comunicação social) – Só para complementar a resposta ao Conselheiro Francisco. É evidente que a Comissão trará para o Plenário todo o conteúdo do debate sobre esse assunto, que será do conhecimento de todos. Imagino até que todos poderão participar e até contribuir.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E todos já receberam, por meio eletrônico, as transcrições das audiências até agora realizadas, que têm sido muito produtivas.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um rápido registro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Meu registro seria na linha de uma certa preocupação do nosso Conselheiro, mas numa perspectiva talvez diferente.

Penso que precisamos parar, num certo momento, e entender o que são essas comissões aqui dentro. Estou me referindo a procedimento. Como o senhor citou hoje, várias vezes, a comissão tem o caráter de assembléia. Temos que ter clareza dos procedimentos, porque podemos chegar a um ponto em que tenhamos uma comissão da qual participe mais da metade dos membros do Conselho. Isso fará com que, fatalmente, tenhamos quase que uma instância em paralelo que deveria ser, na realidade, uma sub-comissão dessa instância. Não estou dizendo, em hipótese nenhuma, que isso esteja acontecendo. Creio que é uma comissão fundamental, de suma importância, e que está agindo com a maior competência. A minha preocupação é que, já que estaremos aqui por mais algum tempo, tenhamos o cuidado de combinar esses procedimentos, para que não tenhamos problemas no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tentamos ser o mais liberais possível. Agora, é inevitável considerar que estamos no começo da vida da entidade. Teremos que aprender com a memória do erro. Algumas experiências darão certo, outras, não. E vamos ter que tirar as lições no caminho, para aprender a melhor maneira de avançar nos trabalhos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Gostaria de voltar a falar sobre o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, gostaria que o Conselho de Comunicação Social, em algum momento, resolvesse uma questão

que, de fato, para mim, é muito importante: a interpretação legal da Constituição do nosso País, porque a Constituição, claramente, separa os serviços de telecomunicações dos chamados serviços de radiodifusão. E, a partir da criação da Anatel, houve, por parte dos engenheiros de telecomunicações, a cada evento, a cada norma, a cada resolução, a cada legislação que era feita, a tentativa de absorver o máximo de radiodifusão dentro do nome telecomunicações. A Constituição é muito clara: ela separa radiodifusão e telecomunicações.

Isso está se agravando com a vinda das novas tecnologias. Hoje, o capital estrangeiro nas telecomunicações está claramente buscando condições de sufocar o serviço de radiodifusão do nosso País. Esse Serviço de Comunicação Multimídia é absolutamente inconstitucional, porque pretende, usando tecnologia de telecomunicações, fazer o nosso serviço, qual seja, a emissão de conteúdo, que é privativa – está no Capítulo V da Constituição, no art. 221 – do serviço de radiodifusão. Na semana passada, a empresa Brasil Telecom já estava anunciando a TV Turbo, a emissão via telefone de conteúdo jornalístico, de programação cultural.

Fiz um modesto trabalho, procurando demonstrar que o SCM é inconstitucional. O que quero trazer para o Conselho é a discussão que penso ser a mãe de todas as discussões: o que é e o que não é radiodifusão. Entendo que tudo aquilo que transmite conteúdo é radiodifusão. Não podemos permitir que o capital estrangeiro, que detém hoje 100% das telecomunicações, queira também, por vias transversas, dominar 100% do sistema de radiodifusão no nosso País.

Insisto que esse assunto é fundamental, Sr. Presidente. Tínhamos de ter, neste Conselho, o sentimento de que é preciso delimitar o que é comunicação social – aliás, é a razão do nosso Conselho – e o que não é comunicação social. Aquilo que for comunicação social tem de ser tratado no âmbito da Constituição. Tecnologias vindas do exterior não podem, por vias transversas, sufocar rapidamente toda a radiodifusão no nosso País.

É o seguinte o documento referido:

INCONSTITUCIONALIDADE DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA – SCM

SUMÁRIO

I – Legislação aplicada

1. Constituição Federal, art. 21, XI e XII, a, art. 22, IV, art. 48, XII, art. 49, XII, art. 220, art. 221 e art. 223.

2. Lei nº 9.472/97, art. 1º, parágrafo único, art. 7º, art. 48, art. 61, § 2º, art. 136, art. 211 e art. 214, II e IV.

3. Decreto nº 2.338/97, art. 17 e art. 35, IV e V.

4. Resolução Anatel nº 272/01, art. 3º, parágrafo-único, art. 4º, I e art. 67.

II – Considerações Preliminares

III – Conclusões

I – LEGISLAÇÃO APLICADA

A) CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 21 Compete à União:

XI – Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.

XII – Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre :

IV – água, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Art. 48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XII – telecomunicações e radiodifusão;

Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Art. 221 A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:...

Art. 223 Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade do sistema público e estatal.

B) LEI Nº 9.472/97 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e

funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95.

Art. 1º Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração, comercialização e uso dos serviços de telecomunicações.

Parágrafo único – A organização inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

Art. 7º As normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis ao setor de telecomunicações, quando não conflitarem com o disposto nesta Lei.

Art. 48 A concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, para qualquer serviço, será sempre feita a título oneroso, ficando autorizada a cobrança do respectivo preço nas condições estabelecidas nesta Lei e na regulamentação, constituindo o produto da arrecadação receita do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

Art. 61 Serviço de valor adicionado é a atividade de que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

§ 2º É assegurada aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.

Art. 136 Não haverá limite ao número de autorizações de serviço, salvo em caso de impossibilidade técnica ou, excepcionalmente, quando o excesso de competidores puder comprometer a prestação de uma modalidade de serviço de interesse coletivo.

Art. 211 A outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens fica excluída da jurisdição da Agência, permanecendo no âmbito de competência do Poder Executivo, devendo a Agência elaborar e manter os respectivos planos de distribuição de canais, levando em conta, inclusive, os aspectos concernentes à evolução tecnológica.

Art. 214 Na aplicação desta Lei, serão observadas as seguintes disposições:

II – Enquanto não for editada a nova regulamentação, as concessões, permissões e autorizações continuarão regidas pelos atuais regulamentos, normas e regras;

IV – As concessões, permissões e autorizações feitas anteriormente a esta Lei, não reguladas no seu art. 207, permanecerão válidas pelos prazos neles previstos;

C) DECRETO Nº 2.338/97 – Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências.

Art. 17 No exercício de seu poder normativo relativamente às telecomunicações, caberá à Agência disciplinar, entre outros aspectos, a outorga, prestação, a comercialização e o uso dos serviços, a implantação e o funcionamento das redes, a utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

Art. 35 Compete ao Conselho Diretor, sem prejuízo de outras atribuições previstas na Lei, neste Regulamento ou Regimento Interno:

IV – propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações.

V – exercer o poder normativo da Agência relativamente às telecomunicações, nos termos do art.17

D) RESOLUÇÃO ANATEL Nº 272/2001

Art. 3º O Serviço de Comunicação Multimídia é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço.

Parágrafo único – Destingem-se do Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (TFC) e os serviços de comunicação eletrônica de massa, tais como o Serviço de Radiodifusão, o Serviço de TV a Cabo, o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) e o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

Art. 4º Para os fins deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições:

I – Informações Multimídia: sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outros sons, imagens, textos e outras informações de qualquer natureza;

Art. 67 Na prestação do SCM é permitido o fornecimento de sinais de vídeo e áudio, de forma eventual, mediante contrato ou pagamento por evento.

II – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

1. A Constituição Federal, no seu artigo 22, inciso IV, define como serviços diferenciados os de telecomunicações e radiodifusão (grifamos).

2. O artigo 48, inciso XII, da Constituição Federal dispõe que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre telecomunicações e radiodifusão.

3. O artigo 49, inciso XII, da Constituição Federal prevê que é da competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar atos de concessão de emissoras de rádio e televisão.

4. O artigo 220 da Constituição define que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, fazem parte do capítulo V do Título VIII, que trata da Comunicação Social.

5. O artigo 221 da Constituição Federal trata a produção e programação das emissoras de rádio e televisão como integrantes do Capítulo da Comunicação Social.

6. No Capítulo V do Título VIII da Constituição Federal, que trata da COMUNICAÇÃO SOCIAL, não se encontra inserida, direta ou indiretamente, qualquer referência aos serviços de telecomunicações (grifamos).

7. A Lei nº 9.472/97 criou a Anatel como órgão regulador dos serviços de telecomunicações (caput).

8. O artigo 1º de Lei nº 9.472/97 dispõe que compete à Anatel somente organizar a exploração, comercialização e uso dos serviços de telecomunicações (grifamos).

9. O parágrafo-único do art. 1º da Lei nº 9.472/97 prevê que a Anatel só poderá organizar, disciplinar e fiscalizar a utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências (grifamos).

10. O art. 211 da Lei nº 9.472/97 excluiu da jurisdição da Anatel a outorga de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

11. O art. 17 do Decreto nº 2.338/97 impõe que o exercício do poder normativo relativo às telecomunicações caberá à Anatel.

12. O art. 35 do Decreto nº 2.338/97, no seu inciso IV, diz que compete ao Conselho Diretor da Anatel propor o estabelecimento das políticas governamentais de telecomunicações.

13. O art. 35 do Decreto nº 2.338/97, no seu inciso V, dispõe sobre o poder normativo da Anatel relativamente às telecomunicações.

14. O art. 3º da Resolução da Anatel nº 272/01 define que Serviço de Comunicação Multimídia é um serviço fixo de telecomunicações (grifamos)

15. O parágrafo-único do art. 3º da Resolução Anatel nº 272/01 afirma que distinguem-se do Serviço de Comunicação Multimídia os serviços de comunicação eletrônica de massa (grifamos).

16. O art. 4º da Resolução Anatel nº 272/01 preceitua que informações multimídias são sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outras informações de qualquer natureza.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. Considerando que serviços de telecomunicações e serviços de radiodifusão são coisas distintas, como bem definido na Constituição.

2. Considerando que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias inerentes ao serviço de radiodifusão.

3. Considerando que é da competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar atos de concessão de emissoras de rádio e televisão.

4. Considerando que a manifestação do conteúdo (pensamento, expressão e informação) só pode ser realizada pela radiodifusão.

5. Considerando que somente a programação das emissoras de rádio e televisão são disciplinadas no Capítulo V do Título VIII da Constituição, que trata da Comunicação Social.

6. Considerando que em todo o capítulo V do Título VIII da Constituição não se encontra qualquer referência aos serviços de telecomunicações.

7. Considerando que, por desejo expresso do Constituinte de 1998, só a radiodifusão foi contemplada no Capítulo da Comunicação Social, originando como consequência óbvia que a transmissão de conteúdo cultural e jornalístico só poderá ser exercida pelas emissoras de rádio e de televisão.

8. Considerando que a Lei nº 9.472/97 criou a Anatel unicamente como órgão regulador dos serviços de telecomunicações.

9. Considerando que Lei nº 9.472/97 excluiu da jurisdição da Anatel a outorga de serviços de radiodifusão.

10. Considerando que a Lei nº 9.472/97 dispõe que compete à Anatel somente tratar dos serviços de telecomunicações.

11. Considerando que a Lei nº 9.472/97 prevê que a Anatel não pode autorizar a utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofre-

quências e sim, tão-somente, organizar, disciplinar e fiscalizar a utilização destes recursos.

12. *Considerando que a Resolução da Anatel nº 272/01 define que Serviço de Comunicação Multimídia é um serviço de telecomunicações e que tal serviço se distingue dos serviços de comunicação eletrônica de massa (radiodifusão):*

IV – CONCLUSÕES:

1. *A regulação do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, como definida na Resolução da Anatel nº 272/01, a nosso ver, fere princípios estatuídos nos artigos 21, XI e XII, a, 22, IV, 48, XII, 49, XII, 220, 221 e 223 da Constituição Federal.*

2. *O SCM não pode ser usado para o fornecimento de sinais de vídeo e áudio e sim, exclusivamente para o transporte de sinais de vídeo e áudio fornecidos por terceiro.*

3. *O SCM é um serviço de telecomunicações que simplesmente possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, não podendo, por impedimento legal, ofertar conteúdo ou prestar serviço de valor adicionado.*

4. *O SCM deveria ter o seu nome alterado, sendo retirado o vocábulo Comunicação, absolutamente inapropriado. Quem sabe, o serviço deveria ser denominado de STM – Serviço de Transporte Multimídia.*

Roberto Wagner Monteiro

ABRATEL – Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

Concedo a palavra ao Conselheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, dando sequência a essa linha de raciocínio, quero dizer que, na minha terra, um velho político dizia que um fato novo e um fato consumado são inarredáveis. Peço autorização, exatamente em função disso, para apresentar um convite para que este Conselho reflita sobre a importância da sua ação efetiva.

Vejamos: estamos hoje no *day after* da aprovação da Medida Provisória nº 70, na Câmara dos Deputados, que é objeto desse nosso item pendente na pauta. Estamos às vésperas de uma sessão plenária do Senado que vai apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, já aprovado na Comissão de Educação do Senado, autorizando a venda de 100% das

empresas operadoras de TV a Cabo para o capital estrangeiro. Ora, todos sabem que o Brasil é um notável fenômeno de unidade em um mundo evidentemente transtornado pela divisão. Preservamos, somente por acaso, a unidade territorial, cultural, lingüística, de costumes, etc. Pergunta-se, então: por que oferecer à ganância e à ambição dos interesses estrangeiros os meios para quebrar essa fenomenal unidade? Que preço vai nos ser cobrado por esse risco, evidentemente temerário? Que interesses estão satisfazendo fartamente com essa operação que está em andamento? É razoável considerar suspeita a pressa com que se pretende liquidar essa questão tão transcendente.

Por fim, é aceitável que este Conselho encerre suas atividades em seu ano de fundação sem uma manifestação clara e formal sobre a desnacionalização da radiodifusão brasileira?

Essas são questões que proponho para uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Presidência agradece as sábias palavras do Conselheiro Antônio Telles, censura-o em sua avareza por ter recusado a sua presença até hoje entre nós e faz o apelo para que seja mais generoso e, a partir de agora, não nos abandone mais.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Desde que eu seja convocado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está convocado desde agora e para todo o sempre!

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Agradeço a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Alberto Dines, que já a havia pedido antes.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, dando sequência a uma série de exposições, sobretudo a que me precedeu, penso que podemos nos manifestar não apenas aqui em nosso Plenário, mas podemos emitir para o público externo e sobretudo para o Congresso algumas posições.

Estranhar, por exemplo, que um assunto desta importância, como é o negócio das TVs por Assinatura, seja decidido antes de ser ouvido um órgão auxiliar como somos nós.

Penso que talvez devêssemos decidir uma série de ofícios, pelo menos dois ou três, em que pediríamos aos setores competentes que façam um adiamento à espera de um parecer mais profundo, porque essas coisas não podem ser discutidas de uma forma tão açodada, em fim de Governo e de uma Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Alberto Dines por sua excelente participação.

Com a palavra o Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, fico muito à vontade para falar sobre o serviço de comunicação multimídia, até porque fui o responsável por apresentar a sugestão ao próprio Conselho.

O Conselheiro Roberto Wagner faz uma brilhante exposição sobre o Serviço de Comunicação Multimídia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estou de acordo, é brilhante mesmo.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Objetivamente, o aspecto importante dessa empresa salientado há pouco é o de que é fundamental que esse serviço seja caracterizado como de transporte de sinais, ou seja, um serviço ao qual, de todas as formas e maneiras, se vede a produção de conteúdo, uma vez que isso é privativo da radiodifusão.

Entendo mais, Sr. Presidente: é fundamental que haja uma manifestação formal da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a respeito do assunto. Diariamente temos visto pela imprensa geral e especializada que a Anatel tem concedido autorizações para que empresas operem o Serviço de Comunicação Multimídia.

A nossa grande preocupação, como bem se colocou há pouco, é a de que nos vejamos diante de fatos consumados sobre os quais não tenhamos o que resolver. O Conselheiro Antônio Telles aborda o assunto com muita propriedade.

É fundamental a manifestação formal da Anatel, em que se assegure ser esse um serviço exclusivo de transporte de sinais, que conteúdo só possa ser feito por quem esteja devidamente autorizado e que se sujeite às normas do art. 221 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Paulito.

Tem a palavra a Sr.^a Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, ao tempo em que apoio e reforço as palavras dos Conselheiros que me antecederam, gostaria que V. S^a me esclarecesse por que este Conselho emitiu um ofício à Presidência da Anatel, solicitando que a mesma suspendesse por um prazo, se não me falha a memória, de noventa dias, a emissão dessas concessões, dessas outorgas, até que o Conselho pudesse examinar essa questão. Parece-me que esse expediente foi despachado. Não tivemos retorno dessa Agência. Gostaria também de dizer, reforçando, acatando e apoiando as palavras, em especial do Conselheiro Alberto Dines, que, na realidade, quando a Constituição determina a criação deste Conselho, ela assim o faz justamente para que todas as questões relativas às comunicações sociais sejam examinadas nesta instância. Efetivamente não se trata apenas de o Congresso se servir deste Conselho, dessas pessoas, de todos nós que estamos aqui dispostos a trabalhar e auxiliá-lo nas suas conclusões e nos seus projetos. Trata-se, sim, de cumprir a Constituição, a norma constitucional. De forma que, corroborando os Conselheiros que me antecederam, digo que essas questões que são de importância fundamental para a nossa sociedade devem ser freadas em sua tramitação e ter uma análise mais acurada de nossa parte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação da Berenice e esclareço que o ofício foi enviado e não houve resposta ainda.

Com a palavra o Conselheiro Frederico Ghedini.

Também já aproveito e me dirijo ao Conselheiro pedindo-lhe que, por favor, não deixe de comparecer. Já nos cativou com sua primeira participação. Que continue a vir aqui, juntamente com o Dr. Antônio Telles. Não saberemos mais conviver sem sua presença.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Muito obrigado, Sr. Presidente, fico tocado pela sua simpatia.

Quero também me somar às observações pertinentes dos Conselheiros Roberto Wagner, Antônio Telles, Alberto Dines e Berenice e acrescentar o seguinte ponto de vista a propósito de comunicação – e, se não

me engano, foi o Conselheiro Paulito que falou da transmissão de conteúdo jornalístico: o jornalismo tem uma responsabilidade social que não está coberta pela legislação do transporte de sinais. Nesse sentido, quero também dizer que é fundamental que essa distinção seja feita. Portanto, sugiro que novo ofício seja enviado a partir de hoje à Anatel, estranhando a demora na resposta e solicitando que ela venha logo, mesmo antes do Natal, embora não haja reunião neste período. Sugiro que a resposta nos seja enviada por meio eletrônico disponível o mais rapidamente possível. Dessa forma, eles terão muito mais clareza sobre a nossa preocupação com relação a esse tema e sobre nossa discordância com a forma como está sendo tratado. Nesse sentido eu me somo a todas as observações anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Fred Ghedini.

Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, ainda a respeito do PLS nº 175, do ilustre Senador Ney Suassuna, sobre a possibilidade de 100% do capital votante...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Isso é objeto do Item 9. Peço a V. Sª para refrear o seu ímpeto.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu espero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Essa questão que acabamos de discutir é de importância fundamental. Estou convencido de que, a partir do próximo ano, já estabelecidas essas regras – será um ano importante para o País e para o Conselho –, renovarei a posição. E como esse assunto já foi incorporado à Comissão de Tecnologia Digital, penso que seja consenso entre nós que estamos discutindo o futuro das comunicações no Brasil. Está sendo montado agora, no final do Governo, a partir de pressões que não podemos identificar exatamente de onde vêm, servindo a interesses naturalmente questionáveis. E é inconcebível como tais assuntos são tratados com urgência em fim do governo. Um novo Governo está chegando, e os entendimentos hoje vigentes podem mudar. Considero este um dos assuntos fundamentais do Conselho. Vou renovar os ofícios e procurar pessoalmente o Presidente da Anatel, Sr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, para pedir certa moderação, modéstia no

agir. Gostaria que a Comissão pudesse, já na próxima reunião, elaborar um relatório, aprová-lo e, se possível, colocá-lo à disposição da opinião pública, a fim de que divida conosco a preocupação com um tema tão relevante para o futuro das comunicações no Brasil.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão? A Comissão de Tecnologia Digital, de cuja última reunião tive a honra de participar, está voltada para a questão da digitalização.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas V. Sªs incorporaram esse setor. Destaquem um ou dois membros a fim de que elaborem e apresentem um relatório. V. Sªs é que vão trabalhar com isso.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Exatamente. Que o tema mereça atenção especial imediata.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas encareço que na próxima reunião já haja um relatório. A questão da digitalização, Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini, pode ser tratada com maior velocidade. V. Sªs devem se ocupar disso. Já contam com o pronunciamento do Conselheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho e um belo parecer do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro. Que isso sirva de subsídio e que tenhamos o relatório já na próxima reunião do Conselho, a fim de tomarmos uma posição e darmos ciência à opinião pública nacional.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Com referência ao relatório sobre Serviço de Comunicação Multimídia, ao qual creio que todos tiveram acesso, o Dr. Roberto Wagner Monteiro realizou aqui um trabalho sobre a inconstitucionalidade do serviço, inclusive com conclusões que me parecem bastante óbvias. Não sei que outro relatório deveríamos elaborar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há um texto consistente do Conselheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho, há esse parecer indiscutível do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro. Os debates que poderão ocorrer no seio dessa Comissão devem utilizar o docu-

mento como referência. Será elaborado um documento um pouco mais abrangente e consubstancioso que será apresentado ao Conselho na próxima reunião, quando será votado e apresentado à opinião pública.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, ressaltaria apenas o aspecto de que a Agência Nacional de Telecomunicações continua expedindo autorizações em caráter normal.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro tem toda razão.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Talvez mais de duzentas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos renovar o texto, mostrar a dimensão do problema projetado artificialmente pela Anatel. Vou reiterar um pouco de comedimento nisso, que, por favor, se omita na concessão, porque está se criando um problema grave do qual serão amanhã responsabilizados. Procurarei pessoalmente o Presidente da Anatel a fim de manifestar nossa preocupação. Gostaria que o relatório da Comissão nesse tocante fosse distribuído previamente a todos, a fim de que pudéssemos aprovar na próxima reunião, com a máxima urgência, pois é uma questão fundamental para o futuro das comunicações.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, no ofício que V. S^a voltará a encaminhar à Anatel, talvez pudesse ser anexado, preliminarmente, o parecer da Abratel, muito bem fundamentado, justamente para acelerar e dar mostras à Anatel...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Farei referência à conclusão, mas penso que o texto deve consubstanciar o documento que criaremos. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passemos ao **Item 6**:

ITEM 6

Fixação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, do prazo máximo de 90 dias para a apresentação de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no Órgão
Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, por favor.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, o assunto consta como matéria já resolvida, porque foi concedido um novo prazo, em função da Medida Provisória nº 75, para que as empresas pudessem adequar o seu Refis. Entendo que este assunto está superado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não sei se os senhores têm a correspondência que enviamos no dia 25 de setembro, endereçada ao Presidente Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, da Anatel, tem o seguinte teor:

Sr. Presidente:

Conforme determinação do Conselho de Comunicação Social em reunião em 2 do corrente, venho expor o que segue:

1 – Entre os assuntos em discussão no Conselho consta o Serviço de Comunicação Multimídia, regulamentado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001. Preocupa o Conselho, sobretudo, a possibilidade de geração de conteúdo de radiodifusão por meio desse serviço.

2 – Assim sendo, o Conselho deliberou consultar V. Ex^a a respeito de quais as providências ou sistemática de fiscalização concebidas pela Anatel para evitar tal geração de conteúdo, promovida em discordância com o propósito do serviço ou com os princípios estatuídos no art. 221 da Constituição Federal.

Finalmente, dentro do espírito de colaboração entre as instituições, requer o Conselho que V. Ex^a determine o sobrestamento da tramitação de pedidos e abstenha-se de conceder novas autorizações até que seja suficientemente esclarecida ou adequadamente solucionada a questão em comento.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esta foi a correspondência de setembro. Estamos em dezembro, e não recebi comunicação. Vamos reiterar, com um pouco mais de entusiasmo, as solicitações.

Passemos ao **Item 7:**

ITEM 7

Relato da comissão encarregada da análise da Medida Provisória nº 70, de 1-10-02, que “dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências”

Membros da Comissão:

Paulo Machado de Carvalho Neto
(Representante das empresas de rádio)

Roberto Wagner Monteiro
(Representante das empresas de televisão)

Daniel Koslowsky Herz
(Representante da categoria profissional dos jornalistas)

Berenice Isabel Mendes Bezerra
(Representante da categoria profissional dos artistas)

Carlos Chagas
(Representante da sociedade civil)

Assunção Hernandes Moraes de Andrade
(Representante da sociedade civil)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há uma comissão destinada a analisar a Medida Provisória nº 70, que é composta pelos Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto, Roberto Wagner Monteiro, Daniel Herz, Carlos Chagas e Assunção Hernandes Moraes de Andrade.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem V. Sª a palavra.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Nunca fui chamado para integrar essa Comissão. Fui designado aqui, mas, se essa Comissão se reuniu, foi no céu.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Essa deliberação foi tomada na última reunião, à qual não compareci, Conselheiro Carlos Chagas. Então, estou pouco à vontade para lhe prestar esclarecimentos a respeito da matéria.

A Comissão chegou a se reunir? (Pausa.)

Não chegou a se reunir.

Sendo assim, não vou colocar em votação. É mais uma que não se reuniu a que tão acicamente se referiu o Conselheiro Carlos Chagas.

Com a palavra o Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, eu queria a sua permissão para que a nossa colaboradora, a Srª Márcia, distribuísse aos Conselheiros um documento encaminhado pelo Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação, que trata desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Claro. Assim que acabarmos a Ordem do Dia, vamos dar voz aos Conselheiros que quiserem se manifestar.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Serei rápido. Não lerei o texto todo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por favor, peço que sigamos a pauta. Fiquem tranquilos; assim que esgotarmos a pauta, darei a palavra a quem dela quiser fazer uso.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, é sobre esse assunto específico.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já recebi o texto, e não me parece adequado discuti-lo agora.

Faltam três itens na pauta. Peço perdão, mas vamos limpar a pauta. Depois darei a palavra, e o primeiro a se manifestar será V. Sª.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passemos ao **Item 8:**

ITEM 8

Recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União.

Designação de relator

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Gostaria que um dos senhores, para não constituir uma comissão, se apresentasse como voluntário para emitir um parecer que pudéssemos aprovar na próxima reunião.

O Tribunal de Contas da União quer uma TV a Cabo, há um projeto de lei do Senado em curso e estão pedindo nossa opinião. Eu não queria constituir uma comissão, mas sim designar um dos senhores para ser o relator desta matéria.

Por favor, um voluntário se apresente, porque senão terei que nomeá-lo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, pela ordem.

Penso que não há impedimento legal para que o Tribunal de Contas tenha um canal de televisão. Nós jamais poderíamos dizer que o Tribunal pode ou não. A minha opinião pessoal é a de que não deveria.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a acaba de ser nomeado relator.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Isso é uma questão de foro íntimo. O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, veja bem, o Senado tem um canal de televisão, a Câmara tem outro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – São Poderes da República. O Tribunal de Contas é um órgão amorfo. O que é o Tribunal de Contas da União? Ele não é nada, é um órgão auxiliar do Congresso, tão-somente isso; ele não é Poder. Todavia, dizer isso num documento é antipático.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas não é um problema de Poder, porque a Câmara tem um canal e o Senado tem outro. É o mesmo Poder Legislativo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – É o Poder Legislativo, mas um órgão auxiliar ter um canal de televisão é demasiado.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – O Poder Judiciário já tem um.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim. O Poder Judiciário tem um, o Legislativo tem dois.

Nesta matéria, o relatório pode fazer uma reflexão mais ampla sobre esse sistema de comunicação e seus custos.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Por que não fazemos uma audiência pública para tratar deste assunto? Isso possibilitaria ouvir a sociedade, o Tribunal, a Associação Brasileira das TVs por Assinatura, que, na verdade, é a quem caberia conceder esse canal.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não constituirei comissão para esta matéria. Gostaria que houvesse um relator e que ele avocasse a realização dessa audiência pública, se for o caso. V. S^a quer se desincumbir dessa relatoria?

Vou seguir o Conselheiro Chagas, tendo pudor ao constituir comissões. Vou atribuir responsabilidades pessoais agora, nomeando um relator para esta matéria. Quero alguém que exiba desembaraço e se prontifique como voluntário. Enxerguei na disposição de V. S^a a determinação de ser esse voluntário, portanto, acabo de nomeá-lo relator desta matéria, com poderes para, se entender necessário, convocar audiência pública.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – O meu entendimento é o de que se convoque uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a, como relator, convocará essa audiência pública, à qual o Conselho dará todo o apoio.

No Item 6, o Conselheiro Paulito foi o relator; Item 7, verificamos que a Comissão não teve trabalho; Item 8, o Conselheiro Paulito bravamente aceitou ser relator.

Passemos ao **Item 9**:

ITEM 9

Aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há um manifesto do Fórum Nacional da Democratização em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 175, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo. V. S^{as} receberam o texto do Fórum. O relatório do Deputado Robson Tuma também foi entregue a V. S^{as}.

É o seguinte o documento referido:

Manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Capital estrangeiro no cabo ameaça luta pela democratização da comunicação

No apagar das luzes do governo FHC, o Senado aprovou um projeto de lei que abriu em 100% o capital das operadoras de TV a cabo à participação de investidores estrangeiros. A confirmação desta decisão pela Câmara dos Deputados poderá estabelecer o predomínio de conglomerados internacionais no controle do sistema de comunicação do Brasil. O fim de qualquer restrição à participação de investidores estrangeiros no segmento de TV paga não apenas fragiliza o rádio e a TV aberta sem resolver a crise estrutural do setor. Estabelece uma situação “de fato” que retirará da esfera nacional o processo de decisão sobre o conteúdo de um tipo de mídia que, nos próximos anos, poderá vir a superar a TV aberta.

Caso isso se configure, a luta pela democratização da comunicação se tornará uma quimera ou, na melhor das hipóteses, uma atividade a ser desenvolvida nos corredores do Capitólio, em Washington.

Some-se a isso, a atitude do governo federal de retomar a regulamentação da entrada do capital estrangeiro na radiodifusão e nas empresas jornalísticas sob a forma de uma medida provisória, alterando o acordo parlamentar já feito em torno do tema. Trata-se de mais um escândalo produzido nos últimos dias do governo FHC, desta feita, para assegurar ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o cargo de vice-presidente do conglomerado de mídia gaúcho RBS.

O que está em jogo

-Recentemente, a Comissão de Educação do Senado aprovou, em caráter terminativo, o projeto de lei nº 175/01, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autorizando a participação de capital estrangeiro, sem qualquer restrição, nas empresas operadoras do serviço de TV a cabo. A modificação do artigo 7º na Lei do Cabo (nº 8.977, de 6/1/1995) depende agora de aprovação da Câmara dos Deputados para entrar em vigor.

- Diante de tudo que já se analisou sobre a abertura da mídia ao capital estrangeiro, estamos diante de um grave precedente. Colocando nas mãos de operadores estrangeiros a rede de 43 mil quilômetros de cabos construída no País pelas empresas nacionais de TV paga, a um custo de US\$ 5 bilhões, entrega-se também aos grupos privados internacionais uma condição de influência direta na determinação do modelo de digitalização a ser adotado pelo Brasil nos serviços de comunicação eletrônica de massa. Como numa segunda privatização da infra-estrutura de telecomunicações, novamente sem qualquer debate junto à sociedade civil, retirou-se da gaveta um projeto que entregará às redes de cabo brasileiras – na verdade, o acesso aos lares de milhões de brasileiros – ao capital internacional. Mais do que a programação de canais de TV por assinatura, quem controlar este patrimônio controlará também a oferta de serviços de telecomunicações e acesso à internet por banda larga que passa em frente à casa da maior parte do povo. Ou seja, sem uma regulamentação clara por parte do Congresso e do futuro Governo, o interesse público do Brasil sobre questões cruciais estará novamente submetido a interesses estrangeiros. Similares aos que atualmente emperram o acesso da maior parte da população à universalização da telefonia e à ferramentas de inclusão digital.

- Até mesmo o presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (UneTV) e consultor do SBT, Luiz Eduardo Borgerth, reconhece a contradição do Governo ao propor uma abertura restrita em 30% à radiodifusão e uma regulamentação “globalizante” no caso da cabodifusão. Segundo ele, a desnacionalização das empresas de TV paga, resultará, em pouco tempo, na desnacionalização da televisão brasileira, já que mãos bilionárias e competentes adequarão seu preço ao bolso nacional fazendo com **que o serviço pago torne-se mais atraente que a mídia aberta.**

– Caso seja confirmada a preocupação de Borgerth, de pouco adiantarão salvaguardas como

as que foram sugeridas pela Rede Bandeirantes durante o período de consulta pública da regulamentação do capital estrangeiro na mídia aberta. Naquela oportunidade, o grupo paulista registrou:

“O Projeto de Lei só se propõe a disciplinar a participação de capital estrangeiro na empresa jornalística e de radiodifusão sonora (parágrafo 4o dos art. da Constituição Federal) e não se propõe a tratar da questão da extensão dos princípios do artigo 221 da Constituição Federal a todos os meios de comunicação eletrônica. Portanto, muito embora a possibilidade de ampliar as alternativas de captação de recursos estrangeiros tenha sido apontada como medida de grande benefício – vez que as empresas consideram esta medida fundamental num mercado que exige cada vez mais investimentos em tecnologia, gastos elevados em moeda estrangeira na compra de equipamentos que têm se tornado obsoletos de uma forma muito rápida – tal possibilidade deve ser vista com cautela. Com efeito, a participação de pessoas jurídicas no controle das empresas requer que, primeiramente, se defina e se garanta a prioridade de profissionais brasileiros na concepção e execução de produções nacionais, nos termos definidos pelo Art. 221 da Constituição. Proporcionar a entrada do capital estrangeiro, antes que seja regulada a incidência do Art. 221 da Constituição consiste numa inversão tumultuária do processo legislativo e num desrespeito do comando constitucional. Outro aspecto importante, é entender que não é uma simples participação estrangeira na empresa brasileira, mas de participação na formação cultural do Brasil”.

A aprovação da alteração na Lei do Cabo serve para tumultuar ainda mais o já confuso processo identificado pela Bandeirantes, exigindo uma avaliação associada das duas decisões postas no horizonte do Congresso. Com o fim a qualquer restrição ao capital estrangeiro na cabodifusão e nenhuma prerrogativa a brasileiros sobre o controle da programação ou o comando destas empresas, as salvaguardas da soberania nacional da emenda 222 do capital estrangeiro, negociadas pelas bancadas dos partidos de esquerda em maio deste ano, terão pouca serventia para preservar os interesses da sociedade.

Medida Conveniente

– Paralelo a isso, o governo FHC promoveu alterações na forma de encaminhamento da regulamentação do artigo 222 da Constituição Federal, que trata da entrada do capital estrangeiro na empresas jornalísticas e de radiodifusão, para atender

a interesses de alguns grupos de comunicação e de autoridades da administração pública.

– Depois de comprometer-se a enviar ao Congresso a regulamentação através de um projeto de lei – que chegou a ser submetido a consulta pública, entre 29/7 e 15/8 – o Governo Federal adotou o instituto da Medida Provisória (MP). O ministro das Comunicações, Juarez Quadros, chegou a admitir publicamente que o governo recorreu a este expediente atendendo ao pedido de grandes grupos de mídia do país. O governo FHC, deste modo, traiu inclusive o acordo firmado entre sua base de sustentação e as bancadas de oposição no Congresso na época da aprovação da emenda constitucional nº 36, que alterou o artigo 222. O Governo tomou a iniciativa de baixar a MP em um período crítico de disputa eleitoral, aproveitando a circunstância de ser evidente que nenhuma das coligações políticas que disputa a Presidência da República – tanta da situação, como da oposição – teria interesse em herdar o desgaste de defrontar-se com esta questão polêmica em um início de governo. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação posicionou-se contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que resultou na aprovação da Emenda Constitucional nº 36, em maio deste ano. Durante toda a sua tramitação, o Fórum alertou aos parlamentares federais e à sociedade que o texto da PEC confrontava-se com o interesse nacional por possibilitar situações potencialmente ameaçadoras.

– Pelos indícios que se tem, é inevitável considerar que a decisão da edição da MP foi tomada dentro da Casa Civil, com anuência do presidente Fernando Henrique Cardoso e intervenção expressa do ministro-chefe, Pedro Parente. A imprensa atribuiu a este a impressão de caráter de urgência no texto proposto pelo Ministério das Comunicações e a inserção do artigo 9º, que permitiria uma flexibilização “de fato” na propriedade dos meios de comunicação. Um dia depois da edição da MP 70, Parente e FHC assinaram uma alteração na regulamentação do Código de Ética Pública que tornou possível o não cumprimento da quarentena a que estão sujeitos todos os altos funcionários do Governo pelo ministro-chefe da Casa Civil. Em 7/11, o ministro anunciou que aceitava o convite para assumir o cargo de vice-presidente do conglomerado de mídia gaúcho RBS assim que deixasse o governo.

Resoluções

Diante do exposto, é imperativo denunciar que o atual processo legislativo para abertura da mídia

nacional tem um vício de origem que o torna ilegítimo e antidemocrático pelo modo como foi encaminhado, tanto em relação à entrada de capital estrangeiro na mídia aberta, no limite de 30%, quanto ao desimpedimento total da participação acionária de grupos internacionais na TV paga. O Fórum entende que constitui legítimo direito do empresariado de comunicação a reivindicação de celeridade na regulamentação de um dispositivo constitucional soberanamente aprovado pelo Congresso Nacional, assim como é legítima a reivindicação da sociedade de que o ingresso do capital estrangeiro no país se dê em condições adequadas à afirmação do interesse nacional e dentro das leis brasileiras.

É por isso que as duas regulamentações – a MP 70 e o projeto de lei 175 – precisam ser revistas prevendo a inserção da mídia brasileira na economia nacional mediada por todos os instrumentos antitruste e normas de direito econômico a que estão sujeitas as empresas nacionais em casos de transações que extrapolam limites aceitos pela livre concorrência. Cabe ao Congresso, auxiliado pelo Conselho de Comunicação Social, elaborar um parecer que identifique possíveis ameaças à ordem econômica e os limites da concentração a que estariam sujeitos os investidores e os conglomerados resultantes das negociações de aquisição e fusão de ativos financeiros para fins de complementação da regulamentação proposta.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, representado neste documento por sua Coordenação Executiva, assume as seguintes posições:

– Solicita que a Câmara dos Deputados vete o projeto de lei nº 175, que abre a cabodifusão de forma irrestrita ao capital estrangeiro, até que um diagnóstico sobre os impactos culturais e econômicos da liberação do controle das empresas de TV paga sobre a radiodifusão e demais segmentos das comunicações seja produzido e divulgado amplamente;

– Propõe que o Conselho de Comunicação Social seja chamado a dar parecer sobre a participação de capital estrangeiro na cabodifusão. Além disto, caberia ao órgão auxiliar do Congresso elaborar uma proposta de regulamentação para o artigo 221 da Constituição Federal, que trata dos princípios da produção e programação das emissoras de rádio e TV;

– Requer, enquanto instância representativa da sociedade civil organizada na luta pela democratização da comunicação, do Governo Federal, através do Ministro das Comunicações, uma manifestação pública a respeito das contradições e incoerências apontadas no presente documento;

– Reivindica que o Congresso Nacional não abdique de sua condição soberana de garantir uma tramitação democrática, sob a forma de projeto de lei, ao conteúdo da MP nº 70;

– Defende que o Congresso Nacional passe a acionar o Conselho de Comunicação Social para auxiliá-lo efetivamente nas questões referentes à Comunicação Social.

Brasília, 19 de novembro de 2002. – Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – FITERT; Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; Conselho Federal de Psicologia – CFP; Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – ENECOS

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Para esclarecimento aos Conselheiros, na última reunião interna da Comissão de Tecnologia Digital, foi-nos entregue este manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Na ocasião, entendendo que não era âmbito da Comissão se manifestar ou emitir qualquer parecer, a Comissão entendeu por bem incluir este manifesto nesse ponto de pauta do Plenário do Conselho. Como já foi colocado por alguns Conselheiros, inclusive pelo Telles, muito sabiamente, essa questão é altamente preocupante. Gostaríamos que o Conselho, neste momento, analisasse um pouco mais a fundo e tomasse alguma deliberação sobre essa questão.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem V. S^a a palavra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A Senadora Emilia Fernandes tentou trazer para o nosso Conselho o exame dessa matéria, e foi derrotada. A Comissão de Educação do Senado quis dar à matéria um caráter terminativo, mas houve, depois, um novo encaminhamento dentro do próprio Senado, e o tema vai a Plenário.

TV a Cabo, no Brasil, é algo que, de fato – pelo menos nas entidades que fazem parte da Abratel –, deve ser encaminhado com certo cuidado. Há alguns dias, eu estava ouvindo o Senhor Presidente da República, parece-me que na Rede Bandeirantes, falando de sua preocupação com a desnacionalização da TV a Cabo no Brasil. Por quê? Hoje, a TV a Cabo pode ceder até 49% do capital a capitais estrangeiros. O projeto do Senador Ney Suassuna retira o impedimento dos 49%, permitindo a cessão de até 100%.

A própria Lei nº 8.977 começa dizendo que TV a Cabo é serviço de telecomunicações, quando, na verdade, TV a Cabo e TV Aberta são a mesma coisa, a forma do encaminhamento do sinal é que é diferente. A TV a Cabo transmite conteúdo: esporte, debates, filmes, shows. Em tese, quando a própria lei que criou a TV a Cabo permitiu 49%, extrapolou o que a Constituição diz. Nas TVs Abertas, o limite é de 30%; a lei que criou a TV a Cabo já falava em 49%. O ilustre Senador Ney Suassuna tenta retirar esse impedimento, permitindo que capitais estrangeiros possam ser detentores de 100% do capital das TVs a Cabo no Brasil. O que ocorrerá? Logo, alguém colocará TV a Cabo a R\$2,00 e, literalmente, dominará o mercado de radiodifusão.

Para começar, TV a Cabo é radiodifusão, não telecomunicação. Sr. Presidente, sou absolutamente contra se retirar esse impedimento dos 49%, abrindo-se para 100% o capital votante das TVs a Cabo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, considerando que não realizamos a última reunião no mês de novembro e que esta será a última reunião do ano, eu me permitirei abrir uma exceção e propor aos Srs. Conselheiros que avancemos mais meia hora. Será a última reunião do ano, mas acredito ser injusto não abrirmos espaço para o pronunciamento do Conselho.

Em relação a essa questão, proponho o seguinte: o Conselho expediria ofício, para o Senado e para a Câmara, manifestando sua grande preocupação com a aprovação do projeto nos termos e pondo-se à disposição da Câmara e do Senado para dar um parecer sobre o assunto. O Senado e a Câmara podem consultar o Conselho, que gostaria de se pronunciar.

Essa é a maneira mais adequada de um órgão auxiliar do Congresso Nacional expressar a sua opinião, manifestar sua preocupação. É muito difícil para um Congresso em fim de mandato recusar-se a ouvir o Conselho.

Proponho um encaminhamento para essa questão nessas bases, no sentido de que o Conselho expedisse ofícios ao Senado e à Câmara, externando a preocupação de todos os Conselheiros sobre a gravidade do tema, que interfere no futuro das comunicações, encarecendo que seja ouvido para se manifestar formalmente a respeito.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Na realidade, Sr. Presidente, gostaria de tecer uma consideração a respeito tanto do projeto do Senador Ney Suassuna quanto da MP nº 70. Englobo as duas porque não faço uma análise técnica dos institutos, mas sim do espírito que as imbuí, porque tanto uma quanto outra vêm exatamente na contramão da história. No momento em que a sociedade civil se manifesta pela apropriação de meios de controle social sobre os meios de comunicação e sobre a mídia em si, esses projetos são jogados de forma autoritária ao apagar das luzes de um Governo. Nem sei como expressar o desprezo que temos por esse tipo de atitude.

Efetivamente, o senhor está certo. Temos de nos manifestar. Concordo também com o nosso companheiro Antônio Telles. Não podemos ficar calados nesse momento, temos de dizer que este Conselho, eleito pelo próprio Congresso, com toda legitimidade indicada pela sociedade civil, está atento a essas questões. No que depender de nós, vamos alertar, aconselhar o Congresso no sentido de não ser manipulado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Está se tornando uma prática fazermos uma discussão, reagirmos ora com um órgão tal, ora com a própria Casa. Mas, por exemplo, temos ofício com mais de 90 dias sem resposta. Ao contrário da Casa, que publica no **Diário Oficial**, nós, como órgão auxiliar, não temos essa possibilidade. Então, está se tornando uma prática discutirmos essa quantidade de itens sem nos aprofundarmos, com raríssimas exceções, como com relação à questão da TV Digital.

Gostaria de saber como ficamos, nós, Conselho de Comunicação Social, pois há alguns que acreditam que foi criado, mas, até agora, o conjunto da sociedade não tem pleno conhecimento de sua atuação. Mesmo os segmentos organizados que têm conheci-

mento dos trabalhos do Conselho não estão vendo, materialmente, as consequências de nossas discussões. No entanto, tratamos de temas relevantes, como é o caso da multimídia e de outros assuntos que não precisamos citar.

Neste momento, sinto exatamente a dificuldade de tornarmos públicas nossas reuniões, não só pela própria transmissão da TV a Cabo, mas também por TV Aberta. Poucas pessoas têm acesso ao trabalho deste Conselho. O Presidente do Conselho disse que enviará um ofício cobrando mais dedicação, para que haja alguma reação, porém, ficamos meio “desapadrinhados” de algum instrumento que, mesmo com caráter auxiliar, consignasse que não estamos de comum acordo com esse procedimento.

Quanto à TV a Cabo, fiquei perplexo ao notar como os empresários estão bons, haja vista que não houve reação, no devido tempo, para impedir que essa situação avançasse tanto. Não é uma situação nova, pois já estava em tramitação. De repente, percebemos essa entrada.

Também não concordo, de maneira alguma, com a possibilidade de o capital estrangeiro ter tamanha proporção em qualquer segmento, mesmo que seja no jogo de dama; imagine no meio da comunicação! O nosso Conselheiro Wagner está coberto de razão ao afirmar que é possível baratear o valor da assinatura. Assim, ficaria de igual para igual. Precisamos amadurecer para conseguir esse instrumento.

Todos os Conselheiros têm participado quase sempre amistosamente, a não ser o caso do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, que poderia ter citado que o Chico Pereira e outros companheiros participaram amistosamente. Os Conselheiros Roberto Wagner Monteiro, Paulo, Carlos Chagas e todos os outros geralmente se reúnem com a sociedade organizada que tem notícia do Conselho de Comunicação Social e participa conosco dos eventos. No entanto, não dispomos dos instrumentos para consignar que não estamos apenas dizendo amém. A questão da TV a Cabo é gravíssima.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Companheiro Francisco Pereira da Silva, agradeço sua participação.

Esclareço que as reuniões do Conselho são transmitidas ao vivo pela televisão e reprisadas algumas vezes. Nossas atas são publicadas no **Diário do Senado Federal** e estão disponíveis, assim como todos os atos, na página eletrônica do Conselho, que é

muito visitada, especialmente por estudantes de Comunicação.

Esse começo é assim mesmo. Somos um embrião de algo orgânico, como funciona na maioria dos países ocidentais, ou seremos uma assembléia? O próprio caráter do que seremos no futuro estamos discutindo aqui e agora. É assim mesmo. Vamos errando e acertando e, aos poucos, vamos ganhando um rosto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, não concordo com algumas das exposições aqui feitas. Entendo que radiodifusão não é telecomunicação. São dois serviços absolutamente diferentes, até porque a radiodifusão é de recepção livre e aberta. Por essa razão, penso que a Medida Provisória nº 70 não tem nada a ver com o Projeto de Lei do Senado nº 175.

No entanto, tenho uma sugestão que faria até com que os dois assuntos pudessem estar interligados: aquela solicitação do Tribunal de Contas da União e a própria apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 175.

Como a Lei nº 8.977, de 1991, obriga, em seu art. 4º, § 2º, o pronunciamento do Conselho de Comunicação Social sobre todas as matérias que venham a regular o setor de TV por Assinatura, e como a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura não está representada neste Conselho, minha sugestão é de que se faça uma audiência pública na qual se possa abrir espaço para que a própria ABTA e/ou suas ligadas possam manifestar-se tanto sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175 como sobre a solicitação de um canal para o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. Sª poderá entrar em contato com a Comissão. Uma matéria está em uma Comissão e a outra está submetida a um relator, que é V. Sª. Não é assim?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, não há Comissão estabelecida para apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 175.

A Medida Provisória nº 70, no meu entendimento, trata de matéria completamente diferente. Não há vínculo de uma com a outra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A proposta é fazer uma comunicação ao Senado e à Câmara no sentido de que não deliberem sem ouvir o Conselho.

O outro traz uma situação qualitativamente diferente, pois o Senado já quer nos ouvir. É o caso do TCU. Então, minha opção seria não misturar os dois. Eventualmente, V. S^a vai fazer sua audiência pública para tratar do TCU, mas vamos esperar pela posição da Câmara e do Senado para saber se atendem às nossas solicitações e permitem que nos pronunciemos oficialmente sobre a matéria.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, gostaria de aderir à idéia do Conselheiro Paulito. As pessoas que não são muito ligadas à corporação de televisão... É um ônus para as televisões fechadas ter mais e mais penduricalhos. Se a TV do Tribunal de Contas passar com muita facilidade, logo teremos a Prefeitura de Santo André querendo uma. Enfim, vai acontecer nas TVs fechadas o que está acontecendo hoje nas comunitárias: não há um parâmetro. Todo órgão público vai querer. O DNER vai querer para falar das estradas.

Creio que, nessa audiência pública que o Conselheiro Paulito mencionou, esse assunto do Tribunal de Contas e da TV a Cabo poderão ser inseridos. O que não se pode colocar é a Medida Provisória nº 70 junto com o PLS nº 175. São coisas absolutamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sempre ouço V. S^a com lucro para mim. Mas veja que, em um caso, o Senado pediu a nossa opinião; no outro, decidiu que não quer nos ouvir. Vamos juntar os dois assuntos numa audiência pública? Não vejo sentido.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concordo com V. S^a, Sr. Presidente. Realmente, o fato de ter um canal a mais dentro da canalização normal, ou seja, de a TV a Cabo ter um canal para o TCU, no meu entender, é qualitativa e absolutamente diferente dos 100% do capital externo na TV. É qualitativamente diferente pela questão política envolvida, porque, como V. S^a mesmo já manifestou, em um caso, o Senado quer nos ouvir; no outro, uma Comissão do Senado já se manifestou contrariamente. Quer dizer, somos um órgão criado para dar pareceres e para ser ouvido pelo Congresso, e uma Comissão do

Congresso se manifesta contrariamente a isso. Essa é uma situação meio kafkiana. Fomos criados para ser ouvidos, mas não nos querem ouvir. Então, é muito interessante o que está acontecendo em torno desse assunto. Já foi manifestada aqui pelo próprio Conselheiro Paulito e outros a estranheza quanto a esse assunto.

Concordo com a opinião da Presidência de que são coisas qualitativamente diferentes. Em relação ao Tribunal de Contas, a solução está muito bem posta. Agora, na questão do Projeto de Lei do Senado nº 175, especificamente, a Nação tem que tomar conhecimento de que não pode ser da forma como está sendo tocada. Tem que haver a manifestação deste Plenário, dizendo que não concorda em absoluto e que esse assunto não é tão corriqueiro e tão simples.

Então, concordo com a solução de que pleiteemos o reconhecimento final do objetivo da nossa criação. Que o Congresso nos ouça sobre um assunto que é da competência deste Conselho integralmente, e que não queira passar aí um trator, uma legislação de última hora. Então, teremos todo o tempo, na próxima Legislatura, para uma manifestação, com toda a consistência, com todo o conhecimento, sobre este assunto mais amplo, que é a participação do capital externo na TV fechada. Não é só a TV a Cabo, mas também a TV por Satélite, de natureza um pouco distinta, tecnologicamente falando, mas pode nos trazer uma dor de cabeça fenomenal se houver 100% do capital externo numa TV Satélite, que pode se sobrepor, total ou integralmente, à TV a Cabo.

Essa legislação tem que ser reestudada, e isso tem que ser feito do ponto de vista do seu conjunto, não das partes que estão aí, a criar um frankenstein.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esse rumor, Conselheiro, é porque a TV a Cabo já é satélite.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Iria conceder a palavra ao Antônio Telles, a menos que ele permita que V. S^a faça um breve comentário.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – É rápido, Sr. Presidente.

A Senadora Emilia Fernandes disse que o Senado sobrestaria a votação e mandaria para o Conselho. O Senado não disse que não queria ouvir o Conselho. Ele votou contrariamente ao sobrestamento da

votação. Agora, o Conselho é livre para tratar de qualquer assunto. Não estamos impedidos de tratar desse assunto junto ao Tribunal de Contas por nada. É preciso ficar claro: o Senado não proibiu o Conselho; ele disse: "Não quero parar a votação para ouvir o Conselho". Isso é que foi decidido.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Telles.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES CARVALHO (Representante da Sociedade Civil) – Sr. Presidente, a sua intenção de oficial ao Senado e à Câmara a respeito desses dois projetos é a excelente oportunidade que este Conselho tem de demonstrar, publicamente, que os seus fundamentos são absolutamente legítimos e constitucionais. Portanto, dar ouvido às suas manifestações não é favor algum, é um dever das duas Casas e, sobretudo, do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação do Conselheiro Antônio Telles.

Conselheiro Paulito, por favor.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, quando o Senado Federal procurou, no caso da emissora do Tribunal de Contas, ouvir o Conselho de Comunicação Social, nada mais fez do que cumprir a lei. A Lei nº 8.977 obriga que todos os assuntos de interesse do setor de Televisão por Assinatura tenham parecer do Conselho de Comunicação Social.

Então, o que entendo, Sr. Presidente, é que poderíamos, numa única audiência pública, ouvir os assuntos referentes a essa possibilidade de um canal para o Tribunal de Contas e que o Projeto de Lei do Senado nº 175 não tem absolutamente nada a ver com a Medida Provisória nº 70, que é da radiodifusão aberta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre ponderadas do Conselheiro Paulito, mas vamos colocar em votação.

Insistirei na minha posição inicial, Conselheiro, sem prejuízo de que a questão do Projeto de Lei do Senado nº 175 possa ser tratada, mas insisto em que devíamos fazer uma comunicação às duas Casas no sentido de podermos nos pronunciar a respeito.

Nesse sentido, oficiarei à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a respeito da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 175 e das manifestações

muito vivas dos Conselheiros no sentido de críticas com relação não apenas à oportunidade política, mas quanto à legalidade mesmo do projeto e, dentro do espírito de convergência que tem pautado a direção deste Conselho, informarei que estimaríamos ser ouvidos formalmente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal a respeito dessa matéria.

É nesse sentido que encaminho a votação, sem prejuízo de que V. S^a, na audiência pública que fará, possa também tratar da matéria.

Colocarei em votação, pois já estou avançando...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notável conhecimento na área de comunicação social) – Antes da votação, Sr. Presidente, eu queria entender o seguinte: sermos ouvidos significa que vamos discutir esse assunto dentro do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos discutir e emitir um parecer. Penso que será nesse sentido.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notável conhecimento na área de comunicação social) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Os Srs. Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Antes de dar acesso à tribuna livre, quero dizer aos senhores que alguns Conselheiros têm feito a ponderação de que segunda-feira não é o melhor dia, porque os dias, por excelência, do Congresso Nacional são terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Pessoalmente, creio que há vantagens e desvantagens. Por exemplo: por não haver sessão na Câmara dos Deputados, temos a reunião transmitida. Mas não tenho opinião, nem devo ter.

Eu gostaria de saber se os Conselheiros se pronunciarão no sentido de manter nossas reuniões nas segundas-feiras ou se gostariam de fazê-las em um dos três dias em que o Congresso Nacional está reunido. O argumento é que não encontramos um Parlamento aqui, porque a maioria dos Deputados e Senadores só chega na terça-feira. Então, já tratando do nosso cronograma para o próximo ano, pergunto se a opinião é manter a segunda-feira ou ficar com um dos três dias, terça-feira, quarta-feira ou quinta-feira.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr.

Presidente, para eu poder me manifestar, gostaria de saber da Secretaria do Conselho se existe local disponível para que se possa fazer a reunião num dia que não seja segunda-feira ou sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa ponderação. A Secretaria informa que segunda-feira e sexta-feira são dias em que é mais fácil conseguir uma sala, mas na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira é mais difícil.

Pela expressão dos Conselheiros presentes, creio que segunda-feira continua sendo o melhor dia.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Creio que nem precisamos votar, mas colocarei em votação.

Os que estão de acordo com a segunda-feira permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Foi unanimidade.

A última ponderação é a seguinte: pelo nosso Regimento, começamos a trabalhar no dia 15 de fevereiro. Uma semana após, haverá a festa pré-carnavalesca, que, em Recife, já é o Carnaval de verdade. No último dia de fevereiro, já estaremos no Carnaval até o dia 4. A minha tentação é fazermos a primeira reunião somente em março, porque fevereiro é fim de férias, tem Carnaval em alguns lugares. Neste caso, seria na terceira segunda-feira.

Pergunto se os senhores querem fazer uma reunião já em fevereiro. O Congresso volta dia 15 de fevereiro. (Pausa.)

Faremos a reunião em fevereiro.

A que dia da semana corresponde o dia 15? Será um sábado. Neste caso, teria que ser 17 de fevereiro, para escapar da semana pré-carnavalesca. A segunda é já no final de março. Dia 10 será a primeira segunda-feira depois do Carnaval.

Vocês não sabem o que é Carnaval.

A SR^a BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, eu o convido para passar o Carnaval em Curitiba. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas não há Carnaval lá, minha senhora! Será no dia 17. Na terceira segunda-feira de março, faremos a reunião.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, tenho uma sugestão. Teremos um Gover-

no novo a partir do dia 1º de janeiro. O senhor não considera oportuno ou conveniente que façamos uma primeira reunião já em fevereiro? Fatos novos talvez surjam.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Congresso retorna ao trabalho dia 15 de fevereiro; e a primeira reunião nossa será no dia 17 de fevereiro, dois dias depois. A segunda reunião, de março, se dará na terceira segunda-feira de março, que também será dia 17. A partir daí, voltaremos às reuniões... Penso que seja consensual que nossas reuniões realizem-se na primeira segunda-feira do mês. Ou preferem trocar?

Vou fazer o seguinte: em princípio será assim. O Conselho defere alguma liberdade para, examinando a folha do próximo ano, fazer a pauta. Na reunião de fevereiro, aprovaremos a pauta, que tentará driblar alguns feriados.

Passaremos, agora, ao penúltimo assunto da pauta:

ITEM 10

Pronunciamentos dos Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Faculto a palavra aos Conselheiros que quiserem se manifestar a respeito.

O Conselheiro Geraldo tem a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de, relativamente, me solidarizar com a amargura do Conselheiro Chagas – o amargo a que ele se referiu. Por outro lado, gostaria também de mencionar que, nesses primeiros seis meses...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Perdoe-me, mas o senhor está subestimando o esforço de tantos...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas o ser humano é imperfeito.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Foram produzidos muitos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estamos numa entidade que está começando agora.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Exatamente. É a isso que quero me referir.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não temos nem sala ainda. Seja mais generoso na avaliação do nosso modesto Conselho.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Por outro lado, gostaria de falar para o Conselheiro Carlos Chagas e para todos nós que, no próximo ano, definido o mandato, para acariciar o ego do Conselheiro Carlos Chagas, temos que nos orgulhar do que fizemos. No ano que vem, resolvida a questão do mandato, dependerá da nossa competência o avanço dos trabalhos, independentemente do orçamento e do tamanho do Conselho, que vamos discutir a partir do primeiro dia de reunião. Isso dependerá da nossa competência. Essa competência também tem a ver com a conquista da sociedade, de fato, ser um interlocutor dela. Por isso, peço permissão ao Sr. Presidente – na ocasião, não pude fazê-lo – para mencionar outro manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC em relação à MP nº 70.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O documento já foi distribuído a todos os Conselheiros.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Apenas farei uma menção porque isso também é de maior gravidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Perfeito. Apenas informo a V. Sª que o documento já foi distribuído a todos os Conselheiros.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – (Lê)

**Manifesto do Fórum Nacional pela
Democratização da Comunicação**

Liberação de Parente não elimina suspeição sobre regulamentação do capital estrangeiro na mídia
A notícia de que a Comissão de Ética Pública não encontrou indícios...”

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro, confio no seu extraordinário poder de síntese. O documento tem três páginas.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Não o lerei todo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Use seu conhecido poder de síntese.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Há esse preâmbulo, porque a questão é complicada e delicada. São apenas o preâmbulo e as conclusões do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Continuando:

... Pedro Parente, na inserção de dispositivos na Medida Provisória nº 70, que beneficiaram, diretamente, o grupo de comunicação gaúcho RBS, onde o Ministro assumirá o cargo de Vice-Presidente assim que deixar o Governo, não esclareceu as muitas suspeitas que pairam sobre o caso, tornando ilegítima a aprovação da matéria pelo Senado. A aprovação do texto na Câmara dos Deputados, em 27 de novembro, a partir de parecer do Deputado Federal Robson Tuma (PFL – SP), foi realizada de forma sumária, sem a discussão do caso de Parente, divulgado pela grande imprensa.

Em 28 de novembro, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, assinou ato que prorrogou a validade da MP nº 70 por mais 60 dias para a continuidade da tramitação no Senado.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem a público alertar a sociedade brasileira que a aprovação da MP nº 70, com a supressão do artigo que, em tese, beneficiaria a RBS, não elimina as suspeitas de beneficiamento. Com base em outro artigo, também enxertado de forma antidemocrática e mantido pelo relator, a mídia brasileira continuará com condições de aquisição de um número ilimitado de empresas jornalísticas e de radiodifusão, desrespeitando a limitação legal de propriedade de veículo de comunicação (Decreto nº 236, de 1967), bem como permitindo o abuso econômico na formação de redes nacionais de mídia.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, representado neste documento por sua Coordenação Executiva, assume as seguintes posições:

– Solicita que o Senado rejeite o Projeto de Lei de Conversão da MP nº 70, originado do relatório do Deputado Robson Tuma, e impeça todas as reestruturações de capital acionário realizadas por empresas de comunicação a partir de 29 de novembro de 2002 até que seja esclarecido o real envolvimento de Pedro Parente na inserção dos arts. 9º e 10 do texto e seus efetivos reflexos sobre a política, a economia e a cultura do Brasil;

– Propõe que Senadores identificados com a questão da democratização da comunicação apresentem emendas ao projeto, no sentido de estabelecer fiscalização à participação de fundos de pensão nas empresas de mídia, salvaguardados os mesmos limites impostos pelo Decreto nº 236/67, visando impedir a formação de oligopólios de mídia a partir de manipulação do capital financeiro;

– Encaminhará este documento ao Ministério Público Federal, para que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de investigar as três questões citadas acima neste manifesto;

– Propõe que o Conselho de Comunicação Social seja chamado a dar parecer sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas de radiodifusão para fins de complementação da regulamentação proposta, identificando possíveis ameaças à ordem econômica e aos limites da concentração das quais, eventualmente, seriam protagonistas os investidores financeiros e os conglomerados resultantes das negociações de aquisição e fusão de ativos financeiros;

– Defende que o Congresso Nacional passe a acionar o Conselho de Comunicação Social para auxiliá-lo, efetivamente, nas questões referentes à comunicação social.

Brasília, 2 de dezembro de 2002.

Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ

Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – FITERT

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO

Conselho Federal de Psicologia – CFP
Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – ENECOS.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Cedo a minha vez à Berenice, porque o meu assunto é outro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice, a palavra foi cedida à V. Sª.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada.

Na realidade, gostaria de complementar e de fazer uma leitura que, de certa forma, dá a síntese que V. Sª solicitava.

O Fórum Nacional de Redemocratização da Comunicação defende a revisão dessa regulamentação, a Medida Provisória nº 70, principalmente para que a inserção da mídia brasileira na economia nacional seja mediada por todos os instrumentos antitruste e normas de direito econômico a que estão sujeitas as empresas nacionais em casos de transações que extrapolam limites aceitos pela livre concorrência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação da Conselheira Berenice.

Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Falarei de outro tema, mas dentro do plenário geral.

Peço ao nosso Presidente e à Secretaria de um modo geral – já que V. Sª tem voz – que façamos um apelo para conseguir um espaço físico, urgentemente, para começar o próximo ano, porque isso está fazendo falta. Esse espaço não virá sem cadeira, sem

computador, sem telefone, etc. Precisa haver um mínimo, até para que possamos agir. Depois que inventaram o tal do e-mail, as pessoas pensam que tudo se dá por e-mail, mas há coisas que precisam ser tratadas diretamente. Esse “diretamente” requer um espaço na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a contribuição do Conselheiro Chico Pereira.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Em relação à Medida Provisória nº 70 e ao Ministro Pedro Parente, as televisões brasileiras, em nenhum momento, sentiram que, direta ou indiretamente, poderiam ser prejudicadas pela indicação do Ministro Parente para a RBS. Ao contrário, para todas as televisões ficou muito claro que a nota publicada nos jornais pelo Ministro das Comunicações, Sr. Juarez Quadros, e a manifestação do Conselho de Ética Pública da Presidência da República não trariam, direta ou indiretamente, nenhum benefício para a RBS. Além disso, da leitura do texto da Medida Provisória nº 70, também para todas as televisões, não ficou clara a existência de qualquer perigo para a emissora A, B, C, D ou F. Ao contrário, cremos que a Medida Provisória nº 70 espelha muito bem o espírito do legislador quando alterou o art. 222 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Alguém mais deseja usar a palavra? (Pausa.)

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Já havia pedido a palavra, mas não falarei sobre esse mesmo assunto. Gostaria de falar depois.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fred Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, à questão da Medida Provisória nº 70 veio somar-se o caso do Ministro Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, que acabou causando estranheza para todos. Esses negócios da República, enfim, deveriam ser mais explicitamente negócios de interesse público, e não, eventualmente, negócios de interesse privado. De qualquer jeito, o que era importante assinalar aqui é que a participação do capital estrangeiro na mídia foi aprovada medi-

ante um acordo do Governo com todas as Bancadas. Esse acordo determinava que aquela emenda constitucional seria regulamentada por lei e teria a sua tramitação normal no Congresso Nacional.

Mas houve uma inversão na natureza deste acordo, quando o atual Governo, num ato de atropelo, baixou uma medida provisória no interesse eventualmente da RBS ou de outras redes – não há como saber neste caso.

É importante ressaltar que não houve o debate público que teria ocorrido se a medida tramitasse no plenário do Congresso Nacional, como era de direito, porque houve um acordo para que tal acontecesse, mas o Governo furou o acordo.

Antes de qualquer coisa, é importante ficar claro que a Federação Nacional dos Jornalistas e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação protestam veementemente contra a ruptura do acordo e colocam em suspeição este regulamento. Por que não discutir abertamente no Congresso Nacional? Por que, mais uma vez, discutir no apagar das luzes do Governo? Esse é o nosso estranhamento.

Então, gostaríamos, sim, que a MP nº 70, da forma como foi feito agora, fosse anulada, para todos os efeitos, e que fosse iniciada uma tramitação no Congresso Nacional, conforme feito anteriormente o acordo ao tratar da discussão do capital estrangeiro na mídia.

Era o que tinha a declarar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ricardo Moretzsohn, por favor.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, fico pouco à vontade. A continuar esse assunto, gostaria de reservar algum tempo, pois ainda tenho um outro assunto a ser tratado, de outra ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há ainda alguém que deseja se manifestar?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois, não. Tem V. S^a a palavra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, todos sabemos da elevada capacidade executiva e intelectual do Ministro-Chefe da Casa Civil, o Sr. Pedro Parente. Acredita-

mos que S. Ex^a será uma grande aquisição para o segmento da radiodifusão. Eu, particularmente, vejo com muito bons olhos a opção profissional dele e penso que precisamos de pessoas com o trânsito e a capacidade executiva e intelectual de S. Ex^a, bem como do conhecimento e do trato das coisas que o Ministro, com certeza, tem. Todos sabemos.

No entanto, é inegável... Da minha parte, eu sei que o Ministro coordenou o Gedíc, foi o seu Presidente-Coordenador. Trata-se do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Audiovisual, em que se discutiu a participação das empresas da radiodifusão. Tanto que a Ancine, em um momento, quase foi Ancina-ve.

Todos sabemos que a função do Ministro era a de articulação política. Poucas coisas se fizeram no País sem que S. Ex^a, efetivamente, estivesse participando. Então, a sociedade civil entende, e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação também, que o Conselho de Ética da Presidência da República não foi capaz de trazer resposta a algumas das questões suscitadas. Portanto, é apenas nesse sentido que ele encaminha ao Ministério Público a questão, para que essas respostas sejam dadas à sociedade. Qual seria o problema em ser cumprida essa quarentena? Ninguém diz “Ministro, não venha para a atividade”, mas, ao contrário, “Ministro venha para a atividade, mas tenha ética e cumpra a quarentena”.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ricardo Moretzsohn, por favor.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, tratarei de dois assuntos rapidamente.

O primeiro deles diz respeito à presteza e à eficiência da nossa querida Márcia, que distribuiu as fitas.

Não era minha intenção estar atravessando a reunião. Há um oferecimento do Conselho de Psicologia aos Membros deste Conselho pelos quarenta anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. Fizemos uma parceria com a **TV Futura**, que resultou em oito programas tratando de questões que afetam diretamente a população.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que, no dia 13 de novembro, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados promoveu um seminário onde foi lançada uma campanha com o seguinte título: “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Essa campanha tem a adesão de 941 entidades da sociedade civil.

É preciso registrar que, inicialmente, a Conselheira Regina Festa estaria em uma Mesa desse seminário, que trataria do “Controle Social dos Meios de Comunicação”, mas ela não pôde participar e, no último momento, pediu-me para substituí-la. Estavam ali presentes, em outra Mesa, nossos companheiros do Conselho, Paulito e Roberto Wagner.

Eu queria fazer esse registro e dizer que essa campanha tem a preocupação de oferecer à sociedade brasileira a possibilidade de, ao se sentir atingida por algum programa, em algum aspecto, principalmente no que se refere aos direitos humanos – não vou me alongar sobre direitos civis, sociais etc –, ter à sua disposição um telefone de contato. A partir da semana que vem haverá um portal na Internet. Hoje a campanha oferece um telefone de contato: 0800619619.

Estará sendo constituído, nesta semana, um Conselho que faz parte dessa campanha de acompanhamento da mídia. A idéia é, após uma denúncia e a apuração da sua procedência, se fazer uma série de gestões junto à emissora, ao programa. No limite, existirá uma lista de desonra – como está sendo chamada –, na qual serão denunciados tanto o programa quanto o patrocinador que o financia. Daí o nome “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

Considere importante fazer esse registro, porque se trata de uma Comissão do Congresso Nacional, a Comissão de Direitos Humanos, da qual este Conselho faz parte como órgão auxiliar. Espero que daí para frente possamos fazer algumas articulações e parcerias no sentido de promover uma certa proteção à sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ricardo, tenho uma certa preocupação com esse tipo de abordagem, essa denúncia pública. Isso parece o Comitê. Não tem a ver no conteúdo, mas, nos métodos, lembra o Comitê Nacionalista do início dos anos 50, que, na busca do melhor para os Estados Unidos, impediu que roteiristas, diretores e atores pudessem atuar durante muito tempo. E a pressão era, basicamente, em cima do financiador. As emissoras de rádio e televisão foram bombardeadas com denúncias desse tipo em cima dos financiadores de programas que não eram americanos.

Este é um assunto que devemos examinar com muita cautela. Não tomo posição contra, mas é preciso examinar este assunto com muita cautela. Chesterton dizia que o mais terrível do erro é que ele tem heróis sinceros. Então é preciso ter cuidado para sa-

ber se não estamos passando do ponto. Vamos examinar no momento certo esta questão.

Não tenho nenhuma dúvida do espírito público de todos nós, mas trocar opiniões é algo positivo porque define limites.

Mais algum Conselheiro...

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, por favor, somente um minuto.

A minha intenção foi apenas fazer um registro. Não entendi que a Presidência faria esse tipo de comentário. Quero registrar a minha discordância da comparação. Penso que esse é um movimento que caminha muito mais na perspectiva de pensar algum mecanismo de controle de conteúdo, e não uma forma de censura. É evidente que não. Inclusive, essa campanha é tirada na 7ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que tem delegações do Brasil inteiro, de bases. Com certeza, imagino que V. Sª nos dará a oportunidade de discutir isso em outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se V. Sª encaminha nesse sentido, haverá convergência absoluta entre nós.

Permita-me dizer que, em referência a essa pressão pública a programas que levará alguns apresentadores e anunciantes a saírem do ar, minha reação foi exposta com muita franqueza, mas estou tranquilizado por V. Sª. Se encaminhar nesse sentido, estaremos todos juntos nessa cruzada. Não tenha nenhuma dúvida a respeito disso.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Participei como palestrante e fiquei muito preocupado, porque ficou muito clara a forte presença do Ministério Público junto à Comissão de Direitos Humanos. E a idéia que ficou no ar foi de que haveria uma conjugação da Comissão de Direitos Humanos e do Ministério Público contra patrocinadores e proprietários de empresas de televisão. A Abratel vai participar desse comitê, mas o Conselho deve ficar atento, exatamente porque não sabemos como acabam essas comissões, só sabemos como começam. E a presença do Ministério Público vai dar a eles um certo poder de polícia, aliás, um grande poder de polícia, pois o Ministério Público pode entrar com ação civil pública na hora em que bem entender. Não há sucumbência contra membro do Ministério Público; ele pode acionar quem quiser. Não havendo sucumbência, não há prejuízo para ele,

pessoa física. De sorte que é interessante que o Conselho fique atento a essa Comissão na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Algum Conselheiro quer manifestar-se?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, também tive a oportunidade de participar dessa audiência pública, mas entendi que, a partir de determinado momento, por razões diversas, ela acabou se desvirtuando um pouco dos seus objetivos, já que enveredamos, pelo menos no meu caso específico, pela discussão sobre rádio e televisão comunitária, e não me parecia que era assunto pertinente àquela pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Só quero registrar – e é óbvio o que vou falar – que o Conselho de Comunicação Social agora não vai ter poderes de engessar a organização social em qualquer rumo. Participei, representando a Fenaj, porque também sou Diretor da Federação Nacional de Jornalistas, da discussão sobre a mídia e a tortura.

Podemos sugerir algo, mas a sociedade está se organizando. E ela está sentindo necessidade de perguntar quem financia a baixaria contra a cidadania. Isso, certamente, terá alguma consequência. Sendo assim, nós, do Conselho de Comunicação, não temos o poder de polícia e, muito menos, de controle social, até porque o Conselho de Comunicação Social é obra e graça da sociedade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

Concedo a palavra ao Conselheiro Antônio Telles.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Gostaria de dizer que concordo plenamente que o Conselheiro Moretzsohn traga o problema ao Conselho. Tudo aqui deve ser discutido amplamente. Entretanto, é importante alertar todos para cruzadas dessa

natureza que resultaram, evidentemente – para quem tem alguma memória –, em catástrofes e em sofrimento enormes, causados em nome de organizações da própria sociedade.

A ponderação de V. S^a para esse tipo de ação é válida, deve ser mantida e estar presente em nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Algum Conselheiro ainda pretende se pronunciar? (Pausa.)

Passarei, então, ao último item da nossa pauta:

ITEM 11

Fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ao encerrar, ressalto que o próximo ano será um novo ano no Conselho. Pretendo fazer o que já deveria ter feito se tivesse tido a chance de poder viajar: estabelecer alguns **links** não apenas com entidades do Governo, como o Ipea, que podem colaborar conosco em alguns estudos, mas, sobretudo, com universidades – relação que será sempre muito produtiva – e com organizações da sociedade civil, para aumentar, cada vez mais, o espectro de nossa atuação.

Das questões discutidas, algumas me preocupam mais do que outras. A rádio comunitária é um grande problema. Na época em que conversei com o Ministro das Comunicações, S. Ex^a me informou que havia oito mil pendências. Atualmente, deve haver nove mil pedidos de rádio para um Ministério que tem capacidade de atender apenas mil por ano, e não chegamos à fase das renovações das concessões. Esse número diminuirá muito.

No mundo inteiro, a gestão do espectro eletromagnético é uma, federal. Começam a surgir legislações estaduais, resultado da ineficiência do Governo. Não se pode controlar a operação com legislações municipais que não podem deferir espectros, porque, assim, ocasionarão o caos. É perfeitamente razoável que haja critérios e padrões federais que definam os espectros. E não vejo nenhuma oposição em que os Municípios instrumentalizar essas regras. Será preciso enfrentar essa questão.

Além disso, não adianta fechar os olhos à questão do apoio cultural. Na maioria dos casos, não há o sentido do lucro; há o sentido do financiamento mínimo para que a rádio comunitária funcione. Essa é uma questão abrangente que analisaremos posteriormente. Futuramente, surgirão várias exigências, como a mudança da realidade ou da lei. Portanto, precisaremos sinalizar num dos dois sentidos. Essa

questão é fundamental e de muita importância para este Conselho.

Em relação à programação cultural, faço um apelo para ir além desse tema. Normalmente, as manifestações são aprisionadas na visão de que é preciso preservar as culturas locais e regionais. Eu gostaria de dar à manifestação cultural um sentido mais amplo. É impossível fechar os olhos ao que está ocorrendo com as rádios, sobretudo no interior, em cidades em que não há dimensão econômica para a publicação de um jornal e onde a rádio é o único veículo de comunicação social. Há duas movimentações que são enormemente fortes: a primeira delas é a crescente evangelização da programação; a segunda revela o surgimento de rádios sem funcionário, em que os cartuchos são trocados uma vez por semana. No Nordeste, essa situação é a que mais extraordinariamente acontece. Devemos fazer uma reflexão isenta para saber se o Governo Federal, que concede franquias de rádio, que freqüentemente são o único espaço de comunicação social... O rádio não tem um locutor para anunciar que o padre morreu, ou que vai haver vacinação, ou que houve a abertura das escolas. O Governo Federal dá uma rádio; é a cultura no sentido mais primal, mais que só manifestação artística. Estou pensando como um dado da vida da sociedade. Como é que podemos ficar silenciosos se mais e mais rádios não atendem a esse requisito social mínimo, que é servir de instrumento de comunicação dentro de uma sociedade?

Por último, a questão da tecnologia digital tem uma importância que eventualmente está sendo subestimada. Trata-se de escolher um padrão de televisão digital no Brasil, hoje, que alinhe interesses aparentemente contraditórios – interesses do público, dos produtores de conteúdo, das emissoras, dos fabricantes de equipamentos e, sobretudo, da indústria de softwares e serviços que deverão girar em torno da televisão digital interativa.

Essa Comissão realmente será ator no futuro das comunicações no Brasil. É impossível também não lançar os olhos sobre o que está ocorrendo. Até há alguns anos, a televisão era um dado de cada país. Hoje não é mais, hoje é um dado globalizado. As comunicações sociais viraram instrumento de soberania, então é impossível fechar os olhos ao cenário atual.

Os países que tenho visitado ultimamente, com cujas entidades tenho negociado, todos estão preocupados em garantir meios de comunicação nacionais que possam assegurar independência mínima numa comunicação social que se vai homogeneizando, globalizando.

Então é impossível fechar os olhos à crise do setor no Brasil, uma crise que interfere em nossa soberania. Mas o que se pede de nós é muito mais com-

plexo, porque não se trata apenas de apoiar, é impossível pensar que iremos resolver essa crise tirando dinheiro de setores sociais importantes para aplicar nesse setor. É preciso construir um modelo que permita que os meios de comunicação estejam a serviço de interesses coletivos. Deve-se apoiar, mas garantindo que os meios estejam a serviço desses interesses coletivos. Não há respostas ainda, mas muito se tem escrito sobre algumas iniciativas no mundo.

Portanto, ao lado dessas iniciativas setoriais nossas, o grande desafio que este Conselho tem é o

de pensar o futuro dos meios de comunicação no Brasil. Considero um privilégio fazer parte desse esforço de construir algo novo. Considero um privilégio fazer parte deste Conselho de Comunicação Social. E que venha o novo ano, com todas as promessas de ventura que ele carrega em seu ventre.

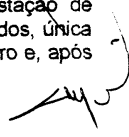
Um bom ano para os senhores Conselheiros. Feliz Natal. Que estejamos todos juntos no dia 17 de fevereiro.

(Levanta-se a reunião às 18h.)

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
Grupo Brasileiro

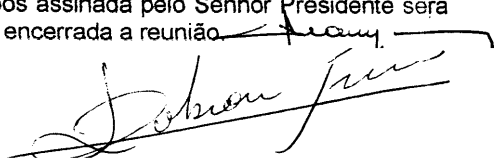
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO, REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2003, PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO E DE SUA COMISSÃO EXECUTIVA. (2003-2007)

Às nove horas e trinta minutos do dia 04 de fevereiro de dois mil e três, no Gabinete n.º 21 da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal, realizou-se, em segunda convocação, a Reunião Plenária do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, conforme convocação publicada no Diário do Congresso Nacional. Assinaram o Livro de Presenças 41 Senhores Parlamentares: Senador EFRAIM MORAIS, Deputado ROBSON TUMA, Senador HERÁCLITO FORTES, Deputado JONIVAL LUCAS, Deputado ATILA LINS, Deputado ALEXANDRE SANTOS, Senador EDSON LOBÃO, Deputado RICARDO IZAR, Deputado PAULO DELGADO, Deputado PAULO FEIJÓ, Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, Deputado SEVERINO CAVALCANTI, Deputado LUIZ PIAUHYLINO, Senador NEY SUASSUNA, Senador SERGIO CABRAL, Senador GERSON CAMATA, Deputado PAULO ROCHA, Senador RAMEZ TEBET, Deputado PAULO LIMA, Deputado SIMÃO SESSIM, Deputado CIRO NOGUEIRA, Senador ROMEU TUMA, Deputado VIC PIREZ FRANCO, Deputado MORONI TORGAN, Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES, Deputado EDUARDO CAMPOS, Senador GARIBALDI ALVES, Deputado MOREIRA FRANCO, Deputado IBERÊ FERREIRA, Deputada NICE LOBÃO, Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA, Deputado PAULO MARINHO, Deputado MUSSA DEMES, Senador MOZARILDO CAVALCANTE, Deputado LEO ALCANTARA, Senador ARTHUR VIRGILIO NETO, Senador PAULO OCTAVIO, Senador DEMOSTENES TORRES, Deputado JOSE CARLOS MACHADO, Deputado REGINALDO GERMANO, Senador ALUIZIO MERCADANTE, Deputado JOSE CARLOS ALELUIA e Senador JOSE ALMEIDA LIMA. O Senhor Presidente, Deputado ROBSON TUMA, ao abrir os trabalhos usou da palavra para, em nome da Comissão Executiva, agradecer a todos os colegas a confiança e o alto espírito de colaboração manifestados durante o período de sua gestão. Agradeceu, ainda, a colaboração prestada pelo Secretário-Geral do Grupo, Senhor Wellington Franco de Oliveira, ressaltando a eficiência e o zelo do servidor no desempenho de suas funções. A Presidência comunicou aos presentes a situação financeira do Grupo nesta data: Banco do Brasil : conta no 412014-0 : Conta Corrente – R\$ 7.713,50 (hum mil, setecentos e treze reais e cinquenta centavos); Conta BB Títulos R\$ 62.213,11 (sessenta e dois mil, duzentos e treze reais e onze centavos) e BB FIX Empresarial R\$ 48.075,37 (quarenta e oito mil, setenta e cinco reais e trinta e sete centavos) conta no 412433-2 R\$ 94.896,55 (noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) e conta no 412492-8 R\$ 0,00. Adiantou, ainda, que, a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2002 será enviada à Câmara dos Deputados, única autora dos repasses no exercício passado, no decorrer do mês de fevereiro e, após



ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
Grupo Brasileiro

o seu exame pelo Tribunal de Contas da União e sua devolução ao Grupo Brasileiro, será ela apresentada à nova Comissão Executiva, ficando à disposição dos participantes do Grupo e aberta ao exame dos interessados. O Senhor Presidente, declarando a finalidade da reunião, mandou que fossem lacradas as Urnas a fim de que, obedecendo ao item 1 da convocação, se procedesse à votação para o Conselho e Comissão Executiva, para o período de 2003 a 2007. Foi apresentada chapa única encabeçada pelo Senhor Senador EFRAIM MORAIS. Procedida e encerrada a votação o Senhor Presidente Deputado ROBSON TUMA convidou os Senhores Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES e o Senhor Senador EDISON LOBÃO para servirem como escrutinadores. Votaram 41 Membros. Aberta a primeira urna foram encontradas 41 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A apuração dos votos para a composição do Conselho e Suplentes acusou o seguinte resultado: **MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO:** Com 41 votos foram eleitos os Senhores: Senadores ROMEU TUMA, EDISON LOBÃO, RAMEZ TEBET, NEY SUASSUNA, JOSE JORGE, HERACLITO FORTES, SERGIO CABRAL e EFRAIM MORAIS e os Deputados: ROBSON TUMA, GEDDEL VIEIRA LIMA, PAULO DELGADO, JOSE CARLOS ALELUIA, ATILA LINS, INOCENCIO OLIVEIRA, HENRIQUE EDUARDO ALVES, CIRO NOGUEIRA, VIC PIREZ FRANCO, MORONI TORGAN, RICARDO IZAR, ALEXANDRE SANTOS, JONIVAL LUCAS, SIMÃO SESSIM, PAULO FEIJÓ, GILVERTO NASCIMENTO e SEVERINO CAVALCANTI. **MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO:** Também com 41 votos foram eleitos os Senhores: Senadores: GERSON CAMATA, ANTONIO VALADARES, GARIBALDI ALVES, ALUIZIO MERCADANTE, JOSE ALMEIDA LIMA, EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, PAULO OCTAVIO, MOZARILDO CAVALCANTE e DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES e os Senhores Deputados: PAULO LIMA, IBERE FERREIRA, SARNEY FILHO, LUIZ PIAUHYLINO, ARTHUR VIRGILIO NETO, PAULO ROCHA, NICE LOBÃO, JOSE ROCHA, RONALDO CUNHA LIMA, ALUISIO NUNES FERREIRA, MUSSA DEMES, PAULO MARINHO, LEO ALCANTARA, JOSE CARLOS MACHADO e REGINALDO GERMANO. Foi aberta, a seguir, a segunda urna, tendo sido nela encontradas 41 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A eleição para a **COMISSÃO EXECUTIVA** acusou o seguinte resultado: **Presidente:** Senador EFRAIM MORAIS – **1º Vice-presidente:** Deputado ROBSON TUMA – **2º Vice-Presidente:** Deputado JONIVAL LUCAS – **1º Secretário:** Senador HERACLITO FORTES – **2º Secretário:** Deputado PAULO LIMA – **Tesoureiro:** Deputado ALEXANDRE SANTOS – **Membros Permanentes do Conselho:** Senador EDISON LOBÃO, Deputado ATILA LINS e Deputado RICARDO IZAR. **Suplente dos Membros Permanentes do Conselho:** Deputado PAULO DELGADO. Após a apuração o Senhor Presidente anunciou o resultado da eleição e declarou empossados os componentes do Conselho e da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo para o período 2003-2007. O Senhor Presidente, Deputado ROBSON TUMA, convidou o Senhor Senador EFRAIM MORAIS, eleito para a Presidência, para assumir a direção dos trabalhos. O Senhor Presidente eleito agradeceu a confiança de seus pares ao guindá-lo à direção do Grupo Brasileiro, manifestando, ainda, disposição para continuar envidando esforços para elevar o conceito da Entidade quer nacional, quer internacionalmente, solicitando, para tanto, o apoio de seus colegas eleitos. Por proposta da Presidência, aprovada por unanimidade, foi indicado para assinar com o Presidente, na ausência do Senhor Tesoureiro, o Senhor 1º Vice-Presidente do Grupo. O Senhor Presidente, Senador EFRAIM MORAIS, suspendeu os trabalhos por 30 minutos para que se redigisse a Ata. Eu, Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata. Às 15.30 horas foi reaberta a reunião, tendo sido lida a Ata que, colocada em votação, foi aprovada sem restrições e, após assinada pelo Senhor Presidente será enviada a publicação. Às 15.35 minutos foi encerrada a reunião.



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloisa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Péres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Olivir Gabardo
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Maguito Vilela	PT	- Marina Silva
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Cristovam Buarque
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)

CLEIDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)

MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)

RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)

HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)

CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizado em 26/02/2003

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Olivir Gabardo
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias (1)	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ Licenciado

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Iris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Olivir Gabardo	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
Valmir Amaral	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Iris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias (1)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

¹ Licenciado

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

Atualizado em 26/02/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
Vago	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

Atualizado em 26/02/2003.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)

Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. José Jorge
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Tião Viana (Cessão)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003.

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

(Segunda premiação)

Presidente:

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Íris de Araújo
PFL
Senadora Roseana Sarney
PT
Senadora Serys Slhessarenko
PSDB
Senadora Lúcia Vânia
PDT
<i>(aguardando indicação)</i>
PTB
Senador Papaléo Paes
PSB
<i>(aguardando indicação)</i>
PL
Senador Magno Malta
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes

Atualizado em 26/02/2003

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 256 PÁGINAS